

2º Ciclo de Estudos em História e Património
- variante Arquivos Históricos

O Sistema de Informação da Diocese de Lamego

Joel Lourenço

M

2018



Joel Lourenço

O Sistema de Informação da Diocese de Lamego

Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em História e Património, orientado pelo Professor Doutor Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral e coorientado pelo Professor Doutor Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Junho de 2018

O Sistema de Informação da Diocese de Lamego

Joel Lourenço

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em História e Património,
especialização em Arquivos Históricos, orientado pelo Professor Doutor Luís Carlos
Amaral e coorientado pelo Professor Doutor Armando Malheiro da Silva.

Membros do Júri

Doutor Hugo Ribeiro da Silva

King's College London - Faculty of Arts and Humanities

Professora Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

Sumário

Declaração de honra	5
Agradecimentos	6
Resumo.....	8
Abstract	8
Siglas e abreviaturas.....	9
Capítulo 1 Contextualização e Modelos de Trabalho	11
1. Introdução	12
1.1. Justificação, objetivos e metodologia.	12
2. Contextualização	17
2.1. Sobre os Arquivos Religiosos.....	17
2. 2. O Direito de acesso à informação em Arquivos religiosos.	21
3. Os modelos de análise.....	28
3.1. Plano de classificação.....	28
3.2. Proposta de organização arquivística.	37
Capítulo 2. O sistema de informação da Diocese de Lamego	40
1. Uma breve história da Diocese de Lamego.....	41
2. O Sistema de Informação da Diocese.....	48
2. 1. A Mitra do século XVI a XIX.	54
2. 2. A Mitra do século XIX a meados do século XX.	69
2. 3. A Mitra de meados do século XX a 2003.....	71
2. 4. A Mitra 2003-2013.	73
2. 5. A Mitra 2013.....	75
2. 6. O Cabido.	76
2. 7. Sistemas de Informação de associações de fiéis.....	81
Capítulo 3. O Estágio	88
1. A instituição de acolhimento.	89
2. O modelo de intervenção.....	92
3. O recenseamento.	95
4. O Sistema de Informação	99
4.1. Proposta de sistematização	103
4.2. Criação de séries.	111
5. A apresentação da informação	118

5.1. O Instrumento de consulta	118
Considerações finais.....	120
Bibliografia e Fontes.....	126
Capítulo 4. Apêndices.....	138
Organogramas.....	139
Organograma Geral de Sistemas.....	140
Organograma Específico de Sistemas	141
Organograma da Mitra. Séculos XVI a XIX.....	142
Organograma da Mitra. Séculos XIX a meados de XX	143
Organograma da Mitra de meados do Século XX a 2003.....	144
Organograma da Mitra de 2003 a 2013	145
Organograma da Mitra de 2013 à atualidade.....	147
Organograma do Cabido	149
Modelo de base de dados de recenseamento.....	150
Catálogo de Sistemas.	151
Instrumento de consulta	163

Declaração de honra

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 28 de Junho de 2018

Joel Fernando Pereira Lourenço

Agradecimentos

Em primeiro lugar um agradecimento ao Professor Doutor Luís Carlos Ferreira do Amaral por me ter nutrido, ao longo das aulas de licenciatura e acompanhamento no seminário em História Medieval, o interesse pelas estruturas religiosas. A sua presença incansável ao longo do Mestrado em História e Património faz-me querer dedicar-lhe uma frase amiga à sua pessoa: “O trabalho de um mestre não consiste tanto em ensinar todo o aprendível, como em produzir no aluno o amor e estima pelo conhecimento.”¹

Agradeço também ao Professor Doutor Armando Malheiro pelo imprescindível acompanhamento científico. O conhecimento e a aprendizagem que me motivou em conjunto com a análise crítica que foi fazendo ajudou a que este trabalho pudesse ser frutífero.

Ao Dr. João Carlos Morgado, Pró-Vigário Geral da Diocese de Lamego e orientador de estágio no Arquivo Diocesano, agradeço a sua disponibilidade, ajuda e acompanhamento no trabalho que fui desenvolvendo, muitas foram as vezes que face às suas palavras pude compreender os propósitos intemporais da instituição.

A todos os professores que neste percurso me acompanharam deixo uma palavra de reconhecimento pelo conhecimento e espírito crítico que me levaram a desenvolver.

Deixo também o meu profundo apreço ao Padre Dr. Luciano Moreira que me foi acompanhando e ajudando em todo este processo. Graças ao seu trabalho e à sua disponibilidade na visita ao Museu da Cidade e à Sé pude começar a entender os meus verdadeiros propósitos nesta etapa. A sua presença incansável e o seu aconselhamento alentaram a melhoria e persecução deste trabalho.

Ao Senhor Henrique Eira, *arquitecto* e zelador do valioso património documental da Diocese agradeço enquanto investigador e católico a devoção que durante anos empenhou no Arquivo Diocesano. A ele dedico este modesto trabalho.

Uma palavra de apreço à Diocese de Lamego, na pessoa de seu Prelado D. António pela abertura e interesse que em todo o estágio praticou. Na mesma medida ao Monsenhor Vigário-Geral Joaquim Dias Rebelo, ao Padre Hermínio pela disponibilidade e ajuda que

¹ John Locke.

sempre cedeu, ao Padre Francisco, ao Irmão Joaquim, ao Dr. Wilson, à Anabela e em especial à Dr. Idalina, verdadeiro exemplo de dedicação, trabalho e profissionalismo.

Ao Professor Doutor Nuno Resende pelas palavras de encorajamento e pelo vasto conhecimento que partilhou do seu mais que reconhecido trabalho na Diocese.

Ao Centro Diocesano de Promoção Social, na figura do Senhor Padre Manuel Leal, pela forma como bem me receberam.

Aos meus colegas de Universidade, do Mestrado e de forma especial aos do grupo de Arquivos Históricos, Carlos, César, Nuno, Tomé e Vasco, agradeço as discussões que travamos, as informações que transitamos e a amizade.

Por fim, mas não menos importante, aos meus pais a quem devo a vida, os valores do trabalho, morais e éticos. Ao meu irmão e à Juliana pela sua presença e incondicional amor.

Resumo

O presente relatório investiga o sistema orgânico funcional da Diocese de Lamego desde o final do período medieval até ao presente, apresentando o sistema informacional da Instituição. Procuramos identificar os órgãos e as funções do sistema de informação da Diocese, construindo a rede de sistemas de associações eclesiais e laicais, bem como as suas relações no ambiente.

A partir dos Sínodos Diocesanos, de Concílios Ecuménicos, de regulamentos, estatutos e pastorais foi-nos possível compreender as relações internas de poder e os fluxos informacionais. Apresentamos o sistema da Diocese de Lamego estruturado nos sistemas de informação da Mitra, Cabido e Colegiada de São Pedro de Castro Daire, bem como os órgãos e funções inerentes a cada um.

O estágio realizado no Arquivo Museu Diocesano de Lamego permitiu construir um instrumento de consulta da informação até ao nível da série, permitindo à Diocese a reorganização, divulgação e disponibilização do seu espólio documental.

Palavras-chave: Sistema de informação Diocesano, Arquivo Diocesano de Lamego, Diocese, Sistema de Organização da Igreja, História Religiosa.

Abstract

This report investigates the functional organic system of the Diocese of Lamego from the end of the medieval period to the present, presenting the information system of the Institution. We seek to identify the organs and functions of the information system of the Diocese, building the network of systems of ecclesiastical and lay associations, as well as their relationships in the environment.

From the Diocesan Synods, Ecumenical Councils, regulations, statutes and pastoral documents we were able to understand the internal relations of power and the information flows. We present the system of the Diocese of Lamego structured in the information systems of the Mitra, Cabido and Collegiate of São Pedro de Castro Daire, as well as the organs and functions inherent to each one.

The stage in the Diocesan Museum of Lamego allowed the construction of an information consultation tool up to the level of the serie, allowing the Diocese to reorganize, disseminate and make available its documentary collection.

Keywords: Diocesan Information System, Diocesan Archive of Lamego, Diocese, Church Organization System, Religious History.

Siglas e abreviaturas

ACI – Ação Católica Independente

ACP – Associação Católica Portuguesa

AMDL – Arquivo Museu Diocesano de Lamego

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APEC – Associação Portuguesa de Escolas Católicas

CEP – Conferência Episcopal Portuguesa

Cf. – Confronte-se

CPM – Centro de Preparação para o Matrimónio

FMAC - Fórum de Movimentos da Ação Católica

IPSS – Instituição Pública de Solidariedade Social

JAC – Juventude Agrária Católica

JACF – Juventude Agrária Católica Feminina

JARC - Juventude Agrária Rural Católica

JEC – Juventude Escolar Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JOCF – Juventude Operária Católica Feminina

LAC – Liga Operária Católica

LACF – Liga Operária Católica Feminina

LEC – Liga Escolar Católica

LIC – Liga Independente Católica

LOC – Liga Operária Católica

LOC/MTC - Liga Operária Católica/ Movimento de Trabalhadores Cristãos

MAAC - Movimento de Apostolado de Adolescentes e Crianças

MEC – Movimento de Educadores Católicos

s. d. – Sem data

Sec. - Secretariado

S.I. – Sistema de Informação

SNEC – Secretariado Nacional de Educação Cristã

UCIDT – União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho

UMP – União das Misericórdias Portuguesas

Capítulo 1 Contextualização e Modelos de Trabalho

1. Introdução

1.1. Justificação, objetivos e metodologia.

No âmbito do Mestrado em História e Património pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ramo Arquivos Históricos e em colaboração com os professores da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto dos quais em Unidades Curriculares próprias do Mestrado em Ciência da Informação obtivemos valiosos conhecimentos foi-nos possibilitado realizar um estágio curricular no Arquivo Diocesano de Lamego entre os meses de Janeiro e Maio de 2018 sob orientação do Professor Doutor Luís Carlos Amaral e do Professor Doutor Armando Malheiro, e também, por parte da instituição de acolhimento, do Dr. João Carlos Morgado, pró-vigário da Diocese de Lamego. A investigação e relatório que aqui se apresenta concretiza o plano de estágio concordado que pretendeu dar a conhecer o espólio documental do Bispado de Lamego e o complexo sistema de informação que o compõe, mas também o percurso de conhecimento que ao longo de dois anos fomos construindo na FLUP e na FEUP, seguimento do interesse que nos três anos da Licenciatura em História fomos cultivando pela instituição e administração do património da Igreja.

Estudar, perceber e dar a conhecer compatibiliza-se integralmente com os processos de adquirir, reconhecer, armazenar e recuperar a informação, são inclusive o meio eficaz para compreender material e intemporalmente um sistema de informação como o de uma Diocese. Olhamos normalmente para os arquivos como locais onde estão depositadas as nossas memórias individuais e coletivas na crença que elas um dia possam servir as gerações futuras e enriquecer um presente-futuro de conhecimentos perdidos na memória da sociedade; desconhecemos que a nossa relação presente de dependência para com a informação está muito mais relacionada com a vida quotidiana de que com a morte. A compreensão da informação, é bilateral, ela não pode ser entendida em exclusivo a partir do documento, mas também não pode ser compreendida à luz de uma conceção rígida do passado, ela só é plenamente adquirida quando entendemos que a memória vive do e no presente e para tanto será sempre interpretada na confluência dos valores da Instituição que a produziu com os nossos próprios valores, sejam eles religiosos, morais, éticos e/ou políticos.

É por isso que a interpretação da informação que se tratou e apresentará será sempre uma construção. A sua produção, atestada na sua representação material ou

informática fixa a sua realidade assim como o seu modelo diplomático e o estilo de escrita nos contextualizam sobre a sua utilidade verdadeira na data, o seu uso no tempo assim como o seu valor serão sempre suscetíveis de variadas interpretações. No caso da informação produzida e detida pela Igreja, considerada património cultural que deve ser colocado ao serviço da sociedade e por isso obrigatoriamente preservado será incompatível não a associar como património recuperado para a evangelização.

Em Portugal o património documental da Igreja é integrado nos arquivos nacionais sem que se recorra a um estudo profundo da entidade que o produziu, por isso na maioria das vezes somos levados a crer de forma errada nos propósitos das instituições. O conjunto de memórias e informações que os “fundos” eclesiásticos nos apresentam e reconhecidamente de valor histórico para a nacionalidade, por nos surgirem desarticulados de uma rede de sistemas de dependência transmitem-nos exclusivamente a informação na data e todas as conclusões que se retirem da sua função no tempo serão sempre mal-entendidas por não se compreender verdadeiramente o conjunto de valores e órgãos que levou à sua produção.

De forma a responder a este problema procuramos reconhecer a estrutura orgânico-funcional da Diocese de Lamego e da própria Igreja em Portugal, desde as primeiras constituições sinodais do Bispado datadas de 1563 até à complexa realidade atual. O nosso estudo refletiu sobre duas realidades: a análise à legislação canónica, dos concílios e dos sínodos e a reconstituição do sistema administrativo; a análise à documentação, o seu recenseamento, inventário e reconstituição do sistema de informação. Seguindo esta metodologia foi-nos possível entender a existência prática de órgãos, o enquadramento de funções, e reconhecer princípios e finalidades que resultaram na produção de informação. O principal objetivo do estágio foi identificar a partir da documentação e do estudo da legislação, os múltiplos sistemas que compõem o Sistema de Informação da Diocese, assim como entender os graus de dependência entre os mesmos, procurando contribuir para o entendimento de alguns problemas que na atualidade se apresentam ao Bispado no controlo das suas instituições e elucidar a comunidade académica da herança documental em posse da Diocese.

Numa primeira fase procuramos estabelecer uma metodologia para a intervenção no arquivo a qual resultou nos seguintes processos:

- Recolha bibliográfica, produção e consulta de estudos, produção de instrumentos de trabalho (familiarização e teste em bases de dados desenvolvidas com os

softwares Excel e Access), familiarização com sistemas de descrição arquivística *open access*.

- Conhecer e desenhar os processos históricos ligados à Igreja e suas Instituições eclesiais e laicais.
- Conhecer os métodos paleográficos e diplomáticos (em especial a diplomática eclesial)
- Conhecer as tecnologias de difusão e preservação documental.
- Estar em conformidade com as normas e instrumentos de descrição arquivística.
- Conhecer os manuais de Direito Canónico, as Pastorais, os Concílios Ecuménicos e os Sínodos Diocesanos.
- Compreender a relação e os processos diplomáticos entre o Estado e a Igreja ao longo do tempo.

Numa segunda fase procuramos desenhar o sistema administrativo da Diocese de Lamego:

- Compreender a evolução orgânico-funcional da Igreja em Lamego.
- Investigar os movimentos de poder centrífugos das Instituições eclesiais e laicais.
- Delinear com clareza o Sistema de Organização da Diocese de Lamego, definindo grupos de instituições por sectores: assistência, pastoral, eclesiais e laicais.

Numa terceira e última fase iniciamos o estágio de 400 horas procurando reconhecer a totalidade da informação depositada no sistema de arquivo da Diocese de Lamego num total de 3156 unidades de instalação, maços e livros, com datas estabelecidas entre 1449 e 2016. Procuramos também fornecer à Diocese os instrumentos necessários à recuperação e divulgação da informação.

- Reconhecimento dos locais de depósito da informação: Arquivo-Museu Diocesano e Paço Episcopal (serviços da Secretaria Geral e Arquivo Geral).
- Análise dos problemas de acondicionamento e tratamento da informação.
- Recenseamento da Informação.
- Reconstituição do Sistema de Informação da Diocese de Lamego.

- Produção de um instrumento de consulta da informação até ao nível da série.
- Produção de um instrumento de procura para o gestor de informação da instituição.
- Acondicionamento, limpeza e restauro da informação.

O estado de não acondicionamento de alguma informação, o mau estado de conservação e a não uniformidade das unidades de instalação levou a que nos alongássemos na fase de recenseamento. A quantidade de informação que encontramos levou a que necessitássemos de algumas semanas até que conseguíssemos corresponder as diversas tipologias documentais aos múltiplos sistemas de informação e aos múltiplos órgãos.² Finalizada a tarefa de produção de um instrumento de consulta e instrumento de trabalho planeamos para o acondicionamento, limpeza e restauro da documentação cerca de 150 horas.

Em relação à estrutura deste trabalho ele é constituído por quatro partes. Na primeira parte investigamos o processo de reconhecimento dos arquivos religiosos, refletimos sobre os novos desafios colocados aos arquivos históricos e apresentamos modelos de trabalho. Na segunda parte investigamos o sistema de organização da Diocese de Lamego. Na terceira parte descrevemos o desenvolvimento do estágio, a metodologia adotada, a instituição de acolhimento, a forma como a informação foi tratada e o resultado final. E na quarta parte, em apêndices são apresentados os organogramas dos sistemas de informação, o modelo de base de dados do recenseamento, um catálogo de sistemas e um instrumento de consulta da informação.

Gostaríamos de ter podido realizar mais, mas o volume da investigação e da informação, face a um período de trabalho curto, obrigou-nos a deixar incompleto o acondicionamento da informação e a descrição da informação para além da *série*. Da mesma forma e por semelhantes razões escasseia uma completa comparabilidade com outras Dioceses portuguesas. O conhecimento sobre estas, existindo de igual forma ao que aqui se apresenta, daria resultado a um trabalho ainda mais além dos propósitos ambiciosos que agora nos comprometemos.

² No início do estágio foi elaborado um cronograma de atividades que foi sendo ajustado de acordo com as cargas de trabalho admitidas.

O estudo que se apresenta é restrito à informação presente no Arquivo Diocesano de Lamego, não renunciando, contudo, ao conjunto de documentação presente em outros Arquivos nacionais. Ele não o contempla mas sujeita-o à integração no Sistema de Informação Diocesano, sendo que a sua compreensão enquanto património cultural da Diocese pelas diferentes instituições, num esforço conjunto e de futura revisão custodial e arquivística, poderá permitir uma melhor compreensão dos múltiplos significados da informação.

Posto isto, apresenta-se uma panorâmica geral e pioneira de um sistema de informação diocesano, querendo e crendo que no futuro todo este seja utilizado, fundamentado e esbatido; suporte da fundamentação científica.

2. Contextualização

2.1. Sobre os Arquivos Religiosos.

As preocupações relacionadas com a documentação da Igreja, de ordem pastoral ou histórica são do domínio da arquivística, mas as preocupações que fizeram desta uma área consolidada são fruto de tendências aprimoradas nos séculos XIX e XX por força dos investigadores das questões religiosas. A definição de arquivo da Igreja, segundo o *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, identifica três nomes, partindo da conceção arquivística, para o mesmo arquivo: arquivo eclesiástico, arquivo religioso e arquivo cultural, *três denominações, progressivamente mais alargadas, identificam hoje em dia a vastíssima área formada pela produção documental das instituições sociais que visam responder às necessidades religiosas do Homem*³.

Do Concílio Ecuménico Tridentino (1545-1563) partiriam o primeiro conjunto de normas canónicas com o intuito de se regularizarem os arquivos eclesiásticos, e da razão de qualquer paróquia possuir o seu próprio arquivo com inventário de bens que deveria ser conservado. O trabalho de produção escrita é intrinsecamente relacionado com a transmissão da palavra de Deus, quem recebe a informação, sob original ou cópia recebe também uma memória transmitida no seio da comunidade e instituição⁴. O documento elaborado segundo modelos formais, adquire um cunho intemporal salvaguardando os atos humanos⁵.

No século XVIII por intermédio de Bento XIII (1724-1730), seria publicada a Constituição *Maxima vigilantia* com fim à regulamentação arquivística, um importante passo para a organização e normalização da atividade.

No século XIX por intermédio de Leão XIII (1878-1903) os fundos do Arquivo Secreto do Vaticano são abertos ao público e o trabalho dos arquivos religiosos começa a passar por facilitar aos investigadores o seu acesso. Até ao Código de 1917, *uma legislação genérica, abstrata, cheia de lacunas, justificando-se isso, na maioria dos casos, pela vontade de não entrar em excessivas casuísticas*, foram aprimoradas as

³ ROSA, Maria de Lurdes; PENTEADO, Pedro – “Arquivos Eclesiásticos” in AZEVEDO, Carlos A. M. (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa, 2000, p.118.

⁴ CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de – Para se achar facilmente o que se busca (Bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (Séc. XVIII)); Ed. Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2015, p. 45.

⁵ GOMES, Saúl António – Observações sobre dois formulários eclesiásticos medievais portugueses; *Humanitas*, Vol. LIII, 2001, p. 250.

políticas de conservação, salvaguarda e partilha documental entre clérigos e leigos. Em 1923 surgiria o primeiro Curso de Arquivística relacionado com a Diplomática e a Paleografia como forma de preparar uma futura geração de arquivistas⁶. Este sentimento de profissionalização da atividade despertou a tendência para o uso de métodos e teorias arquivísticas, em comunhão com o aproximar da Igreja aos diferentes Estados depois do processo de laicização levado a cabo pelo liberalismo e que resultou no confisco dos arquivos religiosos⁷.

Sob o signo de Pio XII (1939-1958) foi ordenado o inventário dos arquivos eclesiásticos italianos e do material existente. Na década de 50 nasceria a Pontifícia Comissão para os Arquivos Eclesiásticos Italianos e a Associação Arquivística Eclesiástica⁸ que promoveu em 1957 um Congresso do qual resultaria o Guia dos Arquivos Diocesanos de Itália e a revista *Archiva Ecclesiae* no ano seguinte⁹. Destas políticas despoletaram pelos países grupos dedicados ao estudo dos arquivos, veja-se a *Association des Archivistes de l'Église de France*, a *Catholic Archives Society* (Reino Unido e Irlanda) ou a *Association of Catholic Diocesan Archivists*, nos EUA, que desempenharam um papel fundamental na normalização da atividade, dado que as disposições do Código de Direito Canónico de 1983 ofereceram aos arquivos uma alargada liberdade de gerência¹⁰.

A arquivística desenvolveu-se aliada aos trabalhos de âmbito historiográfico, exemplo disso será em 1981 a criação do *Centre Européen de Recherches sur les Congrégations et Ordres Religieux* (CERCOM) e que foi responsável pelo despertar do estudo sobre as ordens religiosas¹¹. A publicação pela *Pontificia Comisión para los Bienes Culturales de la Iglesia* em 1997 da Carta Circular *La Función Pastoral de los Archivos*

⁶ *Idem*, pp. 144-153.

⁷ ROSA, Maria de Lurdes; PENTEADO, Pedro – “Arquivos Eclesiásticos” in AZEVEDO, Carlos A. M. (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa, 2000, p.118.

⁸ Acerca de tal veja-se a o discurso de Pio XII dirigido aos profissionais de Arquivos Eclesiásticos: PIO XII – *Discorsi e Radiomessagi di Sua Santità*; Diciannovesimo anno di Pontificato, 2 de Marzo; Tipografia Poliglotta Vaticana, 1958, p. 551-558.

⁹ ABREU, José Paulo Leite de Abreu – A Igreja e os seus arquivos: história e normas, até 1983 in ROSA, Mª Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (coord.), *Arquivística e Arquivos Religiosos: Contributos para uma reflexão*, 2000, p.153.

¹⁰ *Idem*, p. 119.

¹¹ WACHÉ, Brigitte – *Archives religieuses et recherche historique*, in ROSA, Mª Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (coord.), *Arquivística e Arquivos Religiosos: Contributos para uma reflexão*, 2000, pp. 12-13.

*Eclesiásticos*¹², veio reconhecer o fundamental papel das bibliotecas e arquivos da Igreja em cooperação com os organismos internacionais como o Conselho da Europa, UNESCO, CCIP ou o OCVP. O objetivo é revitalizar a função didática do arquivo, *su significado y uso práctico en la vida diaria de la Comunidad Eclesial. Esta misma perspectiva refleja, incluso, una definición más moderna y completa de lo que significa conservar el patrimonio cultural en general, cuando los esfuerzos de conservación van unidos a una intención más general de irradiar una sensibilización real en la sociedad*¹³.

Em Portugal desde a década de 90 do século XX que se têm empreendido esforços para a elaboração de um guia e roteiro dos arquivos eclesiásticos¹⁴. Preciosos contributos têm dado o CEHR (Centro de Estudos de História Religiosa), a Conferência Episcopal Portuguesa ao publicar documentos de orientação arquivística, assim como a Arquidiocese de Braga. A constituição do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa em 1993, e a instalação de arquivos diocesanos como o da Guarda vieram atirar novos alentos para a atividade.

São entendidos como arquivos religiosos o conjunto de documentos produzidos por um organismo religioso no exercício das suas funções. Os diferentes organismos religiosos podem ser divididos em três grandes grupos: os arquivos diocesanos, os arquivos paroquiais e os arquivos das comunidades religiosas e seculares¹⁵, incorporando todos estes um conjunto de especificidades que se devem ao carácter privado da instituição¹⁶.

A maioria dos arquivos diocesanos portugueses são constituídos pelos extratos dos registos de batismo, casamento e óbito. Em Portugal o processo de organização dos Arquivos Históricos Diocesanos tem sido um processo lento. Na mesma medida a documentação religiosa encontra-se dispersa, existem poucos índices e sumários, não

¹²MARCHISANO, D. Francesco – La Función Pastoral de los Archivos Eclesiásticos, in ROSA, M^a Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (coord.), Arquivística e Arquivos Religiosos: Contributos para uma reflexão, 2000, pp. 117-125.

¹³ *Idem*, p. 121.

¹⁴ Fortunato de Almeida queixara-se da inexistência de um inventário da arquivística religiosa. (cf.: ALMEIDA, Fortunato - História da Igreja em Portugal 1967 - 1971, Barcelos. Editora Portucalense, p.109.).

¹⁵LUCILLE POTVIN, S. N. J. M. – Contribution Pour La Définition D'Une Politique des Archives Religieuses, in ROSA, M^a Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (coord.), Arquivística e Arquivos Religiosos: Contributos para uma reflexão, 2000, pp. 57-58.

¹⁶ ARAHUETES, Anabella Barroso – O papel dos arquivos diocesanos na construção do sistema de arquivos da Igreja Católica: O caso da Diocese de Bilbao. Lusitania Sacra, 2^a série, 16, 2004, p. 297.

estando acessíveis aos investigadores¹⁷. São por isso poucos os arquivos com projetos suficientemente bem estruturados para o funcionamento¹⁸. Em 1995 Carlos Azevedo¹⁹ queixara-se da atenção dada à história religiosa: *A atenção dos historiadores em Portugal orienta-se para alguns campos de estudo específicos que poderíamos dividir em: história da espiritualidade, das ordens religiosas, da educação e dos movimentos e organizações pastorais*. Em 1999/2000 foi organizado pelo CEHR (Centro de Estudos de História Religiosa) em colaboração com a Universidade Católica Portuguesa o I Curso de formação de técnicos-adjuntos de Arquivo, variante Arquivos Religiosos. O objetivo teria sido desenvolver aptidões científicas aos agentes culturais e eclesiais na intervenção do sector. No início deste século o IPM (Instituto Português dos Museus) começou a promover a salvaguarda e promoção do património móvel nacional²⁰, trabalho que na questão da inventariação deu frutos em Lamego tendo sido ensaiados alguns programas de inventários e de gestão museológica.

Desde então, para ajuda do entendimento dos arquivos religiosos, do prelo saíram obras que puderam ajudar a compreender não só as dioceses como também a instituição Igreja na sua totalidade. De importância são os estudos sobre os movimentos e associações eclesiásticas e laicais²¹, como o sejam a Ação Católica, as associações de ação caritativa, os secretariados e as comissões. Ainda assim, os arquivos religiosos, salvo o trabalho desenvolvido no Patriarcado e em Braga, não têm sofrido de investigações suficientemente sérias que possam dar alento a uma compreensão mais abrangente dos sistemas de informação desenvolvidos em cada Diocese.

¹⁷ AZEVEDO, Carlos A. Moreira – *Historiografia religiosa portuguesa contemporânea* (séc. XIX-XX). Apontamentos para um guião da bibliografia posterior a 1980; AHIg, 4, 1995, pp. 271-305.

¹⁸ MATTOSO, José; PIRES, Silvana – *Arquivos Eclesiásticos*, in CRUZ, Manuel Braga; GUEDES, Natália Correia - *A Igreja e a cultura contemporânea em Portugal: 1950-2000*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2001, p. 244.

¹⁹ AZEVEDO, Carlos A. Moreira – *Historiografia religiosa portuguesa contemporânea* (séc. XIX-XX). Apontamentos para um guião da bibliografia posterior a 1980; AHIg, 4, 1995, pp. 271-305.

²⁰ LUSITANIA SACRA: *Protestantismo em Portugal nos séculos XIX e XX*; CEHR, 2ª série, Tomo XII, 2000, pp. 521-525.

²¹ Vejam-se: *Igreja e movimentos sociais: as organizações católicas em Portugal no século XX*; e mais recente: FONTES, Paulo – *A Ação Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na Sociedade*; LUSITANIA SACRA, 2ª série, 6, 1994, pp. 61-100.

2. 2. O Direito de acesso à informação em Arquivos religiosos.

Quando nos referimos a Arquivos Históricos falamos também de uma multiplicidade de tipologias de estruturas. Ele é arquivo particular, salvaguardado no solar de uma família abastada, ele é arquivo particular cedido a uma entidade pública, ele é arquivo administrativo, empresarial, municipal, distrital e religioso. Neste último, o nosso caso de estudo, multiplicam-se as suas variedades. São entendidos como arquivos religiosos o conjunto de documentos produzidos por um organismo religioso no exercício das suas funções. Veja-se a organização a título de exemplo do cadastro de fundos das instituições eclesiais do ANTT²².

O Direito Canónico regula a atividade dos arquivos em posse da Igreja no *Liv. II, Parte II, Cap. II, Art. 2*. O técnico do arquivo diocesano faz parte da Cúria, sendo que se subordina ao Chanceler ou Secretário. Dos Cânones surgem as diretivas a aplicar ao depósito da informação, como *guardem, dispostos na ordem devida e diligentemente fechados, os documentos*²³, ou *dos documentos que se encontram no arquivo faça-se um inventário ou catálogo com um breve resumo de cada um*²⁴. As normativas permitem à pessoa singular, sobre o seu estado, receber uma cópia ou fotocópia autêntica da documentação²⁵, ainda que exista um arquivo secreto onde se guardem sob segredo os documentos que a Diocese julgue conveniente. O Direito Canónico obriga à destruição dos documentos de causas criminais em matérias de *costumes cujos réus tiverem morrido ou que tenham terminado com sentença condenatória há dez anos, conservando-se um breve sumário do facto com o texto da sentença definitiva*²⁶. A Igreja reconhece a existência de outros arquivos como os de colegiadas, paroquiais ou igrejas catedrais, a este respeito pede que se *façam inventários ou catálogos em dois exemplares, um dos quais se guarde no próprio arquivo e o outro no arquivo diocesano*²⁷. Reconhece ainda, a par da existência de um arquivo *secreto* um arquivo histórico onde se guardem os documentos com valor histórico²⁸.

²² RAMOS, Fátima Ó; BRAGA, Joana (coord.) – Guia geral dos fundos da Torre do Tombo: instituições eclesiais. ANTT: 2011.

²³ Cân. 486, 1.

²⁴ Cân. 486, 2.

²⁵ Cân. 487.

²⁶ Cân. 489.

²⁷ Cân. 491.

²⁸ A este respeito temos de falar da necessidade de se reconhecer e clarificar à luz dos cânones o que pode ser passível de “segredo” e o que é reconhecido como histórico. Assim como é urgente que a Diocese construa um fluxo de informação que avalie e transite os documentos entre o arquivo corrente – arquivo secreto ou arquivo corrente – arquivo intermédio – arquivo histórico. Como numa fase posterior

Os arquivos públicos e privados têm em comum três princípios, a sua definição, a legislação que se aplica e o direito de acesso que qualquer um deve incorporar.

O que os distingue? O princípio da proteção da vida privada conforme o plasma o Artigo 26 da Constituição da República Portuguesa²⁹. A lei 107/2011 de 8 de Setembro define no seu Artigo 81 que os arquivos públicos e privados devem ser distinguidos com base na proveniência. Os públicos referem-se áqueles produzidos por estruturas públicas, estando divididos em nacional, distrital e municipal, já os arquivos privados, aqueles produzidos por entidades privadas, podem ser arquivos de pessoas coletivas integrados no sector público e/ou arquivos de pessoas singulares ou coletivas. Em todo o caso o arquivo independentemente da sua tipologia é um género de património se munido de interesse cultural para a sociedade (cf.: Artigo 80, 1º)³⁰.

Na atualidade os arquivos, enquanto repositórios digitais, têm também sido sujeitos à LADA (Lei n.º 26/2016 de 22 de agosto) que veio promover a transparência, difusão da informação, reutilização da informação (modernização do aparelho administrativo) e preservação da documentação em arquivo. Isto é, uma interdependência de características com propósitos claros: fomento da atividade cívica, integração e aproveitamento económico.

A legislação assenta no princípio da Administração Aberta que inaugura a sua publicação (Artigo 2º), pressuposto que anuncia uma política de transparência e liberdade para com os particulares. A lei veio adaptar a administração aos tempos modernos, em que a Internet assume um papel preponderante de divulgação. Por um lado, é facilitada a organização, para isso se desenvolvem ciências especializadas nesse campo: a ciência da informação (para registos correntes e com necessidade de uma interpretação funcional que sirva os propósitos de determinada área, isto é, de determinado conhecimento), a arquivística (para registos correntes e não correntes mas com uma grande necessidade de contextualização que sirva para elucidar acerca do ambiente em que a informação foi produzida, isto é, a avaliação do seu uso e valor em sociedade para que possa servir o futuro); por outro é refinado o processo que leva a informação a transitar de uma entidade para outra, encurtando os processos burocráticos ou até eliminando-os. Por isso se prende

mostraremos, o não entendimento destes pressupostos tem levado a que informação seja perdida, esteja inacessível, ou esteja ilicitamente acessível.

²⁹ *A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação.*

³⁰ Lei 107/2011 de 8 de Setembro.

uma das mais-valias da reprodução da informação em formato digital numa maior facilidade de conservação³¹.

Os bens culturais que os arquivos possam incorporar podem ir de encontro às definições de documento administrativo e nominativo, no primeiro caso o documento é qualquer suporte de informação no segundo é qualquer documento administrativo que contenha um nome identificável, uma apreciação de juízo de valor ou informação privada da pessoa envolvida (cf.: Artigo 3º, 1º, a) e b))³², sendo que não se consideram documentos privados as notas pessoais, esboços, apontamentos e outros registos de natureza semelhante³³.

Nos casos dos arquivos privados aquando da presença de um documento nominativo, o técnico deverá apreciar a informação que o mesmo contém. Para tal deverá apreciar a *Secção II – Direitos de Personalidade* do Código Civil, com cuidado especial ao Artigo 71 que protege a ofensa a pessoas falecidas, sendo que as providências de uma qualquer ofensa poderão ser tomadas por descendente, ascendente, irmão, sobrinho ou herdeiro, em tutela prolongada dos familiares, tendo que existir ponderação de interesses entre a sociedade e os tutelares (caso a sua existência) quando no prazo dos anos estabelecidos for revelada a informação. Da mesma forma será prudente tomar em atenção o Artigo 80 acerca da reserva da intimidade da vida privada, que a estabelece conforme o caso ou a condição das pessoas. Os artigos dedicados à posse de documentos por terceiros estão plasmados, no caso dos sucessores nos Artigos 71, nº 2, e 76 e 77; em relação aos detentores de memórias e escritos pessoais nos Artigos 71, nº 2, 75 e 77.

Nos arquivos particulares compete ao proprietário ou conjunto de proprietários proporem as regras e modalidades de comunicação da documentação, as quais serão objecto de apreciação e de proposta de homologação ao membro do Governo que superintende a política arquivística por parte do órgão de gestão (cf.: Artigo 17, nº 4)³⁴. No caso dos documentos administrativos é conveniente que se consulte o Artigo 268 da CRP que regula os direitos e garantias dos administrados em relação à documentação de natureza pública; estando simultaneamente ciente dos Artigos 61 a 64 do Código de

³¹ A conservação da informação em formato digital deve ser vista como um processo de renovação. Se o seu tratamento e divulgação para o presente serve as questões do presente, traduzindo-se em mais-valia social, política, cultural ou económica na curta ou média duração, o tratamento e disponibilização para o futuro traduz-se igualmente e mais em identidade e memória (do que foi primordialmente a informação) servindo de uma forma mais capaz a renovação e transição de conhecimento. Sem que os processos se repitam da mesma forma, podem melhorar.

³² Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto.

³³ *Idem*, Artigo 3º, nº2.

³⁴ Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro.

Procedimento Administrativo que regulam os termos em que o requerente pode obter informação face à entidade pública.

Os arquivos são agentes de responsabilidade civil, se a comunicação dos documentos for condicionada e exista violação dos preceitos do acordo por parte do arquivo aproveitando ilicitamente, ou permitindo a terceiro que aproveite os elementos de informação fornecidos pelos documentos, responderá pelos danos patrimoniais e morais a que der causa (Artigo 483 e 496)³⁵, sendo que ainda que possa existir autorização do titular para a limitação de um direito de personalidade, a autorização é revogável (Artigo 81, nº 2)³⁶. Em relação aos documentos disponíveis em formato eletrónico estão ao abrigo do artigo 61³⁷ e devem em todo o caso facilitar o acesso à informação (alínea a); tornar mais simples e rápido o procedimento (alínea b); reduzir a duração dos procedimentos (alínea c).

Consultando a LA de 1993 (DL 16/93, de 23 de Junho, Artigo 17) esta define que o tempo de disponibilização da documentação decorre após o decorrer de 50 após a morte da pessoa ou não sendo esta conhecida após 75 anos depois da realização do documento. Para os documentos referentes a documentos de pessoas coletivas o prazo de comunicação é após 50 anos. A Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro define o tempo de disponibilização da documentação definindo no seu Artigo 73, nº 4 que a duração da não comunicabilidade integral do património cultural caduca após o decorrer de 100 anos. Já a LA de 2016 (DL 26/2016, Artigo 17º) corrige igual lei de 1993 definindo que a acessibilidade a documentos nominativos é possível decorridos 30 anos após a morte da pessoa ou caso não seja conhecida a data 40 anos após a realização do documento. Para os documentos referentes a pessoas coletivas o prazo de comunicação é após 30 anos.

Tendo em conta que os bens em arquivo histórico são considerados património e que as reservas à disponibilização da informação colidem sobretudo com direitos autorais e da privacidade, a validade ou sentido do Artigo 73, nº4 da Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro é duvidosa.

Os arquivos históricos regem-se por uma legislação própria (Artigo 2º, nº 5)³⁸. Se determinado arquivo não disponibiliza a informação, ou a disponibiliza parcialmente poder-se-ão colocar as seguintes disposições:

³⁵ Código Civil, Secção V – Responsabilidade Civil; Subsecção I – Responsabilidade por factos ilícitos.

³⁶ Código Civil, Secção II – Direitos de Personalidade.

³⁷ Diário da República, 1.ª série; N.º 4; 7 de janeiro de 2015.

³⁸ Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto.

1. O resultado dessa política de não disponibilização ou disponibilização parcial da informação poderá tornar o processo de consulta da informação mais moroso e dificultado, indo contra o pressuposto da não burocratização pela não organização eficiente da informação (Artigo 5º)³⁹.

2. Segundo o artigo 4º da Lei de Acesso a Documentos Administrativos⁴⁰, as normativas da LADA aplicam-se nas seguintes alíneas aos arquivos definitivos: alínea a) aos órgãos de soberania e os órgãos do Estado que integrem a Administração Pública; alínea e) Órgãos das autarquias locais, das entidades intermunicipais; alínea i) Outras entidades no exercício de funções materialmente administrativas ou de poderes públicos, nomeadamente as que são titulares de concessões ou de delegações de serviços públicos. Mais, que a lei se aplica a qualquer documento detido pelas entidades que tenham sido criadas para satisfazer as necessidades de interesse geral e que não se revistam de carácter comercial ou industrial.

O requerente da documentação poderá no caso dos arquivos públicos efetuar o pedido de consulta ou reprodução seguindo um modelo disponibilizado pela entidade a que se dirige (se disponibiliza) na internet (Artigo 12º, nº 2)⁴¹; no entanto cabe à entidade no prazo de 5 dias informar o requerente de eventuais inconvenientes ou deficiências no pedido e informa-lo a forma correta de proceder (Artigo 12º, nº 6)⁴². O arquivo deverá adotar todos os esforços para disponibilizar ao requerente o acesso à informação. Os conteúdos informatizados devem corresponder em termos rigorosos ao conteúdo do registo (Artigo 12º, nº 2)⁴³. A consulta à documentação deve ser gratuita, eletrónica ou efetuada presencialmente nos serviços que os detêm por reprodução em fotocópia ou por qualquer meio técnico, designadamente visual, sonoro ou eletrónico ou ainda por certidão (Artigo 13º, nº 1, a), b), c))⁴⁴. Caso o requerente não concorde com uma eventual proibição da consulta poderá recorrer à CADA, que assume faculdades consultivas e que no prazo de 40 dias lhe dará um parecer relativo ao seu assunto (Artigo 12º, nº 4)⁴⁵. Ou poderá ainda avançar com um processo judicial.

³⁹ *Idem.*

⁴⁰ Diário da República, 1.ª série; N.º 160; 22 de agosto de 2016.

⁴¹ *Idem.*

⁴² *Idem.*

⁴³ *Idem.*

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ *Idem.*

O novo Regulamento Geral de Proteção de Dados,⁴⁶ aplicável a todas as entidades que tratem dados pessoais e direcionado em especial para as empresas, terá também as suas repercussões no tratamento de informação da Diocese, definindo o relatório de todas as atividades de tratamento de dados pessoais e obrigando a manter registo das mesmas.

Na prática, instituições seculares e que se mantêm em funcionamento terão de seguir o conjunto de normativas consideradas para o tratamento dos arquivos com interesse público ou para a investigação científica. Os atores do novo RGPD constituir-se-ão como:

- O titular dos dados: consentimento ou manifestação do titular dos dados no tratamento da sua informação, a partir de uma declaração escrita, eletrónica ou oral⁴⁷. O tratamento de dados em arquivos públicos, para investigação científica ou histórica deverá suportar-se no princípio da minimização dos dados. Se a informação servir recenseamentos ou trabalhos estatísticos caberá ao responsável pelo tratamento de dados garantir a não identificação do titular de dados.
- O responsável pelo tratamento: Determina os meios de tratamento dos dados pessoais. Pode, caso a consulta à informação própria pelo titular de dados, pedir o pagamento de uma taxa razoável, impedir a consulta, e suportar o carácter infundado e excessivo do pedido⁴⁸.
- O subcontratante: instituição que por meio do responsável pelo tratamento gere a informação do titular de dados.
- A autoridade de controlo: autoridade competente e externa responsável pela aplicação do regulamento.

Com o novo regulamento o titular de dados terá direito em pedir junto do responsável pelo tratamento a retificação dos seus dados⁴⁹. Poderá também pedir que se apaguem os seus dados⁵⁰ desde que estes deixem de ser necessários para a finalidade que cedeu, quando existe fundamento jurídico para tal, quando os dados são tratados ilicitamente, quando os dados são recolhidos de forma ilícita. Poderá ainda o titular de dados pedir ao

⁴⁶ Em vigor desde 25 de Maio de 2018.

⁴⁷ RGPD, I, 32.

⁴⁸ RGPD, III, Secção I, Art. 12º, 5.

⁴⁹ RGPD, I, Secção 3, Art. 16º.

⁵⁰ RGPD, I, Secção 3, Art. 17º.

subcontratante que para fins de interesse público, investigação científica ou histórica sob justificação de prejuízo, os seus dados possam ser apagados.

O novo regulamento considera assim dados pessoais a informação relativa a uma pessoa singular, que se identifique diretamente ou indiretamente por identificadores, números, localização ou elementos físicos, fisiológicos, genéticos, mentais, económicos, culturais ou sociais.

3. Os modelos de análise.

3.1. Plano de classificação.

A descrição de um arquivo obedece obrigatoriamente a critérios de classificação. A classificação da informação permite ordenar os elementos dispersos num todo agrupado e em categorias para que estes possam ser localizados, consultados e divulgados. Definir um sistema de classificação da informação serve os propósitos da disposição mental, para que o sujeito possa entender uma divisão agrupada e sub-agrupada, e material para que todos os documentos sejam organizados de uma forma lógica.

Em arquivo são necessárias várias etapas para que a informação contida num núcleo documental possa ser classificada e acessível pela comunidade. Assim se definem modelos de trabalho dos quais destacamos o de Vicenta Alonso⁵¹. Este aconselha uma metodologia qualitativa implicando uma consciência do arquivo como um todo com respeito à proveniência da documentação. Do mesmo modo se torna necessário entender o documento com uma nova utilidade, não a que lhe deu origem, mas a que lhe confere um carácter cultural⁵², tornando-se imprescindível para tal o estudo da instituição que esteve na sua origem compreendendo os seus estatutos, funções e atividade⁵³.

A denominação do tipo de documento nem sempre lhe define a função⁵⁴ a incorporação de um tratamento histórico ajudará a definir o tipo de informação desde as suas origens até ao processo administrativo⁵⁵. Passa, portanto, a contextualização da informação por uma análise criteriosa no tempo que espelhem a dinâmica, a estrutura e a organização tanto da documentação como da estrutura⁵⁶. Compreendendo a instituição

⁵¹ ALONSO, Vicenta Cortés – Nuestro Modelo de Analisis Documental. B. Anabad, XXXVI, nº 3, 1986.

⁵² MUNDET, José Ramón Cruz (dir.) – Administración de documentos y archivos, Textos Fundamentales. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2011, p. 24.

⁵³ GUEDES, Gracinda Maria Ferreira – Identificação, organização e comunicação da informação em Arquivos: O Fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro (1338-1873) incorporado no Arquivo da Universidade de Coimbra. Coimbra: Dissertação de Mestrado, 2015, p. 22.

⁵⁴ ALONSO, Vicenta Cortés – Nuestro Modelo de Analisis Documental. B. Anabad, XXXVI, nº 3, 1986, p. 422.

⁵⁵ MUNDET, José Ramón Cruz (dir.) – Administración de documentos y archivos, Textos Fundamentales. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2011, p. 23.

⁵⁶ GUEDES, Gracinda Maria Ferreira – Identificação, organização e comunicação da informação em Arquivos: O Fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro (1338-1873) incorporado no Arquivo da Universidade de Coimbra. Coimbra: Dissertação de Mestrado, 2015, p. 23.

que deu origem ao fundo documental estarão reunidas as condições para identificar a documentação e classifica-la de acordo com as normas definidas.

Nos Arquivos Históricos reside na identificação da documentação o maior problema. Se por um lado alguns documentos se encontram em estado bastante degradável por outro os manuscritos pedem a intervenção de técnicos familiarizados com a paleografia, pelo que a recorrência a esta e outras disciplinas como a diplomática ou a codicologia beneficiam a análise em pormenor da informação em arquivo definitivo. A acrescer, o número de elementos a identificar na informação de um arquivo está restrito a condicionalismos técnicos e económicos, pelo que em alguns arquivos nos deparamos apenas com o preenchimento dos campos obrigatórios de descrição da ISAD (G) ou ODA (DGARQ, 2007). O problema adensar-se-á se determinado arquivo tem núcleos de fundos desorganizados ou reorganizados sob critérios aleatórios.

A diplomática ocupa-se da autenticidade do documento tendo por base a análise de elementos formais paleográficos, a estrutura e a fórmula jurídica do documento. Usada predominantemente por historiadores, foi durante algum tempo uma disciplina auxiliar da história, sendo aproveitada na elaboração de teses como a de Armando Luís Carvalho Homem⁵⁷, um dos grandes Historiadores-diplomatas da atualidade. Na década de 80 do século XX a diplomática, disciplina nascida no século XVII, dividir-se-ia em Diplomática Histórica e Diplomática Arquivística existindo autores que questionam se ela não se dividirá ainda em Diplomática Legal⁵⁸. Luciana Duranti foi a precursora da diplomática contemporânea, observando elementos do tempo longo em documentos contemporâneos, do seu trabalho destaca-se a criação do InterPARES⁵⁹ que procurou responder a questões de autenticidade documental em comunhão com a conservação e acesso.

A Diplomática Arquivística assume termos iguais, mas com significado diferente da Histórica. O documento é também dividido em três secções: o protocolo que contém a ação administrativa, as pessoas envolvidas no ato, no tempo, lugar e espaço, o texto com as ações, ambiente que criou e o escatocolo que contém o contexto geral em que se insere a produção⁶⁰. A primeira investigadora a aplicar este género de crítica à

⁵⁷ HOMEM, Armando Luís – O Desembargo Régio: 1320-1433. Porto: Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1985.

⁵⁸ DURANTI, Luciana - Diplomats: New Uses for an Old Science. Lanham, Md: Scarecrow Press, 1998, p. 24.

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.interpares.org/>>, consultado a 2 de Maio de 2017.

⁶⁰ DURANTI, Luciana - Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia. S&C ediciones, 1996.

documentação foi Paola Carucci⁶¹ investigando não só o documento como também o arquivo, na análise formal dos atos jurídicos.

A relação do documento com o produtor estabelece a sua ordem no arquivo e a sua funcionalidade no fundo documental. Num fundo documental desorganizado a Diplomática assume uma importância renovada, porque auxilia o arquivista à análise externa da documentação facilitando-lhe o preenchimento das Fichas de Recolha de Dados e permitindo a identificação da tipologia, intervenientes e datas do documento⁶². A diplomática contribui em pontos essenciais da análise documental, tendo por finalidade a normalização das práticas de catalogação das espécies documentais, não sendo, contudo, no nosso entender, uma ferramenta suficiente para a boa prática arquivística. Assim, a paleografia e a codicologia (para o caso específico dos códices), a bibliologia, a sigilografia, a numismática, a epigrafia e até a arqueologia poderão auxiliar o papel do arquivista, pelo que o técnico deve ter presente a recurso estas disciplinas. Todavia e não descreditando o papel que todas as áreas referidas devem exercer junto do trabalho em arquivo duas áreas nos parecem exercer uma maior relevância para o trabalho em Arquivos Históricos, a paleografia e a diplomática.

Estas têm sido defendidas como disciplinas auxiliares da arquivística⁶³, igual papel lhes é atribuído junto da história. Antónia Herrera defende que existe uma diferença substancial entre o arquivista e o historiador, o primeiro precisará além do conhecimento na sua área de um vasto conhecimento sobre história, diplomática e paleografia, o segundo necessitará de igual conhecimento excetuando-se o em arquivos⁶⁴. Este modelo histórico-tecnicista enfrenta hoje uma profunda crise, a que opõe um modelo técnico e teórico a um modelo científico. Esta rutura, motivada pela declarada fragilidade do modelo anterior⁶⁵, levou a que hoje junto dos arquivos históricos encontremos profissionais maioritariamente ligados à ciência da informação, sem um conhecimento aprofundado das ciências ditas auxiliares e que anteriormente fomos referindo e

⁶¹ CARUCCI, Paola - Il documento contemporaneo. Diplomatica e criteri di edizione. Carocci, col. Beni culturali, 1987.

⁶² GUEDES, Gracinda Maria Ferreira – Identificação, organização e comunicação da informação em Arquivos: O Fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro (1338-1873) incorporado no Arquivo da Universidade de Coimbra. Coimbra: Dissertação de Mestrado, 2015, p. 26.

⁶³ HEREDIA HERRERA, Antónia – Ciências auxiliares de la Archivística, in Archivística general: teoría y practica. 4ª ed. Sevilla: Diputación Provincial, 1989, pp. 33-51.

⁶⁴ *Idem*, p. 35.

⁶⁵ Acerca de tal veja-se: RIBEIRO, Fernanda – Da Arquivística técnica à Arquivística científica : a mudança de paradigma. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Porto: 2002, pp. 97-110.

considerando de imprescindíveis. O arquivo é cada vez mais considerado um sistema em que o papel do arquivista é o de viabilizar o acesso à documentação em descrédito do princípio de proveniência, o de tornar a documentação funcional em descrédito da sua conservação⁶⁶. Este modelo científico-informacional assume a informação social (*conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, disco magnético, óptico, etc.) e/ou comunicadas em tempos e espaços diferentes*)⁶⁷ como objeto de estudo independentemente da sua materialidade; tem recurso à teoria sistémica que estabelece o arquivo como sistema fechado ou semi-fechado caracterizado pela estrutura, função e a memória; assenta o conhecimento em três polos: o epistemológico (onde se reconstrui e estabelecem os limites do conhecimento científico), o teórico (onde a razão estabelece os princípios e as leis do conhecimento), o técnico (onde se valida por contacto o conhecimento), e o morfológico (onde se dá forma aos resultados da investigação).

Parte dos novos profissionais em arquivos saberem conciliar estas duas perspetivas, reconhecer o intitulado paradigma, validar o seu método profissional de acordo com esta nova corrente sem, no entanto, renegar a herança empírica e a construção científica que as diversas áreas de conhecimento têm vindo a realizar sem que exista um tal sentimento de rutura.

Na atualidade a gestão documental ultrapassa a dicotomia história e administração que até ao tempo recente se vinha a praticar nos arquivos⁶⁸, princípio plasmado na Teoria das Três Idades conforme a NP 4041:2005, inspirada na obra de Jean-Yves Rosseau e de Carol Couture⁶⁹. Estes princípios referem o respeito pela proveniência e fundos do arquivo, pela ordem original e pela idade (se arquivo definitivo, corrente ou intermediário)⁷⁰. Da mesma forma em arquivo o técnico terá 5 etapas funcionais: a aquisição; a classificação, *operação que consiste na elaboração e/ou aplicação de um*

⁶⁶ RIBEIRO, Fernanda – Da Arquivística técnica à Arquivística científica : a mudança de paradigma. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Porto: 2002, p. 104.

⁶⁷ *Idem*, p. 106.

⁶⁸ JARDIM, José Maria - A invenção da memória nos arquivos públicos, in: Ciência da Informação, vol. 25, nº 2, pp. 1 a13.

⁶⁹ ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol – Os Fundamentos da Disciplina Arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

⁷⁰ NP-4041, 2005, p.16.

*plano ou de um quadro a unidades arquivísticas, acervos documentais e coleções factícias*⁷¹; o ato avaliador, a conservação e a comunicação.

Para a organização documental utilizamos três medidas em concreto: a classificação e avaliação como atos de ordenação, regulamentadas pelos dispositivos de normatização em prol de uma normalização da documentação⁷². Um plano de classificação é assim um *documento de arquivo que regista o sistema de classes pré-definidas e as respetivas notas de aplicação, nomeadamente quanto ao âmbito das classes e à ordenação das unidades arquivísticas abrangidas por cada uma, de modo a determinar toda a estrutura do arquivo*⁷³. A classificação dos documentos pode assumir diversas tipologias. Shellenberg defendeu que a classificação era de três naturezas: *the characteristics of modern records*, ou seja a ação implícita no documento e relacionada com a função da estrutura; *the activities involved in record management work itself*, ou seja a natureza da ação, associada ao desempenho; e *the kind of the organization that is to do the work*, ou seja, a natureza da organização, o ato e a matéria que a estrutura realizou e/ou tratou⁷⁴.

Desde este plano de 1956 surgiram outros que incluíram no organograma dos arquivos novas classes, como é o caso dos estudos de Ana Montero e de Alfonso Rodríguez, que propõem vários níveis de classificação: *en un primer nivel, podemos classificar los propios Archivos según las características principales de sus fondos de documentos (Archivos militares, eclesiásticos) o bien según el carácter de la Institución que produce los documentos (Archivos privados y públicos) e incluso dentro de estos últimos según el tipo de administración (municipales, provinciales, estatales, nacionales)*⁷⁵. Antonia Herrea por sua vez defendendo que *cada grupo o classe es único y distinto de los demás, com sus características propias que lo diferencian de los otros, pero insisto, formando parte de una estructura jerárquica*⁷⁶, apoia-se no princípio da

⁷¹ *Idem*, p. 14.

⁷² DGARQ: 2007, p. 15.

⁷³ *Idem*, p. 304

⁷⁴ SHELLENBERG, T. J. – *Modern Archives. Principles and Techniques*. Chicago: Society of American Archivists, 2003, pp. 35 a 43.

⁷⁵ MONTERO, Ana María Herrero Montero; RODRÍGUEZ, Alfonso Díaz – *La clasificación archivística*, in MUNDET, José Ramón Cruz (dir.) – *Administración de documentos y archivos. Textos fundamentales*. Madrid: Ed. Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2011, p. 134.

⁷⁶ HERRERA, Antonia Heredia – *Archivística General Teoría y Práctica, actualizada y aumentada*. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 5ª Edición, 1991, p. 267.

proveniência para considerar os órgãos e as suas funções como secções e os negócios e atividades como subsecções integradas na orgânica hierárquica da estrutura.

Hoje, por força da Ciência da Informação os critérios de classificação assumem novas tipologias. Entre elas a classificação funcional, orgânico-funcional, tipológica e temática (associada ao termo indexação). A classificação funcional é estática e tecnicista, classificando a documentação de acordo com a função a que se reporta⁷⁷, a orgânico-funcional tem em conta as particularidades do órgão e da sua função no tempo⁷⁸, a tipológica classifica de acordo com a tipologia dos atos que o documento encerra e a temática classifica por temas. A ODA: 2007 veio privilegiar o respeito pela proveniência, disposta em hierarquias, com atenção à ordem original e ao respeito pela organização da estrutura⁷⁹, compatibilizando-se com as anteriores normativas (NP 4438-1-2: 2005 e a NP 4041: 2005).

Como temos vindo a demonstrar a classificação da documentação contempla o conjunto de relações entre vários documentos e entre estes e a sociedade, tornando-se uma ferramenta de gerência, descrição e avaliação dos documentos. A atribuição de classes aos fundos significa promover orgânica e representatividade ao fundo documental. O plano de classificação que se desenvolve a partir das classes serve de base à construção de índices e vocabulários controlados, auxiliares da descrição de documentos. Até há algum tempo faltavam no processo de descrição um conjunto de diretivas relativas à autoridade de controlo⁸⁰, que surgiram apenas aquando da criação da ISAD(G): *General International Standard Archival Description*⁸¹. Os critérios eleitos definem uma descrição feita do geral para o particular de acordo com a estrutura hierárquica do fundo, sendo que entre as descrições devam existir ligações, a representação rigorosa da unidade de descrição e a não repetição da informação⁸². Com a

⁷⁷ Na NP-4438-1-2: 2015, p. 22 recomenda-se o uso desta tipologia. Veja-se o caso da MEF (Macroestrutura funcional). Em linha: <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/2012-05-31_MEF-v1_0.pdf>; Consultado a 2 de Maio de 2017.

⁷⁸ RIBEIRO, Fernanda – Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso? Porto: Revista da Faculdade de Letras, Ciências Técnicas do Património, I Série, vol. IV, p.99.

⁷⁹ ODA: 2015, DGLAB, p. 20.

⁸⁰ Definição de autoridade de controlo: *Authority controlo f library catalog is maintained through na authority file that contains the terms used as acess points in the catalog. The acess points that determine the structure of the catalog may be real entry headings on bibliographic records or cross references.* CLACK, Doris Hargrett – Authority Control. Principles, Applications, and Instructions. Chicago and London: American Library Association, 1990, p.1.

⁸¹ RIBEIRO, Fernanda – Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos. Porto: Câmara Municipal do Porto, Departamento de Arquivos, 1996, p. 9.

⁸² ISAD (G): 1999, pp. 16-17.

*ISAAR (CPF)*⁸³ que complementa a norma anteriormente referida, é proporcionada a descrição da entidade produtora e gestora do arquivo⁸⁴.

O trabalho de descrição e a classificação dependem assim um do outro na medida em que o primeiro se constrói a partir do segundo, e o segundo, porque depende do estudo da estrutura que produziu a informação, depende da boa preconização do primeiro.

Em arquivos não existe um vocabulário normalizado que se aplique, pelo que a elaboração do mesmo será sempre indutivo⁸⁵, isto é, no *tesauro* admitem-se termos à medida que estes vão sendo encontrados na documentação, sendo que o controlo de vocabulário feito no início obriga a colocar o termo em categorias pré-estabelecidas pelo controlo de autoridade⁸⁶. Efetua-se o controlo do vocabulário, desde o início e, cada termo, é colocado numa ou várias categorias anteriormente estabelecidas⁸⁷. No trabalho de controlo de autoridades o arquivista deve reger-se por normas internacionais, ou nacionais como a *ISAAR (CPF)* para o efeito. A norma *ISSO 2788*, que em Portugal correspondente à *NP 4036: 1992* estabelece os critérios a serem utilizados no trabalho, da mesma forma que o uso de auxiliares *thesauri*⁸⁸ podem ajudar à escolha de termos⁸⁹.

Os conceitos que servem a indexação são específicos e complicam a criação de autoridades de vocabulário. Consequentemente um conjunto de arquivos com as mesmas particularidades como sejam os religiosos devem desenvolver uma linguagem própria, ainda que essa lista de vocábulos desenvolvidos deva conter classes temáticas que subdividam os conceitos⁹⁰. A criação de um vocabulário controlado ou uma autoridade é um processo moroso, mas que protagonizado facilita a recuperação de informação. Os critérios que devem ser adotados pelos produtores do vocabulário no início do projeto de gestão documental é determinar a finalidade e o público a quem serve a estruturação

⁸³ *ISAAR (CPF)*: 2004, Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias.

⁸⁴ *Idem*, p. 9.

⁸⁵ RIBEIRO, Fernanda – Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos. Porto: Câmara Municipal do Porto, Departamento de Arquivos, 1996, p. 67.

⁸⁶ *ISAAR (CPF)*: 2004

⁸⁷ *NP 4036: 1992*, p. 22.

⁸⁸ Exemplo: 1. AITCHISON, Jean, compil. – *Unesco Thesaurus. A Structured List of Descriptors for Indexing and Retrieving Literature in the Fields of Education, Science, Social Science, Culture and Communication*. Paris, UNESCO, 1977. 2 vol.

2. *SECRETARIAT DES MISSIONS D'URBANISME ET D'HABITAT - Thesaurus*. Paris, S.M.U.H., 1975. 2 vol.

⁸⁹ RIBEIRO, Fernanda – Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos. Porto: Câmara Municipal do Porto, Departamento de Arquivos, 1996, p. 67.

⁹⁰ *Idem*, p.68.

vocabular⁹¹. Neste aspeto sublinhamos a Carta *A Função Pastoral dos Arquivos Eclesiásticos*⁹² que pretende utilizar os arquivos eclesiais num papel didático de conservar do *património cultural en general, cuando los esfuerzos de conservación van unidos a una intención más general de irradiar una sensibilización real en la sociedad*. O vocabulário que se define destina-se assim a um ambiente genérico, perfeitamente compatível para a partilha com um público não especialista, quase que numa contradição por alguns destes repositórios estarem ainda muito “protegidos” pelas estruturas que os detêm.

A Carta que anteriormente referimos levanta uma problemática essencial que o arquivista deve analisar: é que ao admitir o documento como património cultural, isto é, um património em constante mudança plasmado na herança da cultura documental admite-se também variações terminológicas, indefinindo a metodologia que o profissional deve utilizar e obrigando-o a construir um plano em que novos termos devem ser apresentados. É então que a indexação se torna essencial na família arquivística, porque a informação sobre o património cultural à luz das conceções atuais deve ser apresentada de forma a permitir *nuances, ambiguidade e incerteza*⁹³, não existem factos sobre objetos culturais e a sua criação, eles são sempre resultado de uma construção, daí que seja necessária uma distinção entre a informação que se exhibe ao usuário e a informação destinada à recuperação⁹⁴.

Em arquivos a Norma *ISAD (G)* compreende sete zonas de descrição de informação e de elementos associados: Zona de Identificação; Zona de contextualização; Zona de conteúdo e de estrutura; Zonas de condição de acesso e de uso; Zona de fontes relacionadas; Zona de notas; Zona de controlo de descrição. Para o registo de autoridades arquivísticas, o ICA desenvolveu a *ISAAR(CPF)* - norma internacional de registo de autoridade arquivística para pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias. Para a utilização de vocabulários controlados existe a *ISO 5963*, a *ISO 2788* e a *ISO 999*. Para

⁹¹ HARPRING, Patrícia – Introdução aos Vocabulários Controlados. Terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais. MULLER, Christina Maria (trad.). São Paulo: Laser Press Gráfica e Editora Ltda, 2016, p. 163.

⁹² MARCHISANO, D. Francesco – La Función Pastoral de los Archivos Eclesiásticos, in ROSA, M^a Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (coord.), Arquivística e Arquivos Religiosos: Contributos para uma reflexão, 2000, pp. 117-125.

⁹³ HARPRING, Patrícia – Introdução aos Vocabulários Controlados. Terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais. MULLER, Christina Maria (trad.). São Paulo: Laser Press Gráfica e Editora Ltda, 2016, p. 38.

⁹⁴ *Ibidem*.

o intercâmbio de informação descrita segunda a *ISAD(G)*, a Biblioteca do Congresso e a *Society of American Archivists* desenvolveram a norma *EAD - Encoded Archival Description*. Para a aplicação nacional, no caso de Portugal, a *ISAD(G)* deverá ser aplicada em conjunto com as Orientações para a Descrição Arquivística – *ODA*.

A *ISO 5963* encontra equivalência em Portugal com a *NP 3715: 1989*; e a *ISO 2788* encontra equivalência com a *NP 4036: 1992*. Estas são as normas recomendadas pela *ISAD (G)*⁹⁵. Nos seus objetivos a *NP 3715* declara que os métodos apresentados servem os sistemas de indexação que exprimem o conteúdo dos documentos de forma resumida, ainda que não se aplique a organismos que utilizem técnicas de indexação automática nos quais os termos de um texto são organizados em conjuntos ou classes. Por sua vez a *NP 4036: 1992* tem aplicação nos tesouros monolíngues, servindo a indexação de linguagens controladas e relacionando-se com coleções de documentos listados em catálogos ou bibliografias.

Os arquivos eclesiásticos reúnem todos semelhantes particularidades⁹⁶, a indexação em arquivos fará maior sentido ao nível das séries documentais e a *NP 4036: 1992* compatibiliza-se com coleções de documentos listados em catálogos, ao contrário da *NP 3715* incompatível com a indexação em organizações de conjuntos ou classes. A *ISAD (G)* refere expressamente que no âmbito da descrição multinível como objetivos tem: *evitar redundância de informação em descrições arquivísticas hierarquicamente relacionadas. No nível superior apropriado, fornecer a informação comum às partes que o compõem. Não repetir num nível inferior informação que já tenha sido dada num nível superior*⁹⁷.

⁹⁵ *ISAD (G)*: 2004, p. 12.

⁹⁶ Veja-se a *Carta A função pastoral do Arquivos Eclesiásticos(...)*.

⁹⁷ *ISAD (G)*: 2004, p. 17.

3.2. Proposta de organização arquivística.

A Arquivística compreende dois campos: a teoria, com a sua própria história, metodologia e âmbito de aplicação e a prática composta pela técnica, conservação documental e disponibilização da informação. Divide-se ainda em específica, resultado da sua evolução, mas também em auxiliar quando admite conhecimentos de outras áreas que lhe permitem desenvolver o estudo⁹⁸. A informação nasce naturalmente da interação dos homens em sociedade pelo que a sua produção obriga à organização em bibliotecas e arquivos para que se preserve e conserve⁹⁹. Um arquivo pode apresentar personalidade jurídica própria e ser considerado uma instituição, ou se inserido numa instituição, ser um setor orgânico. O arquivo é considerado como tal quando apresenta a informação estruturada em órgãos que refletem o funcionamento de determinado serviço ou uso, associado com a memória¹⁰⁰.

A produção de informação em excesso, a consciência social do tempo e da degradação, obrigou no seio da arquivística à criação de um plano de avaliação da informação denominado por *Teoria da três Idades*, que estruturou o arquivo em *corrente* (com duração até 5 anos), em *intermédio* (com duração de 5 a 25/30 anos), e em *histórico* (com mais de 25/30 anos); plano que viria a descontextualizar a vida das instituições e consequentemente a sua incessante produção de informação; sendo que a consciência desta divisão etária fará somente sentido num relativo plano de avaliação de valor cultural, intimamente relacionado com o “arquivo” entidade histórica.

No caso dos arquivos religiosos, porque o equilíbrio entre a espiritualidade e a materialidade extravasam os limites da perceção temporal, fará sentido entender a instituição como um sistema de informação do presente para o presente.¹⁰¹ Assim sendo só o estudo dos seus órgãos ao longo do tempo e das funções inerentes a cada um poderão

⁹⁸ MUNDET, José Ramón Cruz (dir.) – Administración de documentos y archivos, Textos Fundamentales. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2011, pp. 17 e 18.

⁹⁹ HERRERA, Antonia Heredia – Archivistica General Teoría y Práctica, actualizada y aumentada. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 5ª Edición, 1991, p. 213.

¹⁰⁰ SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – Arquivística – Teoria e Prática de uma Ciência da Informação. 3ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2009, p. 214.

¹⁰¹ Durante o nosso percurso académico e pessoal fomos cultivando o gosto e preferência pela conceção agostiniana de memória enquanto perceção de um tempo (presente-passado; presente-presente; presente-futuro).

corresponder a uma correta avaliação da produção de informação¹⁰². O funcionamento das organizações / instituições assentam sobre três conceitos: o conceito de interdependência, em que a mudança de um sistema, ou de uma das suas partes afetará globalmente o funcionamento de todos os sistemas; o conceito de totalidade em que o sistema composto de várias entidades, com natureza diferenciada de sistemas fechados e abertos,¹⁰³ é encarado do seu ponto de vista global; e o conceito de sinergia em que o esforço de dois ou mais órgãos se conclui num resultado final maior que o esforço de um apenas¹⁰⁴.

Num sistema existem várias partes que se relacionam num modelo hierárquico e horizontal pelo que um sistema é uma hierarquia de subsistemas que se possuído de vários níveis, é considerado complexo (configuração pluricelular)¹⁰⁵. Os elementos estão organizados numa estrutura e a forma como se relacionam na mesma define as particularidades do sistema¹⁰⁶, poderemos encontrar sistemas centralizados quando apenas um centro faz todo o controlo e gestão ou descentralizados quando é dada autonomia a vários órgãos¹⁰⁷. Um arquivo é ativo quando a entidade produtora resiste e ainda gera informação; desativado quando a entidade produtora cessa a sua atividade. O Arquivo reflete todas as relações estruturais do sistema, podendo ser uma instituição quando apresenta personalidade jurídica própria ou um serviço ou setor orgânico quando inserido numa instituição, como é o caso do Arquivo – Museu Diocesano de Lamego¹⁰⁸. É também um sistema (semi-) fechado de informação social que associa a sua natureza orgânica e funcional à memória¹⁰⁹.

A compreensão da relação de sistemas da Diocese permite contextualizar a produção de informação, avaliando-a e procedendo eficazmente na sua organização. O arquivo tem natureza orgânica *unicelular* quando a organização que o gera não tem divisões sectoriais, ou *pluricelular* quando a organização que o gera tem várias divisões

¹⁰² RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; REIMÃO, Rute - Universidade do Porto – Estudo Orgânico-Funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo. Porto: Reitoria da Universidade, 2001, p.28.

¹⁰³ NEVES, José Gonçalves; CAETANO, António; FERREIRA, José Maria – Manual de Psicossociologia das Organizações; Escolar Editora, Lisboa, 2011, p. 58.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 59.

¹⁰⁵ SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – Arquivística – Teoria e Prática..., p. 215.

¹⁰⁶ LISBOA, João; COELHO, Arnaldo; COELHO, Filipe; ALMEIDA, Filipe – Introdução à Gestão de Organizações; Núcleo de Administração de Empresas, FEC, 3ª Edição, 2004, p. 98.

¹⁰⁷ SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – Arquivística – Teoria e Prática..., p. 215.

¹⁰⁸ Direito Canónico; Liv. II; II; Art. 2.

¹⁰⁹ SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – Arquivística – Teoria e Prática..., p. 214.

sectoriais, neste caso o sistema de informação pode até gerar subsistemas com autonomia. Um ou outro género de arquivo poderão ser *centralizados* quando a informação é controlada por um único centro, somente os sistemas de informação pluricelulares poderão ser *descentralizados*, sucedendo tal quando os setores orgânico-funcionais ou os subsistemas (quando existem) operam de forma automatizada¹¹⁰.

A teoria orgânico-funcional opera sob quatro polos que lhe conferem cientificidade. O polo epistemológico resulta da construção do objeto científico, é onde se encontram os limites de todos os problemas da investigação, *dando-se uma constante reformulação dos parâmetros discursivos, dos paradigmas e dos critérios de cientificidade que orientam todo o processo de investigação*¹¹¹. O polo teórico é centrado na racionalidade do sujeito que investiga o objeto, na formulação de leis, hipóteses, operações e *confirmação ou afirmação do contexto teórico elaborado*¹¹². O polo técnico é aquele que resulta do contacto com a *realidade objetivada*, é quando se coloca em prática, através da observação e avaliação retrospectiva e prospetiva, as teorias e conceitos formulados¹¹³. Por fim, o polo morfológico é aquele que apresenta o objeto de estudo, onde se expõem o resultado da pesquisa e análise da construção científica¹¹⁴.

¹¹⁰ RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos; REIMÃO, Rute - Universidade do Porto – Estudo Orgânico-Funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo. Porto: Reitoria da Universidade, 2001, p. 28.

¹¹¹ *Idem*, p. 29.

¹¹² *Idem*, *Ibidem*.

¹¹³ *Idem*, *Ibidem*.

¹¹⁴ *Idem*, *Ibidem*.

Capítulo 2. O sistema de informação da Diocese de Lamego

1. Uma breve história da Diocese de Lamego.

No primeiro concílio de Braga de 561 a Diocese de Lamego não surgiria referida, estando presente no segundo concílio da mesma metrópole e tendo Sardinário, o primeiro Bispo conhecido de Lamego, assinado as atas do concílio em 572¹¹⁵. Até meados do século VIII com a invasão muçulmana vão-se sucedendo as presenças de Bispo de Lamego nos concílios de Toledo tendo chegado a Diocese a cunhar moeda própria em meados do século VII no Bispado de Profuturo¹¹⁶.

Lamego fora ocupada primitivamente pelo Império Romano, sendo-lhe cruzada uma importante via romana¹¹⁷, a monarquia visigótica estabeleceu-a como bispado. Dominada pelo Islão, no século IX a Diocese viria a ser restaurada por Afonso III estando já no século X de novo em posse muçulmana¹¹⁸. Neste período de ocupação muçulmana Lamego constituiu-se um importante centro administrativo, munida de muralhas. Em 1057 quando Fernando Magno conquistou a Cidade, a diocese foi entregue ao Bispo de Coimbra e a Cidade ao governo de Sisnando¹¹⁹.

Em meados do século XII Lamego era uma das grandes cidades do Reino, distante de Braga, Coimbra e Porto, mas equiparada a Viseu¹²⁰. Até à sua restauração em 1147 e incorporação do território de Entre Côa e Távora¹²¹ os bispos do Porto e Coimbra, D. Hugo e D. Gonçalo, disputaram em Roma em 1115 a jurisdição sobre o território da diocese de Lamego. O Papa acabaria por atribuir a administração ao Porto a 12 de abril sendo que a 8 de Junho já dava uma bula que revogava a anterior. No concílio de Burgos de 1117 foi assinada uma concórdia pela qual D. Hugo renunciava de toda a jurisdição sobre as terras a sul do Douro. A administração eclesiástica acompanhou as vicissitudes de um Portugal que se tentava afirmar como autónomo. Após a morte de Afonso VII em 1157 o Reino de Castela e Leão foi dividido pelos seus dois filhos tendo permanecido

¹¹⁵ COSTA, M. Gonçalves – História do Bispado e Cidade de Lamego; I – Idade Média: A Mitra e o Município; Lamego, 1977, p. 53.

¹¹⁶ *Idem*, p. 60.

¹¹⁷ BARROCA, Mário Jorge – Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI). PORTUGALIA, Nova série, vol. XXV.

¹¹⁸ DUARTE, Joaquim Correia – História da Igreja de Lamego; Ed. Diocese de Lamego, Lamego, 2013, p. 34-36.

¹¹⁹ COSTA, M. Gonçalves – História do Bispado e Cidade de Lamego; I – Idade Média: A Mitra e o Município; Lamego, 1977, pp. 73 e 74.

¹²⁰ MARQUES, Oliveira A. H. – Breve História de Portugal; Ed. Editorial Presença, 8ª edição, Lisboa, 2012, p. 45.

¹²¹ MOREIRA, Luciano Augusto dos Santos – A Evolução da rede paroquial entre o Côa e o Távora do século XI ao século XVI; Dissertação de Mestrado, FLUC, Vol. I, p. 99.

separados até 1230. Além da situação política na Península Ibérica levar a que D. Afonso Henriques e os sucessores deixassem de sentir a obrigação de vassalagem imperial, foi desde o início desígnio que as fronteiras da administração eclesiástica coincidissem com as políticas. Lamego tinha tido como Arcebispado o de Toledo até 1103 por garantia do primado sobre Espanha que o papa havia dado no século XI. A Diocese acompanhara a resistência de Braga que se estendera como metrópole desde a Galiza até ao Douro até 1118 altura em que a Arquidiocese, dada a situação governativa da condessa D. Teresa, o apoio ao antipapa e a restauração da Metrópole de Mérida, acabaria por perder os bispados a sul do Douro para Compostela¹²².

Em 1126 a questão tornava à corte pontifícia tendo Honório II, que sucedera a Pascoal, confirmado a posse das Igrejas de Viseu e Lamego a Coimbra¹²³. Em 1121 pela bula *Omnipotentis dispositione*, Calisto II transferiu para Compostela os direitos metropolitanos de todos os bispados desde Lamego a Évora. Por pressão de D. Afonso Henriques que criara todos os tipos de problemas à jurisdição Compostelana em 1138 foram sujeitas à Braga de D. João Peculiar todas as Sés pertencentes a Braga no tempo dos godos e leoneses: Viseu, Lamego e Évora¹²⁴.

O Bispo atuava junto de um conjunto de poderes eclesiásticos (Papado, instituições monásticas, colegiadas, o próprio cabido, arcediagados e igrejas locais) e seculares (monarquia, aristocracia, concelhos, comendas...) ¹²⁵. A Diocese de Lamego estava organizada em Arciprestados, dependentes diretamente do Bispo e da sua Cúria e em Arcediagados dependentes do Cabido¹²⁶, uma organização de modelo clássico descrita por sucessivas circunscrições¹²⁷. No Bispado de Lamego as terminologias Arciprestados e Arcediagados serviam para distinguir a obediência hierárquica e os modelos de governação. O Arcipreste, chamado também de Vigário Pedâneo, era o da dignidade pessoal, sem jurisdição autónoma, tolhido nas decisões judiciais finais pelo

¹²² MARQUES, Oliveira A. H. – Breve História de Portugal; Ed. Editorial Presença, 8ª edição, Lisboa, 2012, pp. 37-38.

¹²³ COSTA, M. Gonçalves – História do Bispado e Cidade de Lamego; I – Idade Média: A Mitra e o Município; Lamego, 1977, p. 85.

¹²⁴ *Idem*, p. 87.

¹²⁵ MARQUES, André Evangelista – A autoridade episcopal e a construção da rede paroquial na Diocese do Porto (Séculos X-XIV); in AMARAL, Luís Carlos (coord.) – Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense. CEHR – UC, Porto, 2017, p. 163.

¹²⁶ Esta realidade poderá ter existido até ao final do século XIX. Confronte-se em apêndices os organogramas da Mitra. Na atualidade os Arciprestados e Arcediagados estão dependentes apenas da Mitra.

¹²⁷ *Idem*, p. 168.

Vigário Geral no auditório. Aproxima-se do modelo de governação visigótica que vigorou até ao século XII¹²⁸.

No século XIV a Diocese estava estendida a sul do Douro até Arouca e entre as Dioceses de Coimbra, Viseu e Cidade Rodrigo, tendo-se dado a primeira alteração das suas linhas fronteiriças em inícios do século XV aquando da desanexação do território pertencente à Diocese de Cidade Rodrigo em terras portuguesas e incorporação em Lamego¹²⁹.

A reforma Tridentina veio reorganizar a administração diocesana com o objetivo da centralização dos prelados em torno da cúria. Os elementos centrais concentraram-se nas figuras do vigário-geral e do provisor delegados da justiça temporal e espiritual na diocese, papel que os cabidos em épocas anteriores teriam tido o poder de desempenhar. Destas mesmas surgem o arciprestado e arcediagado realizando a articulação da paróquia com a Cúria¹³⁰. A principal marca do reforço legislativo do bispo foram as constituições diocesanas reguladoras da vida eclesiástica¹³¹.

No espírito da contra-reforma aumentaria o volume da informação produzida, motivada pelas *inquirições de genere* e os processos que delas resultavam, pelas visitas, pelos processos judiciais cíveis e no seu desenrolar os crimes, pela transcrição de diversos tombos, provisões, portarias, pastorais e pelos registos paroquiais.

A Diocese de Lamego teria tido um Censual e um título de *Juro dos Sabudos do Senhor Bispo e terças de suas Igrejas*¹³², sabemos que em 1514 realizar-se-iam constituições sinodais do Bispado de Lamego sendo que destas não existe registo de impressão, só de 1561, em pleno espírito Tridentino nos chegaram registo de sínodos.

¹²⁸ *Idem*, p. 180.

¹²⁹ MOREIRA, Luciano Augusto dos Santos – O Bispado de Lamego na I República – Os efeitos da Lei da Separação do Estado das Igrejas; Ed. de autor, 2010, p. 31.

¹³⁰ RESENDE, Nuno – A Diocese de Lamego no contexto do património religioso e cultural português; Revista Douro, Estudos e Documentos, nº 22, 2007, p. 155. Acerca deste artigo, súmula historiográfica do património artístico da Diocese, aconselhamos vivamente a leitura pelas questões que levanta em âmbito local e nacional.

¹³¹ SILVA, Hugo Ribeiro da – O Clero Catedralício Português e os Equilíbrios Sociais do Poder (1564-1670); CEHR, Lisboa, 2013, pp. 48-49-

¹³² MOREIRA, Luciano Augusto dos Santos – A Evolução da rede paroquial entre o Côa e o Távora do século XI ao século XVI; Dissertação de Mestrado, FLUC, Vol. I, p.p. 31-32.

No século XVI a economia da Cidade parece ter passado por um período agonizante ainda que ao contrário de outras Dioceses estivesse, por via da meseta Castelhana, mais próxima dos centros de cultura europeus de que as cidades litorais¹³³.

No século XVII realizou-se um novo sínodo que reformou as anteriores disposições do século XVI e que teremos neste trabalho oportunidade de confrontar. Até ao século XVIII surgiram novas paróquias por um *fenómeno de autonomização em relação às grandes paróquias medievais (...) o que demonstra haver uma assistência religiosa mais próxima das populações e a preocupação pela evangelização, pondo em prática as diretrizes do concílio de Trento*¹³⁴. Tal situação levaria a que em 1770, fosse criada a Diocese de Pinhel vendo a Diocese de Lamego subtraídos os arciprestados de Riba Côa e Entre Côa e Távora, e ainda que lhe fosse restituído o território em 1773 a Diocese acabaria por perder cinquenta freguesias não instituídas¹³⁵.

O Constitucionalismo de 1820 despoletou a ideia de reformar as instituições eclesiais, a Carta de 1826 permitiu ao Rei nomear e prover benefícios eclesiásticos, em 1832 suprimiram-se os conventos e em 1833 todos os padroados a favor do governo¹³⁶. Nesta sequência várias foram as tentativas de extinguir a Diocese de Lamego, facto que nunca se viria a consumir, e que levaria a Diocese a estar sem Bispo do período de 1826 a 1844¹³⁷. Em final do século viria a perder as paróquias de Arouca e Castelo de Paiva excetuando-se Alvarenga, Almendra e Castelo Melhor em Vila Nova de Foz Côa, e a incorporar os concelhos de Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Abaças e Guiães. Em 1922 a Diocese viria a perder todas as paróquias a norte do Rio Douro para Vila Real¹³⁸.

O fim do antigo regime é particularmente penoso para as congregações religiosas e para as dioceses. A ação dominante da Igreja no ensino, assistência e cultura é ameaçada quando os seus bens são atingidos, quando os Bispos são nomeados. A guerra de 1830-

¹³³ RESENDE, Nuno – A Diocese de Lamego no contexto do património religioso e cultural português; Revista Douro, Estudos e Documentos, nº 22, 2007, p. 158.

¹³⁴ MOREIRA, Luciano Augusto dos Santos – O Bispado de Lamego na I República – Os efeitos da Lei da Separação do Estado das Igrejas; Ed. de autor, 2010, pp. 34-35.

¹³⁵ DUARTE, Joaquim Correia – História da Igreja de Lamego; Ed. Diocese de Lamego, Lamego, 2013, p. 56.

¹³⁶ TRINDADE, D. Manuel de Almeida – A Participação da Igreja no Concílio Vaticano II; p. 40.

¹³⁷ MOREIRA, Luciano Augusto dos Santos – O Bispado de Lamego na I República – Os efeitos da Lei da Separação do Estado das Igrejas; Ed. de autor, 2010, p. 45.

¹³⁸ DUARTE, Joaquim Correia – História da Igreja de Lamego; Ed. Diocese de Lamego, Lamego, 2013, pp. 58 e 59.

1834 promovera a fragmentação da sociedade, da própria Igreja e do Estado com a Santa Sé, situação que se viria a resolver com a concordata de 1841. É deste período que se podem explicar o surgimento dos diversos movimentos católicos que despoletaram pelas dioceses, motivados pela defesa dos valores religiosos e que em progressiva vantagem no debate de ideias com os liberais possibilitaram a reorganização das estruturas eclesiais, como foi o caso do seminário de Lamego em final de século. À medida em que avançamos pelo século XIX, observamos o surgimento do catolicismo social¹³⁹ e a intensificação da vida religiosa na paróquia. A pouco-e-pouco à medida que despoletava a industrialização, ainda que fraca, acabariam por surgir os núcleos de operários católicos. Neste período de paz Lamego vê um período de prosperidade cultural refletido na intensificação da vida de seminário¹⁴⁰.

Até à instauração da República a Igreja foi-se munindo de estruturas como o Centro Católico Parlamentar e o Centro Académico de Democracia Cristã de Coimbra (CADC) que atuou junto do partido nacionalista na defesa de valores e princípios tanto patrióticos como cristãos. Lamego acompanha este processo.

No século XX várias foram as tentativas para que Lamego fosse Distrito, tendo em 1919 com a restauração da Monarquia a norte de Portugal o facto sido consumado por um mês¹⁴¹. À altura da chegada da República a Diocese era constituída por 18 arceprelados e 287 paróquias, tendo sido o novo regime recebido sem grandes tumultos e confessando a Mitra que se mantinha à parte na predileção de qualquer regime. A Lei da Separação de 1911 veio animizar a relação entre a Igreja e os governos civis, tendo desde logo o prelado sido ultimado a abandonar o Paço Episcopal¹⁴². Em 1912, à semelhança de outras dioceses do país, o Bispo titular viria a ser desterrado pelo período de dois anos e a Mitra desprovida do seu sustento. É nesta altura que o Cabido perde a sua atividade económica e administrativa, situação que faria cessar as suas funções nos

¹³⁹ AZEVEDO, Carlos A. Moreira – Historiografia religiosa portuguesa contemporânea (séc. XIX-XX). Apontamentos para um guião da bibliografia posterior a 1980; AHIg, 4, 1995, pp. 271-305.

¹⁴⁰ RESENDE, Nuno – A Diocese de Lamego no contexto do património religioso e cultural português; Revista Douro, Estudos e Documentos, nº 22, 2007, p. 172-173.

¹⁴¹ MOREIRA, Luciano Augusto dos Santos – O Bispado de Lamego na I República – Os efeitos da Lei da Separação do Estado das Igrejas; Ed. de autor, 2010, p. 52.

¹⁴² Hoje é o Museu da Cidade de Lamego.

seis anos que se seguiram¹⁴³, e tornaria irreversível o poder que até então teria tido na administração da Diocese.

Quando em 1917 as relações da Igreja com o Estado se amenizaram os católicos voltaram a reunir-se, dando em 1926 origem ao primeiro Concílio Plenário Português e em 1933 à Ação Católica. No período de Prelado de D. Ernesto Sena de Oliveira (1944-1948) surgiria a ideia de se reestruturar o Arquivo Diocesano, depois da sua divisão entre o Arquivo Distrital e a Torre do Tombo e que *ocasionaram a perda irreparável de séries de livros paroquiais*¹⁴⁴, e após a definição do novo Paço Episcopal, primeiro no que é atualmente o Arquivo-Museu, e depois no atual Paço, foram transferidos os maços documentais para a cave deste último¹⁴⁵.

É devido a D. António Xavier Monteiro (1972-1995) um dos períodos mais laboriosos da Diocese. Bispo ligado à História, o Arquivo que hoje conhecemos no Paço Episcopal tem-lhe preservados os numerosos estudos religiosos, sociológicos e históricos e um conjunto avultado de livros reflexo da sua personalidade diplomata. Na carta pastoral que antecedeu a comemoração dos centenários religiosos¹⁴⁶ debruçou-se sobre a necessidade da criação de um Centro de Estudos Diocesanos e de uma Associação de Cultura e Incremento Regional, do seu Priorado resultou a obra historiográfica de Gonçalves da Costa. Com a implantação do liberalismo os sistemas de informação diocesanos sofreram um abalo profundo de tal forma que só com o advento da I República lhes foi possível reorganizarem-se¹⁴⁷, contudo em Lamego a primeira tentativa de inventariação da informação viria a surgir tardiamente em 1996 por técnicas do Arquivo Distrital de Viseu¹⁴⁸ do qual resultaria um incipiente guia de fundos.

¹⁴³ Para uma melhor e total compreensão do tema: MOREIRA, Luciano Augusto dos Santos – O Bispado de Lamego na I República – Os efeitos da Lei da Separação do Estado das Igrejas; Ed. de autor, 2010. MOREIRA, Luciano Augusto dos Santos – O Bispado de Lamego na I República – Os efeitos da Lei da Separação do Estado das Igrejas; LUSITANIA SACRA, 2ª Série, Tomo XXIV, 2011, pp. 67-90.

¹⁴⁴ RESENDE, Nuno – A Diocese de Lamego no contexto do património religioso e cultural português; Revista Douro, Estudos e Documentos, nº 22, 2007, p. 175.

¹⁴⁵ Local onde hoje permanecem tendo vindo a ser sucessivamente integrados na remodelada Casa do Poço e atual Arquivo-Museu.

¹⁴⁶ MONTEIRO, António Xavier de Castro Monteiro, D. - *Carta pastoral sobre os Centenários Diocesanos*. Ed. da Diocese, Lamego, 1976.

¹⁴⁷ RIBEIRO, Fernanda – Os arquivos das dioceses – uma realidade multissecular quase desconhecida; I Congresso sobre a Diocese do Porto - Tempos e Lugares da Memória; Ed. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, Porto/Arouca, 2002, Vol. I, p. 250.

¹⁴⁸ Teremos oportunidade neste trabalho de refletir acerca do mesmo.

A Diocese de Lamego é uma das duas Dioceses em Portugal que não é sede de Distrito e é a única a deter em sua posse os seus livros paroquiais¹⁴⁹. Após a revolução de 1910, contrariamente ao que sucedeu em outras Dioceses, Lamego conservou parte dos cartórios da Mitra e do Cabido, tendo transitado 254 códices para a Torre do Tombo. Destes apontam-se o Pontifical dos Bispos datado do século XIII e uma cópia das Inquirições de D. Afonso III e de D. Dinis. Outros, atestada a notícia da sua existência, perderam-se, como o Livro Doirado, o Beirão, o Livro do Toiro e o Protocolo das audiências episcopais¹⁵⁰, ou surgem transitáveis no mercado¹⁵¹. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo hoje encontra-se documentação referente ao Cabido¹⁵², à Igreja de Santa Maria de Almacave, à Mitra e ao Seminário.

A Diocese de Lamego viu-se espoliada de todo o seu cartório medieval, e documentação em pergaminho com exceção a 36 documentos com datas compreendidas entre 1403 e 1874¹⁵³. Os cartórios de São João de Tarouca e Salzedas levados para Viseu com o regime liberal arderam em 1841. Impressos transitaram para a biblioteca do Paço Episcopal¹⁵⁴. Os próprios Livros de registo paroquial foram pela revolução maçónica em alguns casos destruídos e depredados¹⁵⁵.

Códices como o Censual de Lamego do século XVI acabariam também por desaparecer ficando-nos a cópia realizada por Almeida Fernandes¹⁵⁶. Da mesma forma alguma documentação do arquivo, já depois da reorganização, viria a ser depredada como é o caso do Inventário das Capelas da Diocese¹⁵⁷.

¹⁴⁹ Repartidos com o Arquivo Distrital de Viseu.

¹⁵⁰ COSTA, M. Gonçalves – História do Bispado e Cidade de Lamego; I – Idade Média: A Mitra e o Município; Lamego, 1977, p. 3.

¹⁵¹ RESENDE, Nuno – Lamego e a sua catedral entre 1679 e 1712 no Códice 390 da Coleção António Capucho: espaços e dinâmicas segundo um livro de despesas do Cabido; in SARAIVA, Anísio (coord.) Espaço, Poder e Memória. A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX; CEHR, Lisboa, 2013, p. 183.

¹⁵² O Censual do Cabido da Sé de Lamego de 1691 é um exemplo. PT/TT/CSLM/027/L155.

¹⁵³ MARQUES, Maria Alegria Fernandes – Uma bula do séc. XV: pretexto e contexto; in Museu de Lamego. Pergaminhos; Instituto Português de Museus; 1ª Ed., 2002, p. 11.

¹⁵⁴ COSTA, M. Gonçalves – História do Bispado e Cidade de Lamego; I – Idade Média: A Mitra e o Município; Lamego, 1977, p. 4.

¹⁵⁵ *Idem*, pp. 275-276.

¹⁵⁶ (...) e digo «lê-se» porque creio existir ainda (o Censual) onde, ou em poder de quem, é que eu ignoro totalmente, o que – pelo menos para mim – equivale a perdido, ou na eminência de se perder (...) (cf.: FERNANDES, Almeida A. de – Censual da Sé de Lamego (Século XVI); Ed. Tipografia Viseense, Viseu, 1999, p. 5).

¹⁵⁷ Desde Inventário hoje resta no Arquivo Diocesano uma cópia do mesmo referente às Capelas do Arciprestado de Resende.

2. O Sistema de Informação da Diocese.

O sistema de informação da Diocese de Lamego é constituído pelos sistemas de informação da Mitra,¹⁵⁸ Colegiada de São Pedro de Castro Daire, Cabido de Lamego, associações eclesíásticas e associações laicais que estabelecem entre si trocas de energia, alternância no controlo da Diocese e laços de dependência e independência com as estruturas no tempo. O notariado episcopal de Lamego emerge por volta do Século XIII, intrigado pelo governo na cidade de dois poderes, o eclesiástico e o régio, realidade e particularidade que levou à alternância do tabelionato do couto e do burgo¹⁵⁹. A existência de um prelado não é suficiente para que consideremos o documento como ato episcopal, ele pelo contrário sê-lo-á sempre que produzido pela chancelaria episcopal¹⁶⁰. A chancelaria episcopal é tradicionalmente considerada um órgão da estrutura hierarquizada representada pelas funções de escrivão ou escrivães ou *chanceler* e notário, com um modelo diplomático próprio e que se identifica da restante produção documental. Ou ela pode ser compreendida em contexto genérico não como o órgão que produz a informação, e que pressupõe a existência de uma atividade, mas como a estrutura que materializa o resultado da atividade de determinado setor orgânico e por isso encerra e transmite uma realidade que não a sua.

O estudo sobre as estruturas que constituíram e constituem o sistema de informação da Diocese de Lamego e de uma forma global a Igreja católica, leva-nos a compreender que a chancelaria desempenha ao nível das relações e atividade da instituição um papel secundário, na medida em que esta existindo produz em função de outrem, ou se encontra diluída por um conjunto de órgãos como a câmara eclesiástica ou tribunal eclesiástico ou Vigararia-geral, destacando-se inevitavelmente para estes casos a figura dos seus funcionários. Na Diocese de Lamego a chancelaria serviria na íntegra este

¹⁵⁸ Julgamos necessário acerca da Mitra fazer a sua distinção para com o Bispo. Sendo um assunto complexo é da maior relevância entender que aqui se apresenta a Mitra como Sistema de Informação. A informação relativa ao Bispo, e que organicamente se constituiria e representaria como órgão surge representada em séries diretamente articuladas ao S.I. Mitra. As razões que nos levaram a optar por esta representação são de dois teores: o primeiro é a representação arquivística, sendo um sistema complexo, a inclusão de um órgão “Bispo” (secção) resultaria na representação da informação até a um nível *sub-sub-subsecção*; o segundo é a dualidade do termo Mitra, tanto entendido como o conjunto de bens patrimoniais destinados ao sustento e provisão do Prelado, como em articulação ao termo o *titular da Mitra* e em direta alusão ao Bispo. Assim, do S. I. da Mitra não depende a *secção* Vigararia Geral tanto como do *titular da Mitra*, que aqui por uma questão prática e metodológica optamos por subentender.

¹⁵⁹ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Tabeliães e Notários de Lamego na Primeira Metade do Século XIV; Humanitas, vol. 50, 1998, p. 588-624.

¹⁶⁰ CUNHA, Maria Cristina – A organização da chancelaria arquiépiscopal de Braga (dos primórdios a 1244); LUSITANIA SACRA, 2ª série, 13-14, 2001-2002, p. 455.

último propósito. A chancelaria era também cartório, que administrava o arquivo episcopal e capitular. Os atos contratuais do Bispo ainda que redigidos por um escrivão ou notário eram celebrados pelo poder do próprio ou pelo poder ordinário da Provedoria/Vigarraria Geral¹⁶¹, os da Câmara Eclesiástica pela Vigarraria que podia relegar o poder a um oficial e assim sucessivamente conforme os laços de dependência, sendo a função da chancelaria sem atividade própria¹⁶².

A secundarização da chancelaria e cartório na análise do sistema não lhe retira o estatuto de órgão ou reduz a sua atuação, pelo contrário potencializa a sua importância já que é a partir da mesma e do auxílio de disciplinas como a diplomática arquivística ou histórica que inquirimos toda a mecânica de funções e atividades da instituição. Ela assinala-nos modelos, a inteligibilidade do tempo, contextualiza-nos e certifica a existência e atuação dos sistemas no sistema.

A partir destes pressupostos é possível entender que a Mitra e o Cabido embora se constituam como sistemas próprios, com organização própria, não atuam de forma desarticulada. Em comum têm o governo da Diocese, dos arcebispos e das paróquias. Nas questões judiciais o Cabido pode, sem que suscite a autorização da Vigarraria, instaurar processos cíveis, mas estes são sempre apresentados na Câmara Eclesiástica e fixados (processos crime) no Tribunal Eclesiástico (vulgarmente chamado de Auditório). A instauração de um processo judicial cível obriga ao desenrolar de diversos procedimentos conforme o caso que se pretende julgar (ex.: reconhecimentos de propriedades, vedorias, procurações, visitadorias) sendo estes levados a cabo por funcionários como o procurador, vedor e visitador, normalmente empregados de ambos os sistemas. A celebração de contratos de propriedade, prazos ou empenhamentos, segue, todavia, formalidades diferentes de um e outro sistema¹⁶³ (sendo que até ao fim do antigo regime se vai uniformizando a produção contratual). O Cabido necessitava da administração judicial afinada da Mitra, a Mitra por sua vez beneficiava da constituição

¹⁶¹ Constituições sinodais de Lamego, 1563, pp. 162-163.

¹⁶² A atestar esta conclusão surgem-nos diversos índices elaborados a mando de outros órgãos.

¹⁶³ Constituições Sinodais de Lamego, 1683, p. 168.: O Cabido tinha o seu cartório no Cartório da Sé e Chancelaria, porém os atos administrativos do cabido obedeciam a regras próprias: *Assi mesmo declaramos que nesta constituição se nam compreenda ho cabido da nossa See que poderá guardar ho costume antigo que tem em fazer seus empenhamentos.* Ainda assim neste âmbito o Cartório da Mesa Capitular continuava subordinado à Provedoria: *E qualquer prazo ou aformaento que se fezer, sem ser guardada em todo a solenidade sobredita, segundo forma desta constituição: & sem nossa autoridade ou de nosso Provisor: declaramos ho tal prazo por nullo, & de nenhum vigor & effeyto, E as sobreditas pessoas que doutra maneyra empenzarem, os avemos por condenados cada hum em dez cruzados pera as obras da See & meyrinho, E na mesma pena encorrerá os colégios, & cabidos que nisso forem compreendidos.*

orgânica simplista dos capitulares para articular a rede de privilégios e o apoio à administração económica e administrativa do Bispado.

Se o Cabido e a Mitra entre si beneficiavam de autonomia para celebrar contratos e com cartório próprio, as paróquias, por sua vez ainda que beneficiassem de um tombo, eram tolhidas na sua ação pelos Distritos Eclesiásticos. Os Arciprestados foram a estratégia administrativa que as Dioceses planearam para estender de forma eficaz o seu poder¹⁶⁴. Este género de circunscrição foi aprimorado durante toda a Idade Média. Aos maiores distritos eclesiásticos foi dado o nome de Arcediagados, é o caso do Côa, mas também do da Sé, com lugar nas dignidades do Cabido e sem interferência direta do Prelado, até ao surgimento da figura do Visitador.

A paróquia, mais pequena célula da administração e ocupação do território, é o mais eficaz modelo de governação do Prelado e da sua Cúria e que resiste às vicissitudes políticas e sociais no desenrolar dos séculos; é aquela que apesar do materialismo da Igreja ter transitado no liberalismo, I e II República para o Estado conservou a mais primordial função do Cristianismo: o contacto de Deus com o homem. Porque na voz da Igreja os fiéis não comprem, eles pagam a manutenção de uma necessidade, porque os fiéis não dão moeda como troca à *salvação* eles ajudam a que os rituais se mantenham para ela. Requisitos de uma realidade obrigada pelo Concílio de Trento, na documentação paroquial encontramos na sua maioria registos de batismo, casamento e óbito, registo de perfilhações, inventários de bens (para o ritual litúrgico), registo de confirmações, rol de confessados....

É também por isso que na paróquia podemos encontrar um conjunto diversificado de realidades: propriedade régia, monástica, nobre, militar, secular...¹⁶⁵ E mais tarde a do seminário, irmandades e misericórdias, mas da paróquia ressalva-se essencialmente a administração do culto devidamente orientado pelo Prelado e coordenado pelos Distritos

¹⁶⁴ O ordenamento eclesiástico Lamecense era composto por uma forte centralização que ao longo dos séculos a Mitra (mais propriamente a Vigararia Geral) foi internamente cedendo por um conjunto de órgãos que foram criados. Os Arciprestados deixariam de ter a vigilância da Visitadoria e constituir-se-iam como os vigilantes dos preceitos sinodais e conciliares na Paróquia. Numa fase posterior a reunião de Arciprestes deixaria de fazer parte da Cúria, sendo que permanece como parte da Mitra.

¹⁶⁵ Disposta nos padroados e comendas.

Eclesiásticos; estes últimos encarregados de zelar pelo recolher dos costumes e da documentação guardada no arquivo da igreja paroquial¹⁶⁶.

As constituições sinodais de 1563 e 1683 sublinham que a *Igreja* se refere ao local de culto, seja nos territórios monásticos ou régios, ela articula uma comunidade de fiéis. Dela se servem os párocos para guardar os bens sacros e as peças documentais referentes à administração da mesma. A Igreja define o espaço circunscrito, isto é, uma comunidade que tem definido um local de culto, um pároco nomeado e património anexo para a sua manutenção. É também por tal realidade que encontramos os direitos da Mitra e do Cabido nas paróquias, não descritos na documentação paroquial, mas em tombos do Bispo ou das dignidades. A paróquia constitui-se tendo por base concílios gerais e particulares da Igreja¹⁶⁷, e apesar do seu território ser delimitado conforme a tributação de dízimos e privilégios, ela continuou a ter a obrigatoriedade de ter um pároco que a assistisse. A sua existência dependeu sempre do número de fiéis que se concentrassem em determinado território¹⁶⁸, sujeitas a uma regulação religiosa superior e passada através de uma rede hierárquica com cabeça no Prelado.

Relacionada muito mais com a administração espiritual para com os fiéis, a paróquia assumia variadas tipologias de acordo com a sua fundação¹⁶⁹, aí exclusivamente orientada aos propósitos materiais. Ela era abadia, priorado, reitoria, vigararia ou curato,

¹⁶⁶ Hoje, mercê das vicissitudes da História e do trabalho de constituição do Arquivo Diocesano, os Arquivos Paroquiais detidos pela Diocese encontram-se na sua larga maioria no Arquivo da Diocese, sendo neste trabalho apresentados em apêndices no Instrumento de Consulta.

¹⁶⁷ MOREIRA, Luciano Augusto dos Santos – A Evolução da rede paroquial entre o Côa e o Távora do século XI ao século XVI; Dissertação de Mestrado, FLUC, Vol. I, p. 144.

¹⁶⁸ *Idem*.

¹⁶⁹ A Paróquia rodeada de uma *unidade própria patrimonial* era revestida de uma altar, herdades de dote, direitos de estola e pé de altar, oblações de fiéis, dízimos e direitos paroquiais. A fundação de uma igreja não era somente movida por motivos de devoção, ela servia um propósito religioso e utilitário. (cf. OLIVEIRA... 1950, pp. 126-130). O direito de apresentação dos párocos era variado, estando dividido pelos senhores que possuíam a propriedade, pelo bispo, pelos paroquianos, pelo concelho ou pelo concelho e alcaides, pelos moradores, por indivíduos que munidos de títulos jurídicos eram padroeiros, pelos colégios (em igrejas que tinham colegiada) e pelo rei. (cf. ALMEIDA... 1967, p. 105). A partir do século XIII coube à Santa Sé prover os bispados, apesar de em relação à coroa preferir a manutenção de uma posição moderada que lhe permitisse mediar conflitos. As cedências do Papado em relação à nomeação de eclesiásticos por parte da coroa radicaram sempre no prestígio que determinado rei adquiria. A relação entre padroeiro e instituto eclesiástico era entendida como bilateral, visto o usufruto do padroado ser onerado com a responsabilidade do primeiro defender e manter financeiramente o segundo. (cf. VENTURA... 1997, p. 177-179). Na viragem do século XVI para XVII o Direito de Padroado consolidou-se como um conjunto de regalias que o padroeiro poderia usufruir. O privilégio do padroeiro era concedido ou transmitido por sucessão e reunia o direito de apresentação (*jus praesentandi*) e o direito honoríficos (*jura honorífica*). No decorrer da reforma liberal no século XIX os padroados particulares foram findados, no entanto o Estado capacitou-se de prover os cargos eclesiásticos. Com o advento da República e a Lei da Separação do Estado das Igrejas de Abril de 1911, o Estado acabaria por renunciar do direito de apresentação.

estando relacionados os rendimentos dispostos pelo clero paroquial após a tributação, com a hierarquia institucional que a paróquia detinha na circunscrição¹⁷⁰.

A paróquia constituía-se como um centro social e moral das comunidades. Em 1830¹⁷¹ os liberais, mercê da estendida tradição histórica das freguesias enquanto aglomerados organizados pela jurisdição eclesiástica, instituíram as Juntas de Paróquia com atribuições de culto religioso¹⁷². Em 1832 a Junta de Paróquia seria excluída do sistema de organização administrativa, em 1840 revogando as disposições do Código Administrativo de 1836 a Junta de Paróquia deixaria de fazer parte da organização administrativa limitando-se à administração dos bens da Fábrica da Igreja e à prática de beneficência e piedade recomendada por lei, sendo o pároco o presidente nato¹⁷³, para que mais tarde em 1878 voltasse a ser considerada administrativamente. As competências atribuídas às Juntas e às Paróquias foram durante todo o período liberal de inconstância, não existindo uma distinção clara entre as funções de natureza municipal e paroquial¹⁷⁴.

A *paróquia civil* de 1867 reflete a entidade administrativa descentralizada (até 1926), transição de uma circunscrição eclesiástica centralizada¹⁷⁵ que não deixou de existir. O sentimento de rotura, a *alma nova*, clamada na década de 70 por Antero de Quental em oposição ao catolicismo, no caso da paróquia (junta de paróquia, paróquia civil), não será nunca uma realidade. Desde cedo que a ação das paróquias na comunidade extravasou o âmbito religioso, substituindo o papel que o Estado viria a reclamar em termos assistenciais, de beneficência e educação¹⁷⁶. A criação das Juntas de Paróquia recriou um conjunto de processos que desde há muito vinham a ser desempenhados pela Igreja, tais como os recenseamentos, inventários e registos civis e a incluir outros de saúde pública e limpeza¹⁷⁷.

¹⁷⁰ ALVES, Ribeiro Daniel – Os dízimos no final do Antigo Regime. Aspectos Económicos e Sociais (Minho, 1820-1834); Ed. CEHR, Lisboa, p. 43-46.

¹⁷¹ SÁ, Victor de – Reforma administrativa liberal que precedeu a de Mousinho da Silveira; Revista da Faculdade de Letras: História, 02, 1985, p. 201-2016.

¹⁷² CAETANO, Marcelo, Manual de Direito Administrativo. 10ª Edição revista e actualizada pelo Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral. I Volume. Coimbra: Almedina, 2001, p. 353.

¹⁷³ Carta de lei de 29 de Outubro de 1840; das Juntas de Paróquia, art.º 1º, 1 e art.º 2º.

¹⁷⁴ MARQUES, A. H. Oliveira; SERRÃO, Joel, dir. - Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração. Volume X. Lisboa: Editorial Presença, 2004; p. 199.

¹⁷⁵ PAULETA, Carlos Mendes – As freguesias – História e Atualidade; Ed. Finis terra, XXXII, 64, 1997, pp.145-148.

¹⁷⁶ SANTOS, José António - As Freguesias - História e actualidade. Oeiras: Celta Editora, 1995, p. 41.

¹⁷⁷ Competia à Juntas de Paróquia, conservar e reparar a igreja paroquial, receber e administrar os rendimentos e esmolas da igreja. Da mesma forma cuidar da conservação de fontes, poços, pontes, caminhos, baldios e cuidar da saúde pública (cf. SANTOS... 1995, pp. 39-60). Quando vagava um benefício paroquial era aberto concurso documental. A admissão a concurso era realizada por requerimento

Apesar de em 1878 as Juntas de Paróquia passarem definitivamente a serem consideradas de autarquias locais (paróquias civis) a sua desarticulação para com a autoridade eclesiástica que as considerava como estruturas *criadas para o auxílio da Igreja e dos parochos, a quem se quiz exonerar da administração temporal dos bens doados á Egreja*¹⁷⁸, só viria a ser uma realidade com o advento da primeira república em 1910¹⁷⁹.

Como já foi referido a Mitra exercia o seu poder sobre as paróquias através de Distritos Eclesiásticos, vulgarmente chamados Arciprestados, dirigidos por um arcipreste nomeado pelo Bispo e que teria a obrigatoriedade de marcar um dia por mês uma reunião com o clero do distrito. Salvo o Vigário Geral cabia ao Vigário Pedâneo a jurisdição sobre todo o Arciprestado¹⁸⁰ no século XIX e sobretudo no século XX no Priorado de D. Agostinho. No século XVI o inventário das igrejas mais pobres, o inquirir se nas igrejas existiam os *parâmetros necessários e decentes para o culto*¹⁸¹ eram funções reservadas à Visitadoria que parece ter existido até 1889, nesta data *após constituída uma comissão a fim de distribuir equitativamente pelas Egrejas do Bispado algumas roupas* tais funções parecem ter sido assumidas em definitivo pelos Arciprestados, que já vigiavam judicialmente e economicamente as paróquias da sua jurisdição.

Em paralelo a estas estruturas a administração da Igreja beneficia de um conjunto de instituições com sistemas independentes do sistema diocesano ou com um vínculo hierárquico ao Prelado. As associações eclesiásticas são constituídas canonicamente, surgem da necessidade de doutrinação e intervenção social, que estando ao serviço da Igreja, servem as necessidades de culto e missionação. Estão subordinadas à hierarquia

à Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. O processo de seleção dos candidatos era apurado junto do Prelado da Diocese assim como exame ao comportamento moral e religioso. Relativamente ao comportamento civil eram ouvidas as autoridades administrativas e judiciais. O concurso era presidido pelo prelado, ou alguém nomeado pelo mesmo, assim como examinadores, três eclesiásticos, entre os professores de ciências eclesiásticas do seminário. O concorrente escolhido solicitava carta régia e colação ao Bispo, prestando fé e juramento e podia assumir o cargo. (cf. GOMES, Eduardo Miguel Macedo - A Administração Local na Monarquia Constitucional. O Papel da Freguesia e do Pároco (1834-1910). Dissertação de Mestrado em História. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2012, pp. 89-91).

¹⁷⁸ Revista Eclesiástica de Lamego, Vol. I, nº 1, 1889, Lamego, p. 206.

¹⁷⁹ Neste período o Estado revestiu a organização paroquial de um enquadramento jurídico e de órgãos modernos, mas em relação às práticas e à funcionalidade nos mesmos beneficiou da readaptação Eclesiástica familiarizada com os processos. (cf.: MONTEIRO, António Xavier de Sousa – Manual de Direito Administrativo Parochial para uso dos Parochos, obra igualmente necessária aos administradores dos concelhos, presidentes das camaras municipais, e vogaes das juntas de parochia; Ed. Imprensa Literária, 2ª edição, Coimbra, 1866).

¹⁸⁰ Constituições sinodais de Lamego, Tipografia União Gráfica, Lisboa, 1953, pp. 33-37.

¹⁸¹ Revista Eclesiástica de Lamego, Vol. I, nº 1, 1889, Lamego, p. 36.

tendo na maioria das vezes uma organização nacional, ou até internacional, normalmente circunscritas em países, regiões, dioceses e paróquias contribuindo para a concretização dos cânones e orientação da comunidade cristã de leigos. Podem ser autónomas relativamente à Diocese ou subordinadas conforme o patamar hierárquico de poder que ocupam. Os seus laços de dependência à Igreja são incontestáveis, enquanto que os das Instituições laicais, não reconhecidas canonicamente, contestados.

2. 1. A Mitra do século XVI a XIX.

A partir das Constituições Sinodais de 1563 e 1683 é possível reconstituir a dinâmica orgânica da Mitra de Lamego. A estrutura que auxiliava Bispo no governo da Diocese era a Cúria Diocesana, que foi ao longo dos séculos modelando-se de acordo com as exigências sociais, políticas e religiosas que a Mitra enfrentava. Na Cúria o Bispo depositava a confiança num Provedor, encarregado de assegurar os órgãos e funções da Provedoria. No século XVI e XVII três órgãos asseguravam o controlo da Diocese: a Provedoria, a Vigararia Geral¹⁸² e a Visitadoria. A Vigararia Geral servia estritamente os assuntos formais da Justiça, ainda que em assuntos económicos, como a cobrança de penas pertencesse à Provedoria na figura do Promotor da Justiça a função.

A Provedoria, a Visitadoria e a Vigararia Geral eram os órgãos subsequentes ao Bispo. A Visitadoria por inerência das suas funções era o órgão que atuava mais desarticulado do Provisor e do Vigário, sendo que estes últimos se promiscuiam em questões de Justiça. As questões económicas do Bispado eram reservadas à Provedoria, a vigilância dos costumes era repartida com esta e com a Visitadoria enquanto que as questões da Justiça eram controladas pela Vigaria Geral. Quando no Auditório, presidido pelo Vigário Geral, os seus oficiais, e o Promotor da Justiça, era julgada uma querela, auto ou denúncia a Visitadoria, a Provedoria e a Vigaria Geral recorriam ao Meirinho para mandar prender os culpados conforme a sua causa. Em alguns Arciprestados, ainda que subordinados à Provedoria, era também possível essa função: *foi ordenado (o Meirinho) principalmente para prender os culpados por mandado nosso, de nosso*

¹⁸² No desenrolar do estágio apercebemo-nos que estes dois órgãos eram ocupados pela mesma pessoa, pelo que nos documentos se trate o oficial por *provisor&vigairo*, enquanto Provisor o oficial assinava atos que deveria assinar enquanto Vigário.

*Provisor, Vigário Geral e Visitador e também os Arciprestes nos casos que podem mandar prender*¹⁸³.

Nas Constituições Sinodais de 1563 é referido a existência de um Vigário da Câmara de Trevões que repartia os santos óleos por *d'antre Coa e Távora*. Dois Arciprestes, do Vale da Rouca e Santiago de Piães. E um Arcediago, o de Ribacoa¹⁸⁴. Nas mesmas são dedicados capítulos a separar a justiça laica da leiga¹⁸⁵.

A visitação era desempenhada pelo Bispo e pelos visitantes¹⁸⁶, em todo o Bispado na presença dos *Abades, Reyttores, Vigarios, Curas, Coadjuutores, Beneficiados, & Economos das Conventuaes, & Sancristães deste Bispado*¹⁸⁷. A Visitação era realizada nas Igreja paroquiais seculares, regulares, de ordens e de Mosteiros de religiosos ou religiosas. Era também feita em Mosteiros¹⁸⁸ hospitais, albergarias, irmandades, confrarias e lugares pios¹⁸⁹.

O Visitador fazia também a visitação na cidade tendo o Provisor a mesma jurisdição mas não podendo o último revogar o que mandava a Visitadoria¹⁹⁰. A Visitadoria é um órgão que parece sofrer poucas alterações ao longo dos séculos: *Conformando-nos com a disposição de Direito & com as Constituições de nossos Antecessores, costume & estylo antigo*. O Visitador tinha o poder de aplicar penas económicas e espirituais na sua jurisdição, apelidadas de Decretos¹⁹¹.

O Visitador¹⁹² consultava nas paróquias os registos de batismo e os testamentos. Se estes não estivessem cumpridos seriam entregues ao Promotor da Justiça *pera que se cumpram como mays largamente diremos no titulo dos testamenteiros*¹⁹³. O Visitador informava-se das pessoas para crismar na paróquia e comunicava a informação ao Bispo¹⁹⁴. O Visitador vigiava e assinava a tábua ou caderno das missas a celebrar pelas

¹⁸³ Constituições Sinodais de Lamego, 1683, p. 559.

¹⁸⁴ Constituições synodales do Bispado de Lamego. Coimbra, 1563, p. 49.

¹⁸⁵ *Idem*, pp. 141 - 150.

¹⁸⁶ Constituições sinodais de Lamego, 1683, p. 503.

¹⁸⁷ *Idem*, p. 495.

¹⁸⁸ *Idem*, p. 493.

¹⁸⁹ *Idem*, p. 494.

¹⁹⁰ *Idem*, pp. 506-508.

¹⁹¹ *Idem*, p. 497.

¹⁹² A figura do Visitador e a Visitação foi um mecanismo desenvolvido pelos Prelados para controlar e vigiar a aplicação dos preceitos resultantes de Concílios e Sínodos (cf. PAIVA, José Pedro de Matos – “A Igreja e o Poder”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – História Religiosa de Portugal, vol. II; Ed. Círculo de Leitores, Mem Martins, 2000, p. 400).

¹⁹³ Constituições synodales do Bispado de Lamego. Coimbra, 1563, p. 12.

¹⁹⁴ *Idem*, p. 14.

peças que dotavam as igrejas. Estas tábuas e cadernos estavam na posse do Cabido, Colégios, Abades e Reitores¹⁹⁵. O Visitador ficava encarregado de recolher o rol de testamentários e de inquirir os testamentários que passado um ano e um mês não tivessem cumprido os testamentos¹⁹⁶.

Como em outras Dioceses a figura do Visitador assume especial importância em Lamego. A impossibilidade do Bispo em visitar todas as circunscrições eclesásticas obrigou em primeira instância à criação dos Distritos Eclesiásticos, sob o controlo bipartido da Mitra e do Cabido. Em relação aos Arcediagados, dignidades do Cabido, subordinados ao Deão e ao próprio Capítulo, o controlo e proveito exercido pelo Prelado só se faria com recurso ao órgão da Visitação. A visita à paróquia significava em trabalho e obrigações, sendo fonte de avultados rendimentos¹⁹⁷. A figura do Visitador reduzia a ação dos arcebispos, intermediários do poder da Mitra e da Paróquia numa época subsequente, para esta altura os Arciepis estavam cercados pelos maiores dignitários de poder na Cúria, sendo inclusive membros dela.

Nas constituições de 1563 era frequente usar-se a expressão *provisor&vigayro*, pelo que em algumas circunstâncias poderá ter existido um conflito de funções, sendo que segundo as constituições da Diocese deveriam existir um *provisor&vigayro* e um *vigayro geral*.¹⁹⁸ No século XVII as constituições definem claramente as funções de um e de outro, sendo que essa divisão nunca existirá na prática: *foi ordenado para que as partes com mais comodidade e brevidade tivessem despacho nos negócios e causas mais graves pertencentes ao Bispo, e à sua jurisdição voluntária (...) elle fara o Officio de Presidente por ser o nosso principal Official e Vigario Geral in ipiritualibus*¹⁹⁹. *Quando o nosso Vigario Geral estiver ausente, ou legitimamente impedido, servirá o dito officio juntamente com o seu de Provisor, sem que seja necessária outra comissão nossa; e sem poder pedir por iddo mais salario: e como estes Officios são distintos nam se deve hum entrometer no Officio de outro, nem o Provisor, posto que preceda, he Superior do Vigario Geral*²⁰⁰.

¹⁹⁵ *Idem*, p. 160.

¹⁹⁶ *Idem*, p. 195.

¹⁹⁷ ALVES, Ribeiro Daniel – Os dízimos no final do Antigo Regime. Aspectos Económicos e Sociais (Minho, 1820-1834); Ed. CEHR, Lisboa, 2012, p. 39.

¹⁹⁸ Realidade que como mostraremos adiante a informação não plasma.

¹⁹⁹ Constituições sinodais de Lamego, 1683, pp. 505-506.

²⁰⁰ *Idem*, p. 507.

Ao Provisor pertencia a cobrança dos frutos e arrendamentos, por assim dizer a administração económica, podendo *proceder com censuras, penas e sequestros (...)* *porem vindo as partes com embargos, os remetera ao Juizo contraditório do nosso Vigario Geral; excepto quando proceder defendendo sua jurisdição; porque neste caso poderá conhecer deles*²⁰¹. O Provisor absolvía casos na ausência do Bispo, podendo mandar publicar Jubileus e Indulgencias. Podia dar licença para se tirarem esmolas. Geria as economias que pertenciam ao Bispo por devolução. Recolhia, cobrava, arrendava e mandava guardar as rendas no depósito geral. O Provisor podia proceder com censuras, penas e sequestros *porém vindo as partes com embargos, os remeterá ao juízo contraditório do Vigario Geral*²⁰².

Fazia a visitação na Cidade e em todo o Bispado depois dos Visitadores entregarem os Livros (tinha a mesma jurisdição que os visitantes mas não podia revogar o que eles mandavam). O Provisor revia as contas da Cidade, assistia às eleições das Confrarias. Não lhe pertenciam as eleições de Abadessas dos Mosteiros, nem poderia dar licença para falar algum homem com Religiosa: *nem entender em cousa alguma do governo dos ditos Mosteiros; porque tudo isto reservamos para Nós* (o Bispo). *Salvo lho cometermos, fazendo especial menção*²⁰³.

Ao Provisor pertencia também as perguntas sobre o matrimónio quando se tratava de impedimento do voto. *Quando não vem por esta via, mas querendo hum contraente demandar a outro, as perguntas pertencem ao Vigario Geral*²⁰⁴. Competia-lhe ainda quando *falecer algum Notario Apostolico, logo irá a sua casa, ou mandara fazer inventario dos Livros de notas, autos e mais papeis, que tiver pertencentes ao Officio de Notario: E os entregara por inventario a outro Notario: Ou os mandara guardar na Camera*²⁰⁵.

O Provisor assinava as folhas pertencentes às matrículas e as cartas das ordens depois do escrivão *que assenta no dito caderno os que ouverem de ser ordenados*²⁰⁶. As matrículas seriam tresladas no prazo de três meses pelo escrivão (*livro da matricula*). Os cadernos e o livro da matrícula seriam levados *a arca que pera isso mandamos que*

²⁰¹ *Idem*, p. 508.

²⁰² *Idem, ibidem*.

²⁰³ *Idem*, pp. 506-508.

²⁰⁴ *Idem*, p. 509.

²⁰⁵ *Idem, ibidem*.

²⁰⁶ Constituições synodaes do Bispado de Lamego. Coimbra, 1563, p. 54.

*estee no tesouro da nossa See ou na casa do cartório do cabido com três chaves, das quaes hua terá o nosso Provisor e as outras duas hua dignidade e hu cónego que ho cabido pera isso ordenar*²⁰⁷. O Provisor estava também encarregado de permitir o uso de armas a clérigos mediante justificação de perigo nas suas deslocações²⁰⁸. O Provisor decidia sobre as penas a aplicar caso o batismo da criança sucedesse 16 dias depois do seu nascimento. Ficava também encarregue de assegurar que a criança era batizada na igreja da paróquia do pai²⁰⁹. O Provisor ou o Bispo estavam encarregados de passar de licença de batismo a infiel²¹⁰, absolvía casos de excomunhão²¹¹, recebia os róis de confessados de aquém e além Côa que mandava registar pelo escrivão na Câmara²¹².

O Provisor recebia dos apontadores do Coro (função que apontava o clero que se confessava) o rol das confissões em dias de festas. Onde não existiam os apontadores, o rol seguia para o Bispo ou para o Visitador²¹³. A confissão deveria ser sempre feita pelo reitor da freguesia. Caso tal não sucedesse, o crente deveria justificar o porquê e ter a licença de se confessar a outro clérigo passada pelo Bispo ou pelo Provisor²¹⁴.

Cabia ao Provisor ou ao Bispo todos os anos passar a licença para os clérigos poderem confessar²¹⁵. Ao Bispo ou ao Provisor estava reservada a confissão de heresia, homicídio voluntário fora de guerra, pais com filhos mortos por afogamento, *ou que poem fogo acintemente por fazer dano, antes que seja denunciado. Porque sendo denunciado he do Papa*²¹⁶. O Provisor passava licença para casamento pela segunda vez²¹⁷.

O Provisor punia quem não cumprisse com a indumentária, barba e tonsura²¹⁸. O Provisor passava cartas de cura. Os examinados ficavam descritos num livro, que daria ao escrivão da Câmara²¹⁹.

A justificação pela qual o Cartório da Sé está subordinado à Provedoria explicasse pelo seguinte excerto: *Por esta presente amoestamos e mandamos a todas as sobreditas*

²⁰⁷ *Idem*, pp. 55-56 e 78.

²⁰⁸ *Idem*, p. 78.

²⁰⁹ *Idem*, pp. 4 e 5.

²¹⁰ *Idem*, p. 10.

²¹¹ *Idem*, p. 17.

²¹² *Idem*, p. 19.

²¹³ *Idem*, p. 21.

²¹⁴ *Idem*, p. 27.

²¹⁵ *Idem*, p. 28.

²¹⁶ *Idem*, p. 29.

²¹⁷ *Idem*, p. 61.

²¹⁸ *Idem*, p. 77.

²¹⁹ *Idem*, p. 95.

peçoas, que daqui em diante nam façam emprazamento, ou aforamento algum de cousa ecclesiastica, nem pormetam de ho fazer, ora a promessa geral, ora special, se não sendo vaga por morte, renunciaçam ou demanda: & então se fará avendo s carta de vedoria de nos, ou de nosso provisor, & se passará per petiçam segundo ho costume antigo de nosso Bispado em que vam declaradas as condições & partes porque se quer fazer ho prazo & a veedoria hira cometida a huua, ou duas peçoas ecclesiasticas (...). O qual auto se apresentara ao dito Provisor & as partes juraram per seus assinados, ou Procuradores se ouve na dita apegaçam & assinaçam de pensam & contracto (...) E ho dito Provisor lhe dará sua autoridade com interpoлиçam do decreto, como ate agora se acostomou. E tirará ho esrivão dous prazos. Hum pera a parte, que será confirmado: & outro pera a igreja: os quaes ho foreyro pagará a sua custa²²⁰.

Apenas ao Provisor estava reservada passar licença para peditórios e cautelas com o selo do Bispo²²¹. Apenas ao Provisor e ao Bispo estava permitido passarem licenças para a pregação²²².

Os arciprestados eram subordinados à Provedoria, sendo uma extensão do poder jurisdicional do Bispo em territórios circunscritos. No século XVI e XVII gozavam de alguma independência na administração económica e judicial: *Era bom governo de nosso Bispado, foi antigamente per nossos antecessores ordenado, que ouvesse nelle vigairos pedâneos: e porquos taes hã de usar, conforme dereito e sonstituições episcopais segundo forma de suas cartas, pelas quaes lhes he cometida a tal jurisdição, e por terem ho seu poder limitado pera cada hum julgar em sua vigararia somente, sam como juízes delegados, que pera julgar nam podem cometer suas vezes a outrem, salvo nos casos que expressamente pera isso lhe sam concedidos²²³. Ordenamos & damos licença aos ditos vigayros que possam conhecer de quaes quer cousas e contendas: & antre quaes quer peçoas do limite de sua jurisdição (com tanto que a causa nam exceda a contia de quatrocentos reaes, & os vigayros de riba de Coa por estar mais alongada poderão conhecer atee contia de oytocentos reaes, & mais nam) nem toque a propriedade de bens de rayz, ou de dereytos que tenham esta natureza & qualidade²²⁴.*

²²⁰ *Idem*, pp. 163-164.

²²¹ *Idem*, p. 204

²²² *Idem*, p. 206.

²²³ *Idem*, p. 224.

²²⁴ *Idem*, *ibidem*.

Os Arciprestados *poderão receber e tomar querelas e denúncias e fazer autos de seu officio e feito o summario de testemunhas com seu escrivão, os remetera ao nosso Vigario Geral sem Pronunciação alguã (...) São finalmente obrigados a fazer todos os summarios e diligencias, que lhe forem cometidas por Nós ou por nosso Provisor ou Vigario Geral*.²²⁵

Os Vigários Pedâneos ou Arciprestes, podiam prender na fase do Processo-crime, mas não se pronunciar sobre a decisão final, isso caberia ao Vigário-Geral.

O Depósito Geral era constituído por duas funções: a de depositário geral e a de escrivão²²⁶. No Depósito Geral guardavam-se todas as receitas do Bispado, incluindo as do Promotor da Justiça, que eram ou guardadas ou distribuídas para as despesas do Bispo, do Provisor ou do Vigário Geral²²⁷.

De todos os oficiais da Câmara Eclesiástica e do Auditório nenhum se destaca tanto como o Promotor da Justiça²²⁸. Este elucida-nos do género de sistema judiciário, um sistema de direito comparado, semelhante ao *common law* inglês, sustentado na aplicação de decisões com base em precedências. Este raciocínio da justiça sustentado no casuismo era aplicado aos casos cíveis. O sistema judiciário da Diocese era vinculado a duas instâncias, a Câmara Eclesiástica e o Auditório (também chamado de Tribunal Eclesiástico), da primeira resultariam os casos cíveis, as decisões suasórias e não vinculantes, enquanto que no Auditório sem recusa das decisões da Câmara, se fixava a pena e obrigava à confirmação ou a novo juízo.

A Câmara Eclesiástica estava diretamente subordinada ao Bispo e à Provedoria: *nam começara a servir senão tendo Provisão nossa, assinada, e com o sello de nossa Chancellaria, e avendo tomado juramento perante nós, ou nosso Provisor*. Para a Câmara seguiam as diligências²²⁹ que o Bispo ou o Provedor mandavam realizar²³⁰. Era o tribunal presidido pelo bispo, que julgava os casos de disciplina eclesiástica e dos processos relativos a matrimónios e aos registos paroquiais, sendo que através do Escrivão da Câmara apontavam-se num caderno todos os que se matriculavam para a ordenação²³¹.

²²⁵ Constituições Sinodais de Lamego, 1683, p. 551.

²²⁶ *Idem*, p. 603.

²²⁷ *Idem*, p. 604.

²²⁸ O Promotor da Justiça era o principal delegado de acusação.

²²⁹ Ação de investigar ou buscar: fez diligência para prender o ladrão.

²³⁰ *Idem*, p. 565.

²³¹ *Idem*, p. 54.

O Auditório era o tribunal dos objetos contenciosos, local onde se reuniam o meirinho, escrivães, solicitadores e porteiros do auditório, funções dependentes da Vigararia Geral. No auditório pertenciam as causas crimes (processos-crimes) e cíveis (libelos-cíveis) de foro contencioso ao Vigário Geral²³².

Neste sistema judicial as disputas eram resolvidas através de uma troca de argumentos e provas contraditórias. As partes apresentavam os seus casos ao juiz (Provedor) que avaliando as evidências, aplicava a lei adequada aos fatos (Direito Canónico) elaborando uma sentença. Esta sentença não era fixa, podendo qualquer das partes recorrer da decisão ao Auditório. O Tribunal Eclesiástico podia rever as sentenças apenas de direito, e não determinações de facto. Veja-se: A Vigararia Geral tinha o poder sobre o auditório, cabendo à *Provedoria tomar e receber querelas, denunciações e mandar faer summarios, ou perguntar por si as testemunhas e pronunciar. Porem pronunciando que se livre o culpado, ou da prizão, ou de fora della; no mesmo despacho declare, que há de ser perante o nosso Vigario Geral. E ainda que o não declare, assim se entendera sempre*²³³.

Além do Vigário Geral que vigiava todas as funções do auditório, o já referido Promotor Fiscal tinha lugar no tribunal, assumindo na hierarquia o segundo posto e atuando como delegado do contraditório *para se administrar justiça e se castigarem os delitos e fazer officio de acusador e denunciador onde não ouver outra parte*²³⁴. A Promotoria da Justiça era assim o órgão encarregado de no auditório *sempre pedir vista antes de final conclusão de acordo como lhes parecer justiça e serviço de Deos*²³⁵, isto é, incumbia-lhe zelar pelos interesses eclesiásticos.

No Título XXXIII das constituições de 1563 temos a descrição do que se passaria no julgamento de querelas, denúncias das querelas e seguros de pagamento das despesas da justiça.

Querelas: Quando se tratava de um clérigo ou pessoa eclesiástica da jurisdição do Bispado, teria que fazer juramento de verdade perante os evangelhos. Depois diria os nomes, sobrenomes, alcunhas, profissão e residência das testemunhas (*em maneyra que claramente se possa saber quem sam as testemunhas, & nam se possam depoyos tomar*

²³² Constituições Sinodais de Lamego, 1683, p. 510.

²³³ *Idem*, p. 509.

²³⁴ *Idem*, p. 554.

²³⁵ *Idem*, p. 555.

outras em seu lugar). Uma querela envolvia custos, esses gastos não podiam ter como fiadores, eclesiásticos ou seculares. A pessoa renunciava da autoridade dos juizes do seu foro e eram obrigadas a todas *custas, perdas & danos, emenda & corregimento que sobrevierem & della dependerem & se obrigarão*. Se condenado, os bens dos fiadores do quereloso eram logo executados. Caso o quereloso não tivesse fiadores e renunciasse ao juiz do seu foro, jurando responder perante o Bispo e o Vigário Geral, ainda que a jurisdição do caso não lhes pertencesse, se pagasse as custas da cadeia, *emenda & corregimento, & qualquer outra condenaçam*, aceitariam tratar do caso. O quereloso assinaria a querela, caso não soubesse assinar, bastaria a assinatura do Vigário Geral. De seguida se a querela fosse grave era logo preso sem sumário da informação, se não, se a querela *sendo daquelles em que a justiça secular per ley do Reyno a he obrigada tomar*, fazia-se um sumário antes de ser preso e ouvido. Se a querela fosse feita por leigos contra clérigos perante juizes seculares os clérigos não eram presos, nem acusados perante a justiça eclesiástica. Se as querelas fossem perfeitas os Arciprestes podiam prender, mas não podiam tomar parte do caso. Seriam assim obrigados a enviar as querelas ao Vigário Geral para que as julgasse²³⁶.

Denúncias de querelas: Se a denúncia a pessoa partisse de parte de um inimigo não era recebida. Se não confessasse inimizade a denúncia era recebida. O acusado podia formar artigos onde provava que a denúncia era feita por inimigo e então era considerada nula e o acusador teria de pagar os encargos judiciais mesmo que o acusado fosse dado como culpado. O Promotor da Justiça estaria encarregue de recolher de forma secreta e sumária a informação do denunciado e/ou querelado e se provada a acusação formaria as testemunhas para o julgamento²³⁷.

A parte condenada em feito cível ou crime²³⁸ não podia querelar contra a sentença de condenação, até que a sentença tivesse sido executada, só depois²³⁹.

As cartas de seguro eram uma promessa judicial em que o réu deixava de ser preso até que se achasse razão satisfatória para o ser, isto é, até que o seu processo se cumprisse.

²³⁶ Constituições synodales do Bispado de Lamego. Coimbra, 1563, pp. 215-216.

²³⁷ *Idem*, p. 218.

²³⁸ Processos-Crimes e libelos-cíveis são coisas diferentes. O primeiro é o processo judicial instaurado com base no pressuposto de ter sido cometido um ato considerado crime. O segundo é uma peça processual, pedido ou requerimento, feito após a fase de primeira pronúncia que tinha como intuito expor o fato criminoso, indicando o nome do réu, circunstâncias agravantes e fatos que poderiam influenciar na fixação de sua pena, para o pedido de sua condenação, não podendo assim divergir da pronúncia.

²³⁹ *Idem*, p. 215.

Assim sendo só poderiam ser concedidas se face a um processo-crime. As constituições estabeleciam regras: *Mandamos que se nam dem cartas de seguro a pessoa alguma por caso de morte, salvo sendo já passado termo de três meses do dia que a morte aconteeo. E no caso de feridas abertas, & sangoentas, ou pancadas negras & inchadas, ou doutras feridas abertas, & sangoentas, ou pancadas negras & inchadas, ou doutras feridas em que parecer alguma alyjam, nam se dee carta de seguro atee serem passados trinta dias do dia que ho maleficio for feyto*²⁴⁰. Era o Vigário Geral que passava estas cartas de seguro, mas quem as guardava num livro era o Promotor da Justiça.

O Promotor da Justiça foi sempre subordinado à Provedoria no século XVI: *encomendamos muito e mandamos ao dito nosso provisor e vigairo que asi ho cumpra e guarde: e faça inteiramente cumprir e guardar e asi mandamos ao Promotor de nossa Justiça que qualquer dos sobreditos escrivães e officiaes que souber ou vir que no sobredito heremisso ho faça logo saber ao dito nosso provisor pera fazer comprimento da justiça sendo certo que na mho fazendo assi lho estranhemos muito*²⁴¹.

No século XVII: *E não começara a servir o tal Officio sem primeiro aver Provisão nossa, assinada e passada pela Chancellaria e sem lhe ser dado juramento pelo nosso Provisor na foma costumada*²⁴².

O Promotor no século XVII passou a cuidar das economias provenientes da justiça passando a intitular-se *Promotor Fiscal*. As despesas da justiça teriam feito parte da Vigaria Geral, tendo havido *nisso alguns inconvenientes. E por tanto em nossos tempos até o presente, foram providos delle os Promotores, por quanto eles por razão de seu Officio são obrigados a fazer cobrar as partes das condenações pertencentes às ditas Despezas. E o farão com mais diligencia, sendo eles Depositarios, com nova obrigação, que lhes fica de as cobrarem. E assim ordenamos, que em quanto o não desanexarmos, ande sempre anexo ao dito Officio de Promotor*²⁴³. Na justiça existia um depósito próprio, a arca da justiça.

No século XVI e XVII o Promotor da Justiça defende também no auditório os interesses do Bispado, intervindo como conselheiro. Pertencendo-lhe não *somente requere nos feitos crimes mas também nos dos resíduos cumprimentos e execução de*

²⁴⁰ *Idem*, p. 220

²⁴¹ Constituições synodales do Bispado de Lamego. Coimbra, 1563, p. 228.

²⁴² Constituições Sinodais de Lamego, 1683, p. 554.

²⁴³ *Idem*, p. 605.

*testamentos e ultimas vontades e quaisquer obras ou encargos pos e nas causas Matrimoniaes quando se tratar de fazer Matrimonio já celebrado ou quanto ao vinculo (...) sempre pedira vista antes de final conclusão para requerer como lhes parecer justiça e serviço de Deos porque o Promotor sempre há lugar onde o Juiz procede ex Officio: E por isso se chama excitador do Officio do Juiz ou instigador*²⁴⁴.

O Promotor Fiscal da Justiça encarregava-se de requerer sobre as denúncias, pronúncias e sentenças que não eram executadas, assim como se inteirava do *Rol dos culpados que se ouverem de livrar*²⁴⁵. Sendo que defendia os interesses do Bispado no auditório nunca aceitando *procuração de pessoa alguma em feito de crime para defender o Reo, ainda que seja movido de instancia parte (...) defenderá as Visitações & Decretos dellas contra as pessoas, ou Comunidades que as embargarem & quiserem desfazer ou anular*²⁴⁶.

O Promotor da Justiça encarregava-se de receber o rol das pessoas que trabalhassem ao Domingo. Após serem aplicadas penas e caso não fossem pagas a disciplina eclesiástica subia ao Provisor²⁴⁷. (provavelmente ordenava a diligência, isto é o processo-crime ou libelo-cível que era efetuado ao nível da Câmara Eclesiástica e que seguia através do Promotor até ao auditório).

O Promotor atuava com outros oficiais como os escrivães na Câmara Eclesiástica ao serviço do Provisor ao realizarem as diligências que lhes eram pedidas, e depois as apresentavam e defendiam a causa no auditório: *Por termos muytas vezes os notayros, escrivães, & officiaes de nossa justiça especialmente os do nosso auditório, sam remissos & negligentes em fazer as diligencias que por parte da justiça lhe sam mandadas fazer pollo nosso Provisor, ou requeridas pollo nosso Promotor, ou solicitador, per onde a justiça pertence*²⁴⁸.

O Meirinho tomava *juramento perante o Provisor*²⁴⁹. Esta instância encarregava-se de prender os culpados que o Provisor, Vigário Geral, Visitador e em alguns casos os Arciprestes mandavam após o auditório ter pronúncia sobre os autos, querelas e denúncias, salvo se apanhasse algum *Clerigo de noite depois do sino correr, ou com*

²⁴⁴ *Idem*, p. 555.

²⁴⁵ *Idem*, *ibidem*.

²⁴⁶ *Idem*, p. 556.

²⁴⁷ Constituições synodaes do Bispado de Lamego. Coimbra, 1563, p. 73.

²⁴⁸ *Idem*, p. 227.

²⁴⁹ Constituições Sinodais de Lamego, 1683, p. 559.

*armas prohibidas em qualquer tempo, Ou achando o degredado fora do lugar do degredo (...) ou for requerido que prenda alguma pessoa de nossa jurisdição em arroido. Neste conjunto de exceções não podia levar os presos à prisão, tê-los-ia de entregar ao Vigário Geral ou a quem pertencessem*²⁵⁰.

Caberia à Provedoria a celebração de todos os atos contratuais do Bispado: *Per esta presente amoestamos e mandamos a todas as sobreditas pessoas, que daqui em diante nam façam emprazamento, ou aforamento algum de cousa ecclesiastica, nem prometam de ho fazer, ora a promessa seja geral, ora special, se não sendo vaga por morte, renunciaçam ou demanda: & então se fará avendo se carta de vedoria de nos, ou de nosso provisor, & se passará per petiçam segundo ho costume antigo de nosso bispado em que vam declaradas as condições & partes porque se quer fazer ho prazo, & a vedoria hira cometida a hua, ou duas pessoas ecclesiasticas*²⁵¹.

Cada Igreja teria o seu próprio tombo de propriedades e rendas. Um treslado desse mesmo seria guardado no Cartório da Sé²⁵². Na realidade o Cartório da Sé era constituído por dois tombos: *hum das cousas que pertencem aa nossa mesa pontifical, que nos mandaremos fazer, & outro das cousas que pertencem aa mesa capitular das dignidades, conegos & cabido da dita See, nos quaes alem do sobre dito, se poeram as medidas & confrontações & foros que cada casal, ou herdade he obrigado a pagar em cada hum anno, & os que pertencerem aa dita nossa mesa pontifical se poeram no nosso tombo & os da mês capitular no seu tombo, de persi, tudo devidido per concelhos, julgados & freguesias & casaes. (...) Nos quaes tombos escreveram as dignidade, igrejas anexas, prebendas & meas prebendas, capellas & obrigações que nella há, & assi as igrejas e& benefícios que sam de nossa apresentada, & da dita nossa See ou cabido. (...) E assi se*

²⁵⁰ *Idem*, p. 559.

²⁵¹ Constituições synodaes do Bispado de Lamego. Coimbra, 1563, pp. 162-163. E prossegue: *Item E nas Igrejas ou mosteyros em que se ouver de fazer prazo capitular e& colegialmente, faram cabido segundo seu costume, & nelle trataram o se deve fazer conforme a dereyto: & sendo a concessão em evidente utilidade da igreja, façam seu prazo segundo seu costume. (...) Item Assi mesmo declaramos que nesta constituição senam compreenda ho cabido da nossa See, que poderá guardar ho costume antigo que tem em fazer seus emprazamentos. Porem defendemos ao dito cabido & a todas as sobreditas pessoas que nam acrescentem nem diminuam a pensam: salvo se com causa mandarem outra vez fazer veedoria, & e por ella for diminuyda ou acrescentada a dita pensam polos vedores posta e assinada.*

²⁵² A questão deriva do Direito de Padroado. Na prática da paróquia não nos chegou nenhum tombo de propriedades e rendas. Elas por outro lado podem ser inquiridas em alguma documentação da Mitra como o Censual da Sé de Lamego ou o Censual do Cabido da Sé de Lamego.

*poerá nos ditos tombos nosso & de nosso Cabido, as igrejas que lhe sam anexas & de quem he a administração & rendas, & assi os dereytos & foros que nesta cidade tem: & fora della, & títulos de tudo, & censos que tem por casas & herdades, ou capellas, & obrigações quem que por isso sam, & assim também os coutos, & jurisdição & dereytos que tem, & testamentos & sentenças deles, & o mesmo se fará nas outras igrejas que o sobredito tiverem*²⁵³.

O Cabido tinha o seu cartório no Cartório da Sé e Chancelaria, porém os atos administrativos do cabido obedeciam a regras próprias: *Assi mesmo declaramos que nesta constituição se nam compreenda ho cabido da nossa See que poderá guardar ho costume antigo que tem em fazer seus emprazamentos*. Ainda assim neste âmbito o Cartório da Mesa Capitular continuava subordinado à Provedoria: *E qualquer prazo ou aformaento que se fezer, sem ser guardada em todo a solenidade sobredita, segundo forma desta constituição: & sem nossa autoridade ou de nosso Provisor: declaramos ho tal prazo por nullo, & de nenhum vigor & effeyto, E as sobreditas pessoas que doutra maneyra emprazarem, os avemos por condenados cada hum em dez cruzados pera as obras da See & meyrinho, E na mesma pena encorrerá os colégios, & cabidos que nisso forem compreendidos*.²⁵⁴

É na celebração de contratos de propriedades que encontramos a maior dependência do Cabido em relação ao Bispo: *E querendo ao tal prover defendemos & mandamos ao nosso Cabdio, & Collegios, & aos Abbades, Rectores, & beneficiados de nosso Bispado, & assi outras pessoas que administram bens de igrejas, espritaes, ou capellas, que quando os ditos bens aforarem ou emprazarem nam levem as ditas entradas assi de dinheyro como doutra qualquer cousa pera si nem pera a igreja*²⁵⁵.

A Vigararia Geral podia assumir o controlo da Provedoria quando o Provedor estivesse ausente²⁵⁶, ainda que o seu lugar em todas as mesas e juntas fosse sempre o *segundo e nellas tem o assento primeiro depois do Provisor. E nam estando Nos nellas, ou o nosso Provisor, elle fará o Officio de Presidente*²⁵⁷.

²⁵³ Constituições Sinodais de Lamego, 1683, p. 159.

²⁵⁴ *Idem*, pp. 164-165.

²⁵⁵ *Idem*, p. 168.

²⁵⁶ *Idem*, p. 514.

²⁵⁷ *Idem*, *ibidem*.

À Vigararia Geral competia-lhe castigar com suspensão *ou com outra pena pecuniária o Meirinho e Escrivães, solicitadores e porteiros do auditório, que o nam acompanharem se sua casa para a audiência*²⁵⁸. Tinha também o controlo sobre o aljube *para ver se he necessária algua reformation de obras nas casas. E se informara se as prizoos dos homens e mulheres estão como convem: e se tem boas portas e fechaduras, grades, e ferros. E achando, que he necessário reformar e fazer de novo algua cousa o mandara fazer brevemente por conta das despesas da Justiça*²⁵⁹.

A ele pertencia a execução dos testamentos da Cidade e do seu termo,²⁶⁰ realizando duas audiências por semana, à Terça-feira e ao Sábado²⁶¹. Era sempre acompanhado pelo meirinho e oficiais menores²⁶².

Ao Provisor pertenciam as perguntas sobre o matrimónio quando se tratava de impedimento do voto. *Quando não vem por esta via, mas querendo hum contraente demandar a outro, as perguntas pertencem ao Vigario Geral*²⁶³. Sobre o sacramento as constituições são claras: *por tanto dellas neste nosso bispado mandamos que conheça somente ho nosso vigayro geral & nam vigayro algum pedâneo*²⁶⁴.

Competia ao Vigário Geral assinar a primeira e última folha dos livros de batismo que ficavam na paróquia. Caso a paróquia ficasse afastada seis léguas quem assinava era o Arcipreste²⁶⁵.

Os treslados de registos de batismo só poderiam ser feitos com licença dada pelo Bispo ou pelo Vigário Geral²⁶⁶. O Vigário geral encarregava-se de julgar e fazer cumprir as obrigações de Domingo (fecho do comércio)²⁶⁷. O Vigário Geral julgava os casos em que os clérigos fossem acusados ou apanhados a beber em taverna, embriagados e em bodas de casamento²⁶⁸. O Vigário Geral julgava os casos em que os clérigos tivessem

²⁵⁸ *Idem*, p. 510.

²⁵⁹ *Idem*, p. 511.

²⁶⁰ *Idem*, p. 514.

²⁶¹ *Idem*, p. 515.

²⁶² *Idem*, *ibidem*.

²⁶³ *Idem*, p. 509.

²⁶⁴ Constituições synodales do Bispado de Lamego. Coimbra, 1563, p. 64.

²⁶⁵ *Idem*, p. 11.

²⁶⁶ *Idem*, p. 12.

²⁶⁷ *Idem*, p. 73.

²⁶⁸ *Idem*, p. 79.

mancebas, mulheres suspeitas ou escravas brancas²⁶⁹. O Vigário Geral podia prender os clérigos que andassem de noite na rua, ou acompanhados de mulheres²⁷⁰.

O Vigário Geral estava encarregado de vigiar os testamenteiros do defunto, não lhe podendo comprar bens. Da mesma forma os testamenteiros eram obrigados a fazer inventário dos bens²⁷¹. A execução dos testamentos poderia ficar devoluta se não feita no prazo de um ano e um mês, então passaria para as mãos da Vigaria Geral que faria aquilo que os testamenteiros deveriam fazer²⁷². O Vigário Geral estava encarregado de passar as cartas de excomunhão. As cartas de excomunhão só eram admitidas se o crime excedesse a quantia de 400 reais²⁷³. O Vigário Geral julgava os casos de feitiçaria: *E além disso ho que tal cometer seja preso, & encoroçado, & posto aa porta da See nesta cidade, ou aa porta da igreja fora desta cidade donde for freguês, em tal dia, & lugar que todos ho vejam como melhor parecer ao nosso Vigayro*²⁷⁴.

O estudo orgânico-funcional da Mitra até meados do século XIX seria possível se tratados exhaustivamente os documentos resultado da sua atividade, pelo que os limites espaço-temporais que aqui se apresentam poderão sofrer de novas interpretações. Até aqui reconhecemos esta consequência na análise de novas fontes. Sabemos, no entanto, que no século XVIII o mesmo esquema do governo eclesiástico se mantinha pela presença neste mesmo de *hum bispo com seo provisor e três desembargadores, vigário geral, promotor e procurador da mitra, escrivão da câmara, e nove escrevaens do auditório, doze notários do numero, hum inqueredor, hum distribuidor, contador e hum meirinho geral, hum solicitador no officio da camara e outro no auditório e hum escrivão das armas*²⁷⁵.

²⁶⁹ *Idem*, p. 85.

²⁷⁰ *Idem*, p. 87

²⁷¹ *Idem*, p. 193

²⁷² *Idem*, p. 194

²⁷³ *Idem*, p. 204.

²⁷⁴ *Idem*, p. 208.

²⁷⁵ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – As freguesias do Distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758; Memórias, História e Património; Ed. Coleção Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758, Braga, 2010, p. 305.

2. 2. A Mitra do século XIX a meados do século XX.

Neste período apesar de não terem surgido novos sínodos a Diocese foi adaptando o seu governo aos enlances e desenlaces do sistema político português, em sintonia com os cânones e as concordatas promulgadas pela Santa Sé²⁷⁶. O Concílio Vaticano I, interrompido pelas tropas italianas em Roma, debruçou-se essencialmente na doutrinação, neste participaram quatro bispos portugueses, entre eles o de Lamego D. António de Melo anterior Bispo de Évora e que entrara na Diocese Lamecense em 1864. Não consta que a sua influência doutrinária tenha em muito mutado as estruturas de governo diocesanas, pelo que o Bispado se foi adaptando às circunstâncias de um tempo que ultrapassara as estruturas de antigo regime²⁷⁷.

Em 1931 e em 1932 o Sistema de Informação da Mitra incluía a Vigararia Geral (não existindo já o termo Provisor), o Tribunal Eclesiástico, a Câmara Eclesiástica, o Notariado Apostólico, o Promotor da Justiça, o Conselho de Examinadores Sinodais, o Conselho Administrativo, a Comissão de Indultos Pontifícios e os Párocos Consultores²⁷⁸. Em 1937 a somarem-se a esses órgãos incluir-se-iam a Comissão de Vigilância da pregação, a Comissão de Vigilância contra o Modernismo, a Comissão de Disciplina e a Comissão de revisores e censores da imprensa²⁷⁹.

Em 1954 as Constituições Sinodais de Lamego aproveitariam *os cânones 366-384 do Código de Direito Canónico de 1917 e os n.ºs 59-63 do Concílio Plenário Português*²⁸⁰ para definir com clareza a Cúria Diocesana, composta pela Vigararia Geral; surge agora o Chanceler e Secretário da Câmara (substituindo o Cartório e Chancelaria); mantém-se o Promotor da Justiça; criou-se a figura do Notário; mantém-se o Tribunal Eclesiástico;

²⁷⁶ Para uma melhor compreensão do tema consulte-se: DUARTE, Joaquim Correia – História da Igreja de Lamego; Ed. Diocese de Lamego; 2013; pp. 63-128.

MOREIRA, Luciano Augusto dos Santos – O Bispado de Lamego na I República (Os efeitos da Lei da Separação do Estado das Igrejas); Ed. de autor; 2010.

- O Bispado de Lamego na Primeira República: a aplicação da Lei da Separação do Estado das Igrejas; Lusitania Sacra; 2ª série; tomo XXIV; 2011; pp. 67-90.

²⁷⁷ Sabemos, no entanto, que a Visitadoria viria a desaparecer em 1889.

²⁷⁸ OLIVEIRA, Miguel de; CRUZ, Lopes da; MACHADO, Raúl – Anuário Católico de Portugal 1931; Tipografia da União Gráfica, Lisboa, 1931, p. 157.

– Anuário Católico de Portugal 1932; Tipografia da União Gráfica, Lisboa, 1932.

²⁷⁹ OLIVEIRA, Miguel de; CRUZ, Lopes da; MACHADO, Raúl – Anuário Católico de Portugal 1937; Tipografia da União Gráfica, Lisboa, 1937, p. 215.

²⁸⁰ DUARTE, Joaquim Correia – História da Igreja de Lamego; Ed. Diocese de Lamego; 2013; p. 134.

surgem os Juízes Sinodais, os Examinadores Sinodais, mantêm-se os Párocos Consultores e a Câmara Eclesiástica.

Fazendo parte da Cúria existem uma série de comissões: Comissão de Vigilância da Pregação; o Conselho de Administração dos bens Eclesiásticos; a Comissão de Vigilância do Modernismo; a Comissão de Censura de Livros; a Comissão de Música Sacra; a Comissão de Arte Sacra; a Comissão de Vigilância da Disciplina sobre as festas; a Comissão Diocesana de Côngruas; a Comissão Diocesana de Indultos Pontifícios; os Serviços Administrativos e a Secretaria Particular do Prelado.

Não pertencendo à Cúria e ao governo global da Diocese, mas sob controle direto da Mitra, surge o Conselho de Arciprestes e o Seminário controlado pela Comissão de Disciplina do Seminário e a Comissão de Administração do Seminário.

2. 3. A Mitra de meados do século XX a 2003

Na segunda metade do século XX, em 1961, dar-se-ia o Concílio Ecuménico Vaticano II, reforma levada a cabo no interior da Igreja e protagonista da aplicação do programa de conferências, lições, cursos e artigos através de instrumentos da comunicação social²⁸¹. A renovação litúrgica, a participação ativa dos fiéis, a aproximação do Bispo aos seus colaboradores, a colegialidade episcopal e a intervenção de leigos em órgãos estruturais, explicam que em 1983 a Cúria se encontrasse renovada²⁸².

Em pouco menos de três décadas do último Sínodo de Lamego, por força do Concílio Ecuménico, o Código de Direito Canónico de 1983²⁸³ veio novamente redefinir a constituição da Cúria, sendo dentro da estrutura criado o Conselho Episcopal²⁸⁴.

Não existiu reforma da Igreja que não reformasse o episcopado, a diocese, os pastores e as instituições. O Concílio Ecuménico de 1961 considerou a Cúria e o Prelado no mesmo nível, formando uma realidade em que o humano e o divino se completam. Junto da administração da Diocese surgiriam um conjunto de vigários encarregados da Pastoral e do Apostolado, em articulação com múltiplas delegações e organismos. A Vigararia Geral continuará a ser o órgão máximo da Cúria²⁸⁵, auxiliado pelo Conselho Episcopal, dos quais passariam a existir em Lamego: o Vigário para os Leigos e Pastoral e o Vigário para os religiosos, religiosas e sociedades de vida apostólica. Esta heterogeneidade de órgãos para o governo da pastoral passou a complicar a comunicação entre os diversos organismos, a exaustão administrativa, a desarticulação de ideias e a má gestão da interdependência²⁸⁶, porque tentam uma simbiose entre a administração e a pastoral, pelo que de alguns destes Vigários não existe atuação²⁸⁷.

²⁸¹ BRANCO, José Gomes – O Concílio e outros temas; Ed. Livraria de Portugal, Lisboa, 1966, p. 47-49.

²⁸² NOGUEIRA, Eurico Dias – Presença no Vaticano II; Revista Estudos, CADC, Coimbra, n.º 5, 2005, pp. 51-55.

²⁸³ Cân. 473, 4.

²⁸⁴ DUARTE, Joaquim Correia – História da Igreja de Lamego; Ed. Diocese de Lamego; 2013; p. 134.

²⁸⁵ Cân. 336-343. Segundo estes o Vigário-Geral substitui no governo da Diocese quando o Bispo se encontra impedido.

²⁸⁶ Reforma y Actualizacion; La Curia Episcopal, Bibliotheca Salamanticensis, Universidad Pontificia, Salamanca, 1979, pp. 15-16.

²⁸⁷ *La burocracia más o menos publica, más o menos conocida y reconocida suele ser también una comparsa del poder autoritário. Es la peor forma de la autoridad, porque se hace anonima, codificada, distante de los verdaderos intereses de los hombres a quienes pretende servir y, se definitiva, cobarde.* PATINO, Jose Maria Martin - Reforma y Actualizacion; La Curia Episcopal, Bibliotheca Salamanticensis, Universidad Pontificia, Salamanca, 1979, p. 124.

O Concílio procurou também solucionar o problema da administração dos bens materiais, passando a existir obras de caridade e apostolados para atender às necessidades sociais, potenciando a pluralidade de estruturas autónomas e com suficiente liberdade para opor a liberdade em crer à dependência da fé cristã²⁸⁸. Este conflito sucede de forma natural no seio da comunidade cristã em instituições dirigidas à assistência social já que a igreja obedece à ordem e à jurisdição de poderes assente no princípio da solidariedade, isto é, a Igreja é uma comunidade de fé, instituída pelo batismo à parte da raça, língua, política e estilo, que trabalha para que se extingam as classes eclesiais e se minimizem as discrepâncias entre classes sociais²⁸⁹.

Deste período resulta também a criação do Conselho presbiteral regulado especialmente pelos cânones 495-497. Os presbíteros resultam da necessidade das Dioceses prevenirem qualquer tentativa de absolutismo episcopal²⁹⁰, é um órgão representativo dos ministérios e das zonas pastorais, assim como das instituições presbiterais da Diocese, não lhe cabe legislar nem executar mas sim exercer consulta junto do Bispo²⁹¹. Deste conselho fazem parte membros eleitos das diversas circunscrições territoriais e o representante dos religiosos assim como membros nomeados dos ofícios mais importantes da Diocese²⁹², como Secretário de Educação Cristã e Reitor do Seminário e o Presidente da Cáritas. Fora deste Conselho Presbiteral mas ainda parte da Cúria e diretamente subordinados à Mitra e à Vigararia Geral encontramos a Chancelaria e Secretaria Geral, o Conselho Diocesano de Assuntos Económicos, a Câmara Eclesiástica e o Gabinete de Imprensa. Não propriamente fazendo parte da Cúria mas diretamente subordinados à Mitra encontramos, o Seminário e o Conselho de Arciprestes. Não sabemos se no presente ano teriam permanecido algumas das Comissões criadas em 1954, sendo que no Anuário Diocesano de 2003 nos surgem substituindo as Comissões os Secretariados.

²⁸⁸ *Idem*, p. 43.

²⁸⁹ *Idem*, p. 54.

²⁹⁰ *Idem*, p. 116.

²⁹¹ Anuário Diocesano de Lamego, 2003, p. 16.

²⁹² *Idem*, p. 17.

Em 2003 os membros nomeados eram o Vice-Reitor do Seminário, o Diretor da Voz de Lamego, o diretor do Departamento da Educação Cristã e Catequese

2. 4. A Mitra 2003-2013.

O Anuário Diocesano de 2003 mostra-nos que relativamente à Mitra nada se alterara deste 1983, situação que se prolonga até hoje, 2018. A novidade está na criação de genericamente uma nova estrutura para o governo da Diocese: a Coordenação Diocesana diretamente dependente da Mitra mas não da Cúria e a relação com as Obras e associações Diocesanas²⁹³.

A Coordenação Diocesana pode ser definida como uma construção intelectual necessária pelas homogeneidades dos diversos secretariados e onde se identificam todos os órgãos que auxiliam o governo da Diocese pela Cúria e que substituem as antigas Comissões, mas com funções renovadas e um grau de independência diretamente orientado à Mitra. Identificam-se neste sistema secretariados: Secretariado dos bens culturais; Secretariado da Ação Socio-Caritativa; Secretariado das Vocações; Secretariado da Ação Católica Rural; Secretariado dos Movimentos dos Cursos de Cristandade; Secretariado da Ação e Cooperação Missionária; Secretariado da Educação Cristã; Secretariado da Pastoral Juvenil; Secretariado do Movimento da Mensagem de Fátima; Secretariado da Liturgia; Secretariado do Apostolado da Oração; Secretariado da Pastoral das Migrações e Turismo; Secretariado da Comunicação Social; Comissão de Música Sacra.

Paralelamente à Mitra, hierarquicamente subordinadas ao sistema, mas com uma estrutura e modelos próprios são reconhecidas as Obras e Associações Diocesanas (correspondem às associações eclesiais e laicais). Estas podem ser reconhecidas como subsistemas porque apesar de estarem dependentes da Mitra possuem um grau de independência e dissimilitudes entre si que lhes permitem atuar de forma desarticulada, como não sucede com a Cúria e a Coordenação Diocesana. No Anuário de 2003 são identificadas como tal: as Conferências Vicentinas; o Centro Diocesano de Promoção Social (dividido em Centro de Formação Social e Centro Materno-Infantil); Obra Kolping; Cáritas Diocesana; Associação de Ajuda Mútua do Clero; Convívios Fraternos; Corpo Nacional de Escutas; Equipas de Nossa Senhora; Obras de S. Zita; Movimento Esperança e Vida; Casa de retiros de S. José; Lar Sacerdotal.

²⁹³ DUARTE, Joaquim Correia – História da Igreja de Lamego; Ed. Diocese de Lamego; 2013; p. 135.

Algumas destas Obras e Associações resultam da extinção da Ação Católica que a seu tempo foram auxiliares do trabalho de cristianização da sociedade como a Conferência de São Vicente de Paulo, o Corpo Nacional de Escutas e a União dos Cruzados de Fátima²⁹⁴. Estes movimentos são hoje considerados Obras e Associações Diocesanas que auxiliam o trabalho da Mitra e lhe são subordinadas ainda que beneficiem de uma estrutura orgânica própria.

²⁹⁴ FONTES, Paulo – A Ação Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na Sociedade; LUSITANIA SACRA, 2ª série, 6, 1994, p. 78.

2. 5. A Mitra 2013.

Até à atualidade a Cúria Diocesana não tem sofrido alterações. Relativamente à Coordenação Diocesana foram extintos ou renomeados os secretariados em 2013, passando a existir: a Comissão para a Missão e Nova Evangelização; Comissão Diocesana de Educação Cristã e Doutrina da Fé; Comissão Diocesana para a Liturgia e Espiritualidade; Comissão Diocesana para o Laicado e Família; Comissão Diocesana para as Vocações e Ministérios; Comissão Diocesana para a Pastoral Social e Mobilidade Humana; Comissão Diocesana para os Bens Culturais e Comunicações Sociais²⁹⁵.

²⁹⁵ DUARTE, Joaquim Correia – História da Igreja de Lamego; Ed. Diocese de Lamego; 2013; p. 136.

2. 6. O Cabido.

Do Cabido da Sé de Lamego as referências documentais que nos chegam são escassas para a reconstituição da sua orgânica, salvo no cruzamento de informação das constituições sinodais do Bispado e dos estatutos do Cabido com datas estabelecidas entre 1391 e 1480²⁹⁶. A influência dos capitulares da Sé de Lamego junto do governo da Diocese dependeu sempre de uma presença episcopal determinada²⁹⁷. A primeira referência aos estatutos do Cabido data de 1223 e é referente à composição numérica do Capítulo. No século XIII o Cabido era composto por três dignidades (Deão, Chantre e tesoureiro), raçoeiros e capitulares menores²⁹⁸, para que no século XV surgissem o Arcediago da Sé, o Arcediago do Côa e o Mestre-Escola, e mais tarde, no século XVI o Arcipreste²⁹⁹.

A orgânica de Cabido é assim reconstituída tendo por cabeça o Deão e como órgãos dependentes o Mestre-Escola, Chantre, Tesoureiro e Arcediagos, tratando-se naturalmente estes de funções que se serviam do procurador, do Bispo, do escrivão público e dos *vedores*³⁰⁰ para cumprir o poder judicial e económico dos bens que e onde lhes eram anexos. No século XVIII eram atribuídos ao Cabido os seguintes órgãos: o do Deão, do Chantre, do Tesoureiro, do Arcediago do Braga (vulgarmente chamado de Valdigem), o do Arcediago de Cima Côa e Arciprestado. A estes juntavam-se seis cônegos meio prebendados, seis tercenários, oito capelães do coro, oito coreiros e um subchantre³⁰¹.

²⁹⁶ PT/ANTT/CSLM; Estatutos do Cabido da Sé de Lamego.

²⁹⁷ SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – A Sé de Lamego na Primeira Metade do Século XIV (1296-1349); Ed. Magno, Coleção História e Arte, N° 11, Leiria, 2003, pp. 27-28.

²⁹⁸ *Idem*, pp. 99-100.

²⁹⁹ *Idem*, p. 111.

³⁰⁰ PT/ANTT/CSLM; Estatutos do Cabido da Sé de Lamego, fl. 14. *Item mandamos ao procurador e vedores do cabido em virtude dobediencia e sob pena de excomunhom que bem e dereitamente vejam e procurem as casas, herdades e prazos do dicto cabido e que os vedores andem pera a terra e pelos logares onde se ouverem as dictas herdades e casas e onde acharem mal feitoria damprisitaçom que o digam ao procurador e os faça constringer per censura ecclesiastica a corregger a sobredicta mal feitoria e damprisitaçom.*

³⁰¹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – As freguesias do Distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758; Memórias, História e Património; Ed. Coleção Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758, Braga, 2010, p. 295.

O Cabido constituía-se tendo por orientação as dignidades, uma classe de privilegiados que dividiam entre si os privilégios³⁰² e que decidiam por votação³⁰³, tornando nos capítulos o escrutínio e as decisões secretas, como o modelo de conservação da estrutura³⁰⁴.

Os estatutos do Cabido interessam-se por dois pontos essenciais: a conduta dos capitulares e do capítulo; o benefício e a despesa económica. Trata-se de uma estrutura que se rege pela tradição dos rituais sendo que as mudanças que nela se observam são pequenos ajustes pouco ameaçadores à essência orgânica do Cabido. Os estatutos surgem como uma necessidade da estrutura mostrar a sua importância e conservar os seus privilégios, sendo que cada nova medida, decidida em capítulo, era normalmente proposta por uma das dignidades com a confirmação do Deão. A aprovação de um novo estatuto estava ainda dependente da aprovação judicial do Vigário Geral e do próprio Bispo.

O Cabido embora tivesse um poder próprio de eleição dos seus membros e estatutos, estaria cercado dos poderes emanados pela Mitra. Judicialmente estava dependente da Vigaria Geral, porque embora pudesse mandar instaurar processos-crimes³⁰⁵ (mandava instaurar à Câmara Eclesiástica que não podia recusar) não podia fixar a pena (libelo-cível). Os dois Arcediagos pertencentes ao Cabido, o da Sé e o de Riba de Coa, teriam a mesma dependência judicial à Vigaria Geral que os Arciprestados, notando-se que a dependência que os últimos mostravam ao Bispo – Provedoria, os Arcediagos mostravam ao Deão – Capítulo. O Arcediago de Riba de Coa tinha a particularidade de poder tomar conhecimento e atuar junto de casos que envolvessem uma

³⁰² *Idem*, fl. 27. (...) *nos officiaees e prebendeiros e dizimeiros e procuradores que poemas sobre os quaees perde toda nossa fazenda e rendas. E querendo nos a esto dar remedio oportuno statuamos e ordenamos pera sempre que quando fezeros os dictos officiaees e cada huum deles seja per favas e nom doutra guisa (...) e que nenhum dos dictos officios se nom possa dar mais que por huum anno de huum dia de Sam Joham atee outro.*

³⁰³ *Idem*, fl. 2. *E en outros autos semelhantes que segundo disposiçom de direito som capitulares nenhum nom de seu consentimento de fora nem assigne particularmente fora de cabido mas somente em cabido avendo primamente tratado e consselho com seus porteiros em o cabido compridosse porem en todo o estatuto que he feito sobre as favas en os casos a que se estende. E os outros statutos e que qualquer que o contraio fezer que nom seja contado por huum anno inteiro e en testemunho delle fezerom este estatuto testemunhas os sobreditos o qual todos assignarom per suas maaos.*

³⁰⁴ *Idem*, fl. 3. *Porque as cidades, cabidos, comunidades e corpos nusticos juntando os naturaaes nom poderam muito persistir nem durar naturalmente se hum nos aos outros em seus autos se contrariassem. Como asi seja que deles seja em concordança lialdade consselho e segredo nas cousas do comuum proveito que antre eles forem faladas e de que se ouver comuum tractado ou scrutinio per vozes de cada huum. E o contraio dello seja destroiçam de todas comunidades regnos, cidades e cabidos dizendo nosso senhor no evangelho que todo regno en si mesmo diviso sera desconrolado.*

³⁰⁵ PT/ANTT/CSLM; Estatutos do Cabido da Sé de Lamego, fl.5. *E querendo o dito cabido contra esto viir, poemas em as pessoas delle que asi guardar nom quiserem sentença de excomunhão. Avendo casso justo e de nenhum valor toda cousa que asi fez.*

maior soma de dinheiro: pois podia *conhecer de quaes quer cousas e contendas: & antre quaes quer pessoas do limite de sua jurisdição com a particularidade com tanto que a causa nam exceda a contia de quatrocentos reaes, & os vigayros de riba de Coa por estar mais alongada poderão conhecer atee contia de oytocentos reaes, & mais nam nem toque a propriedade de bens de rayz, ou de dereytos que tenham esta natureza & qualidade.*³⁰⁶ Sendo desta forma também, entre Arciprestes e o Arcediago da Sé, o Arcediago de Riba de Coa o único autorizado a julgar de um crime com pena de excomunhão³⁰⁷.

Era a autoridade do Bispo que nas questões judiciais se impunha sobre a vontade do Cabido, embora nos benefícios e despesas da justiça se a quantia do caso não excedesse os 400 reais no Arcediagado de Riba de Coa o Vigário Pedâneo conservaria a sua jurisdição. Os rendimentos fundiários do Cabido só a estes diziam respeito, reservando junto do Bispo o direito de celebrarem os seus contratos como o costume antigo.

Os atos administrativos do Cabido obedeciam a regras próprias: *Assi mesmo declaramos que nesta constituição se nam compreenda ho cabido da nossa See que poderá guardar ho costume antigo que tem em fazer seus empraçamentos.* Ainda assim neste âmbito o Cartório da Mesa Capitular continuava subordinado à Provedoria: *E qualquer prazo ou aformaento que se fezer, sem ser guardada em todo a solenidade sobredita, segundo forma desta constituição: & sem nossa autoridade ou de nosso Provisor: declaramos ho tal prazo por nullo, & de nenhum vigor & effeyto, E as sobreditas pessoas que doutra maneyra empraçarem, os avemos por condenados cada hum em dez cruzados pera as obras da See & meyrinho, E na mesma pena encorrerá os colégios, & cabidos que nisso forem compreendidos*³⁰⁸.

No século XVIII o Cabido tinha cartório e casa na Capela de São João Batista em conjunto com a Câmara Eclesiástica: *E no mesmo pavimento (da Capela de São João Batista) para a parte do Poente, está o cartorio e caza do Reverendissimo Cabido, ricamente ornada de belas portas de cortinas de damasco de Itália, vermelho com suas franjas e galoens de ouro fino, no meio da qual está hum comprido e largo bofette de pao preto, rodeado de cadeiras com espaldar, tudo coberto de velludocarmezim, guarnecido de franjas e galoens de ouro. (...) Debaixo desta caza fica a da audiencia eclesiastica com sua rasgada porta e duas janellas de perpeanho aos lados para a mesma parte do rocio.*

³⁰⁶ BARREYRA, Joam – Constituições synodales do Bispado de Lamego. Coimbra, 1563, p. 224.

³⁰⁷ A excomunhão era avaliada pelo valor do crime (mais de quatrocentos reais). BARREYRA, Joam – Constituições synodales do Bispado de Lamego. Coimbra, 1563, p. 203.

³⁰⁸ *Idem*, pp. 164-165.

*Dentro da Sé e capellas do claustro há seis irmandades ou confrarias e são as seguintes: A irmandade do Santissimo Sacramento, a confraria ou irmandade de Nossa Senhora do Rozario, a confraria do Senhor Jezus, a confraria de Nossa Senhora da Victoria, a confraria de Antonio santo e a confraria de Sam João Baptista*³⁰⁹.

É na celebração de contratos de propriedades que encontramos a maior dependência do Cabido em relação ao Bispo: *E querendo ao tal prover defendemos & mandamos ao nosso Cabdio, & Collegios, & aos Abbades, Rectores, & beneficiados de nosso Bispado, & assi outras pessoas que administram bens de igrejas, espritaes, ou capellas, que quando os ditos bens aforarem ou emprazarem nam levem as ditas entradas assi de dinheyro como doutra qualquer cousa pera si nem pera a igreja*³¹⁰.

O Cabido teria assim de ter uma máquina de tributações afinadas, tal seria a complexidade e quantidade de intervenientes nas despesas da estrutura. No caso de demandas contra quem fosse contra os estatutos atuar-se-ia da seguinte forma: *E mais que as demandas que por causa dello lhes forem feitas sejam seguidas a custa do grosso do cabido o que asi todos juraamos pormetemos aos santos evangelhos manter e guardar*.³¹¹ Em 1480 o Cabido estabeleceu que quem violasse os estatutos teria como pena a excomunhão,³¹² sendo o crime então superior a 400 reais.

No século XIX, na sequência da revolução liberal, o Cabido entraria num período conturbado, sendo que a 16 de Dezembro de 1837 a rainha D. Maria II seria forçada a publicar uma portaria acerca da constituição capitular que seria desempenhada por um Vigário Capitular e três Cónegos Prebendados. Em 1866 o Ministério da Justiça fixou os lugares do Cabido em Deão, Chantre e Arcipreste, com nove canonicatos.³¹³ A partir de 1880 a Diocese em diálogo com o governo tentou fixar os lugares do Cabido de Lamego em 12 cónegos, 6 beneficiados e 6 capelães. Com a Primeira República esta reforma permaneceu adiada tendo a sua reestruturação surtido efeito em 1949.³¹⁴

³⁰⁹ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – As freguesias do Distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758; Memórias, História e Património; Ed. Coleção Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758, Braga, 2010, p. 294.

³¹⁰ *Idem*, p. 168.

³¹¹ PT/ANTT/CSLM; Estatutos do Cabido da Sé de Lamego, fl. 4.

³¹² *Idem*, fl. 5.

³¹³ Neste período a nomeação dos capitulares passa a ser feita pelo Prelado Diocesano.

³¹⁴ DUARTE, Joaquim Correia – História da Igreja de Lamego; Ed. Diocese de Lamego, Lamego, 2013, pp. 137-170.

Neste último período o Cabido passou a ter Deão, Chantre, Arcediago, Tesoureiro e Arcipreste, fixados pela Santa Sé em 1953 em conjunto com oito cónegos e beneficiados. Em 1981 as Dignidades Capitulares passariam a ser o Deão, Chantre, Arcediago e Arcipreste. Em 1991 surgiriam no Capítulos os Cónegos Honorários.³¹⁵

³¹⁵ *Idem, ibidem.*

2. 7. Sistemas de Informação de associações de fiéis.

Apenas as associações aprovadas pela Igreja ao abrigo do Direito Canónico são reconhecidas como tal no seio da instituição³¹⁶. As associações **eclesiásticas** são todas aquelas instituições providas canonicamente e com reconhecido fim pio ou religioso. Estando subordinadas à hierarquia resultam normalmente de uma organização nacional, ou até internacional, normalmente circunscritas em países, regiões, dioceses e paróquias contribuindo para a concretização dos cânones e orientação da comunidade cristã de leigos. Podem ser autónomas relativamente à Diocese ou subordinadas conforme o patamar hierárquico de poder que ocupam³¹⁷.

Existem, no entanto, associações que possam servir de recomendação aos fiéis, mas que não são reconhecidas pelo Direito Canónico³¹⁸, e a que a Igreja dá o nome de associações **laicais**. Estas podem ter um controlo do Prelado no que diz respeito à fé e aos costumes, mas são reconhecidas como associações civis³¹⁹. Aos religiosos também é reconhecido o direito de associação subordinado ao espírito da ordem que professam é o caso das Ordens Terceiras e dos institutos religiosos. Podem ainda surgir com subordinação ao Prelado as confrarias de religiosos, pias uniões e arquiconfrarias³²⁰. O entendimento dos laços hierárquicos que distinguem as associações eclesiásticas das associações laicais é da maior importância e apenas resolvido a partir da documentação, as primeiras são obrigatoriamente dependentes da hierarquia, as segundas voluntariamente, pelo que em algumas situações poderemos estar diante de associações laicais que se submetem ao poder administrativo do Ordinário Diocesano e em outras não.

A Ação Católica Religiosa dependente sistemicamente da CEP é o bom exemplo do que é uma associação eclesiástica. Fundada em 1929 pelo Papa Pio XI, inspirada na Doutrina Social da Igreja e institucionalizada em Portugal em 1933³²¹. Atuava em quatro planos: o nacional, o regional, o diocesano e o paroquial, sendo que o plano regional para o caso de Lamego não se aplicará. Segundo os seus estatutos no plano nacional estariam

³¹⁶ GOMES, M. S. C. – O Direito da associação um direito fundamental da Igreja - Didaskalia, Vol. XIX, 1989, p. 198.

³¹⁷ É o caso das Obras e Associações Diocesanas.

³¹⁸ É o caso da Sociedade de S. Vicente de Paulo.

³¹⁹ GOMES, M. S. C. – O Direito da associação um direito fundamental da Igreja - Didaskalia, Vol. XIX, 1989, p. 200.

³²⁰ *Idem*, p. 201.

³²¹ FONTES, Paulo – A Ação Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na Sociedade; LUSITANIA SACRA, 2ª série, 6, 1994, pp. 61-100. Para uma melhor compreensão do seu surgimento veja-se neste trabalho o capítulo “Uma brevíssima história da Diocese de Lamego”.

dispostos hierarquicamente o Conselho Nacional, seguido do Conselho Permanente e então a Equipa Nacional constituída por Presidente, Vice-Presidente, Tesouraria e Secretaria³²². No plano nacional teriam assento os presidentes diocesanos. O plano diocesano era constituído por um Presidente Diocesano auxiliado pelos presidentes regionais e pelos presidentes paroquiais. O plano paroquial era constituído pelo presidente e militantes. No plano Diocesano, constituindo-o em paralelo com a Ação Católica Diocesana, a Ação Católica Nacional, delegava o controlo dos seus movimentos, sendo que em relação à Diocese de Lamego se identificam os seguintes: ACI; JAC; JACF; JEC; JOC; JOCF; LAC; LACF; LEC; LIC; LOC; MEC. A Juventude Católica estaria agrupada na Federação das Juventudes Católicas Portuguesas fundada em 1913 e na Juventude Católica Feminina fundada em 1924. A Juventude Universitária Católica ocupou um papel fundamental no seio da instituição, diluída pelo CADC de Coimbra e a Associação de Estudantes Católicos do Porto. Outras instituições, consideradas obras auxiliares viriam a auxiliar o trabalho de cristianização da sociedade como a Conferência de São Vicente de Paulo, associação laica, o Corpo Nacional de Escutas e a União dos Cruzados de Fátima³²³. Estes movimentos são hoje considerados Obras e Associações Diocesanas que auxiliam o trabalho da Mitra e lhe são reconhecidamente subordinadas ainda que beneficiem de uma estrutura orgânica própria.

Cada um destes movimentos teria uma constituição própria como atestam os seus estatutos, sendo constituídos por Presidente, Secretaria e Tesoureiro, mas não suficiente independência para atuarem sem o controlo da Ação Católica Diocesana. Com a Revolução de 1974 a ACP acabou extinta, permanecendo como uma plataforma informal que agregava os movimentos que se viram desprovidos de uma junta central. Atualmente a estrutura que agrega estes movimentos é o Fórum de Movimentos da Ação Católica (FMAC). Dos movimentos da Ação Católica existem hoje o Movimento de Apostolado de Adolescentes e Crianças (MAAC), o Movimento Católico de Estudantes (MEC), a Juventude Agrária Rural Católica (JARC), a Juventude Operária Católica (JOC), a Liga Operária Católica em conjunto com o Movimento de Trabalhadores Cristãos

³²² Arquivo Museu Diocesano de Lamego, Fundo: ACR, Série: Estatutos, 1970-1974. Sobre o assunto ver também: FALCÃO, M. F. -A Acção Católica Portuguesa:(Origem, orgânica, vida, resultados). Boletim de Informação Pastoral; 1961; pp. 26-34.

³²³ FONTES, Paulo – A Ação Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na Sociedade; LUSITANIA SACRA, 2ª série, 6, 1994, p. 78.

(LOC/MTC), a Ação Católica Independente (ACI), a Ação Católica Rural (ACR) e o Movimento de Educadores Cristãos (MEC).

No caso das confrarias e das irmandades eretas canonicamente e reconhecidas como associações eclesiais de fiéis ou leigos a sua essência funcional tem vindo a alterar-se ao longo das décadas sendo que a sua definição lata só se viria a desenhar em Portugal entre 1936 e 1941. A Igreja desenvolveu ao longo da sua história a consciência da importância destas associações na sua missão evangelizadora, a que viria a chamar internamente e de forma abrangente de apostolado dos leigos após o Concílio Vaticano II em 1961. A ação do Episcopado nos campos da educação, família e assistência admitiu sempre a vitalidade dos grupos e/ou associações pela maior ou menor responsabilidade dos leigos³²⁴.

O primeiro regulamento estatal relativo às “Associações religiosas de fiéis” foi promulgado em 1936³²⁵ e teve um período de experiência que esperando a Concordata de 1940 se prolongou até 1941. Estas Associações foram reconhecidas como reuniões de fiéis submetidos à autoridade e disciplina da religião católica, concentrando-se as suas constituições essencialmente à luz do Direito Canónico, possuindo existência civil e personalidade jurídica própria.

O Decreto-lei n.º 31.095 do Código Administrativo de 1940 definiu após este período de experiência de quatro anos que as Associações de fiéis eram todas aquelas constituídas para a sustentação do culto em harmonia com a hierarquia da Igreja; constituíam-se por participação escrita do governador civil sendo que na sua constituição participava o Bispo da Diocese de sede³²⁶. A legislação do Estado Novo reconheceu as Misericórdias como instituições assistenciais governadas por leigos mas instituídas pelo direito canónico, numa relação tensa entre o poder do Estado e o da Igreja³²⁷.

No mesmo ano o Boletim Arquidiocesano da Ação Católica³²⁸ esclarece que a legislação estaria em harmonia com a Concordata de 1940 e que o regime se aplicava

³²⁴ Confronte-se GOMES, M. S. C. – O Direito da associação um direito fundamental da Igreja - Didaskalia, Vol. XIX, 1989.

³²⁵ Decreto-lei n.º 27.424 de 1936.

³²⁶ Diário do Governo, I série, n.º 303 (31. XII. 40).

³²⁷ MESQUITA, Paulo Dá – A Tutela das Misericórdias e o Âmbito das Jurisdições Eclesiástica e do Estado; JULGAR, Coimbra Editora, n.º 23, 2014, p. 112.

³²⁸ Ação Católica, Boletim Arquidiocesano e revista de cultura; Braga, 1941, p. 104.

também às associações de assistência e beneficência que ficariam obrigadas à prestação de contas perante a Junta de Província.

As confrarias e as irmandades são equiparadas a *associações religiosas, erectas à maneira de corpo orgânico, pela autoridade eclesiástica, com o fim de exercerem alguma obra de piedade ou de caridade e de promoverem o incremento do culto público*. Por este regime ao Ordinário Diocesano reservava-se o direito de presidir ou delegar em sessões da Mesa e assembleias gerais devendo para tal ser avisado antecipadamente. O encarregado da direção da confraria ou pia-união deveria dirigir os trabalhos de acordo com as leis canônicas, avisando *conscienciosamente acerca dos negócios a versar nas reuniões, ouvindo mesmo a Mesa, quando o julgar prudente ou necessário, ou ao menos o seu presidente*.

O Direito canônico regularia toda a orgânica das associações no que diz respeito à eleição de corpos gerentes *próvidos e bemquistos e idóneos administradores*, cabendo ao Ordinário se os oficiais eleitos indignos e incompetentes, dissolver a Mesa, o mesmo se passaria se nos corpos gerentes existissem dois ou mais *parentes no 1.º ou no 2.º grau de consanguinidade*³²⁹.

Os Institutos funcionam de forma semelhantes às confrarias e misericórdias sendo que enquanto associações laicais a organização dos seus estatutos respeita a vontade do fundador. No caso das fundações consideravam-se *bens temporais, por qualquer modo dados a alguma pessoa moral eclesiástica, com o encargo, perpétuo, ou por largo tempo*. Se os órgãos dirigentes entendessem tornar-se associação eclesiásticas a relação entre a fundação e o Prelado deveria ser considerada *como um contrato bilateral e as mesmas vontades dos fiéis e legados pios onerosos, quando legitimamente aceites, encargos que obrigam também por justiça*³³⁰.

Todas as associações eclesiais deveriam possuir um arquivo próprio, sendo que uma cópia dos estatutos deveria ser entregue à Cúria Diocesana. A responsabilidade pela salvaguarda da informação era do Presidente do órgão que podia delegar a função num secretário. O arquivo deveria permanecer inviolável e somente por autorização do Ordinário Diocesano os livros deveriam deixar a associação, este mesmo deveria

³²⁹ *Idem*, pp. 411-412.

³³⁰ *Idem*, pp. 415-416.

inspecionar periodicamente os locais assim como o julgar da apresentação exata das contas³³¹.

A partir do Concílio Ecuménico Vaticano II a comunidade diocesana viria a beneficiar da renovação litúrgica, da participação ativa dos fiéis, a aproximação do Bispo aos seus colaboradores, a colegialidade episcopal e a intervenção de leigos em órgãos estruturais³³². A situação política da década de 70 acarretou profundas alterações sociopolíticas na sociedade portuguesa com repercussões visíveis na organização das associações eclesiais. Se por um lado faltam até hoje análises sistemáticas da evolução deste período por outro a Igreja fez afirmar as suas formas associativas no campo da piedade e em gradual escala no campo caritativo. Em 1977 numa Assembleia Plenária da C. E. P. o Arcebispo de Évora, D. Maurílio de Gouveia, propunha medidas para o desenvolvimento do Apostolado dos Leigos, das quais se destacavam a formação e as futuras bases do Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos e um plano de coordenação e integração dos diversos organismos e instituições³³³, muito por culpa da revolução e da situação relacionada com a Ação Católica Portuguesa.

A partir deste período colocando em prática as orientações do Concílio Ecuménico de 1961, a Igreja orienta as suas preocupações em grande medida para a educação sexual e para a família por intermédio dos cursos de cristandade e do S. N. E. C., são promulgadas pastorais que incentivando a sociedade a participar na vida política, conciliam as ideologias políticas em crescimento, é o caso da *Populorum Progressio* alvo de críticas por alguns setores mais conservadores da Igreja. A sua ação concentra-se maioritariamente na missão apostólica dirigida pela hierarquia.

A educação e a universidade, canais de instituições de tradição cristã gradualmente descristianizados e a existência de um Estado Laicizado possibilitou a que no seio das comunidades cristãs surgissem movimentos populares para a defesa da igreja, surgidos naturalmente ou alentados pela hierarquia. Na necessidade da assistência e da educação a Igreja atuou cultural e economicamente, papel que de forma natural tem vindo a ser secundarizado, ora pela ação de um Estado laico ora pela ideologia política. Uma realidade que levou a que em muitos países, como sucedera com o surgimento dos

³³¹ *Idem*, pp. 434-435.

³³² NOGUEIRA, Eurico Dias – Presença no Vaticano II; Revista Estudos, CADC, Coimbra, n.º 5, 2005, pp. 51-55.

³³³ GOUVEIA, Maurílio – Os Leigos na Igreja e no Mundo; Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos (SNAL), Lisboa, 1981, pp. 29-30.

nacionalismos da primeira metade do século XX, fossem criadas comunidades de leigos³³⁴ que se identificam com este catolicismo social.

Durante este período em que a Igreja tem vindo a reconciliar-se com a sociedade e a adquirir um papel ativo e informado sobre questões fraturantes, pouco se tem vindo a refletir sobre a atuação e o desenvolvimento das relações de dependência entre a Igreja e as associações eclesiais, tendo-se no caso das irmandades assistido a uma progressiva perda de poder por parte do Prelado, processo secular que tem vindo a ganhar força pelo reconhecimento estatal das instituições como *IPSS's*. Deste modo se em alguns casos assistimos a irmandades que hoje têm um papel assistencial preponderante na Diocese, como é caso da Irmandade S. Francisco Xavier, antiga Confraria de S. Nicolau, progressivamente desarticulada com a ação apostolar do Ordinário Diocesano, observamos também o caso das misericórdias, organizadas desde 1974 na Diocese de Viseu na União das Misericórdias Portuguesas por ereção canónica e em estreita colaboração com a Conferência Episcopal Portuguesa que passaria a considerar a associação como nacional em 1983.

Se as confrarias, eretas canonicamente, se constituem como sistemas próprios, mas são parte constituintes do sistema de informação da Mitra porque podem responder ao poder ordinário do Vigário e da Cúria, as misericórdias que se associaram passaram a tentar constituir-se em relação à Mitra como sistemas de informação paralelos, realidade que até então não se poderia considerar.

A Associação das Misericórdias Portuguesas constituiu-se legalmente³³⁵ nos termos do direito canónico³³⁶ como associação privada³³⁷ e *fomentando os princípios que formaram a base cristã da sua origem*, passou a articular-se com a CEP conforme o Compromisso e o Decreto Geral Interpretativo,³³⁸ revestindo-se de autonomia funcional em relação à Reunião dos Bispos, para que tanto a eleição do Presidente da Assembleia é comunicada à CEP. Nas três revisões de estatutos da UMP a CEP tem vindo a permitir às misericórdias a fratura com o sistema de organização da diocese, sendo que na atualidade ainda que seja permitido à Conferência Episcopal extinguir a associação e os corpos

³³⁴ ROMMEN, Heinrich A. – O Estado no Pensamento Católico, Tratado de Filosofia Política; Ed. Paulinas, 1967, p. 565-566

³³⁵ Concordata de 2004, Art. 2.º, 4.

³³⁶ Cân. 298-329.

³³⁷ Cân. 299

³³⁸ Estatutos da UMP, Cap. I, art. 1.º, alínea 2.

sociais tal só se realiza *mediante deliberação favorável tomada em Assembleia Geral, que reúna a votação concordante de pelo menos três quartas partes do número total de Misericórdias inscritas; a extinção não terá lugar se, pelo menos, um número de Associados igual ao dobro dos Corpos Gerentes se declarar, na Assembleia Geral que deliberar sobre a matéria, disposto a assegurar a manutenção da UMP, qualquer que seja o número de votos contra*³³⁹.

O Ordinário Diocesano passou a desempenhar um papel menos preponderante na ação da instituição conservando o seu poder intemporal,³⁴⁰ designando o Capelão privativo e assegurando a assistência espiritual e religiosa a utentes, funcionários e Instituições anexas³⁴¹. Ainda assim tem função de vigiar as associações de fiéis da sua circunscrição³⁴², visitando as instituições³⁴³ a fim da manutenção da fé, dos costumes e da obrigação de se cumprirem os estatutos. As instituições de fiéis são uma extensão do apostolado e devem ser ordenadas de acordo com o bem comum³⁴⁴ atuando ao serviço exclusivo deste pressuposto. Para tal, apesar da associação, as instituições instituídas de forma canónica estão sujeitas ao governo da autoridade que o Direito Canónico confere³⁴⁵. No caso da Misericórdia, apesar da sua especificidade desenvolvida em todo o processo histórico e da sua estruturação em âmbito regional ou nacional, os seus níveis hierárquicos tecem laços de dependência e subordinação para com a Igreja a nível diocesano, regional ou nacional conforme a circunstância, sendo o Bispo o pleno titular do topo da hierarquia e capaz de destituir os órgãos gerentes³⁴⁶.

³³⁹ Estatutos da UMP, cap. IX, art. 56.º, alíneas 1 e 2.

³⁴⁰ Neste ponto privilegiamos o poder intemporal do Prelado sobre todas as Associações Eclesiásticas, não se excetuando as Misericórdias e que se conserva até à atualidade uma realidade assumida, ressaltando-se ao Bispo ainda o poder de destituição dos órgãos gerentes sob contexto de má conduta não só moral como financeira. Ainda assim podemos admitir que a respeito da administração e aquisição material as Misericórdias sejam independentes.

³⁴¹ Estatutos da UMP, cap. III, art. 11.º e 12.º.

³⁴² Cân. 305, 1; 323, 1.

³⁴³ Cân. 305, 1.

³⁴⁴ Cân. 323, 2.

³⁴⁵ Cân. 305, 1.

³⁴⁶ MESQUITA, Paulo Dá – A Tutela das Misericórdias e o Âmbito das Jurisdições Eclesiástica e do Estado; JULGAR, Coimbra Editora, nº 23, 2014, p. 138.

Capítulo 3. O Estágio

1. A instituição de acolhimento.

A documentação detida pela Diocese de Lamego sita na sua maioria no atual Paço Episcopal e encontra-se dividida entre o Arquivo Geral e a Secretaria Geral. Aquando da remodelação da Casa do Poço, antigo Paço Episcopal e atual Arquivo-Museu, a documentação começou a ser transferida gradualmente para este último.

Na Secretaria Geral podemos encontrar um gabinete onde se acomodam num armário uma série de livros do século XVIII ao século XX, partilhando o mesmo com os registos paroquiais mais atuais, acomodados em capas e dispostos em estantes e um conjunto de caixas onde se armazena a documentação relativa às misericórdias. Neste local está também a informação relativa aos bens confiscados da Igreja na I República nas paróquias, inventários de igual período, provisões e restituições ao abrigo da concordata. Estão também os estatutos dos centros paroquiais e sociais. Para este espaço transita toda a informação produzida pela Chancelaria e Secretaria Geral e que pode ser passível de transferência para o Arquivo Geral (considerado histórico).

No Arquivo Geral encontra-se a documentação transferida da Chancelaria arrumada numa série de prateleiras, ora em caixas, ora acumulada em maços, e onde existem também centenas de livros e revistas. Este espaço não beneficia de condições para o acumular da documentação, sendo visíveis infiltrações, parasitas e sujidade. Desde há algum tempo que a Diocese tem empenhado o esforço necessário para que a documentação aqui depositada transite para o Arquivo-Museu como sucedera já com a totalidade dos registos paroquiais até 1937, com alguns processos de casamento, inquirições de *genere*, e processos de ordenação.

No Arquivo-Museu Diocesano estão reunidos os estados para que a documentação possa aí ser depositada, armazenada e conservada. O edifício está dividido em Museu e Arquivo, sendo que neste último se reúnem as condições para que a documentação devidamente acomodada, recenseada e descrita possa ser disponibilizada ao público. O arquivo está dividido em três secções: um espaço reservado ao público onde a documentação é levada pelo técnico após pedido de consulta, o espaço de arquivo, composto pelo depósito da documentação, e o serviço administrativo onde o técnico

beneficia do *archeevo* para a descrição da documentação, recebe e processa os pedidos e gere a informação mediante a aprovação do Diretor.³⁴⁷

Atualmente o a *software* de descrição arquivística da Diocese tem servido para disponibilizar os registos paroquiais digitalizados, sendo que não existe uma descrição arquivística normalizada.³⁴⁸ O arquivo tem gerido a sua atividade mediante o trabalho de inventariação do Arquivo Distrital de Viseu de 1996 e do trabalho do antigo arquivista da Diocese. O primeiro trabalho classificou a informação por temas, sendo que desse trabalho se podem hoje encontrar variadas lacunas que vão desde o mau entendimento das tipologias documentais e da entidade produtora até à não recuperação da informação; realidade demonstrada pelo trabalho do anterior arquivista que procedendo ao armazenamento e limpeza da documentação organizou a informação ora de acordo com as funções ora de acordo com os órgãos.

Hoje visitando o Arquivo Geral encontramos três realidades distintas: a primeira é a do não acondicionamento da informação que se estende ao longo de algumas prateleiras formada em maços cercados por cordel; a segunda é a presença da documentação das paróquias e confrarias acondicionada e descrita peça a peça no frontispício das unidades de instalação; a terceira é a existência da documentação da Mitra e do Cabido acomodada em caixas sem qualquer tipo de descrição ou organização em maços. Da mesma forma encontramos livros sem acondicionamento e degradados.

O nosso trabalho passou em primeira fase por reconhecer as dificuldades que encontraríamos no recenseamento da informação. Cedo nos apercebemos que a documentação sofreu de dois modelos de organização distintos, de acordo com diferentes recenseamentos e formas de entender o sistema de informação. Os recenseamentos, guias e inventários disponibilizados serviram para nos contextualizar do que poderíamos encontrar e os problemas que adviriam de um sistema de organização informacional completamente alterado ao longo de décadas e até de séculos.

O recenseamento de 1996 revelou-se ineficaz na recuperação de informação, excetuando-se em algumas caixas incoerentemente atribuídas à Mitra e/ou Cabido, e em relação a alguns dos livros, sendo que destes ora notamos a presença em prateleiras, ora

³⁴⁷ Atualmente o Diretor faz parte da Cúria sendo o Pró-Vigário Geral da Diocese com gabinete próprio no Paço Episcopal.

³⁴⁸ O que sucede é que de cada paróquia são criados fundos e a estes são anexadas digitalizações.

notamos que se encontravam na Secretaria Geral, ora notamos que se encontravam já acomodados em caixas no Arquivo Geral e no Arquivo-Museu. Os guias realizados pelo antigo arquivista mostraram-se frutíferos na recuperação da informação, sendo que não contemplando a totalidade da informação estão desatualizados.

Dos três locais onde se deposita a documentação não existia um inventário ou instrumento de consulta da informação, sendo que da informação sita no Arquivo-Museu existe um guia escrito manualmente, organizado por arciprestados e onde se pode recuperar a informação exclusiva aos extratos de batismo, sendo que das paróquias, como podemos comprovar, constam também inventários, recenseamentos, rol de confessados e tombos. A não existência de um instrumento de consulta e de um instrumento de recuperação de informação que articule a dispersão da informação em diferentes locais e a desorganização nas *unidades de instalação*, leva a que os processos no Arquivo Diocesano se tornem morosos. Alguma da informação encontra-se mal recenseada, outra, feito o recenseamento, parece não existir, e em relação àquela que tem existência a sua recuperação é difícil pelo que esta pode, eventualmente, dar-se como perdida ou inexistente.

As *unidades de instalação* utilizadas no Arquivo Geral são, ao contrário do que sucede no Arquivo-Museu e na Secretaria Geral, na sua maioria desadequadas. Com exceção às caixas referentes às paróquias as *unidades de instalação* pertencentes à Mitra e ao Cabido não são *acid free*, são desajustadas ao tamanho e volume da documentação e não são uniformes. De igual fado sofria a documentação referente à Conferência Episcopal Portuguesa, depositada em capas de plástico e de botões metálicos. Em relação à documentação referente à Ação Católica Portuguesa encontramos-la recém-movida de um outro local junto do Paço, a Casa da Sagrada Família, encontrando-se depositada em sacos de plástico. Desta conseguimos ainda recuperar, entre e com 263 livros provenientes do mesmo local, dois livros de contas relativos à Juventude Católica.

Relativamente à documentação depositada em caixas próprias esta é identificável a partir de referências escritas no frontispício da *unidade de instalação*, sendo que se encontra a função e/ou órgão a que pertence a informação e respetivas séries. A cotação física não segue nenhuma ordem e organização plausível, pelo que no futuro a partir do trabalho que aqui se apresenta caberá à Diocese reorganizar e uniformizar os sítios de depósito da sua documentação.

2. O modelo de intervenção.

Iniciamos o estágio no Arquivo Diocesano de Lamego a 8 de janeiro de 2018, tendo-o concluído a 3 de maio, num total de 438 horas. Transposta a análise das particularidades do sistema de informação e dos problemas que iríamos enfrentar, planeamos o estágio a desenvolver de acordo com o ritmo de trabalho decorrido em fase de recenseamento.

A primeira etapa de intervenção ocorreu no Arquivo-Geral, dada a ignorância do género e quantidade total de informação, e dada a degradação de alguma da documentação. O Arquivo Geral é composto por 4 estantes corridas ao longo do compartimento (definidas de *A* a *D*), sendo que duas destas se encontram junto à parede e uma estante menor (definida como *E*) disposta ao fundo do espaço. Na estante *A* encontram-se maços de Processos de casamento organizados por anos, juntos por cordel, e em mau estado de conservação, observando-se em alguns casos corrosão pela humidade e insetos. Alguns dos processos de casamento por não se encontrarem organizados em maços foram desde logo transferidos para caixas que, dada a limitação de espaço, se depositaram na estante *E*. Nas estantes *B* e *C* encontra-se, entre coleções de livros e revistas, documentação bastante variada e organizada por paróquias, e alguns livros em degradação pertencentes ao sistema de informação diocesano. Na estante *D* encontra-se a documentação relativa à Mitra e ao Cabido.

Para o recenseamento dos livros pertencentes ao sistema de informação apercebemo-nos, a partir dos guias existentes, que alguns destes haviam sido movidos. Entendemos também que a falta de alguns livros no recenseamento de 1996 se deveu à integração destes nas *unidades de instalação* organizadas por paróquia-concelho (no sistema de arquivo existiu um recenseamento em caixas que ainda hoje vemos nas caixas intituladas *Correspondência do Estrangeiro*). O recenseamento de 1996 usou os anteriores guias, substituindo quase na íntegra as caixas e organizando a documentação em *fundos* não pela sua tipologia, mas de acordo com as estruturas: cabido, colegiadas, câmara eclesiástica, câmaras municipais, igrejas; e em secção ora por tipologia documental (ex.: bulas) ora por atividades (ex.: gestão financeira). Hoje não vemos essa organização no arquivo. Ao que parece depois de 1996 a documentação foi movida das unidades de instalação e sendo organizada por paróquias – concelhos, tendo sido as caixas desta nova organização reviradas e recebido uma nova cota. Nota-se ainda que nas

mesmas caixas alteradas se observa que foi integrada informação por mão de um novo gestor de informação.

Na estante *D* encontramos maços mal-organizados especialmente em relação a *processos judiciais cíveis* e a *processos judiciais crime*, tomados como uma só tipologia documental e atribuídos ora ao Cabido, ora à Mitra, quando a sua pertença é exclusiva da Câmara Eclesiástica. Da mesma forma se referem prazos, reconhecimento de prazos e renovação de prazos, vedorias e procurações. Foi necessário que de tal se formassem novos maços.

No dia 7 de fevereiro e com 144 horas realizadas iniciamos o recenseamento da documentação presente no Arquivo – Museu. A informação depositada neste local foi movida do Arquivo-Geral pelo que alguma da documentação pertencente ao mesmo órgão, função e tipologia, se encontra dividida entre um e outro. Composto por um espaço de três andares, no primeiro e segundo, o arquivo tem depositados todos os registos paroquiais até 1911. Sendo que no mesmo espaço se encontra informação pertencente ao sistema de informação da Mitra, Cabido, C.E.P., e de associações eclesiais. O terceiro não tem qualquer documento, sendo composto por uma biblioteca.

No dia 9 de fevereiro, dada a quantidade variada de informação de que já dispúnhamos cessamos durante um período de tempo o recenseamento, aproveitando para começar a reconstituir o sistema de informação da Diocese de acordo com o estudo apresentado no II capítulo deste trabalho. Feito de forma geral este trabalho que em muito nos ajudou acerca de como abordar a restante informação, continuamos no dia 12 de março o recenseamento no local, que se prolongou até ao dia 26 de março cumprindo 246 horas de estágio.

No dia 3 de abril concluímos na Secretaria Geral o recenseamento do sistema de informação. Deste local só nos foi permitido recensear, a fim de apurar os livros referidos no recenseamento de 1996 e em falta nos restantes espaços de depósito, uma pequena parte da informação. Como já foi referido, neste espaço encontram-se os registos paroquiais mais recentes da Diocese em conjunto com a documentação referente às Misericórdias. Ao abrigo do Direito Canónico a Secretaria Geral tutela os arquivos da Diocese³⁴⁹ sendo que o mesmo Código compreendendo a existência de um arquivo geral e de um arquivo histórico, não refere a existência de um arquivo intermédio. Neste

³⁴⁹ Cân. 486.

arquivo essencial à Chancelaria transitam os documentos produzidos pela Cúria e em utilização progressivamente desregular que a determinado momento, por força da sua utilização corrente se anular, poderão transitar para o arquivo histórico ou, caso se entenda, para o arquivo secreto reservado ao Bispo.

Concluído o recenseamento no dia 4 de abril iniciamos o armazenamento da documentação em caixas. Até à conclusão do estágio e com recurso a uma máquina de limpeza de documentos, conseguimos acomodar cerca de 10 anos de processos de casamento dispostos em 73 caixas, sendo que durante este período foi necessária a encomenda de um lote de *unidades de instalação*. Todos os documentos acomodados foram transferidos para as instalações do Arquivo-Museu. No período final de estágio debruçamo-nos ainda na limpeza, restauro e armazenamento de um Livro de Contas de 1704 em avançado estado de degradação tendo resultado de tal uma ficha de restauro e uma proposta de digitalização.

3. O recenseamento.

Diagnosticar as condições materiais em que um arquivo se encontra permite definir um modelo de intervenção que agilize o processo minucioso e criterioso de recenseamento. O plano de intervenção no Arquivo Diocesano passou por utilizar todos os guias e recenseamentos produzidos em confronto com a observação direta da documentação. Para o recenseamento da informação definimos um quadro de trabalho³⁵⁰ em que a cada maço, caixa ou livro atribuímos um número de identificação do registo principiando no número 1 até ao número 3156. Das caixas tivemos de abandonar o recurso à sua cotação física, dada a repetição, não uniformidade e desorganização, definindo que este novo número de identificação de registo serviria a organização de um instrumento de consulta³⁵¹.

No mesmo quadro de recenseamento identificamos o título da informação, as datas iniciais e finais, o conteúdo, o tipo de unidade de instalação, e as observações. O título da informação viria a ser colhido de acordo com o título com que a informação nos era apresentada, serviria no futuro para que nas mesmas tipologias de documentação, mas com variados termos associados se construíssem *tesauros*³⁵². As datas iniciais e finais contextualizariam a produção da informação e viriam a ajudar a compreender a transição de competências entre diferentes órgãos. O conteúdo permitiu perceber a forma como a documentação havia sido organizada e o tipo de unidade de instalação permitiu medir capacidades e a situação de armazenamento da documentação.

No total foram recenseadas 3156 *unidades de instalação*, das quais se distinguem 2316 caixas, 578 maços e 262 livros sem acomodação, num total aproximado de 267 metros e 65 centímetros³⁵³. Os 840 itens compostos por maços e livros necessitam com certa urgência de serem acondicionados em caixas próprias, sendo que das 1058 caixas presentes no Paço Episcopal³⁵⁴, 68 por não serem apropriadas ao acondicionamento da documentação necessitam de ser substituídas.

³⁵⁰ Ver em apêndices.

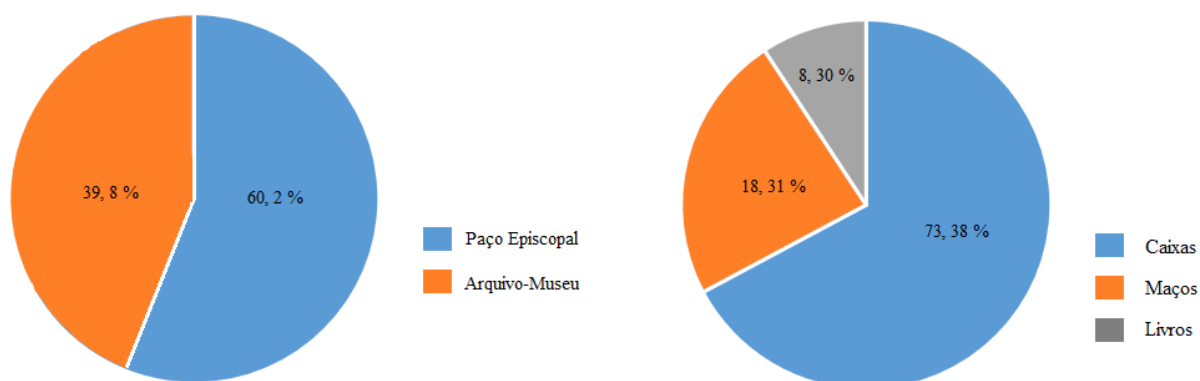
³⁵¹ Ver em apêndices.

³⁵² Note-se o caso dos Processos de Casamento também apelidados de *Autos de Banhos*, *Processos de Banhos*, *Autos de Casamento*.

³⁵³ No total, acomodados em caixas existem cerca de 814 livros sendo o resto da informação maços.

³⁵⁴ Referimo-nos às caixas presentes no Arquivo Geral, já que da Secretaria Geral recenseamos apenas livros.

Gráfico 1.
Distribuição da informação do Arquivo Diocesano de Lamego



Na fase de recenseamento apercebemo-nos das sérias dificuldades que teríamos a organizar as séries documentais. No seu maior volume a mesma caixa poderia incorporar informação de diversos sistemas de informação e de diversos órgãos, sendo que quando constituíssemos *séries*, os *documentos compostos e simples* destas poderiam estar dispersos e de forma aleatória por até 53 *unidades de instalação*. Vejam-se a título de exemplo os seguintes quadros:

Quadro 1.

Exemplo, identificador 1225.

Nº de identifi	Título	Data Inic	Data Fim	Conteúdo	Unidade de Instalaçã	Observações
1225	Mitra	18 14	18 41	Rol do manifesto do concelho de Magueija (1814). Mapa dos devedores do pão ao Rei e ao cabido (1814). Caderno dos devedores da Tulha ao cabido e terça à mitra, sendo Tulheiro o Senhor Souza (1814-1815). Rol de pessoas com capitais a juros (1817). Caderno de devedores de capitais a jurso (sem data; sem data). Resumo dos devedores à Tulha do Cabido (1815-1822; 1823; 1825). Caderno de provisões de festas e cerimónias religiosas (1852). Livro de Capitais a juros (1841-1832).	Caixa	Pertence ao Cabido, à Mitra (e seus órgãos, e à Paróquia de Magueija. Recenseamento do Arquivo Distrital de Viseu, 1994 - Confrontamos o recenseamento com os documentos presentes nas caixas e não corresponde.

Quadro 2.

Exemplo, identificador 1241.

Nº de identifi	Título	Data Inic	Data Fin	Conteúdo	Unidade de Instalaçã	Observações
1241	Cabido	18 88	19 11	Mapas resumos das despesas do cabido (1892-1893; 1901-1902; 1901-1902; 1901-1902; 1901-1902; 1905-1906). Mapa resumo da decima de juro, abonada pelos capitais (1899-1900). Mapa de receitas com capitais (1911). Mapa da receita e da despesa da Colegiada de Almacave (1902-1903). Mapas resumos das receitas (1902-1903). Mapa resumo das despesas do Seminário de Lamego (1888-1889). Mapa resumo da receita da colegiada de Almacave (1900-1901). Mapa resumo da despesa da Colegiada de Almacave (1902-1903). Mapa resumo da receita do cabido (1894-1895; 1903-1904). Folha dos jorais vencidos e dos materiais empregados do Seminário de Lamego (1892; 1892; 1897). Mandado de	Caixa	Pertence a vários sistemas. Sub-sistemas da Diocese.

Deparámo-nos simultaneamente na maioria das caixas com maços mal constituídos. Estes conjuntos não encerravam realidade alguma, serviam exclusivamente para manter a documentação compacta dentro da *unidade de instalação*, pelo que foi necessário observar peça-a-peça, rigorosamente no que diz respeito a documentos de contas ora da Cúria, ora do Cabido, ora do Seminário. Da mesma forma apercebemo-nos da frequente confusão acerca da entidade produtora dos processos judiciais cíveis, da sua errada distinção para com um libelo cível e da sua errada confusão para com um processo judicial crime.

Um processo judicial cível é, tal-qual seu nome, resultado de um acumular de processos administrativos que podem englobar vedorias, procurações, reconhecimentos, testemunhos acusatórios, testemunhos de defesa e, por fim, sentenças cíveis³⁵⁵. As vedorias são protagonizadas pelos vedores ao serviço da Diocese, as procurações pelos procuradores ao serviço de quem acusa (Cabido ou Mitra) e as sentenças dadas pela câmara eclesiástica. O processo judicial cível é o mesmo que um libelo cível, sendo a sua

³⁵⁵ As sentenças cíveis podem também ser chamadas de *execução de sentença*.

execução ordenada pela Câmara Eclesiástica. Distingue-se do processo judicial crime por ser instaurado com base no pressuposto de ter sido cometido um ato considerado crime. O processo judicial crime (ou libelo crime) é uma peça processual, pedido ou requerimento, feito após a fase de primeira pronúncia que tinha como intuito expor o facto criminoso, indicando o nome do réu, circunstâncias agravantes e factos que poderiam influenciar na fixação de sua pena, para o pedido de sua condenação, não podendo assim divergir da pronúncia.

Os libelos cíveis são também distintos dos libelos de dívida e embora detenham semelhantes processos administrativos, podem ser instaurados ou pelo Cabido ou pela Mitra sendo que na Câmara Eclesiástica é decidido o veredicto final. Da mesma forma são distintos de um auto de despacho de delito, tratando-se este último de um processo de agressão que envolve um sacerdote.

De igual forma apercebemo-nos da confusão com as escrituras relacionadas com contratos de propriedade. Um auto de rateação de foro não é o mesmo que um reconhecimento de prazo, ele contém-no. A rateação de foro corresponde à divisão material da propriedade ou dos lucros, é um reconhecimento de prazo ao qual se associou uma rateação. Um reconhecimento de prazo é utilizado em documentos como processos judiciais, rateações, renovação de prazos e emprazamentos, ele inclui vedorias, procurações, prazos, cópias de prazos e inventários.

Não tendo feito parte da nossa intervenção, a Diocese detém ainda 36 pergaminhos com datas compreendidas entre 1403 e 1874.³⁵⁶ Assim como os cartórios de São João de Tarouca e Salzedas que levados para Viseu com o regime liberal arderam em 1841 tendo transitado os impressos para a biblioteca do Paço Episcopal.³⁵⁷ No Arquivo da Câmara Municipal de Lamego encontram-se ainda vários documentos pertencentes à Diocese, entre códices e taxas dos Ofícios, assim como no ANTT, como seja o caso dos estatutos do Cabido da Sé de Lamego (com data atribuída de 1475).

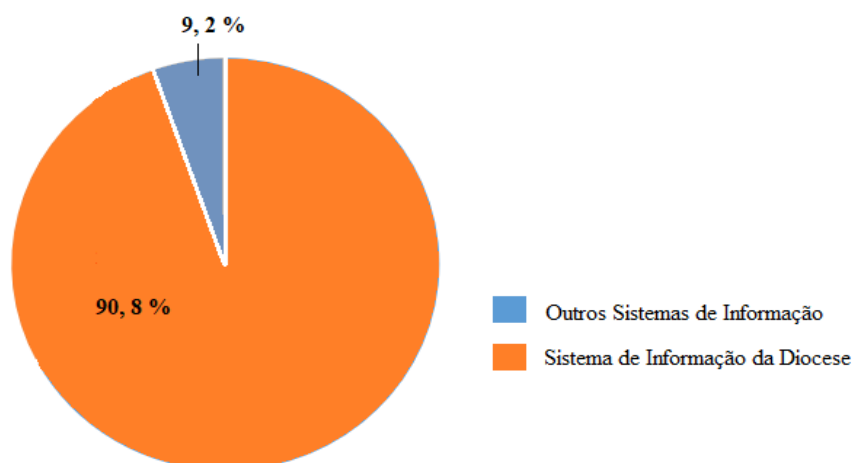
³⁵⁶ MARQUES, Maria Alegria Fernandes – Uma bula do séc. XV: pretexto e contexto; in Museu de Lamego. Pergaminhos; Instituto Português de Museus; 1ª Ed., 2002, p. 11.

³⁵⁷ COSTA, M. Gonçalves – História do Bispado e Cidade de Lamego; I – Idade Média: A Mitra e o Município; Lamego, 1977, p. 4.

4. O Sistema de Informação³⁵⁸.

O Arquivo Diocesano de Lamego detém em conjunto com a documentação do seu sistema de informação, um outro conjunto de sistemas tanto de origem eclesiástica, como laical, como leigo. O primeiro processo a realizar-se aquando da conclusão do recenseamento num Sistema de Informação de Diocese é entender a informação nos seus múltiplos significados canónicos. Assim entendeu-se toda a informação da Diocese. Em primeira instância procurando atribuir a documentação a três estruturas maiores: o Cabido a Mitra e as Colegiadas. Em segunda instância procurando desenhar os sistemas de informação das associações eclesiásticas e laicas, estudando-as e percebendo os seus laços hierárquicos. Destas foi possível distinguir as que se constituíam como dependentes da Mitra, das que se constituíam como Sistemas próprios. Em terceira instância desenhar os sistemas de informação de estruturas leigas e compreende-los como distantes das estruturas religiosas.

Gráfico 2.
Documentação da Diocese de Lamego



³⁵⁸ Recomendamos a consulta do Catálogo de Sistemas da Diocese de Lamego, presente em apêndices deste trabalho.

As associações eclesiais podem não estar subordinadas à Mitra. A sua definição como subsistemas da Mitra é inquirida a partir da sua constituição estatutária e dos laços de dependência que em âmbito diocesano tecem para com o Prelado. As associações laicais e a sua dependência para com a Mitra resultam exclusivamente da frequência e quantidade de informação que trocam para com o Bispo. Na maioria das vezes não pertencem ao subsistema da Mitra.³⁵⁹

Sistema de Informação: Diocese

Subsistema de Informação: Mitra

Sub-subsistemas de Informação: Associações eclesiais

Sub-subsistemas de Informação: Associações laicais

Sub-subsistemas de Informação: Centros de Promoção Cristã

Subsistema de Informação: Cabido

Subsistema de Informação: Colegiada de São Pedro de Castro Daire

Sistemas de Informação: Associações eclesiais

Sistemas de Informação: Associações laicais

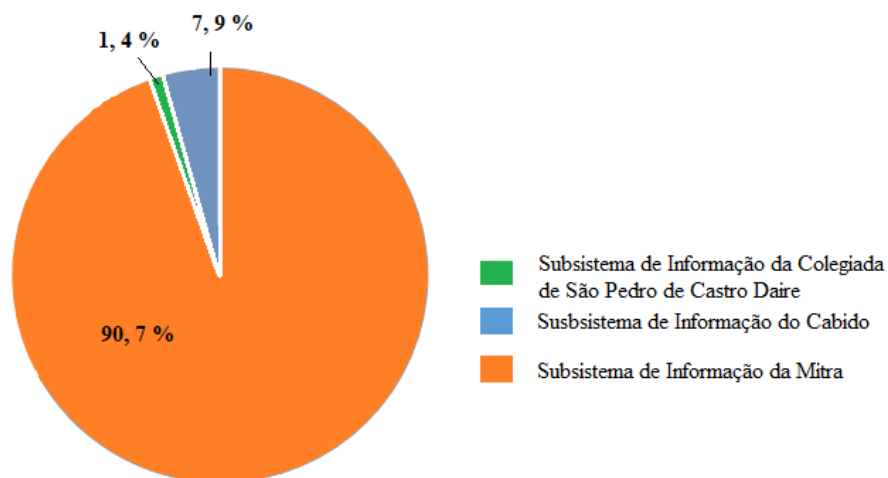
Sistemas de Informação: Estruturas leigas

O Sistema de Informação da Diocese é aberto sendo constituído pelos sistemas de informação do Cabido, da Colegiada de São Pedro de Castro Daire e da Mitra. Os sistemas de informação do Cabido e da Colegiada de São Pedro de Castro Daire são fechados e por não tecerem relações com o meio são simples. Do sistema de informação da Mitra, sendo aberto e complexo, vertem um conjunto significável de subsistemas, os quais agrupamos em três tipologias: as associações eclesiais, as associações laicais e os centros de promoção cristã como sejam escolas e centros de assistência.

³⁵⁹ Sobre associações de fiéis ver Capítulo 2 deste trabalho.

Gráfico 3.

Sistema de Informação da Diocese de Lamego



Dos sistemas de informação das associações eclesiais dependentes da Mitra destacam-se três formas de organização estatutária: as confrarias, as irmandades e as misericórdias.

Sistema de Informação: Diocese de Lamego

Subsistema de Informação: Mitra de Lamego

Sub-subsistema de Informação: Confrarias

Sub-subsistema de Informação: Irmandades

Sub-subsistema de Informação: Misericórdias³⁶⁰

Existem 34 irmandades e 108 confrarias e apenas 1 misericórdia foi incluída neste recenseamento.³⁶¹

³⁶⁰ Sobre a relação de dependência das Misericórdias para com a Mitra e a sua subordinação partilhada com a União das Misericórdias Portuguesas veja-se o Capítulo 2 deste trabalho.

³⁶¹ A documentação referente a todas as Misericórdias da Diocese encontra-se na Chancelaria e Secretaria, ainda com processo de consulta reservado. Esperamos poder no futuro iniciar a disponibilização dessa informação.

Os sistemas de informação das associações eclesiais não dependentes da Diocese estabelecem todos eles laços com a Conferência Episcopal Portuguesa, enquanto que as associações laicais com pouca estruturação em âmbito nacional ou internacional estão mais suscetíveis ao controlo da Diocese. Se estruturadas em âmbito nacional tendem a tecer laços de dependência para com a C.E.P.³⁶², se estruturadas em âmbito internacional tendem a tecer laços de dependência para com o Papado.³⁶³ Destas com dependência à CEP estão presentes no Arquivo Diocesano de Lamego a Ação Católica Portuguesa (ACP/ACR) e o Centro de Preparação para o Matrimónio (CPM).³⁶⁴

Dos sistemas de informação correspondentes a estruturas leigas existe documentação da Câmara Municipal de Lamego³⁶⁵ e da Câmara Municipal de Valdigem e da administração civil de 18 paróquias.³⁶⁶

³⁶² Caso da Ação Católica Religiosa.

³⁶³ Caso da Obra Kolping.

³⁶⁴ A CEP é o organismo da Igreja Portuguesa onde se reúnem os bispos. É natural que se encontre documentação dela na Diocese, resultado da participação do Prelado de Lamego. Não significa contudo que a informação pertença à Diocese, ela afluí resultado da participação de um dos seus membros enquanto Pastor da Igreja Portuguesa, representante da Diocese Lamego. Não se trata assim de informação produzida pela Diocese ou pelo Bispo.

³⁶⁵ No século XVIII a Câmara Municipal de Lamego era constituída por um Juiz de Fora, 3 vereadores, 1 procurador do Concelho, 1 escrivão da Câmara (que também era Alferes Mor). (cf.: CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – As freguesias do Distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758; Memórias, História e Património; Ed. Coleção Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758, Braga, 2010, p. 305).

³⁶⁶ A documentação refere-se na realidade à estruturação das Juntas de Paróquia em Paróquias Civis, Freguesias da I república e do Estado Novo.

4.1. Proposta de sistematização³⁶⁷.

O Sistema de Informação da Diocese de Lamego estrutura-se a partir de três subsistemas: o Cabido, a Colegiada de São Pedro de Castro Daire e a Mitra, sendo este último o mais complexo. **O S.I. da Colegiada de São Pedro de Castro Daire** contém muito pouca informação, sendo que na falta de estudos suficientemente sólidos acerca deste género de organização optamos por não realizar um estudo orgânico da instituição, no entanto, admitidos que a sua estrutura representativa possa vir a ser alterada.

O S. I. do Cabido é de constituição orgânica simples estando estruturado em três *secções* onde se enquadra toda a documentação. Na *secção* Reunião de capitulares contém-se toda a informação decidida em capítulo, nas *secções* Chantredo e Deado contém-se toda a informação promulgada pelo Chantre ou pelo Deado e que a eles pertence.

O S.I. da Mitra é complexo. Ele estrutura-se tendo por cabeça o Prelado que cede ordinariamente o poder à Vigararia Geral³⁶⁸ (*secção*) principal órgão de gestão da Cúria. O Vigário Geral exerce um poder direto sobre a Câmara Eclesiástica (*subsecção*), sobre a Chancelaria e Secretaria (*subsecção*), sobre o Conselho Diocesano de Assuntos Económicos³⁶⁹ (*subsecção*), o Tribunal Eclesiástico (*subsecção*), e o Conselho Episcopal (*subsecção*) e por inerência o Vigário para os Leigos e Pastoral³⁷⁰ (*sub-subsecção*).

Paralelamente à Vigararia Geral estrutura-se a Visitadoria (*secção*) da qual resulta informação estabelecida entre 1627 e 1889 e o Seminário Maior de Lamego³⁷¹ (*secção*) que tem por inerência o Seminário Menor de Resende³⁷² (*subsecção*).

Composta por um conjunto de comissões e secretariados surge-nos um órgão de gestão genérico vocacionado para a orientação e vigilância dos costumes e para a pastoral, a Coordenação Diocesana³⁷³ (*secção*), que estrutura a Comissão de Vigilância da Pregação (*subsecção*), a Comissão de Vigilância e Disciplina sobre as festas (*subsecção*), a Comissão Diocesana de Indultos Pontificais (*subsecção*), o Secretariado de Ação Socio-

³⁶⁷ Consulte-se o Catálogo de Sistemas da Diocese de Lamego presente em apêndices.

³⁶⁸ Contém documentação com datas as datas extremas: 1449-2015.

³⁶⁹ O Conselho Diocesano de Assuntos Económicos pode também ser chamado de Economato. Tem como principal figura o Ecónomo Diocesano e os funcionários que o assistem.

³⁷⁰ O S.I. da Diocese de Lamego só incorpora a informação deste Vigário Episcopal.

³⁷¹ Com datas estabelecidas de 1820 e 1999.

³⁷² Com datas estabelecidas de 1903 e 1991.

³⁷³ Com datas estabelecidas de 1849 e 2012.

caritativa (*subsecção*), o Secretariado de Comunicação Social (*subsecção*), o Secretariado da Pastoral das Migrações e do Turismo (*subsecção*), o Secretariado da Pastoral Juvenil (*subsecção*), o Secretariado das Vocações (*subsecção*), o Secretariado de Educação Cristã (*subsecção*), o Secretariado dos Bens Culturais (*subsecção*) e o Secretariado do Apostolado da Oração (*subsecção*) que estrutura os apostolados locais (*sub-subsecção*) em Castro Daire, Adorigo, Beselga, Santiago de Piães, São João de Tarouca, Valença do Douro e Várzea de Abrunhais.

Por fim, mas não de menor importância, surgem-nos os Arciprestados (*secção*). Este órgão reúne todos os Distritos Eclesiásticos (*subsecções*) e por inerência todas as paróquias (*sub-subsecções*), constituindo-se como o órgão da Diocese que mais informação contém.

As confrarias, irmandades e misericórdias constituem-se como subsistemas da Mitra, mas destas, embora o volume de sistemas encontrado, não fizemos a sua reconstituição orgânico-funcional porque no nosso entender o volume de documentação emanado por cada sistema não o justificava.³⁷⁴ Ainda assim reconhecemos as particularidades destas associações de fiéis. As confrarias e misericórdias surgiram para tratar dos vivos e enterrar os mortos, constituem-se como um grupo de irmãos que procuram viver sob o modelo cristão de misericórdia. A maioria das confrarias são de evocação do Santíssimo Sacramento e de invocação das Almas, sendo que se nota simultaneamente a presença de invocação local.

As Misericórdias, por sua vez, plasmam na essência todas as obras de Misericórdia³⁷⁵, ainda que através da sua constituição enquanto organismos, dos fundamentos fundacionais, na sua maioria, já pouco reste. As confrarias divergem das misericórdias pela aceitação que tiveram ao longo do tempo de mulheres e por possuírem na sua maioria uma base vertical agrupando vários estratos sociais, enquanto que as misericórdias admitindo apenas homens serviam as elites locais³⁷⁶. Enquanto que as

³⁷⁴ Por este mesmo motivo dedicar-lhe-emos um simples esboço do que poderá ser, surgindo renovados estudos, a sua constituição organizativa.

³⁷⁵ As obras da Misericórdia são 14, dividindo-se em corporais (Dar de comer a quem tem fome; Dar de beber a quem tem sede; Vestir os nus; Dar pousada aos peregrinos; Assistir aos enfermos; Visitar os presos; Enterrar os mortos) e em espirituais (Dar bons conselhos; Ensinar os ignorantes; Corrigir os que erram; Consolar os tristes; Perdoar as injúrias; Sofrer com paciência as fraquezas do nosso próximo; Rogar a Deus por vivos e defuntos).

³⁷⁶ Circunstância que hoje gostaríamos de ver estudada e aplicada ao século XXI na umbilical relação que a Misericórdia tece com a classe política.

confrarias se limitavam a empréstimos com juros, as misericórdias serviam de fonte de crédito para as elites³⁷⁷.

Quadro 3.

Tipologias de Evocação das Irmandades e Confrarias.

Irmandades Das Almas: 28 Evocação local: 4 Senhor dos Passos: 2	TOTAIS
	34
Confrarias Santíssimo Sacramento: 32 Santíssimo Sacramento e Almas: 19 Evocação local: 17 Senhora do Rosário: 10 Doutrina Cristã: 8 De Jesus: 6 Santíssimo Sacramento e Doutrina Cristã: 5 São Vicente de Paulo: 4 Senhor dos Passos: 2 Senhora do Presépio: 1 Filhas de Maria: 1 Ordem Terceira de São Francisco: 1	108
TOTAIS	142
Totais Evocação Local	21

As Misericórdias e as Confrarias partilham do mesmo género de organização encabeçada pela Assembleia Geral³⁷⁸ e pela Mesa Administrativa. Dos estatutos que fomos consultando ao longo do recenseamento poucas são as achegas que nos possam ser dadas para a compreensão da Assembleia Geral, regra que tem sido geral para a maioria dos estudos realizados sobre as organizações³⁷⁹. Sabemos que lhe preside um Juiz, podendo ser ordinários e gerais³⁸⁰. A Mesa Administrativa assegurava a interação económica, social, profissional, religiosa e administrativa, sendo um órgão deliberativo e executivo³⁸¹.

³⁷⁷ SÁ, Isabel dos Guimarães – As Confrarias e Misericórdias; in OLIVEIRA, César – História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia); Ed. Círculo de Leitores, 1996, p. 58-60.

³⁷⁸ Também chamada de Cabido, Assembleia de confrades, e Assembleia de irmãos.

³⁷⁹ BEIRANTE, M. Â. – Confrarias Medievais Portuguesas; Lisboa, 1990, p. 14.

³⁸⁰ *Idem*, p. 105.

³⁸¹ CARDONA, P. – A atividade mecenática das Confrarias nas matrizes do Vale do Lima, Séc. XVII a XIX; Porto, Vol. I, 2004, p. 83.

As confrarias podem ser distintas quanto à sua função (penitenciárias, caritativas, devocionais e de ofícios), quanto ao acesso e quanto à seleção dos seus irmãos estabelecendo-se relações horizontais e verticais de segmentação social. Distinguem-se ainda as confrarias rurais, das citadinas e das monásticas. A sua ereção poder ser realizada pela Santa Sé, pela CEP e pelo Prelado Diocesano³⁸².

No caso das misericórdias³⁸³ hoje podemos encontrar, de uma forma geral, a seguinte constituição:

Sistema de Informação: Diocese

Subsistema de Informação: Mitra

Sub-subsistema de Informação: Misericórdia

Secção: Assembleia Geral

Secção: Mesa Administrativa

Subsecção: Serviços administrativos

Subsecção: Coordenação de serviços técnicos

Secção: Conselho Fiscal

Subsecção: Serviços financeiros e patrimoniais

No caso das confrarias são poucos os estudos que permitam compreender a sua dinâmica orgânico-funcional, no entanto, julgamos necessário alentar neste trabalho esse esforço futuro. Para uma futura compreensão orgânico-funcional das confrarias apresentamos as funções numa confraria e algumas das respetivas competências, julgando

³⁸² PENTEADO, P. – Confrarias; in AZEVEDO – Dicionário de História Religiosa, Vol. I, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 459-60.

³⁸³ As estruturas de organização das Misericórdias não são padronizadas. Ao nível da *subsecção Coordenação de serviços técnicos* em muitos casos podem ser constituídas *sub-subsecções* como sejam a Direção técnica de lar de idosos ou a Direção técnica de lar de crianças. Acresce que das Misericórdias urge a necessidade de se estudarem os patronatos, como a título de exemplo, sucede com a Santa Casa da Misericórdia de Resende em relação à Quinta do Mosteiro na Paróquia de Cárquere, doada em 1950.

a possibilidade de no futuro se apresentar um quadro de contextualização que possa servir a disposição das *séries* nos respetivos órgãos³⁸⁴.

A Assembleia Geral encarregava-se da admissão e readmissão de confrades, da eleição de oficiais, das reformas estatutárias e da regulamentação do comportamento. Os seus funcionários eram o Juiz, representante máximo da estrutura e encarregado dos julgamentos mais delicados dentro da organização. A ele cabia o poder executivo³⁸⁵. O nome Juiz pode ser substituído no caso das confrarias assistenciais pelo nome de Presidente ou de Provedor³⁸⁶. Faria também parte o Mordomo, encarregado maioritariamente da fiscalização da confraria. É o cargo que mais trabalho empenha e a par do Juiz exerce o controlo da instituição. Existiriam ainda os cargos de Procurador, somente nas devocionais e assumindo muitas das funções do Mordomo, de Escrivão e de Tesoureiro.

O volume da documentação justificou também que não estudássemos profundamente a constituição de outras associações eclesásticas e laicais e dos centros de Promoção Cristã dependentes da Mitra, com exceção ao Centro Diocesano de Promoção Social dividido em Centro de Bem-Estar Infantil e Escola de Formação Social e Rural.

Sistema de Informação: Diocese

Subsistema de Informação: Mitra

Sub-subsistema de Informação: Centro Diocesano de Promoção Social

Secção: Centro de Bem-Estar Infantil

Secção: Escola de Formação Social e Rural.³⁸⁷

³⁸⁴ Sobre este aspeto agradecemos a ajuda do nosso colega de curso Vasco Santos que nos cedeu alguns dos seus excelentes trabalhos sobre Confrarias.

³⁸⁵ BEIRANTE, M. Â. – Confrarias Medievais Portuguesas; Lisboa, 1990, p. 15.

³⁸⁶ SIMÃO, A. C. – Introdução ao estudo das confrarias corporativas do Porto: Época Moderna; Vol. II, Porto, 1996, p. 40. O nome Provedor é comum nas Misericórdias.

³⁸⁷ Também chamada de Escola Profissional Agrícola de Lamego.

Das Associações Eclesiástica *subsistemas* da Mitra encontramos o CPM³⁸⁸, a Cáritas³⁸⁹, e a Casa da Sagrada Família³⁹⁰. Enquanto que como *Sistemas* próprios a CEP que tem como subsistemas a Ação Católica Rural e o SNEC. Quanto às Associações Laicais *subsistemas* da Mitra encontramos: o Recolhimento de Santa Teresa³⁹¹, fundado em 1702³⁹² e a Conferencia de São Vicente de Paulo³⁹³, enquanto que como *Sistemas* próprios a APEC, UCIDT e a Obra Kolping. Em relação aos centros de Promoção Cristã encontramos em conjunto com o Centro Diocesano de Promoção Social, o Centro Social e Paroquial de Almacave.

Sistema de Informação da Diocese de Lamego

Subsistema de Informação do Cabido

Subsistema de Informação da Colegiada de São Pedro de Castro Daire

Subsistema de Informação da Mitra

Sub-subsistema de Informação da Cáritas Diocesana

Sub-subsistema de Informação da Casa da Sagrada Família

Sub-subsistema de Informação do Recolhimento de Santa Teresa

Sub-subsistema de Informação da Conferência de S. Vicente de Paulo

Sub-subsistema de Informação do Centro Diocesano de Promoção Social

³⁸⁸ O Centro de Preparação para o Matrimónio estrutura-se em âmbito internacional, nacional, diocesano e paroquial. Em Portugal tem estatutos próprios aprovados pela CEP (cf. Cap. I; Art.º Iº, 1 – Estatutos do CPM).

³⁸⁹ A Cáritas é uma instituição católica instituída em 1951. Distribui-se por diversos países atuando em Portugal sob poder da CEP. Atua no plano regional, diocesano e paroquial. A documentação que aqui se apresenta refere-se à Cáritas Diocesana de Lamego em estreita articulação com a Mitra.

³⁹⁰ A Casa da Sagrada Família é uma congregação religiosa, instituída por Dominicanas de Santa Catarina de Sena no século XIX. Atua sob orientação do Bispo Diocesano. Tem exemplos em Penafiel e na Guarda.

³⁹¹ O Recolhimento de Santa Teresa servia para o acolhimento de órfãs e de mulheres que queriam seguir a Ordem de Cristo, localizava-se na atual sede da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego. O espaço e as obras que neste Recolhimento se realizavam eram custeadas pela Mitra. O espólio desta Associação Laical pode hoje ser encontrado no Museu de Lamego.

³⁹² CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – As freguesias do Distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758; Memórias, História e Património; Ed. Coleção Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758, Braga, 2010, p. 297.

³⁹³ Esta Conferência também conhecida como Conferência Vicentina ou Sociedade de São Vicente de Paulo é um movimento de leigos que se estende por todo o mundo. Os laços de dependência para com a Mitra são inquiridos a partir do nível em que atua: nacional, diocesano ou paroquial. Neste caso trata-se de atuação a nível diocesano.

Sub-sistema de Informação do Centro Social e Paroquial de Almacave

Sub-sistema de Informação de Confraria

Sub-sistema de Informação de Misericórdia

Subsistema de Informação da Centro de Preparação para o Matrimónio

Sistema de Informação da Conferência Episcopal Portuguesa

Subsistema de Informação do Secretariado Nacional de Educação Cristã

Subsistema de Informação da Ação Católica Portuguesa

Sistema de Informação da Associação Portuguesa de Escolas Católicas

Sistema de Informação da União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho

Sistema de Informação da Obra Kolping

Das Associações de Fiéis destacamos a constituição da Ação Católica Portuguesa dependente sistemicamente da CEP e já neste trabalho esmiuçada e que apresentamos aqui sistematizada:

Sistema de Informação da Ação Católica Portuguesa

Secção: Ação Católica dos Meios Independentes

Secção: Ação Católica Diocesana

Subsecção: Juventude Agrária Católica

Subsecção: Juventude Agrária Católica feminina

Subsecção: Juventude Estudantes Católicos

Subsecção: Juventude Operária Católica

Subsecção: Juventude Operária Católica Feminina

Subsecção: Liga Agrária Católica

Subsecção: Liga Agrária Católica Feminina

Subsecção: Liga Escolar Católica

Subsecção: Liga Independente Católica

Subsecção: Liga Operária Católica

Subsecção: Movimento de Educadores Católicos

4.2. Criação de séries.

Realizado o recenseamento e a reconstituição dos sistemas de informação, deparamo-nos com um universo documental distribuído por 3156 itens³⁹⁴. A partir do estudo apresentado no Capítulo 2 deste trabalho foi possível reconstituir com precisão e na totalidade todas as 964 *séries* documentais referentes ao Sistema de Informação da Diocese com datas compreendidas entre 1449 e 2016. A construção de *séries* foi um processo inteiramente intelectual, sendo que a maioria dos documentos compostos que formam uma série documental podem estar dispersos por variadas caixas, veja-se a título de exemplo³⁹⁵:

Quadro 4.

Exemplo da dispersão da série. Informação pertencente à Câmara Eclesiástica.

Série	Escrituras de empraçamento	
-------	----------------------------	--

Data		Nº de registo da Unidade de instalação.
1512	1886	29 cx. (30 mç; 1lv.); 4 lv.

1512	1801	Cx. 156
1532	1597	Cx. 109
1580	1783	Cx. 149
1590	1859	Cx. 124
1590	1820	Cx. 41
1592	1698	Cx. 111
1600	1813	Cx. 153
1615	1615	Cx. 150
1636	1766	Cx. 102
1640	1868	Cx. 127
1640	1791	Cx. 37
1645	1752	Cx. 116
1648	1726	Cx. 122
1648	1865	Cx. 39

³⁹⁴ Referimo-nos a caixas, maços e livros.

³⁹⁵ Será da máxima importância que no futuro a Diocese de Lamego organize a documentação de acordo com estas séries formadas, caso contrário será impossível recuperar a informação.

Pela razão anteriormente expressa tivemos que dar maior atenção à entidade produtora da documentação e à tipologia documental do que em desenvolver autoridades de controlo para as *séries*. Ainda assim, na maioria dos casos e quando nos deparamos com a mesma tipologia documental associada a variadas terminologias procuramos elencar o conjunto de termos associados à mesma classe documental.

Quadro 5.

Exemplo de termos associados às séries documentais.

Nome da série	Termos associados ao documento	Termos associados à informação
Autos de rateação de foros	Escritura Processo	
Autos de rateação de prazos	Escritura	
Autos de vedoria	Escritura Vedoria Processo	
Escrituras de arrendamento	Termo Auto Rol de	
Escrituras de empraçamento	Empraçamento Auto	
Escrituras de procuração	Autos	Procuradorias
Registo da Tulha	Livro Mapa	
Relação de foreiros	Registo	
Repartição do pão da Tulha com a Mitra	Mapa Livro Registo Auto	Repartição com a Mitra do pão da Tulha Repartição do pão da Tulha
Devedores ao Cabido	Registo Mapa Livro	Dívidas ao Cabido
Devedores de capitais a juros	Livro Mapa Registo	Devedores de capitais ajurados Devedores a juros
Resumo das despesas	Registo Mapa Rol	Balanço de despesas
Contas gerais	Registo Mapa	Resumo das contas de tudo

Extratos de batismo	Registos	
Processos de Casamento	Autos Escrituras	(Processos) de Banhos
Processos judiciais cíveis	Autos Sentença cível Libelo cível	
Processo judicial crime	Autos Sentença crime Libelo crime	
Requerimentos de batismos		Pedidos
Conta dos benefícios paroquiais	Registo	Benefícios nas paróquias Benefícios das paróquias
Visitações		Visitadorias
Resumo de receitas e despesas	Registo Mapa	Balanço de contas

O *subsistema de informação* do Cabido tem datas compreendidas entre 1512 e 1997, sendo que as *séries* referentes à *secção* Reunião de Capitulares resultam de processos tomados e recebidos pelo conjunto de cônegos, na sua esmagadora maioria relacionados com rendas e contratos de propriedade. As *séries* referentes às *secções* Chantrado, Deado e Mestre-Escola reportam-se a processos das funções, mas também às rendas, propriedades e privilégios atribuídos aos respetivos órgãos.

O *subsistema de informação* da Colegiada de São Pedro de Castro Daire, com datas estabelecidas de 1643 a 1975, não tendo reconstituição orgânico-funcional, é constituído por 7 *séries* documentais relacionadas com a gestão da propriedade, contas e ofícios próprios da instituição.

O *subsistema de informação* da Mitra de Lamego com datas estabelecidas de 1449 a 2015, é constituído em primeira instância pelas *séries* documentais correspondentes à atividade do Bispo. Desta documentação consta a correspondência oficial com as autoridades religiosas, incluindo o Sumo Pontífice, e com as autoridades civis e políticas. Integra também neste conjunto reflexões sobre as problemáticas sociais, como sejam o aborto, a regionalização e a educação sexual; as visitas pastorais; relatórios da atividade religiosa; e uma série de boletins propagandísticos, alguns enviados por partidos políticos,

do ano de 1975. As *séries* correspondentes à Mitra são maioritariamente atribuídas ao século XX.

Na *secção* Arciprestados, com datas definidas de 1532 a 2014, existem séries associadas à reunião de arciprestes³⁹⁶, referentes a peditórios, dados estatísticos gerais, presenças nas reuniões, e inventários de párocos e paróquias. Constituindo-se com *subsecções* surgem os Distritos Eclesiásticos, num total de 16³⁹⁷. Destes podem constar *séries* de inventários de bens móveis e imóveis, dados estatísticos, escrituras relacionadas com a propriedade, registos de palestras litúrgicas, recenseamentos populacionais, atas e registos de peditórios.

De cada Distrito Eclesiástico constam organizadas em *sub-subsecções* as paróquias correspondentes. De todas as paróquias constam as *séries* de extratos de batismo, casamento e óbito, podendo também constar em algumas balanços das receitas e despesa, registos de rendimentos beneficiais, ofícios da paróquia, certidões de posse de propriedade, registos de visitas pastorais, relação de confirmados e de confessados, donativos e peditórios, contas de obras, registos de emprazamentos e arrendamentos. Num único caso, foi constituída uma *subsérie*, relativa aos extratos de batismo de expostos:

Secção: Arciprestados

Subsecção: Arciprestados de Lamego

Sub-subsecção: Paróquia de Almacave

Série: Extratos de batismo

Subsérie: Extratos de batismo de expostos

A *secção* Coordenação Diocesana tem datas definidas de 1849 a 2012 e nela não constam *séries*. Na *subsecção* Comissão de Vigilância de Pregação o conjunto de *séries* permite definir o período de atuação do órgão, de 1849 a 1975. As funções deste órgão passariam depois de 1975 para a Câmara Eclesiástica e para o Seminário. A *secção*

³⁹⁶ Também chamado de Concílio de Arciprestes e Conferência de Arciprestes.

³⁹⁷ Incluindo os Arciprestados de Arouca e Vila Real.

desdobra-se ainda nas *subsecções* Comissão de Vigilância de Disciplina sobre Festas; Comissão Diocesana de Indultos Pontificais; Secretariado de Ação Sócio caritativa; Secretariado da Comunicação Social; Secretariado da Pastoral das Migrações e do Turismo; Secretariado da Pastoral Juvenil; Secretariado das Vocações e Secretariado da Educação Cristã; Secretariado dos Bens Culturais; todas com *séries* documentais associadas. A *subsecção* Secretariado do Apostolado da Oração desdobra-se nos Apostolados nas paróquias (*sub-subsecções*), a saber: em Castro Daire, Adorigo, Beselga, Santiago de Piães, São João de Tarouca, Valença do Duro e Várzea de Abrunhais. As *séries* correspondentes referem-se todas a contas, atas e registos de associados.

A secção Vigararia Geral, órgão coordenador da Cúria, com datas definidas de 1449 a 2015, tem associadas *séries* relacionadas com contratos de propriedade próprios do órgão, assim como correspondência e provisões. A *subsecção* Câmara Eclesiástica é composta por *séries* documentais referentes a questões judiciais como sejam os Processos Judiciais³⁹⁸ e Sentenças, por requerimentos, registos, processos de batismo, ordenação e testamento, correspondência, atestados e autos. Sendo que a documentação mais abundante são os processos de casamento.

O Chanceler e Secretário é uma das funções de maior relevo da Cúria Diocesana estando presente na maioria dos atos da Mitra, no entanto a sua funcionalidade é na maioria das vezes em prol de outros órgãos que não o seu. Por tal da *subsecção* Chancelaria e Secretaria contam séries documentais recentes, correspondentes às contas da Secretaria, à correspondência, às faturas, e a salários.

A *subsecção* Conselho Diocesano de Assuntos Económicos³⁹⁹ é constituída por *séries* com relatórios de contas das paróquias, arciprestados e Cúria.

A *subsecção* Tribunal Eclesiástico com datas de 1795 a 1882 é constituída por apenas duas *séries* relativas aos culpados no juízo contencioso e a Processos judiciais crimes.

A *subsecção* Conselho Episcopal é constituída pela *sub-subsecção* Vigário para os Leigos e Pastoral que incorpora duas séries de relatórios de atividades e encontros diocesanos, demonstrando a sua reduzida atividade.

³⁹⁸ Dos Processos Judiciais Cíveis consta com data de 1449 o mais antigo manuscrito em papel da Diocese de Lamego.

³⁹⁹ Também chamado de Economato.

Faltar-nos-á referir, constituintes do sistema de informação da Mitra, a *secção* Visitadoria que só poderia incorporar a *série* visitasões⁴⁰⁰ e com datas estabelecidas entre 1627 e 1889; e a *secção* Seminário Maior de Lamego constituída por *séries* de atos de aulas, relatórios de alunos, matrículas, processos, exames, classificações, receitas e despesas; e tendo como *subsecção* o Seminário Menor de Resende.

Das Associações de Fiéis, *subsistemas* da Mitra, as confrarias e irmandades são constituídas na sua maioria por *séries* de contas, estatutos e as suas reformas, atas e eleições, orçamentos, registos de irmãos, inventários e tombos. A Cáritas Diocesana é constituída por documentos relacionados com a Ação Social com os retornados, por correspondência, estatutos, por documentos relacionados com a relação de dádivas e por relatórios de atividades. A Casa da Sagrada Família é constituída por relatórios, balanço de contas, faturas e receitas. A Conferência de São Vicente de Paulo por atas e o Recolhimento de Santa Teresa por documentos relacionados com receitas e despesas.

Dos dois Centros de Promoção Cristã presentes no sistema de informação da Mitra o Centro Diocesano de Promoção Social é constituído por correspondência; ao nível da *secção* Centro de Bem-estar Infantil por estatutos e projetos de ação, e ao nível da *secção* Escola de Formação Social e Rural por registos de publicações e revistas.

Em relação aos Sistemas de Informação de Associações de Fiéis não dependentes da Diocese, a Ação Católica Portuguesa é constituída ao longo da suas *secções* e *subsecções*, na sua maioria por relatórios de contas e de atividades, estatutos, atas e correspondência. O S.I. do Centro de Preparação para o Matrimónio é constituído por séries de atas, planos de ação e relatórios de atividades. A CEP é constituída artigos, assembleias plenárias e extraordinárias, por relatórios, correspondência, estatutos e atas; ao nível da *secção* SNEC é constituído por atas, correspondência e relatórios. O S.I. da Obra Kolping é constituído por uma *série* de relatórios, a APEC por uma *série* de correspondência e a UCIDT por correspondência e estatutos.

Relativamente aos Sistemas de Informação de estruturas leigas (nenhum deles dependentes do S. I. da Diocese) a Câmara Municipal de Lamego é constituída por uma *série* de atas e a Câmara Municipal de Valdigem por uma *série* de registos.

⁴⁰⁰ Ver Capítulo 2 deste trabalho.

Em relação à administração civil das Paróquias, já neste trabalho refletimos sobre a criação das Juntas de Paróquia em 1830 e as vicissitudes da legislação liberal. Em 1867 as mesmas viriam a apelar-se de Paróquias Civis mas só em 1878 reconhecidas pelo Código Administrativo até que a revolução de 1910 estabelece-se a terminologia de Freguesia. Com o Estado Novo, em 1926, a freguesia viria a perder a sua autonomia e independência.

A documentação relativa à administração civil das Paróquias presente no Arquivo Diocesano apresenta-nos alguns problemas quanto à sua representação, perfeitamente conciliáveis com a legislação liberal abruptamente promulgada. Algumas das atas, contas e eleições registadas em livros não plasmam qualquer divisão administrativa e toponímica da paróquia, sendo que informação relativa à Junta de Paróquia, Paróquia Civil e Freguesia (da I república e do Estado Novo) pode surgir no mesmo documento. Um outro problema é o de que com data anterior a 1830 já existem em duas paróquias⁴⁰¹ *séries* de receitas e despesas e atas⁴⁰².

⁴⁰¹ Veja-se em apêndices e no Instrumento de Consulta: S.I. Junta de Paróquia de Mezio – Castro Daire; a Série: Receita e Despesa (1810-1866) e no S.I. Junta de Paróquia de Ferreiros de Avões – Lamego; a Série: Atas (1782-1847).

⁴⁰² Estamos convencidos que seria perfeitamente lógico incluir algumas Juntas de Paróquia no Sistema de Informação da Diocese. Para este sustento confronte-se a título elucidativo da ação eclesial junto da administração civil da paróquia a seguinte bibliografia: GOMES, Eduardo Miguel Macedo - A Administração Local na Monarquia Constitucional. O Papel da Freguesia e do Pároco (1834-1910). Dissertação de Mestrado em História. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2012, pp. 89-91.
SANTOS, José António - As Freguesias - História e actualidade. Oeiras: Celta Editora, 1995, pp. 39-60.

5. A apresentação da informação

5.1. O Instrumento de consulta⁴⁰³

O Instrumento de Consulta que se desenvolveu para apresentar a documentação plasma as relações orgânico-funcionais da instituição.

Num primeiro plano apresenta-se o Sistema de Informação da Diocese de Lamego e as suas respetivas datas extremas. Os *subsistemas*, *sub-subsistemas*, *secções*, *subsecções*, *sub-subsecções*, *séries* e *subséries*, da Organização e da informação estruturam-se hierarquicamente apresentando em cada nível as datas extremas da informação produzida pelos órgãos.

Paralelamente à produção deste Instrumento, criamos no desenrolar do estágio um outro instrumento adaptado às vicissitudes da organização da informação que reflete a mesma hierarquia, com a diferença que ao nível da série apresentamos a localização do documento, peça-a-peça, contabilizando a quantidade e género de unidade de acondicionamento (quando existe) e dentro destas maços e documentos compostos.

Esse instrumento com 362 páginas, constituído com recurso à ferramenta Excel e apresentado em PDF necessita ainda de ser trabalhado e aperfeiçoado, mas serve nesta fase ao Arquivo Diocesano para a recuperação rápida da informação e servirá à organização das séries segundo este novo modelo teórico. Esperemos no futuro poder apresentá-lo.

⁴⁰³ Ver Instrumento de Consulta em apêndices.

Quadro 6.⁴⁰⁴

Instrumento de recuperação de Informação.

Série		Processos judiciais cíveis
Data		Nº de registo da Unidade de instalação.
1449	1890	54 cx. (74 mc.)
1449	1449	Cx. 109
1567	1819	Cx. 155
1603	1605	Cx. 53
1607	1842	Cx. 48
1620	1770	cx 07 n14
1637	1649	Cx. 31
1638	1828	Cx. 35
1646	1673	Cx. 136
1662	1662	Cx. 17
1670	1802	Cx. 145
1701	1835	Cx. 31
1704	1826	Cx. 116

O Instrumento de Consulta está estruturado por temáticas correspondentes aos grupos a que segundo o Direito alguns sistemas pertencem. Num primeiro plano apresentamos o S. I. da Diocese de Lamego composto por três subsistemas: a Mitra, o Cabido e a Colegiada de São Pedro de Castro Daire. Os *subsistemas* da Mitra correspondem todos a Associações de Fiéis e Centros de Promoção Cristã, destes estruturam-se com particularidades próprias as confrarias, as misericórdias, as associações eclesiais, os centros de promoção cristã e as associações laicais. Os S.I. não dependentes do S.I. da Diocese de Lamego apresentam-se tematicamente pelas Associações Eclesiais, as Associações Laicais e as Câmaras Municipais.

Em relação à administração civil das paróquias optamos por representar a informação estruturada em sistemas a que apelidámos de *Junta de Paróquia/ Freguesia*.

⁴⁰⁴ Apresentamos como exemplo a *Série Processos judiciais cíveis* por constituírem um conjunto documental suscetível de mudanças. Ao olhar para este quadro queria alertar para um facto. A existência de um processo judicial não significa que pertencesse, arquivisticamente, à Câmara Eclesial ou ao Tribunal (no caso dos processos judiciais crime). A informação aqui apresentada pode, por exemplo, pertencer ao Cabido, caso fosse uma das partes do processo. Ou seja, o processo que chegou até nós pode ser uma cópia que ficou no arquivo de uma das partes. Só um olhar atento e um trabalho paciente para cada um dos processos o poderá dizer.

Considerações finais.

Revelado o vasto espólio documental da Diocese de Lamego estão iniciadas as condições para que a Instituição proceda à reestruturação da sua gestão informacional. A avaliação do fluxo da informação aqui apresentado revela algumas fragilidades do sistema imposto: alguma da informação que deveria transitar para a Diocese não transita (caso da Associações Eclesiásticas e dos Centros de Promoção Cristã); não existia um modelo estruturado de organização da informação; não existiam definidos de forma clara locais de depósito; não existem ainda os instrumentos suficientes à disponibilização da informação (inventários, índices, descrição).

A Diocese já há algum tempo que tem vindo a reunir os extratos paroquiais, esse trabalho permitiu que o Sistema de Informação Diocesano hoje beneficie, no caso de algumas paróquias, de registos ininterruptos. O modelo orgânico-funcional que neste relatório se apresenta permitirá à instituição reestruturar essa informação, aproximando da sociedade os seus modelos de governo e organização, mais, demonstrando o conjunto de meios que tantas vezes se deixam desconhecidos para com a comunidade e que refletem a atuação evangelizadora e administrativa desta instituição secular e viva.

A evolução administrativa da Diocese tem vindo a alterar os fluxos informacionais. O primeiro modelo de organização apresentado e que percorre quase todo o século XVI até meados de XIX, poderá suscitar-nos alguma perplexidade dada a quantidade reduzida de estruturas de gestão na Cúria. Ele, no entanto, deve ser visto numa visão de suprassistema, em que a ação do Cabido marcaria muitos dos conflitos internos da Diocese. O Cabido e a Mitra teceram durante vários séculos equilíbrios de poder, substituindo-se na gestão da circunscrição.

No Capítulo a autoridade praticar-se-ia por força da dignidade da pessoa, exacerbada pela tradição e santidade do órgão. O poder praticado é integralmente tradicional,⁴⁰⁵ forçado pelo governo do livre arbítrio mediante fluxos de influência. O corpo dirigente, reunido por familiaridade ou fidelidade, está totalmente dependente pelas quatro dignidades (Mestre-Escola, Deado, Chantrado e Tesourado), realidade que se

⁴⁰⁵ WEBER, Max – Três tipos de poder e outros escritos; (trad. MORÃO, Artur); Ed. Tribuna da História, Lisboa, 2005, p. 22.

reflete na informação.⁴⁰⁶ Os serviços dependentes destes quatro órgãos não têm qualquer especialização, não têm um direito próprio dentro do sistema e submetem-se na reunião de capitulares à vontade do senhor e à sua própria gestão.

O Cabido não tinha um sistema regulamentar orgânico-funcional, o que significa de igual forma que não tinha uma comunicação escrita que regularizasse a sua carga burocrática. Os seus estatutos interessam-se em conservar um poder adquirido por tradição, especializam-se nas vontades das Dignidades e em instrumentos de controlo social. Observando os fluxos de informação da estrutura observamos que esta falta de racionalização organizativa obriga a que os processos do seu Cartório com o volver dos séculos fossem controlados pela Mitra, isto é, os três motivos de poder são tolhidos: o poder executivo é vigiado pela Vigararia Geral, o poder legislativo face a uma não divisão interna regulamentada é tolhido pelos sínodos e pastorais, e o poder judicial está concentrado na Câmara Eclesiástica ou no Auditório.

No século XIX a autonomia do Cabido viria a ser reduzida pelo Prelado que passaria a nomear os Capitulares. Na sua reestruturação de 1949 retomaria a sua influência na Diocese, constituindo-se em sítio e com arquivo próprio.⁴⁰⁷

A Mitra, por sua vez, inicia no século XVI, a construção de um poder legal⁴⁰⁸ devidamente regulamentado. Neste ponto parecem-nos surgir algumas contradições já que enquanto o poder tradicional pressupõe uma imposição de poder por nomeação ou por virtude de fé, o poder legal pressupõe a eleição e os funcionários da Mitra podem ser nomeados. Todavia não se pode desconsiderar a hierarquia do poder como moderna, ela supõe a divisão em dois órgãos, a Vigararia Geral que articula todos os órgãos da Cúria e a Visitadoria que vigia a aplicação dos preceitos sinodais. O órgão e a fixação do funcionário ao cargo é definido e legitimado pelo sínodo. Não se multiplicam tanto as estruturas de governação como os funcionários devidamente posicionados. Progressivamente definem-se “independências” dos órgãos judiciais (Câmara Eclesiástica e Tribunal Eclesiástico) que passam a ter um papel preponderante em todo o

⁴⁰⁶ O S.I. do Cabido é composto por três 4 secções: Deão, Chantrado, Mestre-Escola e Reunião de Capitulares. A Inexistência de uma secção Tesourado é explicada pela diluição da ação deste órgão por toda a gestão Capitular.

⁴⁰⁷ Não tivemos oportunidade de recensear a informação e arquivo do Cabido constituído por esta altura.

⁴⁰⁸ Consideramos nesta análise, o conceito de poder legal em: WEBER, Max – Três tipos de poder e outros escritos; (trad. MORÃO, Artur); Ed. Tribuna da História, Lisboa, 2005, p. 20.

sistema de organização da Diocese sem que os laços de dependência, escritos, em nada se alterem.

À medida que este sistema de exercício de poder se apura, começamos a observar desvios dos fluxos informacionais. A documentação passa a demonstrar os métodos coercivos capazes de impor a disciplina ao Cabido, através da subordinação judicial, e à própria Mitra através da Visitadoria. Dois exemplos inquiridos a partir da informação demonstram-nos a evolução natural do sistema burocrático. Da Visitadoria consta o último registo em 1889, após uma possível renovação estrutural de 1870, substituída por um conjunto de comissões que desempenhariam de forma renovada as suas funções e totalmente dirigidas às circunstâncias sociais e políticas da época. Já a Promotoria da Justiça, até meados do século XIX não considerada órgão e desempenhada por uma função a quem progressivamente foi atribuído um poder de vigilância económica em descrédito das funções judiciais, passaria a exercer um papel relevante no sistema de organização da Mitra. A informação não plasma a sua presença porque assume um papel prático, vigilante e de influência, filtrado pelas sentenças e decisões da Câmara Eclesiástica e pela produção informacional da Chancelaria. A sua génese daria resultado em 1961 ao Conselho Diocesano de Assuntos Económicos.

No S.I. da Mitra poderemos atribuir maior importância à Vigararia Geral, dada a sua regulamentação de topo hierárquica, e à sua permanência secular enquanto órgão conferido de poder ordinário para a articulação da Cúria. Quando em finais do século XIX a Visitadoria deixou de existir, a Vigararia não lhe assumiu as funções, o poder bipartido da Cúria que durante séculos se praticou, viria a ser transferido para um conjunto de comissões que atuavam funcionalmente de forma independente, mas com articulação (entre todas) na figura do Vigário Geral. Os fluxos informacionais produzidos pelo Visitador transferiram-se para comissões, e como as funções da Visitadoria assentavam em grande escala na vigilância dos Arciprestados, o S.I. da Diocese de Lamego, reunidos órgãos mais parlamentares de controlo, escusou a presença dos Arciprestes na Cúria, regulamentando-lhes periodicamente conselhos. Da mesma forma a criação das Juntas de Paróquia pelo governo estatal, a sua articulação e recalcamento para com a paróquia e as consequências administrativas que daí resultaram poderá ter tido a sua influência no desaparecimento deste órgão.

O sistema de organização montado revelou fragilidades porquanto a informação não plasma a atividade das comissões, mas prevaleceu durante quase um século tolhido

em qualquer reforma pelo ambiente social e político e porque a menor ação do Cabido permitiu à Mitra indo atuar de forma independente, trabalhando desde a primeira metade do Século XX num sistema de organização influenciado pelos sínodos e concílios ecuménicos, mas adaptado à realidade do território eclesiástico circunscrito.

Se por um lado, até 1961 o modelo organizacional era composto por um progressivo conjunto desajustado de órgãos, explicando-se este pela vicissitudes sociais e políticas que percorreram desde o Liberalismo, a 1ª República e o Estado Novo, por outro, na segunda metade do século a Igreja antecipa-se conjunturalmente à nova realidade política, solidificando até à atualidade a estrutura orgânico-funcional da Cúria.

O Conselho Episcopal que por força do Concílio Ecuménico em 1961 surgiu permitiu à Mitra reorganizar os seus órgãos. A partir da produção de informação apercebemo-nos da não ou reduzida atuação de um conjunto variado de órgãos, esses deixariam de existir ou algumas das suas funções, porque são de estreita importância, transitariam para os órgãos do Conselho Episcopal. No caso do Tribunal Eclesiástico e da Câmara Eclesiástica, entendeu-se a necessidade de simbiose, face a um sistema judicial estatal consolidado.

O Concílio Ecuménico Vaticano II consolidou os órgãos de gestão da Cúria e desde 1961 que esta se mantém inalterada. Integrantes da Mitra, encontramos a figura dos Consultores, reunidos no “Colégio de Consultores”, assembleia destruturada que dificilmente se poderá considerar órgão pela não definição de funções dos seus intervenientes.

De forma análoga as Dioceses têm chamado de Conselhos Pastorais aos distritos eclesiásticos, aos secretariados, departamentos e comissões. Os distritos eclesiásticos são uma realidade totalmente diferente dos órgãos de coordenação diocesana, a sua função foi desde a sua constituição articular uma malha administrativa com cabeça no Prelado. Representados no Conselho de Arciprestes na Mitra, encerram uma extensão do poder do sistema da Diocese nos territórios pastorais circunscritos, sustentando toda a estrutura hierárquica. Os secretariados e comissões surgidas, extintas, e substituídas desde 2003 até à atualidade são vulneráveis às tendências sociais e políticas, são, se assim o podemos dizer, a forma que as Dioceses têm de se adaptar ao presente. Enquanto que os Arciprestados estão muito mais relacionados com a função e administração espiritual dos fiéis nas paróquias, os secretariados e comissões pretendem dar resposta a movimentos,

eles instruem a Cúria de como deve atuar na sociedade em constante mudança permitindo-lhe adaptar funções e manter os seus regulamentos orgânicos.⁴⁰⁹

No presente-futuro impõe-se à Diocese mover de forma definitiva a documentação presente no Arquivo Geral do Paço Episcopal para o Arquivo Diocesano, estruturada segundo o modelo orgânico-funcional aqui apresentado. Impõe-se da mesma forma que a informação, recorrendo ao *archeevo*, plataforma de que a Diocese beneficia, comece a ser descrita e disponibilizada ao público.

É necessário que a Instituição continue o fluxo próprio da sua informação, orientado pela figura do gestor de informação.⁴¹⁰ Observamos que na Secretaria se poderá depositar toda a documentação de uso corrente já estruturada segundo o esquema aqui apresentado, progressiva ou diretamente transferida para um outro local⁴¹¹ em que o técnico encarregado da gestão de informação proceda à avaliação, tratamento, eliminação e seleção da informação passível de ser transferida para o Arquivo Secreto ou para o Arquivo-Museu.⁴¹² O fluxo de informação poderá assim ser descrito da seguinte forma: Entidade Produtora – Secretaria – Arquivo Geral – Arquivo-Museu ou Arquivo Secreto.⁴¹³

Do mesmo modo será conveniente que a Diocese construa o seu próprio organograma de gestão, exercendo o poder que lhe é conferido sobre as associações de fiéis à sua guarda, e fazendo ou transitar a informação destas para si ou pressiona-las a

⁴⁰⁹ Acerca de tal veja-se quem em 2003 foi criado o Secretariado da Ação Católica Rural, procurando responder aos problemas suscitados pela destruturação da Ação Católica Rural. Chegados a 2013 a existência de tal Secretariado não faria sentido com a existência da FMAC (Fórum dos Movimentos da Ação Católica) e a inexistência da Ação Católica Rural em Lamego.

⁴¹⁰ Figura cada vez mais importante e imprescindível no seio das instituições. É-lhe incumbida a missão de observar a organização, os seus atores, os processos inerentes e as necessidades das organizações. A sua atuação permite tornar eficaz e produtiva a captação de informação, avaliando os fluxos informacionais a fim de rentabilizar o posicionamento estratégico das instituições privadas ou públicas. Tece estreitas relações com a gestão de organizações.

⁴¹¹ Este outro local poderá ser o atual Arquivo Geral. Quando toda a documentação aí se encontrar movida para o Arquivo-Museu, o espaço, devidamente renovado, poderá receber a documentação da Secretaria e aí ser passível de tratamento, eliminação e seleção.

⁴¹² O Arquivo-Museu Diocesano de Lamego embora beneficie de todas as condições para o depósito da informação não é capaz de acomodar toda a informação produzida pela Diocese. Acerca de tal defendemos que a Instituição passe a digitalizar a informação e a defender uma política rígida e regulamentada pelo Prelado de eliminação de informação.

⁴¹³ Será ainda conveniente que a Diocese regule os serviços de Arquivo. Apenas a Informação depositada no Arquivo-Museu será passível de livre consulta. Neste espaço será conveniente, disponibilizado o instrumento de consulta, que se vedem os espaços de depósito da documentação, reservando-se ao público permanecer em espera até que a informação lhe seja levada à sala de consulta. São assim definidos os espaços do Arquivo: espaço de gestão onde se processam pedidos e se procede à descrição da informação, espaço de depósito e espaço de público; mas mais importante a distinção entre Arquivo e Museu.

organizar os seus próprios repositórios, através de índices, guias ou relatórios diligentemente enviados ao Chanceler.

O trabalho que se avizinha é de algumas proporções, mas esperamos ter neste período de tempo e através deste estudo e relatório, podido alentar o início da compreensão dos sistemas de informação Diocesanos, e neste caso tão particular o da Diocese de Lamego.

Bibliografia e Fontes.

Bibliografia

ABREU, José Paulo Leite de Abreu – A Igreja e os seus arquivos: história e normas, até 1983 in ROSA, M^a Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (coord.), *Arquivística e Arquivos Religiosos: Contributos para uma reflexão*, 2000.

AITCHISON, Jean, compil. – *Unesco Thesaurus. A Structured List of Descriptors for Indexing and Retrieving Literature in the Fields of Education, Science, Social Science, Culture and Communication*. Paris, UNESCO, 1977.

ALMEIDA, Fortunato - *História da Igreja em Portugal*; Barcelos. Editora Portucalense, 1960-1971.

ALONSO, Vicenta Cortés – *Nuestro Modelo de Analisis Documental*. B. Anabad, XXXVI, nº 3, 1986

ALVES, Ribeiro Daniel – *Os dízimos no final do Antigo Regime. Aspectos Económicos e Sociais (Minho, 1820-1834)*; Ed. CEHR, Lisboa, 2012.

AMARAL, Luís Carlos (coord.) – *Um poder entre poderes, nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*; CEHR-UCP, Porto, 2017.

ARAHUETES, Anabella Barroso – *O papel dos arquivos diocesanos na construção do sistema de arquivos da Igreja Católica: O caso da Diocese de Bilbao*. *Lusitania Sacra*, 2^a série, 16, 2004.

AZEVEDO, Carlos A. Moreira – *Historiografia religiosa portuguesa contemporânea (séc. XIX-XX)*. *Apontamentos para um guião da bibliografia posterior a 1980*; *AHig*, 4, 1995.
– *História Religiosa de Portugal*, vol. II; Ed. Círculo de Leitores, Mem Martins, 2000.

AZEVEDO, Joaquim – História Eclesiástica da Cidade e Bispado de Lamego, escripta por D. Joaquim de Azevedo e continuada e anotada por um Conego da Sé de Lamego; Typografia do Jornal do Porto, Porto, 1877.

BARROCA, Mário Jorge – Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI). PORTVGALIA, Nova série, vol. XXV.

BRANCO, José Gomes – O Concílio e outros temas; Ed. Livraria de Portugal, Lisboa, 1966.

BROWN, Peter – The Rise of Western Christendom; Ed. Basil Blackwell, Oxford, 1966.

CAETANO, Marcelo, Manual de Direito Administrativo. 10ª Edição revista e actualizada pelo Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral. I Volume. Coimbra: Almedina, 2001.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de – Para se achar facilmente o que se busca (Bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (Séc. XVIII)); Ed. Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2015.

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – As freguesias do Distrito de Viseu nas Memórias Paroquiais de 1758; Memórias, História e Património; Ed. Coleção Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758, Braga, 2010.

CARUCCI, Paola - Il documento contemporaneo. Diplomatica e criteri di edizione. Carocci, col. Beni culturali, 1987.

CASTRO, José de – Portugal no Concílio de Trento; Ed. União Gráfica, Lisboa, 1945.

CLACK, Doris Hargrett – Authority Control. Principles, Applications, and Instructions. Chicago and London: American Library Association, 1990.

COSTA, M. Gonçalves – História do Bispado e Cidade de Lamego; I – Idade Média: A Mitra e o Município; Lamego, 1977.

- II – Idade Média: Paróquias e Conventos; Lamego, 1977.

- III – Renascimento I; Lamego, 1982.

- IV – Renascimento II; Lamego, 1984.

- V – Barroco I; Lamego, 1986.

CRUZ, Lopes da; OLIVEIRA, Miguel de; MACHADO, Raúl – Anuário Católico de Portugal 1931; Tipografia da União Gráfica, Lisboa, 1931.

- Anuário Católico de Portugal 1932; Tipografia da União Gráfica, Lisboa, 1932.

- Anuário Católico de Portugal 1932; Tipografia da União Gráfica, Lisboa, 1932.

CUNHA, Maria Cristina – A organização da chancelaria arquiépiscopal de Braga (dos primórdios a 1244); LUSITANIA SACRA, 2º série, 13-14, 2001-2002.

DUARTE, Joaquim Correia – História da Igreja de Lamego; Ed. Diocese de Lamego, Lamego, 2013.

DURANTI, Luciana - Diplomatics: New Uses for an Old Science. Lanham, Md: Scarecrow Press, 1998.

- Diplomática: usos nuevos para una antigua ciência. S&C ediciones, 1996.

FALCÃO, M. F. -A Acção Católica Portuguesa:(Origem, orgânica, vida, resultados). Boletim de Informação Pastoral; 1961.

FERNANDES, Almeida A. de – Censual da Sé de Lamego (Século XVI); Ed. Tipografia Viseense, Viseu, 1999.

FERNANDES, Rui – Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas (1531-1532); Estudo introdutório, transcrição atualizada e fixação crítica do texto de Amândio Barros; Ed. Caleidoscópio, Casal de Cabra, 2012.

FONTES, Paulo – A Ação Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na Sociedade; LUSITANIA SACRA, 2ª série, 6, 1994.

GOMES, Eduardo Miguel Macedo - A Administração Local na Monarquia Constitucional. O Papel da Freguesia e do Pároco (1834-1910). Dissertação de Mestrado em História. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2012.

GOMES, M. S. C. – O Direito da associação um direito fundamental da Igreja - Didaskalia, Vol. XIX, 1989.

GOMES, Saúl António – Observações sobre dois formulários eclesiásticos medievais portugueses; Humanitas, Vol. LIII, 2001.

GOUVEIA, Maurílio – Os Leigos na Igreja e no Mundo; Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos (SNAL), Lisboa, 1981.

GUEDES, Gracinda Maria Ferreira – Identificação, organização e comunicação da informação em Arquivos: O Fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro (1338-1873) incorporado no Arquivo da Universidade de Coimbra. Coimbra: Dissertação de Mestrado, 2015.

HARPRING, Patrícia – Introdução aos Vocabulários Controlados. Terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais. MULLER, Christina Maria (trad.). São Paulo: Laser Press Gráfica e Editora Ltda, 2016.

HEREDIA HERRERA, Antónia – Ciências auxiliares de la Archivística, in Archivística general: teoría y practica. 4ª ed. Sevilla: Diputación Provincial, 1989.

- Archivística General Teorá y Prática, actualizada y aumentada. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 5ª Edición, 1991

HOMEM, Armando Luís – O Desembargo Régio: 1320-1433. Porto: Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1985.

JACKSON, Peter – The Political Economy of bureaucracy; Ed. Barnes & Noble Books; New Jersey, 1983.

JARDIM, José Maria - A invenção da memória nos arquivos públicos; Ciência da Informação, vol. 25, nº 2.

LISBOA, João; COELHO, Arnaldo; COELHO, Filipe; ALMEIDA, Filipe – Introdução à Gestão de Organizações; Núcleo de Administração de Empresas, FEC, 3ª Edição, 2004.

LUCILLE POTVIN, S. N. J. M. – Contribution Pour La Définition D'Une Politique des Archives Religieuses, in ROSA, M^a Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (coord.), *Arquivística e Arquivos Religiosos: Contributos para uma reflexão*, 2000.

LUSITANIA SACRA: Protestantismo em Portugal nos séculos XIX e XX; CEHR, 2^a série, Tomo XII, 2000.

MARCHISANO, D. Francesco – La Función Pastoral de los Archivos Eclesiásticos, in ROSA, M^a Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (coord.), *Arquivística e Arquivos Religiosos: Contributos para uma reflexão*, 2000.

MARQUES, André Evangelista – A autoridade episcopal e a construção da rede paroquial na Diocese do Porto (Séculos X-XIV); in AMARAL, Luís Carlos (coord.) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. CEHR – UC, Porto, 2017.

MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*. Ed. Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1988.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes – Uma bula do séc. XV: pretexto e contexto; in *Museu de Lamego. Pergaminhos*; Instituto Português de Museus; 1^a Ed., 2002.

MARQUES, Oliveira A. H. – *Breve História de Portugal*; Ed. Editorial Presença, 8^a edição, Lisboa, 2012.

- SERRÃO, Joel, dir. - *Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração. Volume X*. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

MATTOSO, José – *Identificação de um País (Oposição e composição), Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*; Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 2015.

- PIRES, Silvana – *Arquivos Eclesiásticos*, in CRUZ, Manuel Braga; GUEDES, Natália Correia - *A Igreja e a cultura contemporânea em Portugal: 1950-2000*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2001.

MESQUITA, Paulo Dá – A Tutela das Misericórdias e o Âmbito das Jurisdições Eclesiástica e do Estado; JULGAR, Coimbra Editora, nº 23, 2014.

MONTERO, Ana María Herrero Montero; RODRÍGUEZ, Alfonso Díaz – La clasificación archivística, in MUNDET, José Ramón Cruz (dir.) – Administración de documentos y archivos. Textos fundamentales. Madrid: Ed. Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2011.

MONTEIRO, António Xavier de Castro Monteiro, D. - *Carta pastoral sobre os Centenários Diocesanos*. Ed. da Diocese, Lamego, 1976.

MONTEIRO, António Xavier de Sousa – Manual de Direito Administrativo Parochial para uso dos Parochos, obra igualmente necessária aos administradores dos concelhos, presidentes das camaras municipaes, e vogaes das juntas de parochia; Ed. Imprensa Literária, 2ª edição, Coimbra, 1866.

MOREIRA, Luciano Augusto dos Santos – A Evolução da rede paroquial entre o Côa e o Távora do século XI ao século XVI; Dissertação de Mestrado, FLUC, Vol. I.

- O Bispado de Lamego na I República – Os efeitos da Lei da Separação do Estado das Igrejas; Ed. de autor, 2010.

- O Bispado de Lamego na I República – Os efeitos da Lei da Separação do Estado das Igrejas; LUSITANIA SACRA, 2ª Série, Tomo XXIV, 2011.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SARAIVA, Anísio de Sousa - Frontières documentaires: les chartes des chancelleries épiscopales portugaises avant et après le XIIe siècle (Coimbra et Lamego); in *Frontiers in the Middle Ages: Proceedings of the Third European Congress of Medieval Studies*; Ed. Brepols, Jyväskylä, 2003.

MUNDET, José Ramón Cruz (dir.) – Administración de documentos y archivos, Textos Fundamentales. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2011.

NEVES, José Gonçalves; CAETANO, António; FERREIRA, José Maria – Manual de Psicossociologia das Organizações; Escolar Editora, Lisboa, 2011.

NOGUEIRA, Eurico Dias – Presença no Vaticano II; Revista Estudos, CADC, Coimbra, n.º 5, 2005.

OLIVEIRA, Miguel de – As Paróquias Rurais Portuguesas, sua origem e formação. Lisboa: União Gráfica de Lisboa, 1950.

PAULETA, Carlos Mendes – As freguesias – História e Atualidade; Ed. Finis terra, XXXII, 64, 1997.

RAMOS, Fátima Ó; BRAGA, Joana (coord.) – Guia geral dos fundos da Torre do Tombo: instituições eclesiásticas. ANTT: 2011.

RAMOS, Rui (coord.) – História de Portugal, Ed. Esfera dos Livros, 8ª ed., Lisboa, 2015.

RESENDE, Nuno – A Diocese de Lamego no contexto do património religioso e cultural português; Revista Douro, Estudos e Documentos, nº 22, 2007.

- Lamego: um inventário em construção (textos Nuno Resende; colab. Eugénia de Almeida); Ed. Diocese de Lamego, Lamego, 2006.

RIBEIRO, Fernanda – Da Arquivística técnica à Arquivística científica: a mudança de paradigma. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Porto: 2002.

– Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso? Porto: Revista da Faculdade de Letras, Ciências Técnicas do Património, I Série, vol. IV.

– Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos. Porto: Câmara Municipal do Porto, Departamento de Arquivos, 1996.

- Universidade do Porto – Estudo Orgânico-Funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo. Porto: Reitoria da Universidade, 2001.

- Os arquivos das dioceses – uma realidade multissecular quase desconhecida; I Congresso sobre a Diocese do Porto - Tempos e Lugares da Memória; Ed. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, Porto/Arouca, 2002.

ROMMEN, Heinrich A. – O Estado no Pensamento Católico, Tratado de Filosofia Política; Ed. Paulinas, 1967.

ROSA, Maria de Lurdes; PENTEADO, Pedro – “Arquivos Eclesiásticos” in AZEVEDO, Carlos A. M. (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa, 2000.

ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol – *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SARAIVA, Anísio (coord.) *Espaço, Poder e Memória. A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*; CEHR, Lisboa, 2013.

– *A Sé de Lamego na Primeira Metade do Século XIV (1296-1349)*; Ed. Magno, *Coleção História e Arte*, Nº 11, Leiria, 2003.

- *Tabeliães e Notários de Lamego na Primeira Metade do Século XIV*; *Humanitas*, vol. 50, 1998.

SANTOS, José António - *As Freguesias - História e actualidade*. Oeiras: Celta Editora, 1995.

SÁ, Victor de – *Reforma administrativa liberal que precedeu a de Mousinho da Silveira*; *Revista da Faculdade de Letras: História*, 02, 1985.

SECRETARIAT DES MISSIONS D'URBANISME ET D'HABITAT - *Thesaurus*. Paris, S.M.U.H., 1975.

SHELLENBERG, T. J. – *Modern Archives. Principles and Techniques*. Chicago: Society of American Archivists, 2003.

SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística – Teoria e Prática de uma Ciência da Informação*. 3ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

SILVA, Hugo Ribeiro da – *O Cabido da Sé de Coimbra (Os Homens e a Instituição, 1620-1670)*; Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

– *O Clero Catedralício Português e os Equilíbrios Sociais do Poder (1564-1670)*; CEHR, Lisboa, 2013.

SILVA, Paula Oliveira e – *Ordem e Mediação (a ontologia relacional de Agostinho de Hipona)*; Ed. Letra e Vida, Porto Alegre, 2012.

SOUSA, Ivo Carneiro – Da descoberta da Misericórdia à fundação das Misericórdias (1498-1525); Ed. Granito Editores e Livreiros, Porto, 1999.

TRINDADE, D. Manuel de Almeida – A Participação da Igreja no Concílio Vaticano II.

WACHÉ, Brigitte – Archives religieuses et recherche historique, in ROSA, M^a Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (coord.), Arquivística e Arquivos Religiosos: Contributos para uma reflexão, 2000.

WEBER, Max – Três tipos de poder e outros escritos; (trad. MORÃO, Artur); Ed. Tribuna da História, Lisboa, 2005.

VENTURA, Margarida Garcez - Igreja e poder no século XV. Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450). Lisboa: Edições Colibri, 1997.

Dicionários.

COSTA, Américo – Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular. Hidrográfico. Histórico. Orográfico. Biográfico. Arqueológico. Heráldico. Etimológico. 12 vols., Porto: Edição de autor/ Livraria Civilização, 1929-49.

SILVA, Antônio de Moraes e BLUTEAU, Rafael - Dictionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro, Vols. I e II. Lisboa : Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de – Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam, 2vols., edição crítica baseada nos manuscritos originais de Viterbo por Mário Fiúza. Porto-Lisboa: Livraria Civilização, 1965-66.

Publicações e revistas.

Anuário Diocesano de Lamego, 2003.

Ação Católica, Boletim Arquidiocesano e revista de cultura; Braga, 1941.

PIO XII – Discorsi e Radiomessagi di Sua Santità; Diciannovesimo anno di Pontificato, 2 de Marzo; Tipografia Poliglotta Vaticana, 1958.

Revista Ecclesiástica de Lamego, Vol. I, nº 1, 1889.

Reforma y Actualizacion; La Curia Episcopal, Bibliotheca Salamanticensis, Universidad Pontificia, Salamanca, 1979.

Códigos e Legislação.

Carta de lei de 29 de Outubro de 1840.

Codex Iuris Canonici, 1983 (Código de direito canónico).

Código Civil Português.

Compromisso Modelo das Irmandades Portuguesas, 16 de Abril de 2015.

Concordata entre a Santa Sé e o Estado Português, 7 de Maio de 1940.

Concordata entre a Santa Sé e o Estado Português, 18 de Maio de 2004.

Constituições synodales do Bispado de Lamego. Coimbra, 1563.

Constituições Sinodais de Lamego, 1683.

Constituições Sinodais de Lamego, Tipografia União Gráfica, Lisboa, 1953.

Decreto Geral para as Misericórdias, 23 de Abril de 2009.

Decreto Geral Interpretativo, 2 de Maio de 2011.

Decreto-lei n.º 27.424 de 1936.

Decreto-Lei 107/2011 de 8 de Setembro.

Decreto-Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro.

Diário do Governo, I série, n.º 303 (31. XII. 40).

Diário da República, 1.ª série; N.º 4; 7 de janeiro de 2015.

Diário da República, 1.ª série; N.º 160; 22 de agosto de 2016.

Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), 25 de Maio de 2018.

Normas e orientações arquivísticas

DGARQ: 2007.

ISO 2788.

ISO 5963.

ISAAR (CPF): 2004.

ISAD (G): 1999.

NP 3715: 1989.

NP 4036: 1992.

NP-4041, 2005.

NP-4438-1-2: 2015.

ODA: 2015, DGLAB.

Fontes manuscritas

ANTT:

PT/ANTT/CSLM; Estatutos do Cabido da Sé de Lamego.

PT/TT/CSLM/027/L155; Censual do Cabido da Sé de Lamego.

Webgrafia.

<http://www.interpares.org/>.

http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/2012-05-31_MEF-v1_0.pdf.

Capítulo 4. Apêndices

Organogramas

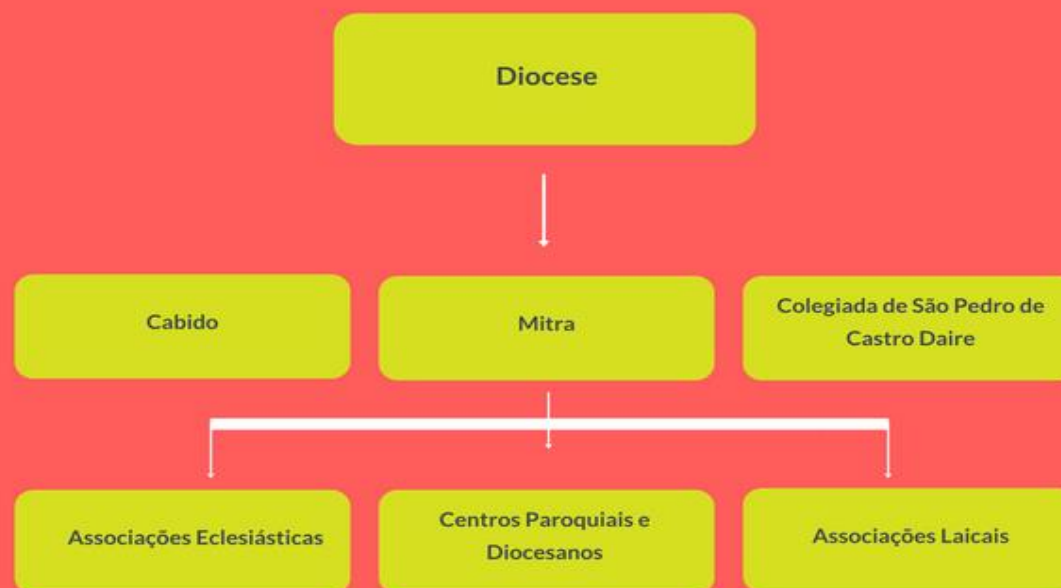
Sistema de Informação da Diocese de Lamego

Organograma Geral de Sistemas

O Sistema de Informação da Diocese de Lamego é constituído pelos Sistemas de Informação do Cabido, da Mitra e da Colegiada de São Pedro de Castro Daire.

O Sistema de Informação da Mitra, sendo o subsistema mais complexo, é constituído pelos sistemas de informação das Associações Eclesiásticas, dos Centros Paroquiais e Diocesanos e das Associações Laicais.

Joel Lourenço, 2018.



Sistema de Informação da Diocese de Lamego

Organograma Específico de Sistemas

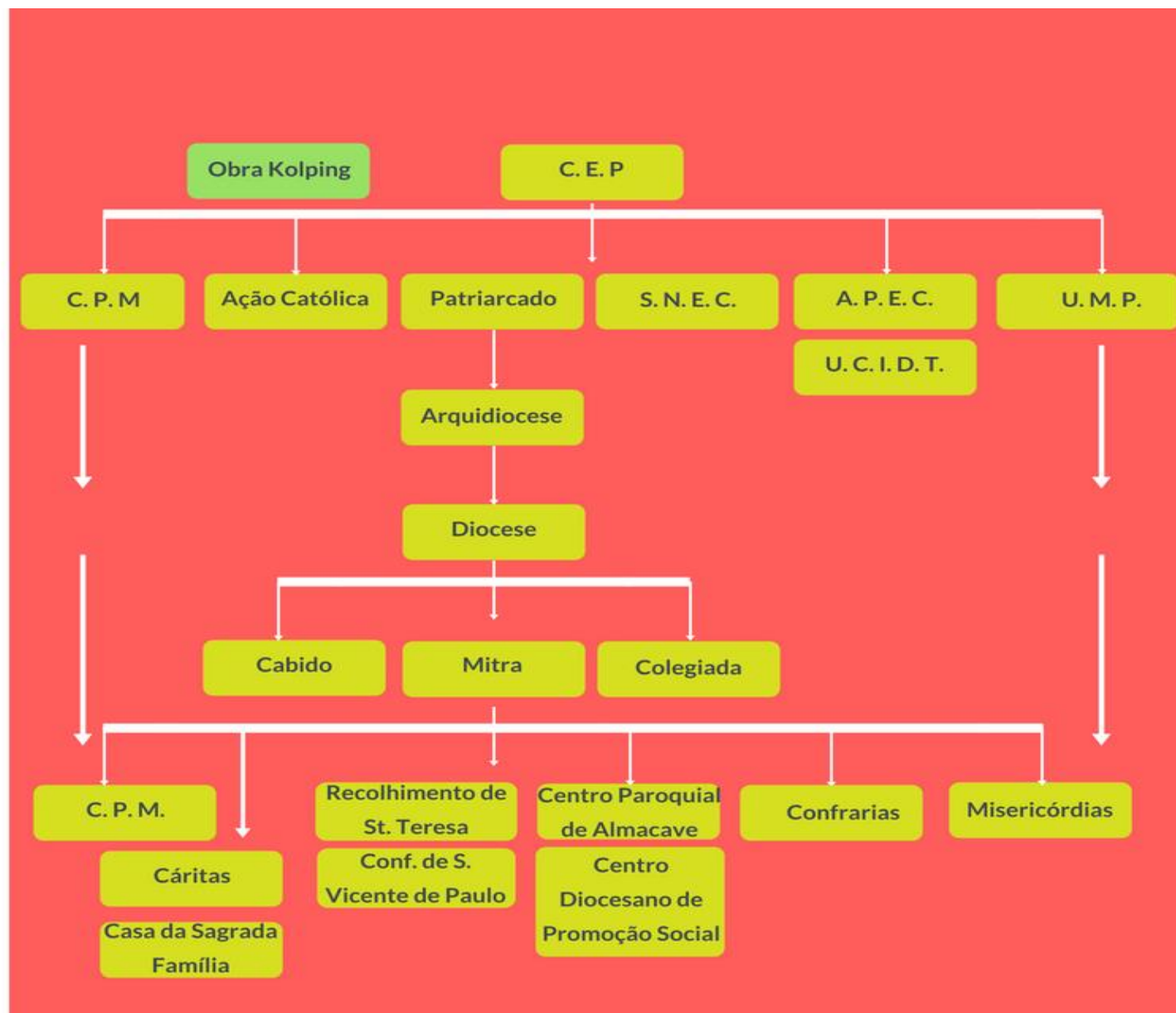
A Igreja em Portugal tem como órgão máximo a Conferência Episcopal Portuguesa.

A Obra Kolping tendo uma sólida estruturação internacional articula-se com a C. E. P., mas não lhe está subordinada.

O Sistema de Informação da Diocese é integrante do S. I. do Patriarcado e da Arquidiocese.

O Centro de Preparação do Matrimónio e a União das Misericórdias Portuguesas tendo articulação a nível nacional respondem em âmbito Diocesano à Mitra.

Joel Lourenço, 2018.



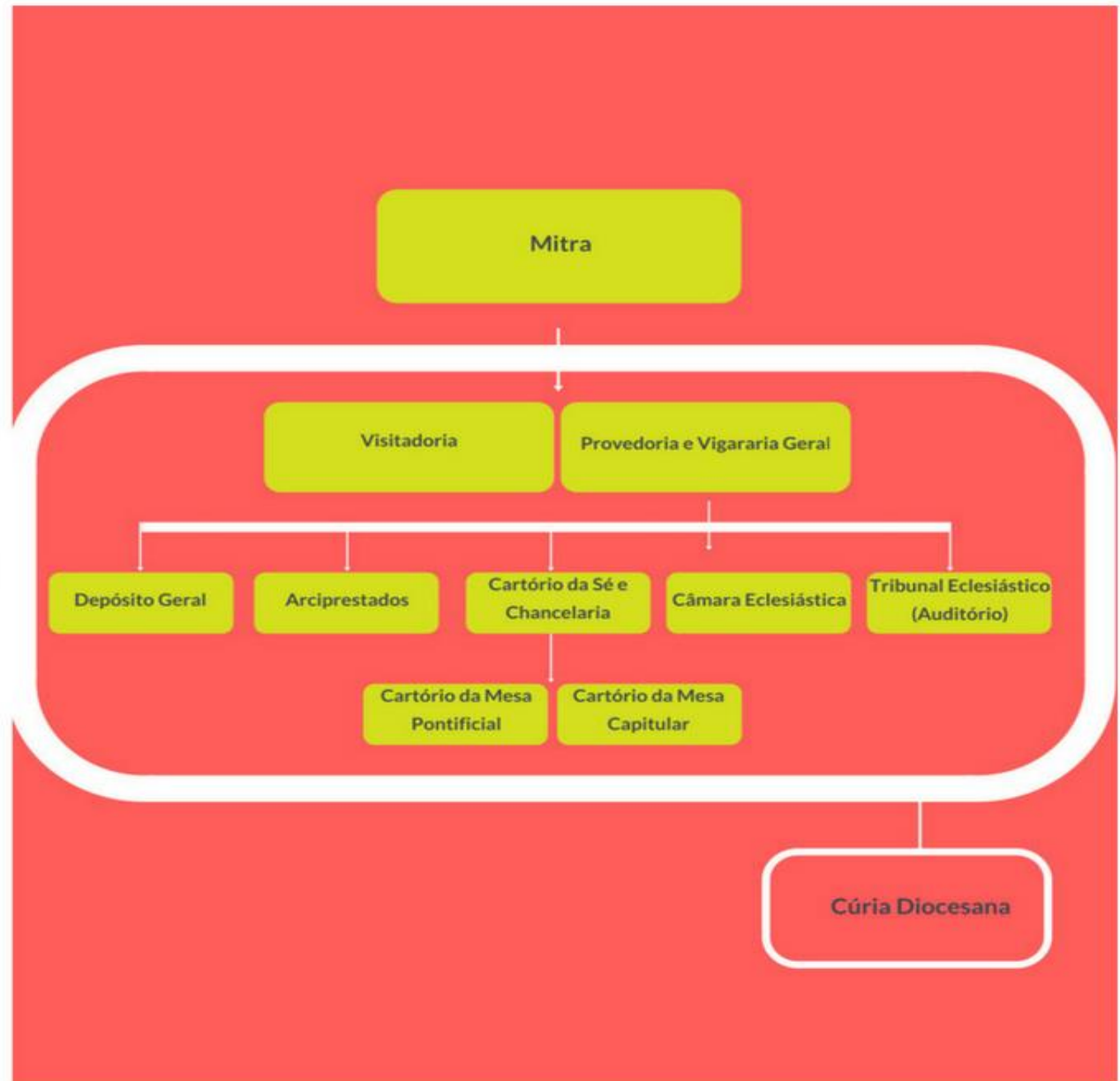
Sistema de Informação da Diocese de Lamego

Organograma da Mitra Séculos XVI a XIX

O Sistema de Informação da Mitra de meados do século XVI a finais do século XIX era composto pela figura do Visitador e do Provedor&Vigário. Este último era o responsável por todos os serviços da cúria.

O Cartório da Sé e Chancelaria era composto pelo Cartório do Prelado e pelo Cartório do Cabido, este último embora pertencesse aos capitulares estava sob governo e manutenção do Chanceler.

Joel Lourenço, 2018.

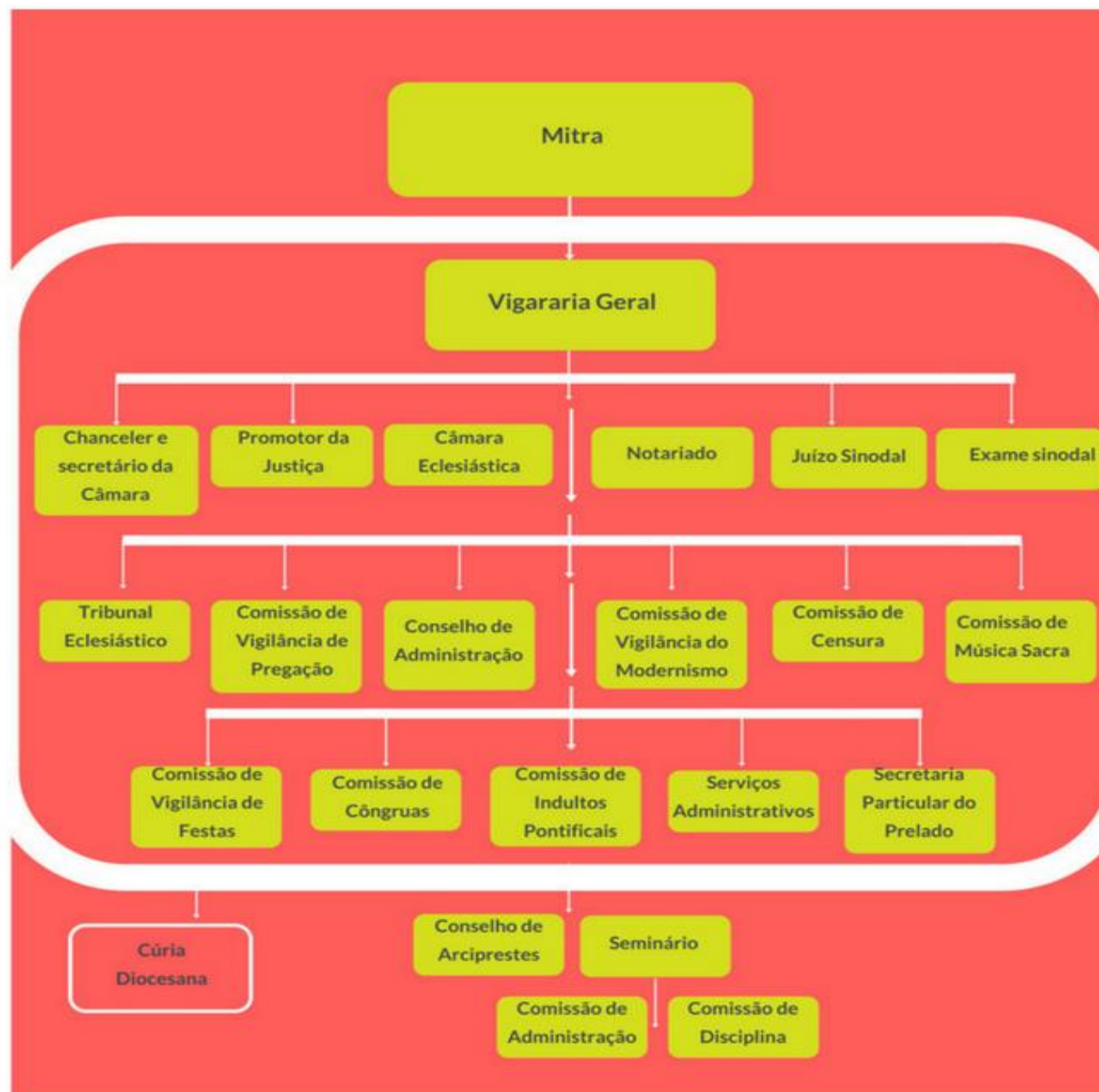


Sistema de Informação da Diocese de Lamego

Organograma da Mitra Séculos XIX a meados de XX

O Sistema de Informação da Mitra de finais do século XIX a meados do século XX era composto por um conjunto considerável de órgãos na Cúria. A figura do Provedor&Vigário passaria a denominar-se Vigário Geral. O Conselho de Arciprestes e o Seminário não fariam parte da Cúria.

Joel Lourenço, 2018.



Sistema de Informação da Diocese de Lamego

Organograma da Mitra de meados do Século XX a 2003

O Sistema de Informação da Mitra de meados do século XX a princípios do século XXI apresenta o Conselho Episcopal com os órgãos mais próximos da Vigararia Geral e parte integrante da Cúria.

O Conselho de Presbíteros, o Seminário e o Conselho de Arciprestes não fazem parte da Cúria.

Joel Lourenço, 2018.



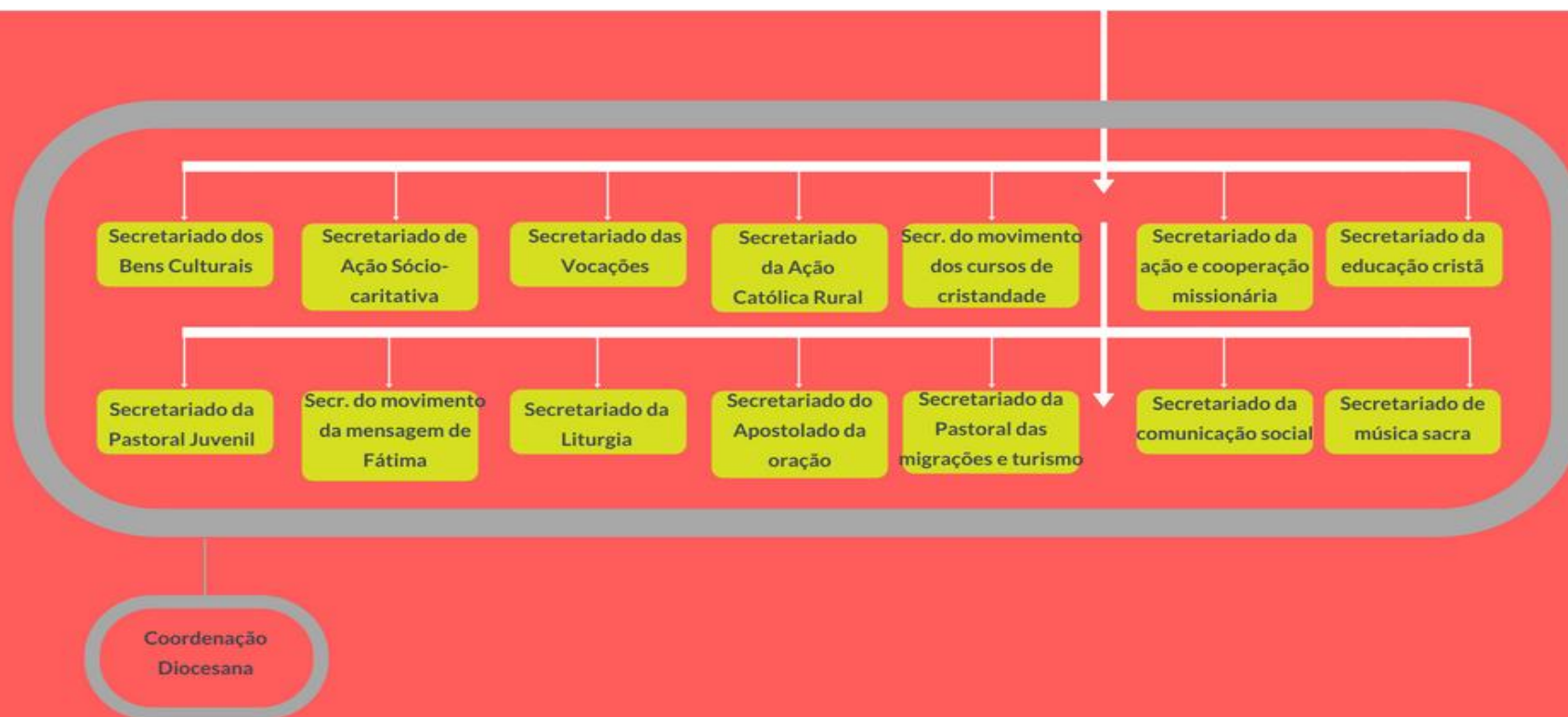
Sistema de Informação da Diocese de Lamego

Organograma do Sistema de Informação da Mitra, 2003-2013.

Desde 1961 que a Cúria se mantém inalterada. Em 2003 a Diocese integrou na sua administração um conjunto de secretariados, q viriam a coordenar-se pelo seu território.

Joel Lourenço, 2018.



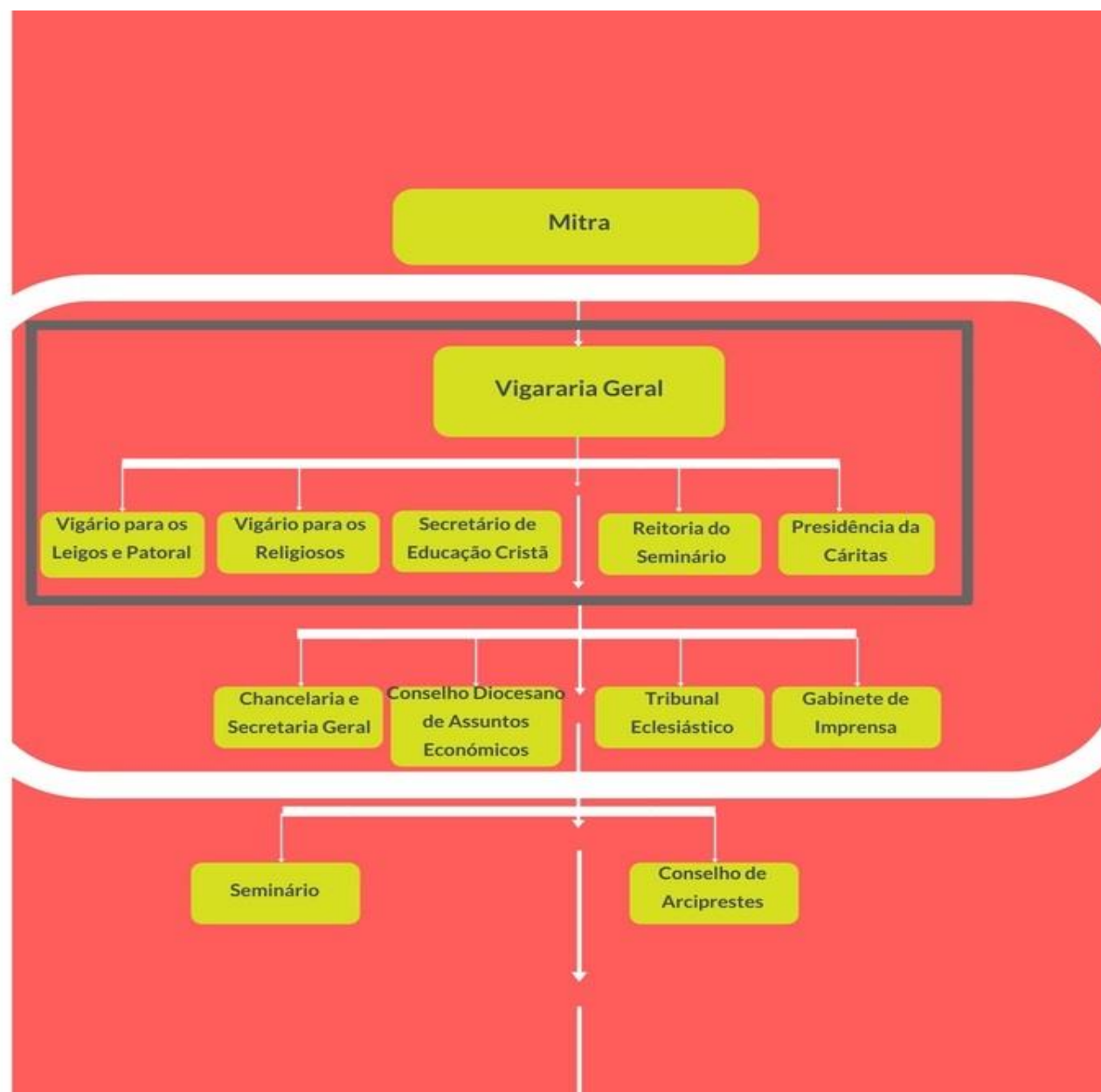


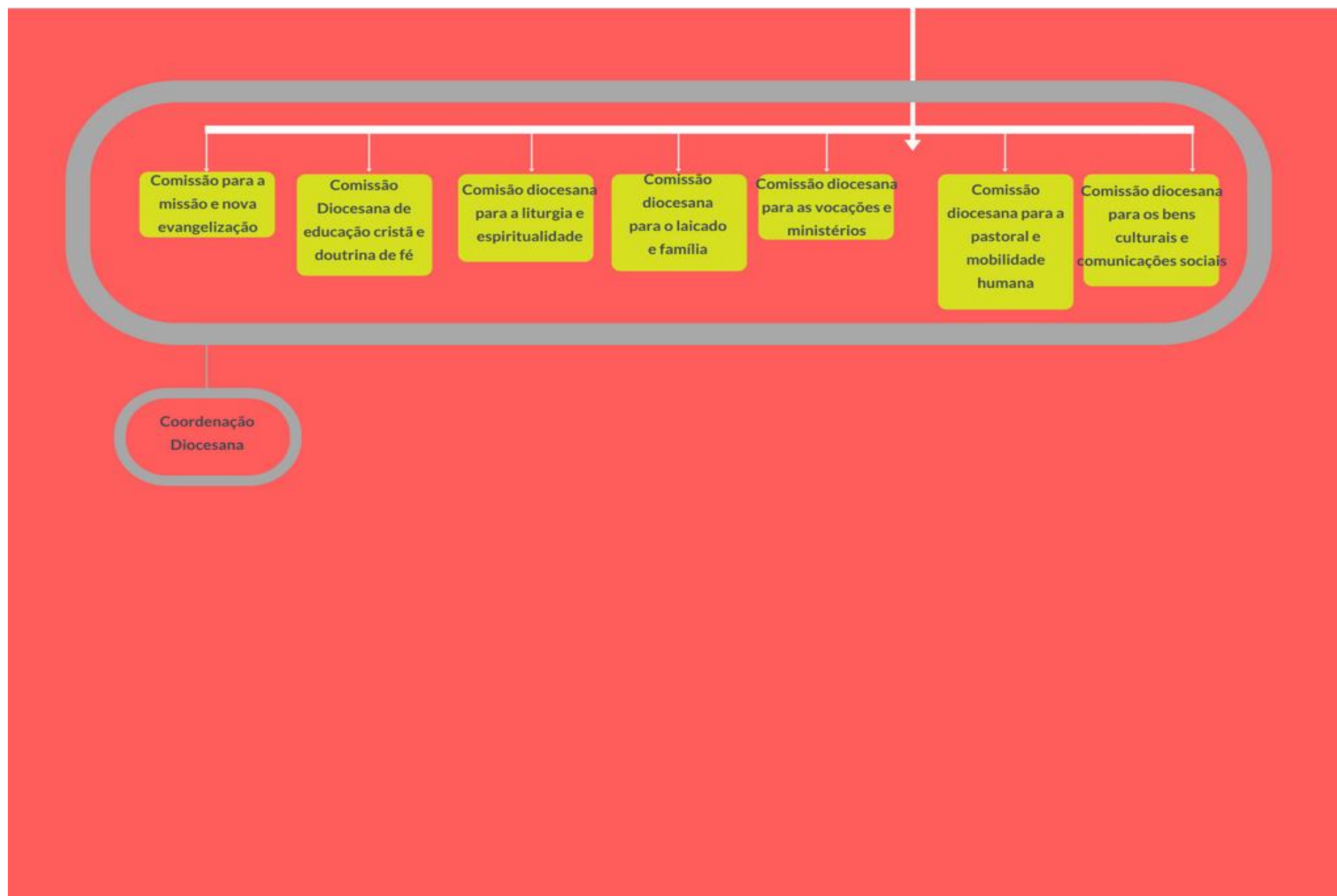
Sistema de Informação da Diocese de Lamego

Organograma do Sistema de Informação da Mitra, 2013-(...).

Desde 1961 que a Cúria se mantém inalterada.

Joel Lourenço, 2018.





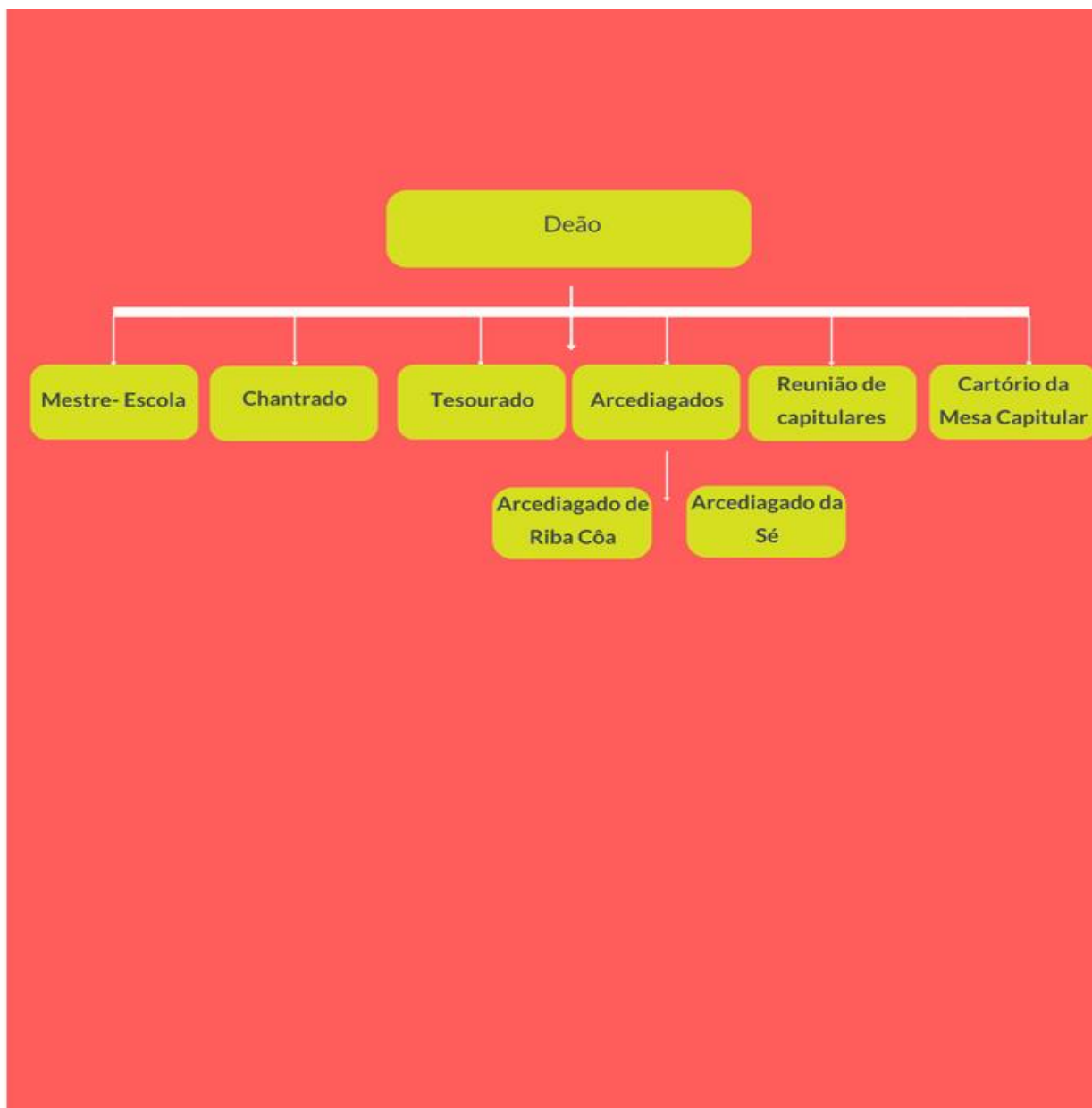
Sistema de Informação da Diocese de Lamego

Organograma do Sistema de Informação do Cabido.

O Cabido é a estrutura de governo que mais se mantém inalterada ao longo dos séculos.

Constituem-no três dignidades maiores: Deão, Chantre e Mestre-Escola. Tendo também presença na estrutura o Arcediagado de Riba Côa e o Arcediagado da Sé.

Joel Lourenço, 2018.



Modelo de base de dados de recenseamento.

Nº de identificação do Registo ▼	Título ▼	Data Inicial ▼	Data Final ▼	Conteúdo ▼	Unidade de Instalação ▼	Observações ▼

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA DIOCESE DE LAMEGO

Catálogo de Sistemas.

Sistema de Informação: Diocese de Lamego

Subsistema de Informação: Cabido da Sé de Lamego

Subsistema de Informação: Colegiada de São Pedro de Castro Daire

Subsistema de Informação: Mitra de Lamego

Sub-subsistema de Informação: Irmandade de Nossa Senhora do Bom Juízo – Adorigo (Tabuaço)

Sub-subsistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Adorigo (Tabuaço)

Sub-subsistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Alhais (Vila Nova de Paiva)

Sub-subsistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora das Sete Dores e Senhor dos Passos da Graça – Almacave (Lamego)

Sub-subsistema de Informação: Confraria de São Vicente de Paulo – Almacave (Lamego)

Sub-subsistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Almacave (Lamego)

Sub-subsistema de Informação: Irmandade das Almas – Almofala (Castro Daire)

Sub-subsistema de Informação: Irmandade das Almas – Alvite (Moimenta da Beira)

Sub-subsistema de Informação: Irmandade das Almas – Ariz (Moimenta da Beira)

Sub-subsistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Armamar

Sub-subsistema de Informação: Confraria do Bom Jesus – Arnas (Sernancelhe)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Bom Jesus – Avões (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo de Baldos – Baldos (Moimenta da Beira)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas - Barcos (Tabuaço)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento - Barcos (Tabuaço)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas - Barrô (Resende)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Bigorne (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nosso Senhor do Calvário – Britiande (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria de São Torcato– Cabaços (Moimenta da Beira)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nosso Senhor da Aflição – Cambres (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Caria (Moimenta da Beira)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Carvalhal (Mêda)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Castainço (Penedono)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Castainço (Penedono)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Menino Jesus – Castro Daire

Sub-sistema de Informação: Confraria dos Santos Passos de Jesus – Castro Daire

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Presépio – Castro Daire

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Rosário – Castro Daire

Sub-sistema de Informação: Confraria de São Giraldo – Castro Daire

Sub-sistema de Informação: Confraria de São Vicente de Paulo – Castro Daire

Sub-sistema de Informação: Confraria de Santíssimo Sacramento – Castro Daire

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Cepões (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Rosário – Cepões (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Cepões (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Rosário – Chavães (Tabuaço)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Chavães (Tabuaço)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Chosendo (Sernancelhe)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Cinfães

Sub-sistema de Informação: Confraria das Filhas de Maria

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Cujó (Castro Daire)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Dálvares (Tarouca)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Rosário – Ervedosa do Douro (São João da Pesqueira)

Sub-sistema de Informação: Confraria de São Vicente de Paulo – Ervedosa do Douro (São João da Pesqueira)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Doutrina Cristã – Ferreiros (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora da Candeia – Ferreiros de Avões (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Ferreiros de Avões (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Doutrina Cristã – Tendais (Cinfães)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Ferreira (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Nossa Senhora do Rosário – Figueira (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Figueira (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora da Saúde – Fonte Arcada (Sernancelhe)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Fontelo de São Domingos (Armamar)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Doutrina Cristã – Fontelo de São Domingos (Armamar)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e São Domingos – Fontelo de São Domingos (Armamar)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Senhor dos Enfermos e Divino Espírito Santo – Fornelos (Cinfães)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Freigil (Resende)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Granja do Tedo (Tabuaço)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Doutrina Cristã – Granja Nova (Tarouca)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Carmo – Granja Nova (Tarouca)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Granja Nova (Tarouca)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Lalim (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios – Lamego

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora da Conceição – Lamosa (Sernancelhe)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Lazarim (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Lazarim (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Doutrina Cristã – Leomil (Moimenta da Beira)

Sub-sistema de Informação: Irmandade dos Passos – Leomil (Moimenta da Beira)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Magueija (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Magueija (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Meijinhos (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Melções (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Mezio (Castro Daire)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Rosário – Mezio (Castro Daire)

Sub-sistema de Informação: Confraria Feminina de São Vicente de Paulo – Moimenta da Beira

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Moimenta da Beira

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Rosário e Menino Jesus – Mondim da Beira (Tarouca)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Mondim da Beira (Tarouca)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Monteiras (Castro Daire)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Nagoselo do Douro (São João da Pesqueira)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Doutrina Cristã – Nossa Senhora do Pranto (Vila Nova de Foz Côa)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Nossa Senhora do Pranto (Vila Nova de Foz Côa)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e da Doutrina Cristã – Oliveira do Douro (Cinfães)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Ovadas (Resende)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e Doutrina Cristã – Paçô (Moimenta da Beira)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Paipenela (Mêda)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e Doutrina Cristã – Para de Ester (Castro Daire)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Parada do Bispo (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Pendilhe (Vila Nova de Paiva)

Sub-sistema de Informação: Irmandade dos Passos – Penedono

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas do Outeiro – Penude (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e Doutrina Cristã – Penude (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria da Nossa Senhora do Rosário – Penude (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Pera Velha (Moimenta da Beira)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Pera Velha (Moimenta da Beira)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Picão (Castro Daire)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Pinheiro (Castro Daire)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Pinheiro (Castro Daire)

Sub-sistema de informação: Confraria de Nossa Senhora do Rosário – Pinheiro (Castro Daire)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Pinheiros (Tabuaço)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Poço do Canto (Mêda)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Queimadela (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Quintela da Lapa (Sernancelhe)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Quintela da Lapa (Sernancelhe)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Riodades (São João da Pesqueira)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Salzedas (Tarouca)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Santa Leocádia (Vila Nova de Foz Côa)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Santiago – Santiago de Piães (Cinfães)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Santo António – Santiago de Piães (Cinfães)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Doutrina Cristã – Santo Amaro (Vila Nova de Foz Côa)

Sub-sistema de Informação: Confraria da Ordem Terceira de São Francisco – São Cipriano (Resende)

Sub-sistema de Informação: Confraria de São Lourenço – São Cristóvão da Nogueira (Cinfães)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora da Encarnação – São Gião (Penajóia)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e Irmandade das Almas – São Joaninho (Castro Daire)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – São João de Fontoura (Resende)

Sub-sistema de Informação: Irmandade São Francisco Xavier – São Martinho de Mouros (Resende)

Sub-sistema de Informação: Irmandade de São Pedro de Lamego

Sub-sistema de Informação: Confraria de Doutrina Cristã – São Pedro de Mós (Vila Nova de Foz Côa)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo de Mós– São Pedro de Mós (Vila Nova de Foz Côa)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – São Pedro de Paus (Resende)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – São Romão (Resende)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Sarzeda (Sernancelhe)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Rosário – Sé (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Sé (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e de Doutrina Cristã – Sernancelhe

Sub-sistema de Informação: Confraria do Senhor dos Passos – Soutelo do Douro (São João da Pesqueira)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Soutelo do Douro (São João da Pesqueira)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Menino Jesus – Távora (Tabuaço)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Sagrado Nome de Jesus – Tendais (Cinfães)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Trevões (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Trevões (São João da Pesqueira)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Trevões (São João da Pesqueira)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Ucanha (Tarouca)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Valflor (Mêda)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Valdigem (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Valença do Douro (Tabuaço)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Várzea da Serra (Tarouca)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Várzea de Abrunhais (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Vila Cova à Coelheira (Vila Nova de Paiva)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Vila Nova de Paiva

Sub-sistema de Informação: Confraria do Sagrado Coração de Jesus – Vila Nova de Souto d’El Rei (Lamego)

Sub-sistema de Informação: Cáritas

Sub-sistema de Informação: Casa da Sagrada Família

Sub-sistema de Informação: Centro Diocesano de Promoção Social

Sub-sistema de Informação: Centro Social e Paroquial de Almacave

Sub-sistema de Informação: Conferência de São Vicente de Paulo

Sub-sistema de Informação: Recolhimento de Santa Teresa

Sub-sistema de Informação: Santa Casa da Misericórdia de Carregal – Sernancelhe

Subsistema de Informação: Centro de Preparação para o Matrimónio⁴¹⁴

Sistema de Informação: Obra Kolping

Sistema de Informação: Associação Portuguesa de Escolas Católicos

Sistema de Informação: União Católica do Industriais e Dirigentes do Trabalho

Sistema de Informação: Conferência Episcopal Portuguesa

Subsistema de Informação: Ação Católica Portuguesa

Subsistema de Informação: Secretariado Nacional de Educação (S. N.E.C)

Sistema de Informação: Câmara Municipal de Lamego

Sistema de Informação: Câmara Municipal de Valdigem

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Alvite – Moimenta da Beira

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Aveloso – Mêda

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Barcos – Tabuaço

⁴¹⁴ Trata-se de documentação do CPM em âmbito Diocesano.

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Cárquere – Resende

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Castainço – Penedono

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Cepões – Lamego

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Desejosa – Tabuaço

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Ferreiros de Avões – Lamego

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Figueira – Lamego

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Mezio – Castro Daire

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Mondim da Beira – Tarouca

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Pera Velha – Moimenta da Beira

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Pinheiros – Tabuaço

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de São João da Pesqueira

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Seixo - Sernancelhe

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Tabuaço

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Travanca – Cinfães

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Vila Nova de Souto d’El Rei - Lamego

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA DIOCESE DE LAMEGO

Instrumento de consulta.

Sistema de Informação: Diocese de Lamego (1449-2016)

Subsistema de Informação: Cabido da Sé de Lamego (1512-1997)

Secção: Reunião de capitulares (1512-1938)

Série: Apresentação dos beneficiados (1731-1731)

Série: Beneficiados com vencimento do vinho (1811-1812)

Série: Foro dos beneficiados (1812-1812)

Série: Laudémios do procurador (s. d.)

Série: Pauta das mesadas dos beneficiados (1785-1785)

Série: Registo das prebendas (1819-1822)

Série: Registo de beneficiados (1799-1799)

Série: Registo de foros da prebenda (1834-1857)

Série: Rol de cónegos com prebenda (s. d.)

Série: Treslado das bulas dos beneficiados (1821-1821)

Série: Contadoria geral da residência dos cónegos prebendados (1860-1861)

Série: Correspondência com arciprestados (1901-1910)

Série: Correspondência do Cabido (1756-1958)

Série: Adjudicações (1825-1865)

Série: Autos de medição de prazos (1862-1862)

Série: Autos de rateação de foros (1818-1871)

Série: Autos de rateação de prazos (1651-1862)

Série: Autos de rateação (1830-1830)

Série: Autos de vedoria (1607-1888)

Série: Autos de vistoria (1680-1689)

Série: Demarcação de propriedades (1878-1878)

Série: Desembargos (1674-1674)

Série: Documentos do Couto de Santa Teresa (1832-1833)

Série: Encargos sobre prédios (1893-1893)

Série: Escrituras de aforamento (s. d.)

Série: Escrituras de arrendamento (1759-1806)

Série: Escrituras de compra (1857-1857)

Série: Escrituras de doação (1770-1770)

Série: Escrituras de empraçamento (1512-1886)

Série: Escrituras de procuração (1748-1884)

Série: Escrituras de reconhecimento de foros (1813-1874)

Série: Reconhecimento de prazos (1607-1892)

Série: Escrituras de renovação de prazos (1589-1864)

Série: Registo de foros (1636-1895)

Série: Afirmação de privilégios (1827-1832)

Série: Apresentação de benefício de Cambres (1674-1674)

Série: Avaliação dos bens foreiros à Sé (1876-1876)

Série: Certificados de pagamento da décima de juros (1865-1865)

Série: Compras, venda, plantação de vinhas e pagamentos (1826-1826)

Série: Condução de géneros (1876-1876)

Série: Escrituras de obrigação de prebendeiro (1766-1766)

Série: Escrituras de obrigação (1817-1817)

Série: Pautas de cera vencida (1831-1831)

Série: Receita da dorna (1826-1829)

Série: Recenseamento de rendas (1828-1828)

Série: Recibo de venda (1891-1891)

Série: Registo da tulha (1737-1866)

Série: Registo de laudémios (1830-1895)

Série: Relação de foreiros (1823-1897)

Série: Relação de prazos (1825-1866)

Série: Vista dos autos de conta (1738-1843)

Série: Capitais com juros (1827-1895)

Série: Escrituras de remoção de juros (1863-1863)

Série: Escrituras de fiança (1667-1786)

Série: Escrituras de juro (1744-1842)

Série: Título de dinheiro a juro (1699-1726)

Série: Certidões de pagamento de custas em casos judiciais (1795-1824)

Série: Certidões de pagamento (1736-1911)

Série: Cobrança de foros (1854-1855)

Série: Foros pagos a meias com as capelas de S. Nicolau e S. Pedro (1755-1755)

Série: Foros pagos das propriedades emprazadas (1698-1917)

Série: Foros que se pagam pelos prazos (1767-1770)

Série: Mandado de pagamento (1822-1899)

Série: Mapa das igrejas que pagam censórias (1829-1829)

Série: Mapa de pessoas que pagam laudémio (1827-1844)

Série: Distribuição de rendimentos pelos capitulares (1891-1909)

Série: Distribuição do pão pelo Cabido (1874-1875)

Série: Distribuição percentual dos encargos pios (1864-1865)

Série: Ordenados do cartório (1876-1882)

Série: Pautas da repartição do dinheiro entrado no cacifo (1850-1857)

Série: Repartição da prebenda (1857-1858)

Série: Repartição das mesadas pelos cônegos (1846-1856)

Série: Repartição de juros, laudémios e foros (1843-1847)

Série: Repartição do pão da tulha com a Mitra (1717-1831)

Série: Resumo da distribuição de pão, percentagens e ordenados (1891-1892)

Série: Devedores ao Cabido (1792-1888)

Série: Devedores à adega (1800-1818)

Série: Devedores da tulha e da adega (1820-1843)

Série: Devedores da tulha (1764-1841)

Série: Devedores de capitais a juros (1731-1894)

Série: Devedores de foros (1642-1851)

Série: Escrituras de dívida (1782-1894)

Série: Escrituras de renovação de dívida (1805-1853)

Série: Escrituras de obrigação de dívida (1667-1822)

Série: Escrituras de remoção de dívida (1776-1803)

Série: Escrituras de remoção e obrigação de dívida (1728-1878)

Série: Escrituras de renovação de dívida (1847-1847)

Série: Execução de dívida (1811-1834)

Série: Despesas com ordenados (1828-1872)

Série: Despesas do prebendeiro (1826-1826)

Série: Dívida do Cabido (1884-1884)

Série: Resumo das despesas (1799-1911)

Série: Obrigações de pagamento do Cabido (1827-1827)

Série: Resumo da despesa da décima de juros (1883-1900)

Série: Resumo da despesa de ordenados, percentagens, gratificações e certidões (1899-1997)

Série: Resumo da saída de capitais (1908-1909)

Série: Resumo de despesas de legados pios, custas e expediente (1908-1909)

Série: Rol das despesas das causas do Cabido (1803-1830)

Série: Contas do cacifo do Cabido (1832-1857)

Série: Mapa resumo das receitas de mutuários (1869-1870)

Série: Mapa resumo das receitas (1799-1911)

Série: Receita da adega (1779-1833)

Série: Receitas de capitais com juros (1826-1902)

Série: Resumo das receitas de foros (1629-1851)

Série: Balanço de capitais por escrituras e inscrições, juros, custas, registos e manifestos (1888-1891)

Série: Conta corrente dos mutuários (1857-1865)

Série: Contas gerais (1814-1898)

Série: Mapa da receita e despesa com a adega (1732-1834)

Série: Mapa da receita e despesa (1704-1911)

Série: Receita e despesa com capitais (1869-1911)

Série: Receita e despesa dos foreiros (1877-1904)

Série: Receita e despesa com a tulha (1759-1903)

Série: Índex de sentenças e autos (1743-1813)

Série: Inventário de dízimos (1836-1836)

Série: Inventário de bens: (1824-1824)

Série: Inventários de pagamentos à tulha (s. d.)

Série: Lembrança dos registos saídos e entrados no cartório capitular (1831-1851)

Série: Relação de autos existentes no cartório (1846-1859)

Série: Tombo de bens e fazenda (1679-1784)

Série: Bulas de cruzada (1854-1915)

Série: Bulas distribuídas aos fiéis (1908-1909)

Série: Conta de sumários escritos e bulas (1908-1909)

Série: Despesas com a publicação de bulas (1909-1910)

Série: Esmolas da caixa da tulha da bula da Santa Cruzada (1900-1901)

Série: Contas da Bula (1908-1938)

Série: Relação dos sumários da Bula da Santa Cruzada (1851-1877)

Série: Talões de pagamento da Junta Geral da Bula da Santa Cruzada (1866-1867)

Secção: Chantrado (1530-1911)

Série: Comprovativos de celebração de missas (1795-1828)

Série: Comprovativos do pagamento de missas (1803-1803)

Série: Contadoria do coro (1619-1903)

Série: Contas do coro (1897-1911)

Série: Foros dos capelães da Sé (1658-1739)

Série: Lembrança das pitanças miúdas e missas de censo (1787-1797)

Série: Medição e descrição da capela da freguesia da Vila de Numão (s. d.)

Série: Mesadas gastas na contadoria do coro (1846-1850)

Série: Missas a rezar pelo Cabido (1782-1825)

Série: Repartição de missas (1766-1766)

Série: Tombo do Chantre (s. d.)

Secção: Deado (1506-1861)

Série: Causas do Deado (1829-1833)

Série: Cobrança de foros do Deado (1634-1820)

Série: Correição de prazos (1782-1782)

Série: Correspondência do Deão (1821-1834)

Série: Escrituras de arrendamento (1861-1861)

Série: Inventários de bens (s. d.)

Série: Lembrança das demandas do Deado (1824-1836)

Série: Lembrança das terras que pagavam laudémio ao Deado (s. d.)

Série: Processos de censórias e ltuosas pagas ao Deão (1506-1764)

Série: Relação de foros do Deado (1750-1750)

Série: Rol dos bens do Deado em S. Miguel do Mezio (1783-1789)

Série: Tombo de propriedades do Deão (1782-1782)

Secção: Mestre-Escola (1822-1825)

Série: Atos de aulas de filosofia (1825-1825)

Série: Rol dos examinados em filosofia (1822)

Subsistema de Informação: Colegiada de São Pedro de Castro Daire (1643-1975)

Série: Certificados de celebração de missa (1822-1855)

Série: Circulares (1814-1975)

Série: Escrituras de emprazamento (1643-1726)

Série: Inventários (1748-1748)

Série: Atas (1836-1881)

Série: Receita e despesa (1803-1881)

Série: Tombos de bens (1836-1836)

Subsistema de Informação: Mitra de Lamego (1449-2015)

Série: Apontamentos (1971-2007)

Série: Cartas do Bispo a Reverendos (1956-1956)

Série: Censos da Mitra (1831-1832)

Série: Constituições sinodais (1563-1682)

Série: Correspondência com estruturas políticas e governo (1974-1999)

Série: Correspondência com instituições de Ensino Superior (1993-2009)

Série: Correspondência com párocos (1896-1934)

Série: Correspondência com a Nunciatura Apostólica (1967-1999)

Série: Correspondência entre dioceses (1942-1968)

Série: Correspondência com o Pontífice (1949-2009)

Série: Correspondência (1951-1979)

Série: Credenciais (1976-2010)

Série: Dados estatísticos da Diocese (1950-2008)

Série: Documentos sobre o património da Igreja (1993-1993)

Série: Documentos sobre o aborto (1988-2007)

Série: Documentos sobre a regionalização (1996-1999)

Série: Ofícios da Casa dos Pobres (1954-2000)

Série: Propaganda política (1975-1975)

Série: Questionário sobre visitas pastorais (1956-1987)

Série: Relatório de sínodos (1994-1998)

Série: Relatório de administração de catequese (1969-1969)

Série: Visitas pastorais (1954-1991)

Secção: Arciprestados (1532-2014)

Série: Atas das conferências de arciprestes (1958-1963)

Série: Coletas oficiais dos arciprestados (1968)

Série: Peditórios (1962-1962)

Série: Presenças nas conferências de arciprestes (1960-1990)

Série: Registo paroquial por arciprestados (1949-2001)

Série: Relação dos arciprestados com os apostolados (s. d.)

Série: Paróquias e párocos por arciprestado (1920-1929)

Série: Selos dos arciprestados (1949-1969)

Subsecção: Arciprestado de Armamar (1911-1987)

Série: Inventários de bens imóveis e móveis (1963-1963)

Sub-subsecção: Paróquia de Aldeias (1911-1987)

Série: Extratos de batismo (1911-1987)

Série: Extratos de casamento (1911-1987)

Série: Extratos de óbito (1911-1987)

Sub-subsecção: Paróquia de Armamar (1615-1984)

Série: Extratos de batismo (1615-1984)

Série: Extratos de casamento (1618-1984)

Série: Extratos de óbito (1618-1984)

Sub-subsecção: Paróquia de Cimbres (1661-2014)

Série: Extratos de batismo (1661-2014)

Série: Extratos de casamento (1663-2014)

Série: Extratos de óbito (1661-2014)

Série: Receita e despesa (1883-1923)

Sub-subsecção: Paróquia de Coura (1645-1987)

Série: Extratos de batismo (1645-1987)

Série: Extratos de casamento (1646-1987)

Série: Extratos de óbito (1645-1987)

Sub-subsecção: Paróquia de Folgosa (1721-2004)

Série: Extratos de batismo (1721-2004)

Série: Extratos de casamento (1751-2004)

Série: Extratos de óbito (1721-2004)

Série: Receita e despesa (1950-1997)

Série: Rendimentos beneficiais (1960-1980)

Sub-subsecção: Paróquia de Fontelo (1588-1987)

Série: Extratos de batismo (1591-1987)

Série: Extratos de casamento (1588-1987)

Série: Extratos de óbito (1590-1987)

Sub-subsecção: Paróquia de Goujoim (1573-2014)

Série: Extratos de batismo (1573-2014)

Série: Extratos de casamento (1570-2014)

Série: Extratos de óbito (1570-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Queimada (1642-1988)

Série: Extratos de batismo (1642-1988)

Série: Extratos de casamento (1643-1988)

Série: Extratos de óbito (1642-1987)

Sub-subsecção: Paróquia de Santiago (1641-1975)

Série: Extratos de batismo (1641-1975)

Série: Extratos de casamento (1642-1975)

Série: Extratos de óbito (1642-1975)

Sub-subsecção: Paróquia de Santo Adrião (1655-1987)

Série: Extratos de batismo (1655-1987)

Série: Extratos de casamento (1655-1987)

Série: Extratos de óbito (1655-1987)

Sub-subsecção: Paróquia de São Cosmado (1568-1987)

Série: Extratos de batismo (1568-1987)

Série: Extratos de casamento (1569-1987)

Série: Extratos de óbito (1568-1987)

Série: Ofícios (1938-1981)

Sub-subsecção: Paróquia de São Martinho de Chãs (1583-2014)

Série: Extratos de batismo (1583-2014)

Série: Extratos de casamento (1583-2014)

Série: Extratos de óbito (1604-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de São Romão (1602-2014)

Série: Extratos de batismo (1602-2014)

Série: Extratos de casamento (1603-2014)

Série: Extratos de óbito (1602-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Tões (1628-1979)

Série: Extratos de batismo (1628-1979)

Série: Extratos de casamento (1659-1979)

Série: Extratos de óbito (1659-1979)

Sub-subsecção: Paróquia de Vacalar (1959-1980)

Série: Extratos de batismo (1959-1980)

Série: Extratos de casamento (1959-1980)

Série: Extratos de óbito (1959-1980)

Sub-subsecção: Paróquia de Vila Seca (1619-1987)

Série: Extratos de batismo (1622-1987)

Série: Extratos de casamento (1618-1987)

Série: Extratos de óbito (1619-1987)

Sub-subsecção: Paróquia de Ariceira (1709-1909)

Série: Extratos de batismo (1709-1909)

Série: Extratos de casamento (1748-1909)

Série: Extratos de óbito (1748-1909)

Sub-subsecção: Paróquia de Santa Cruz de Lumiares (1598-1975)

Série: Extratos de batismo (1650-1975)

Série: Extratos de casamento (1651-1975)

Série: Extratos de óbito (1598-1975)

Subsecção: Arciprestado de Arouca (1860-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Alvarenga (1860-2014)

Série: Extratos de batismo (1860-2014)

Série: Extratos de casamento (1860-2014)

Série: Extratos de óbito (1860-2014)

Série: Apontamentos (1864-1865)

Sub-subsecção: Paróquia de Espiunca (1598-1975)

Série: Extratos de batismo (1565-1729)

Série: Extratos de casamento (1677-1749)

Série: Extratos de óbito (1656-1749)

Subsecção: Arciprestado de Castro-Daire (1651-1973)

Série: Administração do concelho (1871-1871)

Série: Escrituras de aforamento (1866-1873)

Série: Inventários dos bens imóveis e móveis (1963-1963)

Série: Palestras religiosas (1868-1949)

Série: Registo do movimento do arciprestado (1946)

Série: Relações familiares do arciprestado (s. d.)

Sub-subsecção: Paróquia de Almofala (1651-1960)

Série: Extratos de batismo (1651-1960)

Série: Extratos de casamento (1726-1960)

Série: Extratos de óbito (1714-1960)

Sub-subsecção: Paróquia de Cabril (1633-1993)

Série: Extratos de batismo (1633-1993)

Série: Extratos de casamento (1664-1993)

Série: Extratos de óbito (1636-1993)

Sub-subsecção: Paróquia de Castro Daire (1591-2014)

Série: Extratos de batismo (1564-2014)

Série: Extratos de casamento (1565-2014)

Série: Extratos de óbito (1565-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Cujó (1951-2012)

Série: Extratos de batismo (1951-2012)

Série: Extratos de casamento (1951-2012)

Série: Extratos de óbito (1951-2012)

Sub-subsecção: Paróquia de Ermida (1649-2014)

Série: Extratos de batismo (1649-2014)

Série: Extratos de casamento (1662-2014)

Série: Extratos de óbito (1751-2014)

Série: Usos, obrigações privilégios e passais da igreja (1772-1772)

Sub-subsecção: Paróquia de Ester (1640-2014)

Série: Extratos de batismo (1640-2014)

Série: Extratos de casamento (1640-2014)

Série: Extratos de óbito (1640-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Gosende (1681-2014)

Série: Extratos de batismo (1681-2014)

Série: Extratos de casamento (1683-2014)

Série: Extratos de óbito (1681-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Lamelas (1960-2014)

Série: Extratos de batismo (1960-2014)

Série: Extratos de casamento (1960-2014)

Série: Extratos de óbito (1960-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Mezio (1641-2014)

Série: Extratos de batismo (1642-2014)

Série: Extratos de casamento (1776-2014)

Série: Extratos de óbito (1641-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Monteiras (1637-2012)

Série: Extratos de batismo (1637-2012)

Série: Extratos de casamento (1659-2012)

Série: Extratos de óbito (1685-2012)

Sub-subsecção: Paróquia de Moura Morta (1621-2007)

Série: Extratos de batismo

Série: Extratos de casamento (1663-2007)

Série: Extratos de óbito (1639-2007)

Sub-subsecção: Paróquia de Parada de Ester (1639-2014)

Série: Extratos de batismo (1640-2014)

Série: Extratos de casamento (1640-2014)

Série: Extratos de óbito (1639-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Picão (1747-2014)

Série: Extratos de batismo (1747-2014)

Série: Extratos de casamento (1860-2014)

Série: Extratos de óbito (1860-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de São Joaquinho (1650-2005)

Série: Extratos de batismo (1661-2005)

Série: Extratos de casamento (1650-2005)

Série: Extratos de óbito (1650-2005)

Série: Provisões e compras (1744-1832)

Série: Registo de cartas pastorais (1782-1883)

Série: Contas (1715-1833)

Série: Inventário (1899-1899)

Série: Registo de visitas (1683-1780)

Subsecção: Arciprestado de Cinfães (1663-2012)

Série: Inventários dos bens imóveis e móveis (s. d.)

Série: Palestras litúrgicas (1866-1881)

Série: Recenseamento do Concelho de Cinfães (1930-1930)

Série: Rendimento dos indultos pontificais de Cinfães (1921-1946)

Sub-subsecção: Paróquia de Alhões (1663-2012)

Série: Extratos de batismo (1663-2012)

Série: Extratos de casamento (1678-2012)

Série: Extratos de óbito (1712-2012)

Sub-subsecção: Paróquia de Bustelo (1682-1994)

Série: Extratos de batismo (1683-1994)

Série: Extratos de casamento (1686-1994)

Série: Extratos de óbito (1682-1994)

Sub-subsecção: Paróquia de Cinfães (1641-2004)

Série: Extratos de batismo (1641-2004)

Série: Extratos de casamento (1642-2004)

Série: Extratos de óbito (1642-2004)

Sub-subsecção: Paróquia de Espadanedo (1651-2012)

Série: Extratos de batismo (1651-1948)

Série: Extratos de casamento (1653-2012)

Série: Extratos de óbito (1860-2012)

Sub-subsecção: Paróquia de Ferreiros de Tendais (1583-1996)

Série: Extratos de batismo (1578-1996)

Série: Extratos de casamento (1583-1996)

Série: Extratos de óbito (1583-1996)

Sub-subsecção: Paróquia de Fornelos (1603-2000)

Série: Extratos de batismo (1604-2000)

Série: Extratos de casamento (1603-2000)

Série: Extratos de óbito (1714-2000)

Sub-subsecção: Paróquia da Gralheira (1689-2003)

Série: Extratos de batismo (1689-2003)

Série: Extratos de casamento (1693-2003)

Série: Extratos de óbito (1659-2003)

Sub-subsecção: Paróquia de Moimenta (1659-2012)

Série: Extratos de batismo (1659-2012)

Série: Extratos de casamento (1659-2012)

Série: Extratos de óbito (1660-2012)

Sub-subsecção: Paróquia de Nespereira (1860-1985)

Série: Extratos de batismo (1860-1985)

Série: Extratos de casamento (1860-1985)

Série: Extratos de óbito (1860-1985)

Sub-subsecção: Paróquia de Ramires (1869-1998)

Série: Extratos e batismo (1860-1998)

Série: Extratos de casamento (1860-1998)

Série: Extratos de óbito (1919-1998)

Sub-subsecção: Paróquia de Santiago de Piães (1610-1985)

Série: Extratos de batismo (1612-1985)

Série: Extratos de casamento (1610-1985)

Série: Extratos de óbito (1611-1985)

Série: Cobrança de foros e juros (1826-1902)

Série: Registo de cartas pastorais (1866-1878)

Série: Relação de confirmados (1788-1788)

Série: Relação de bens eclesiásticos (1859-1859)

Série: Rol de casamentos (1906-1906)

Série: Relação de confessados (1928-1928)

Série: Tombo (1670-1693)

Sub-subsecção: Paróquia de São Cristóvão da Nogueira (1601-2014)

Série: Extratos de batismo (1603-2014)

Série: Extratos de casamento (1601-2014)

Série: Extratos de óbito (1601-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Souselo (1581-1990)

Série: Extratos de batismo (1595-1990)

Série: Extratos de casamento (1581-1990)

Série: Extratos de óbito (1672-1990)

Sub-subsecção: Paróquia de Tarouquela (1606-2012)

Série: Extratos de batismo (1606-2012)

Série: Extratos de casamento (1612-2012)

Série: Extratos de óbito (1606-2012)

Série: Confirmações (1625-1677)

Série: Inventários (s. d.)

Sub-subsecção: Paróquia de Tendais (1601-1996)

Série: Extratos de batismo (1601-1996)

Série: Extratos de casamento (1895-1996)

Série: Extratos de óbito (1667-1996)

Sub-subsecção: Paróquia de Travanca (1662-1974)

Série: Extratos de batismo (1662-1974)

Série: Extratos de casamento (1663-1974)

Série: Extratos de óbito (1662-1974)

Série: Documentos relacionados com a demolição da Igreja (1805-1805)

Série: Donativos para a guerra contra os franceses (1808-1808)

Série: Escrituras e testamentos (1753-1897)

Série: Missas (1896-1896)

Série: Registo de campas (1708-1708)

Subsecção: Arciprestado de Lamego (1963-1963)

Série: Inventários dos bens imóveis e móveis (1565-2004)

Sub-subsecção: Paróquia de Almacave (1565-2004)

Série: Extratos de batismo (1571-2004)

Subsérie: Extratos de batismo de expostos (1807-1835)

Série: Extratos de casamento (1565-2004)

Série: Extratos de óbito (1598-2004)

Série: Receita da fábrica da igreja (1950-1950)

Sub-subsecção: Paróquia de Avões (1645-2013)

Série: Extratos de batismo (1645-2012)

Série: Extratos de casamento (1648-2012)

Série: Extratos de óbito (1860-2012)

Série: Contas gerais da paróquia (1876-1878)

Sub-subsecção: Paróquia de Bigorne (1690-2002)

Série: Extratos de batismo (1690-2002)

Série: Extratos de casamento (1703-2002)

Série: Extratos de óbito (1691-2002)

Série: Despesas (1950-1980)

Série: Receitas e despesas de arrendamento (1937-1949)

Série: Receitas (1950-1981)

Sub-subsecção: Paróquia de Britiande (1532-1989)

Série: Extratos de batismo (1532-1989)

Série: Extratos de casamento (1566-1989)

Série: Extratos de óbito (1564-1989)

Sub-subsecção: Paróquia de Cambres (1623-2004)

Série: Extratos de batismo (1630-2004)

Série: Extratos de casamento (1623-2004)

Série: Extratos de óbito (1623-2004)

Sub-subsecção: Paróquia de Cepões (1590-2004)

Série: Extratos de batismo (1602-2004)

Série: Extratos de casamento (1590-2004)

Série: Extratos de óbito (1590-2004)

Série: Contas (1738-1836)

Série: Escrituras de aforamento (1757-1879)

Série: Registo de devedores (1947-1947)

Sub-subsecção: Paróquia de Ferreirim (1657-2014)

Série: Extratos de batismo (1657-2004)

Série: Extratos de casamento (1657-2014)

Série: Extratos de óbito (1657-2014)

Série: Testamentos (1679-1679)

Série: Relatórios e contas a gerência do Centro Social de Ferreirim (1982-2010)

Sub-subsecção: Paróquia de Lalim (1625-2014)

Série: Extratos de batismo (1626-2014)

Série: Extratos de casamento (1626-2014)

Série: Extratos de óbito (1625-2014)

Série: Registo de cartas paroquiais (1826-1883)

Sub-subsecção: Paróquia de Lazarim (1692-2014)

Série: Extratos de batismo (1705-2014)

Série: Extratos de casamento (1692-2014)

Série: Extratos de óbito (1692-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Magueija (1631-2007)

Série: Extratos de batismo (1631-2007)

Série: Extratos de casamento (1632-2007)

Série: Extratos de óbito (1631-2007)

Sub-subsecção: Paróquia de Meijinhos (1622-2014)

Série: Extratos de batismo (1622-2014)

Série: Extratos de casamento (1623-2014)

Série: Extratos de óbito (1622-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Melcões (1537-2007)

Série: Extratos de batismo (1537-2007)

Série: Extratos de casamento (1550-2007)

Série: Extratos de óbito (1550-2007)

Sub-subsecção: Paróquia de Parada do Bispo (1659-1987)

Série: Extratos de batismo (1686-1987)

Série: Extratos de casamento (1686-1987)

Série: Extratos de óbito (1659-1987)

Sub-subsecção: Paróquia de Penajoia (1636-2014)

Série: Extratos de batismo (1636-2014)

Série: Extratos de casamento (1696-2014)

Série: Extratos de óbito (1636-2014)

Série: Procurações e licenças episcopais (1860-1906)

Sub-subsecção: Paróquia de Penude (1619-2008)

Série: Extratos de batismo (1619-2008)

Série: Extratos de casamento (1619-2008)

Série: Extratos de óbito (1619-20089)

Sub-subsecção: Paróquia de Pretarouca (1697-1998)

Série: Extratos de batismo (1697-1998)

Série: Extratos de casamento (1697-1998)

Série: Extratos de óbito (1704-1998)

Sub-subsecção: Paróquia de Samodães (1614-1999)

Série: Extratos de batismo (1615-1999)

Série: Extratos de casamento (1614-1999)

Série: Extratos de óbito (1615-1999)

Sub-subsecção: Paróquia de Sande (1630-2014)

Série: Extratos de batismo (1630-2014)

Série: Extratos de casamento (1633-2014)

Série: Extratos de óbito (1631-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Sé (1531-2014)

Série: Extratos de batismo (1532-2014)

Série: Extratos de casamento (1531-2014)

Série: Extratos de óbito (1531-2014)

Série: Contas gerais (1842-1861)

Série: Perfilhações (1861-1887)

Série: Receita e despesa (1900-1903)

Série: Testamentos (1828-1922)

Sub-subsecção: Paróquia de Valdigem (1596-1987)

Série: Extratos de batismo (1601-1987)

Série: Extratos de casamento (1597-1987)

Série: Extratos de óbito (1596-1987)

Sub-subsecção: Paróquia de Várzea de Abrunhais (1572-2014)

Série: Extratos de batismo (1581-2014)

Série: Extratos de casamento (1572-2014)

Série: Extratos de óbito (1572-2014)

Série: Contas da Junta do Culto (1942-1952)

Série: Receita e despesa (1950-1957)

Série: Recenseamento de indigentes (1938-1938)

Série: Rol de confessados (1946-1946)

Sub-subsecção: Paróquia de Vila Nova de Souto d'El Rei (1587-2014)

Série: Extratos de batismo (1587-2014)

Série: Extratos de casamento (1587-2014)

Série: Extratos de óbito (1594-2014)

Série: Receita e despesa (1982-1990)

Subsecção: Arciprestado de Mêda (1962-1962)

Série: Inventários dos bens imóveis e móveis (1962-1962)

Sub-subsecção: Paróquia de Aveloso (1755-2014)

Série: Extratos de batismo (1775-2014)

Série: Extratos de casamento (1756-2014)

Série: Extratos de óbito (1755-2014)

Série: Faturas pagas (1966-1966)

Sub-subsecção: Paróquia de Barreira (1657-2005)

Série: Extratos de batismo (1657-1910)

Série: Extratos de casamento (1657-2005)

Série: Extratos de óbito (1658-2005)

Sub-subsecção: Paróquia de Carvalhal (1609-1967)

Série: Extratos de batismo (1616-1967)

Série: Extratos de casamento (1616-1967)

Série: Extratos de óbito (1609-1967)

Sub-subsecção: Paróquia de Casteição (1625-2014)

Série: Extratos de batismo (1628-2014)

Série: Extratos de casamento (1625-2014)

Série: Extratos de óbito (1625-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Coriscada (1642-1987)

Série: Extratos de batismo (1652-1987)

Série: Extratos de casamento (1643-1987)

Série: Extratos de óbito (1642-1987)

Sub-subsecção: Paróquia de Fonte Longa (1534-2015)

Série: Extratos de batismo (1534-2015)

Série: Extratos de casamento (1615-2015)

Série: Extratos de óbito (1616-2015)

Sub-subsecção: Paróquia de Gateira (1659-1965)

Série: Extratos de batismo (1659-1965)

Série: Extratos de casamento (1659-1965)

Série: Extratos de óbito (1659-1965)

Sub-subsecção: Paróquia de Longroiva (1589-2014)

Série: Extratos de batismo (1593-2014)

Série: Extratos de casamento (1589-2014)

Série: Extratos de óbito (1591-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Marialva (1591-2014)

Série: Extratos de batismo (1591-2014)

Série: Extratos de casamento (1596-2014)

Série: Extratos de óbito (1591-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Mêda (1561-2014)

Série: Extratos de batismo (1561-2014)

Série: Extratos de casamento (1562-2014)

Série: Extratos de óbito (1561-2014)

Série: Cartas pastorais e circulares (1681-18579

Série: Legados Pios (1846-1846)

Série: Relatório do patronato de Mêda (1948-1980)

Sub-subsecção: Paróquia de Outeiro de Gatos (1662-2014)

Série: Extratos de batismo (1662-2014)

Série: Extratos de casamento (1665-2014)

Série: Extratos de óbito (1662-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Paipenela (1678-2014)

Série: Extratos de batismo (1678-2014)

Série: Extratos de casamento (1679-2014)

Série: Extratos de óbito (1679-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Poço do Canto (1700-2014)

Série: Extratos de batismo (1860-2014)

Série: Extratos de casamento (1700-2014)

Série: Extratos de óbito (1881-2014)

Série: Registo de perfilhações (1863-1869)

Sub-subsecção: Paróquia de Prova (1666-2012)

Série: Extratos de batismo (1684-2012)

Série: Extratos de casamento (1666-2012)

Série: Extratos de óbito (1693-2012)

Sub-subsecção: Paróquia de Rabaçal (1618-2002)

Série: Extratos de batismo (1620-2002)

Série: Extratos de casamento (1618-2002)

Série: Extratos de óbito (1618-2002)

Sub-subsecção: Paróquia de Ranhados (1559-2015)

Série: Extratos de batismo (1559-2015)

Série: Extratos de casamento (1562-2015)

Série: Extratos de óbito (1561-2015)

Sub-subsecção: Paróquia de Valflor (1676-1969)

Série: Extratos de batismo (1721-1969)

Série: Extratos de casamento (1676-1969)

Série: Extratos de óbito (1676-1969)

Série: Registo de pastorais (1821-1830)

Sub-subsecção: Paróquia de Ariola (1668-1874)

Série: Extratos de batismo (1668-1874)

Série: Extratos de casamento (1671-1874)

Série: Extratos de óbito (1668-1874)

Subsecção: Arciprestado de Moimenta da Beira (1923-1963)

Série: Atas (1923-1941)

Série: Inventários dos bens imóveis e móveis (1963-1963)

Sub-subsecção: Paróquia de Alvite (1716-2016)

Série: Extratos de batismo (1741-2016)

Subsérie: Índice alfabético de batismos (1900-1971)

Série: Extratos de casamento (1742-2016)

Série: Extratos de óbito (1716-2016)

Sub-subsecção: Paróquia de Arcozelos (1582-2011)

Série: Extratos de batismo (1582-2011)

Série: Extratos de casamento (1582-2011)

Série: Extratos de óbito (1582-2011)

Sub-subsecção: Paróquia de Ariz (1629-1997)

Série: Extratos de batismo (1673-1997)

Série: Extratos de casamento (1629-1997)

Série: Extratos de óbito (1860-1997)

Sub-subsecção: Paróquia de Baldos (1659-2011)

Série: Extratos de batismo (1659-2011)

Série: Extratos de casamento (1661-2011)

Série: Extratos de óbito (1662-2011)

Sub-subsecção: Paróquia de Cabaços (1632-1987)

Série: Extratos de batismo (1634-1987)

Série: Extratos de casamento (1633-1987)

Série: Extratos de óbito (1632-1987)

Sub-subsecção: Paróquia de Caria (1626-2014)

Série: Extratos de batismo (1635-2014)

Série: Extratos de casamento (1626-2014)

Série: Extratos de óbito (1626-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Castelo (1647-2014)

Série: Extratos de batismo (1647-2014)

Série: Extratos de casamento (1648-2014)

Série: Extratos de óbito (1647-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Moimenta da Beira (1578-1979)

Série: Extratos de batismo (1578-1979)

Série: Extratos de casamento (1593-1979)

Série: Extratos de óbito (1594-1979)

Série: Rol de confessados (1897-1925)

Sub-subsecção: Paróquia de Nacomba (1697-2008)

Série: Registo de batismos (1697-2008)

Série: Registo de casamentos (1697-2008)

Série: Registo de óbitos (1697-2008)

Sub-subsecção: Paróquia de Nagosa (1655-1999)

Série: Extratos de batismo (1656-1999)

Série: Extratos de casamento (1655-1999)

Série: Extratos de óbito (1655-1999)

Sub-subsecção: Paróquia de Paçô (563-1984)

Série: Extratos de batismo (1566-1984)

Série: Extratos de casamento (1563-1984)

Série: Extratos de óbito (1564-1984)

Sub-subsecção: Paróquia de Paradinha (1592-2014)

Série: Extratos de batismo (1592-2014)

Série: Extratos de casamento (1656-2014)

Série: Extratos de óbito (1595-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Pera Velha (1630-2000)

Série: Extratos de batismo (1653-1995)

Série: Extratos de casamento (1633-1995)

Série: Extratos de óbito (1630-2000)

Sub-subsecção: Paróquia de Peva (1643-1990)

Série: Extratos de batismo (1643-1990)

Série: Extratos de casamento (1643-1990)

Série: Extratos de óbito (1643-1990)

Sub-subsecção: Paróquia de Rula (1602-2013)

Série: Extratos de batismo (1602-2013)

Série: Extratos de casamento (1653-2013)

Série: Extratos de óbito (1602-2013)

Sub-subsecção: Paróquia de Sarzedo (1622-1972)

Série: Extratos de batismo (1636-1972)

Série: Extratos de casamento (1622-1972)

Série: Extratos de óbito (1622-1909)

Série: Inventário (1836-1836)

Série: Livros litúrgicos (1674-1674)

Sub-subsecção: Paróquia de Segões (1633-1970)

Série: Extratos de batismo (1637-1970)

Série: Extratos de casamento (1633-1970)

Série: Extratos de óbito (1633-1970)

Sub-subsecção: Paróquia de Sever (1674-1978)

Série: Extratos de batismo (1674-1978)

Série: Extratos de casamento (1674-1978)

Série: Extratos de óbito (1674-1978)

Sub-subsecção: Paróquia de Vilar (1650-2011)

Série: Extratos de batismo (1652-2011)

Série: Extratos de casamento (1650-2011)

Série: Extratos de óbito (1651-2011)

Subsecção: Arciprestado de Penedono (1962-1962)

Série: Inventários dos bens imóveis e móveis (1962)

Sub-subsecção: Paróquia de Antas (1709-2014)

Série: Extratos de batismo (1710-2014)

Série: Extratos de casamento (1710-2014)

Série: Extratos de óbito (1709-2014)

Série: Registo de obrigações à paróquia (1729-1872)

Série: Registo de pastorais (1844-1883)

Sub-subsecção: Paróquia de Beselga (1593-2014)

Série: Extratos de batismo (1593-2014)

Série: Extratos de casamento (1601-2014)

Série: Extratos de óbito (1595-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Castainço (1666-2012)

Série: Extratos de batismo (1667-2012)

Série: Extratos de casamento (1669-2012)

Série: Extratos de óbito (1666-2012)

Série: Receita e despesa (1802-1844)

Sub-subsecção: Paróquia de Granja (1645-2013)

Série: Extratos de batismo (1647-2013)

Série: Extratos de casamento (1648-2012)

Série: Extratos de óbito (1645-2013)

Sub-subsecção: Paróquia de Leomil (1604-2015)

Série: Extratos de batismo (1648-2015)

Série: Extratos de casamento (1640-2015)

Série: Extratos de óbito (1604-2015)

Série: Registo de cartas pastorais (1747-1861)

Sub-subsecção: Paróquia de Ourozinho (1623-2013)

Série: Extratos de batismo (1623-2013)

Série: Extratos de casamento (1624-2013)

Série: Extratos de óbito (1633-2013)

Sub-subsecção: Paróquia de Penedono (1652-2007)

Série: Extratos de batismo (1652-2007)

Série: Extratos de casamento (1652-2007)

Série: Extratos de óbito (1652-2007)

Sub-subsecção: Paróquia de Penela da Beira (1625-2011)

Série: Extratos de batismo (1625-2011)

Série: Extratos de casamento (1625-2011)

Série: Extratos de óbito (1625-2011)

Sub-subsecção: Paróquia de Póvoa de Penela (1669-2011)

Série: Extratos de batismo (1669-2011)

Série: Extratos de casamento (1669-2011)

Série: Extratos de óbito (1771-2011)

Sub-subsecção: Paróquia de Souto (1625-2014)

Série: Extratos de batismo (1625-2014)

Série: Extratos de casamento (1627-2014)

Série: Extratos de óbito (1625-2014)

Subsecção: Arciprestado de Resende (1964-1964)

Série: Inventários dos bens imóveis e móveis (1964-1964)

Sub-subsecção: Paróquia de Anreade (1650-2014)

Série: Extratos de batismo (1650-2014)

Série: Extratos de casamento (1650-2014)

Série: Extratos de óbito (1650-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Barrô (1666-2014)

Série: Extratos de batismo (1666-2014)

Série: Extratos de casamento (1860-2014)

Série: Extratos de óbito (1860-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Cárquere (1619-2014)

Série: Extratos de batismo (1619-2014)

Série: Extratos de casamento (1620-2014)

Série: Extratos de óbito (1624-2014)

Série: Benefício Paroquial (1957-1968)

Série: Rendimentos beneficiais (1950-1950)

Série: Rol de confessados (1922-1954)

Sub-subsecção: Paróquia de Feirão (1690-2013)

Série: Extratos de batismo (1690-2000)

Série: Extratos de casamento (1690-2013)

Série: Extratos de óbito (1690-2000)

Série: Receita e despesa (1940-1970)

Sub-subsecção: Paróquia de Felgueiras (1623-1930)

Série: Extratos de batismo (1624-1930)

Série: Extratos de casamento (1640-1930)

Série: Extratos de óbito (1623-1930)

Sub-subsecção: Paróquia de Freigil (1632-2014)

Série: Extratos de batismo (1632-2014)

Série: Extratos de casamento (1633-2014)

Série: Extratos de óbito (1632-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Miomães (1585-2004)

Série: Extratos de batismo (1585-2004)

Série: Extratos de casamento (1684-2004)

Série: Extratos de óbito (1713-2004)

Sub-subsecção: Paróquia de Ovadas (1659-2014)

Série: Extratos de batismo (1660-2014)

Série: Extratos de casamento (1659-2014)

Série: Extratos de óbito (1659-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Panchorra (1654-2003)

Série: Extratos de batismo (1661-2003)

Série: Extratos de casamento (1656-2003)

Série: Extratos de óbito (1654-2003)

Sub-subsecção: Paróquia de Paus (1633-2014)

Série: Extratos de batismo (1633-2014)

Série: Extratos de casamento (1636-2014)

Série: Extratos de óbito (1636-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Resende (1619-2014)

Série: Extratos de batismo (1619-2014)

Série: Extratos de casamento (1621-2014)

Série: Extratos de óbito (1619-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de São Cipriano (1645-2014)

Série: Extratos de batismo (1645-2014)

Série: Extratos de casamento (1645-2014)

Série: Extratos de óbito (1645-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de São João de Fontoura (1565-2012)

Série: Extratos de batismo (1565-2012)

Série: Extratos de casamento (1560-2012)

Série: Extratos de óbito (1598-2012)

Sub-subsecção: Paróquia de São Martinho de Mouros (1588-2014)

Série: Extratos de batismo (1589-2014)

Série: Extratos de casamento (1588-2014)

Série: Extratos de óbito (1588-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de São Romão de Aregos (1574-1995)

Série: Extratos de batismo (1574-1995)

Série: Extratos de casamento (1577-1995)

Série: Extratos de óbito (1597-1995)

Série: Recenseamento de crianças (1885-1885)

Subsecção: Arciprestado de São João da Pesqueira (s. d.)

Série: Inventários dos bens imóveis e móveis (s. d.)

Sub-subsecção: Paróquia de Casais do Douro (1932-1977)

Série: Extratos de batismo (1932-1977)

Série: Extratos de casamento (1932-1977)

Série: Extratos de óbito (1932-1977)

Sub-subsecção: Paróquia de Castanheiro do Sul (1860-2014)

Série: Extratos de batismo (1860-2014)

Série: Extratos de casamento (1860-2014)

Série: Extratos de óbito (1860-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Espinhosa (1860-2014)

Série: Extratos de batismo (1886-2014)

Série: Extratos de casamento (1886-2014)

Série: Extratos de óbito (1860-1875)

Sub-subsecção: Paróquia de Ervedosa do Douro (1860-2004)

Série: Extratos de batismo (1860-2004)

Série: Extratos de casamento (1860-2004)

Série: Extratos de óbito (1860-2004)

Série: Certificados de registo de propriedade (1868-1931)

Série: Cômputo paroquial (1946-1972)

Série: Contas (1954-1971)

Série: Correspondência (1968-1972)

Série: Faturas (1965-2005)

Série: Inventário (1885-1970)

Série: Receita e despesa (1932-1971)

Série: Recenseamento de crianças (1967-2005)

Série: Relatório das obras na capela de Santa Bárbara (1971-1971)

Série: Rendimentos beneficiais (1951-1971)

Sub-subsecção: Paróquia de Nagoselo do Douro (1587-2004)

Série: Extratos de batismo (1591-1971)

Série: Extratos de casamento (1587-2004)

Série: Extratos de óbito (1587-2004)

Sub-subsecção: Paróquia de Paredes da Beira (1681-2012)

Série: Extratos de batismo (1681-2012)

Série: Extratos de casamento (1682-2012)

Série: Extratos de óbito (1706-2012)

Sub-subsecção: Paróquia de Pereiros (1641-2012)

Série: Extratos de batismo (1641-2012)

Série: Extratos de casamento (1645-2012)

Série: Extratos de óbito (1642-2012)

Sub-subsecção: Paróquia de Riodades (1662-2012)

Série: Extratos de batismo (1663-2012)

Série: Extratos de casamento (1662-2012)

Série: Extratos de óbito (1662-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de São João da Pesqueira (1577-2009)

Série: Extratos de batismo (1577-2009)

Série: Extratos de casamento (1579-2009)

Série: Extratos de óbito (1626-2009)

Série: Inventário (1863-1863)

Série: Palestras (1866-1873)

Série: Receita e despesa (1877-1892)

Sub-subsecção: Paróquia de Sarzedinho (1861-1975)

Série: Extratos de batismo (1861-1975)

Série: Extratos de casamento (1862-1975)

Série: Extratos de óbito (1861-1975)

Sub-subsecção: Paróquia de Soutelo do Douro (1662-2004)

Série: Extratos de batismo (1662-2004)

Série: Extratos de casamento (1680-2004)

Série: Extratos de óbito (1860-2004)

Série: Despesa (1950-1967)

Série: Receita (1950-1958)

Série: Rol de confessados (1960-1960)

Sub-subsecção: Paróquia de Trevões (1631-2014)

Série: Extratos de batismo (1631-2014)

Série: Extratos de casamento (1632-2014)

Série: Extratos de óbito (1632-2014)

Série: Escrituras de emprazamento (1818-1818)

Sub-subsecção: Paróquia de Vale de Figueira (1630-2011)

Série: Extratos de batismo (1630-2011)

Série: Extratos de casamento (1641-2011)

Série: Extratos de óbito (1635-2011)

Sub-subsecção: Paróquia de Valongo dos Azeites (1687-2011)

Série: Extratos de batismo (1687-2011)

Série: Extratos de casamento (1687-2011)

Série: Extratos de óbito (1886-2011)

Sub-subsecção: Paróquia de Várzea de Trevões (1562-2014)

Série: Extratos de batismo (1592-2014)

Série: Extratos de casamento (1602-2014)

Série: Extratos de óbito (1600-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Vilarouco (1694-2011)

Série: Extratos de batismo (1694-2011)

Série: Extratos de casamento (1705-2011)

Série: Extratos de óbito (1703-2011)

Série: Perfilhações (1869-1869)

Sub-subsecção: Paróquia de Santa Maria (1661-1788)

Série: Extratos de batismo (1663-1788)

Série: Extratos de casamento (1662-1728)

Série: Extratos de óbito (1661-1733)

Sub-subsecção: Paróquia de São Tiago (1597-1868)

Série: Extratos de batismo (1606-1868)

Série: Extratos de casamento (1612-1868)

Série: Extratos de óbito (1597-1867)

Sub-subsecção: Paróquia de São Pedro (1650-1779)

Série: Extratos de batismo (1650-1779)

Série: Extratos de casamento (1650-1693)

Série: Extratos de óbito (1650-1751)

Subsecção: Arciprestado de Sernancelhe (1964-1964)

Série: Inventários dos bens imóveis e móveis (1964-1964)

Sub-subsecção: Paróquia de Arnas (1682-2016)

Série: Extratos de batismo (1683-2016)

Série: Extratos de casamento (1683-2016)

Série: Extratos de óbito (1682-2016)

Sub-subsecção: Paróquia de Carregal (1595-2014)

Série: Extratos de batismo (1595-2014)

Série: Extratos de casamento (1660-2014)

Série: Extratos de óbito (1660-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Chosendo (1644-2013)

Série: Extratos de batismo (1644-2013)

Série: Extratos de casamento (1664-2013)

Série: Extratos de óbito (1644-2013)

Série: Contas (1751-1751)

Sub-subsecção: Paróquia de Cunha (1628-2016)

Série: Extratos de batismo (1628-2016)

Série: Extratos de casamento (1628-2016)

Série: Extratos de óbito (1628-2016)

Série: Registo de confirmados (1862-1994)

Sub-subsecção: Paróquia de Escurquela (1565-2012)

Série: Extratos de batismo (1565-2012)

Série: Extratos de casamento (1569-2012)

Série: Extratos de óbito (1654-2012)

Sub-subsecção: Paróquia de Faia (1623-2013)

Série: Extratos de batismo (1623-2013)

Série: Extratos de casamento (1626-2013)

Série: Extratos de óbito (1623-2013)

Sub-subsecção: Paróquia de Farejinhãs (1960-2014)

Série: Extratos de batismo (1960-2014)

Série: Extratos de casamento (1960-2014)

Série: Extratos de óbito (1960-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Ferreirim (1595-1986)

Série: Extratos de batismo (1616-1986)

Série: Extratos de casamento (1616-1986)

Série: Extratos de óbito (1595-1986)

Sub-subsecção: Paróquia de Ferreiros de Avões (1637-1996)

Série: Extratos de batismo (1637-1996)

Série: Extratos de casamento (1638-1996)

Série: Extratos de óbito (1637-1996)

Série: Autos de execução (1760-1760)

Série: Foros e arrendamentos (1777-1780)

Série: Inventário (1856-1856)

Série: Prazos e foros (1675-1868)

Série: Registo de cartas pastorais (1787-1787)

Série: Rol de impostos paroquiais (1880-1880)

Sub-subsecção: Paróquia de Figueira (1563-1999)

Série: Extratos de batismo (1563-1999)

Série: Extratos de casamento (1563-1999)

Série: Extratos de óbito (1564-1999)

Sub-subsecção: Paróquia de Fonte Arcada (1860-1986)

Série: Extratos de batismo (1860-1986)

Série: Extratos de casamento (1860-1986)

Série: Extratos de óbito (1860-1986)

Sub-subsecção: Paróquia de Freixinho (1616-1967)

Série: Extratos de batismo (1644-1967)

Série: Extratos de casamento (1616-1967)

Série: Extratos de óbito (1666-1967)

Sub-subsecção: Paróquia de Granjal (1860-2009)

Série: Extratos de batismo (1911-2009)

Série: Extratos de casamento (1860-2009)

Série: Extratos de óbito (1895-2009)

Sub-subsecção: Paróquia de Lamosa (1655-1990)

Série: Extratos de batismo (1655-1990)

Série: Extratos de casamento (1687-1990)

Série: Extratos de óbito (1685-1990)

Sub-subsecção: Paróquia de Macieira (1649-1986)

Série: Extratos de batismo (1650-1986)

Série: Extratos de casamento (1649-1986)

Série: Extratos de óbito (1649-1986)

Sub-subsecção: Paróquia de Penso (1590-2013)

Série: Extratos de batismo (1594-2013)

Série: Extratos de casamento (1601-2013)

Série: Extratos de óbito (1590-2013)

Sub-subsecção: Paróquia de Quintela da Lapa (1629-2012)

Série: Extratos de batismo (1629-2012)

Série: Extratos de casamento (1640-2012)

Série: Extratos de óbito (1639-2012)

Série: Registo de cartas pastorais (1785-1834)

Série: Registo de circulares (1862-1876)

Série: Registo paroquial (1869-1883)

Sub-subsecção: Santuário de Nossa Senhora da Lapa (1945-2003)

Série: Correspondência (1945-2003)

Série: Documentos referentes ao “Caso da Lapa” (1996-2002)

Série: Planos de obras (1964-1982)

Série: Receita e despesa (1957-1957)

Sub-subsecção: Paróquia de Sarzeda (1860-2014)

Série: Extratos de batismo (1860-2014)

Série: Extratos de casamento (1860-2014)

Série: Extratos de óbito (1860-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Seixo (1568-2014)

Série: Extratos de batismo (1586-2014)

Série: Extratos de casamento (1568-2014)

Série: Extratos de óbito (1578-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Sernancelhe (1860-2015)

Série: Extratos de batismo (1860-2015)

Série: Extratos de casamento (1860-2015)

Série: Extratos de óbito (1860-2015)

Sub-subsecção: Paróquia de Tabosa (1629-2014)

Série: Extratos de batismo (1636-2014)

Série: Extratos de casamento (1629-2014)

Série: Extratos de óbito (1629-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Vila da Ponte (1623-2013)

Série: Extratos de batismo (1623-2013)

Série: Extratos de casamento (1625-2013)

Série: Extratos de óbito (1860-2013)

Subsecção: Arciprestado de Tabuaço (1567-2000)

Série: Inventários dos bens imóveis e móveis (1964-1964)

Sub-subsecção: Paróquia de Adorigo (1567-2000)

Série: Extratos de batismo (1571-2000)

Série: Extratos de casamento (1567-2000)

Série: Extratos de óbito (1567-2000)

Série: Recenseamento de crianças (1882-1883)

Sub-subsecção: Paróquia de Arcos (1693-1950)

Série: Extratos de batismo (1693-1950)

Série: Extratos de casamento (1694-1950)

Série: Extratos de óbito (1694-1950)

Sub-subsecção: Paróquia de Barcos (1555-2014)

Série: Extratos de batismo (1555-2014)

Série: Extratos de casamento (1555-2014)

Série: Extratos de óbito (1610-2014)

Série: Escrituras e testamentos (1821-1821)

Série: Inventários da Igreja (1642-1959)

Sub-subsecção: Paróquia de Carrazedo

Série: Extratos de batismo (1962-2014)

Série: Extratos de casamento (1962-2014)

Série: Extratos de óbito (1962-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Chavães (1612-2014)

Série: Extratos de batismo (1613-2014)

Série: Extratos de casamento (1612-2014)

Série: Extratos de óbito (1613-2014)

Série: Inventário (1854-1854)

Série: Receita e despesa (1784-1784)

Sub-subsecção: Paróquia de Desejosa (1581-2014)

Série: Extratos de batismo (1581-2014)

Série: Extratos de casamento (1589-2014)

Série: Extratos de óbito (1650-2014)

Série: Boletins de crisma (1971-2009)

Série: Contas da Capela de Balsa (1952-1953)

Série: Contas (1953-1971)

Sub-subsecção: Paróquia de Granja do Tedo (1660-1999)

Série: Extratos de batismo (1660-1999)

Série: Extratos de casamento (1661-1999)

Série: Extratos de óbito (1675-1999)

Sub-subsecção: Paróquia de Granjinha (1926-2014)

Série: Extratos de batismo (1926-2014)

Série: Extratos de casamento (1926-2014)

Série: Extratos de óbito (1926-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Longa (1562-1999)

Série: Extratos de batismo (1562-1999)

Série: Extratos de casamento (1576-1999)

Série: Extratos de óbito (1575-1911)

Sub-subsecção: Paróquia de Paradelá (1638-2014)

Série: Extratos de batismo (1638-2014)

Série: Extratos de casamento (1638-2014)

Série: Extratos de óbito (1639-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Pereiro (1860-2012)

Série: Extratos de batismo (1860-2012)

Série: Extratos de casamento (1860-2012)

Série: Extratos de óbito (1905-2012)

Sub-subsecção: Paróquia de Pinheiros (1666-2014)

Série: Extratos de batismo (1672-2014)

Subsérie: Justificações de batismo (1907-1949)

Série: Extratos de casamento (1687-2014)

Série: Extratos de óbito (1666-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Santa Leocádia (1721-2000)

Série: Extratos de batismo (1721-2000)

Série: Extratos de casamento (1721-2000)

Série: Extratos de óbito (1721-2000)

Sub-subsecção: Paróquia de Sendim (1631-2014)

Série: Extratos de batismo (1631-2014)

Série: Extratos de casamento (1631-2014)

Série: Extratos de óbito (1631-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Tabuaço (1702-2014)

Série: Extratos de batismo (1618-2014)

Subsérie: Justificações de batismo (1930-1995)

Série: Extratos de casamento (1618-2014)

Série: Extratos de óbito (1618-2014)

Série: Receita e despesa (1850-1917)

Série: Recenseamento de crianças (1885-1926)

Série: Registo de cartas pastorais (1844-885)

Sub-subsecção: Paróquia de Távora (1621-1967)

Série: Extratos de batismo (1622-1952)

Série: Extratos de casamento (1621-1936)

Série: Extratos de óbito (1621-1941)

Série: Confirmados (1949-1957)

Série: Receita e despesa (1949-1967)

Série: Rendimentos beneficiais (1949-1949)

Série: Rol de confessados (1929-1954)

Subsecção: Arciprestado de Tarouca (1964-1964)

Série: Inventários dos bens imóveis e móveis (1964-1964)

Sub-subsecção: Paróquia de Dálvares (1600-2014)

Série: Extratos de batismo (1600-2014)

Série: Extratos de casamento (1600-2014)

Série: Extratos de óbito (1600-2014)

Série: Inventário da Igreja (1890-1890)

Sub-subsecção: Paróquia de Gouveias (1595-2014)

Série: Extratos de batismo (1595-2014)

Série: Extratos de casamento (1595-2014)

Série: Extratos de óbito (1595-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Granja Nova (1618-1984)

Série: Extratos de batismo (1682-1984)

Série: Extratos de casamento (1618-1984)

Série: Extratos de óbito (1618-1984)

Sub-subsecção: Paróquia de Mondim da Beira (1633-2014)

Série: Extratos de batismo (1633-2014)

Série: Extratos de casamento (1640-2014)

Série: Extratos de óbito (1640-2014)

Série: Benefício da igreja (1954-1954)

Série: Correspondência (1865-1949)

Série: Receita e despesa (1871-1883)

Série: Relação de paroquianos devedores (1870-1878)

Série: Rol de confessados (1899-1903)

Sub-subsecção: Paróquia de Salzedas (1652-1970)

Série: Extratos de batismo (1652-1970)

Série: Extratos de casamento (1652-1970)

Série: Extratos de óbito (1652-1970)

Série: Receita e despesa (1950-1957)

Série: Registo de confirmados (1953-1959)

Sub-subsecção: Paróquia de São João de Tarouca (1624-2014)

Série: Extratos de batismo (1625-2014)

Série: Extratos de casamento (1624-2014)

Série: Extratos de óbito (1624-2014)

Série: Receita (1950-1950)

Série: Registos (1782-1822)

Sub-subsecção: Paróquia de Tarouca (1626-2014)

Série: Extratos de batismo (1626-2014)

Série: Extratos de casamento (1626-2014)

Série: Extratos de óbito (1626-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Ucanha (1579-2014)

Série: Extratos de batismo (1583-2014)

Série: Extratos de casamento (1601-2014)

Série: Extratos de óbito (1579-2014)

Série: Encomendações (1953-1980)

Série: Rendimentos beneficiais (1959-1964)

Sub-subsecção: Paróquia de Vale de Figueira (1764-1999)

Série: Extratos de batismo (1764-1999)

Série: Extratos de casamento (1764-1999)

Série: Extratos de óbito (1860-1999)

Sub-subsecção: Paróquia de Vale do Douro (1860-2012)

Série: Extratos de batismo (1860-2012)

Subsérie: Justificações de batismo (1953-1977)

Série: Extratos de casamento (1860-2012)

Série: Extratos de óbito (1860-2012)

Série: Receita e despesa (1952-1969)

Série: Registo de bulas (1952-1969)

Série: Rol de confessados (1957-1999)

Sub-subsecção: Paróquia de Várzea da Serra (1666-2014)

Série: Extratos de batismo (1666-2014)

Série: Extratos de casamento (1666-2014)

Série: Extratos de óbito (1666-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Vila Chã da Beira (1680-1971)

Série: Extratos de batismo (1680-1971)

Série: Extratos de casamento (1731-1971)

Série: Extratos de óbito (1683-1971)

Subsecção: Arciprestado de Vila Nova de Foz Côa (1964-1964)

Série: Inventários dos bens imóveis e móveis (1964-1964)

Sub-subsecção: Paróquia de Cedovim (1680-2014)

Série: Extratos de batismo (1680-2014)

Série: Extratos de casamento (1681-2014)

Série: Extratos de óbito (1681-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Chãs (1860-1994)

Série: Extratos de batismo (1860-1994)

Série: Extratos de casamento (1861-1994)

Série: Extratos de óbito (1860-1994)

Sub-subsecção: Paróquia de Custóias (1593-2014)

Série: Extratos de batismo (1593-2014)

Série: Extratos de casamento (1593-2014)

Série: Extratos de óbito (1593-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Freixo de Numão (1627-2000)

Série: Extratos de batismo (1627-2000)

Série: Extratos de casamento (1627-2000)

Série: Extratos de óbito (1627-2000)

Sub-subsecção: Paróquia de Horta (1611-2014)

Série: Extratos de batismo (1611-2014)

Série: Extratos de casamento (1611-2014)

Série: Extratos de óbito (1611-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Mós (1586-2014)

Série: Extratos de batismo (1586-2014)

Série: Extratos de casamento (1586-2014)

Série: Extratos de óbito (1615-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Murça (1652-2000)

Série: Extratos de batismo (1652-2000)

Série: Extratos de casamento (1651-2000)

Série: Extratos de óbito (1650-2000)

Sub-subsecção: Paróquia de Muxagata (1650-1994)

Série: Extratos de batismo (1650-1994)

Série: Extratos de casamento (1673-1994)

Série: Extratos de óbito (1673-1994)

Sub-subsecção: Paróquia de Numão (1546-2014)

Série: Extratos de batismo (1555-2014)

Série: Extratos de casamento (1546-2014)

Série: Extratos de óbito (1548-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Santa Comba (1628-1994)

Série: Extratos de batismo (1632-1994)

Série: Extratos de casamento (1628-1994)

Série: Extratos de óbito (1628-1994)

Sub-subsecção: Paróquia de Santo Amaro (1617-2014)

Série: Extratos de batismo (1617-2014)

Série: Extratos de casamento (1618-2014)

Série: Extratos de óbito (1617-2014)

Sub-subsecção: Paróquia de Seixas (1860-2000)

Série: Extratos de batismo (1861-2000)

Série: Extratos de casamento (1865-2000)

Série: Extratos de óbito (1860-2000)

Sub-subsecção: Paróquia de Touça (1791-2000)

Série: Extratos de batismo (1791-2000)

Série: Extratos de casamento (1861-2000)

Série: Extratos de óbito (1860-2000)

Sub-subsecção: Paróquia de Vila Nova de Foz Côa (1587-2014)

Série: Extratos de batismo (1600-2014)

Série: Extratos de casamento (1658-2014)

Série: Extratos de óbito (1587-2014)

Subsecção: Arciprestado de Vila Nova de Paiva (1646-1973)

Série: Inventários dos bens imóveis e móveis (1963-1963)

Sub-subsecção: Paróquia de Alhais (1646-1973)

Série: Extratos de batismo (1646-1973)

Série: Extratos de casamento (1646-1973)

Série: Extratos de óbito (1646-1973)

Sub-subsecção: Paróquia de Fráguas (1628-2016)

Série: Extratos de batismo (1628-2016)

Série: Extratos de casamento (1629-2016)

Série: Extratos de óbito (1629-2016)

Sub-subsecção: Paróquia de Pendilhe (1529-2014)

Série: Extratos de batismo (1529-2014)

Série: Extratos de casamento (1568-2014)

Série: Extratos de óbito (1543-2014)

Série: Escrituras de celebração de missas (1744-1744)

Sub-subsecção: Paróquia de Touro (1675-2012)

Série: Extratos de batismo (1680-2012)

Série: Extratos de casamento (1675-2012)

Série: Extratos de óbito (1675-2012)

Sub-subsecção: Paróquia de Vila Cova à Coelheira (1631-1974)

Série: Extratos de batismo (1631-1974)

Série: Extratos de casamento (1639-1974)

Série: Extratos de óbito (1642-1974)

Sub-subsecção: Paróquia de Vila Nova de Paiva (1911-2014)

Série: Extratos de batismo (1911-2014)

Série: Extratos de casamento (1911-2014)

Série: Extratos de óbito (1911-2014)

Subsecção: Arciprestado de Vila Real

Sub-subsecção: Paróquia de Barqueiros (1799-1810)

Série: Extratos de óbito (1799-1810)

Sub-subsecção: Paróquia de Cever – Santa Marta de Penaguião (1735-1736)

Série: Extratos de batismo (1735-1736)

Sub-subsecção: Paróquia de São Nicolau – Mesão Frio (1780-1780)

Série: Extratos de batismo (1780-1780)

Secção: Coordenação Diocesana (1849-2012)

Subsecção: Comissão de Vigilância de Pregação (1849-1975)

Série: Exames trienais para pregador e confessor (1932-1966)

Série: Licenças de celebrar, confessar e pregar (1849-1932)

Série: Renovação das faculdades de celebrar, confessar e pregar (1903-1975)

Subsecção: Comissão de Vigilância de Disciplina sobre Festas (1913-1949)

Série: Licenças de festividade (1913-1949)

Subsecção: Comissão Diocesana de Indultos Pontificais (1934-1966)

Série: Indultos pontificais (1951-1951)

Série: Relação de Indultos (1934-1966)

Subsecção: Secretariado de Ação Socio-caritativa (1971-1973)

Série: Correspondência (1973-1973)

Série: Relatórios (1971-1971)

Subsecção: Secretariado da Comunicação Social (1950-1995)

Série: Documentos do projeto de televisão portuguesa (1989-1992)

Série: Relatórios da Rádio Renascença (1950-1995)

Subsecção: Secretariado da Pastoral das Migrações e Turismo (1972-1972)

Série: Correspondência (1972-1972)

Subsecção: Secretariado da Pastoral Juvenil (1970-2009)

Série: Convívios fraternos (1972-1975)

Série: Correspondência (1970-2009)

Subsecção: Secretariado das Vocações (1976-1983)

Série: Correspondência (1976-1983)

Subsecção: Secretariado de Educação Cristã (1946-2012)

Série: Atas (1997-2007)

Série: Correspondência (1946-1989)

Série: Ofícios e apontamentos (1996-2012)

Série: Ofícios (1963-1969)

Série: Relatórios de atividades (1996-2012)

Subsecção: Secretariado do Apostolado da Oração (1882-2007)

Série: Correspondência (1952-2007)

Série: Jornadas pastorais (1996-2002)

Série: Relatórios (2001-2007)

Sub-subsecção: Apostolado da Oração em Castro Daire (1894-1958)

Série: Inventário de zeladores (1942-1958)

Série: Cruzada eucarística (1942-1942)

Série: Inventário de zeladores (1922-1945)

Série: Receita e despesa (1894-1922)

Sub-subsecção: Apostolado da Oração em Adorigo (1941-1941)

Série: Atas e contas (1941-1941)

Sub-subsecção: Apostolado da Oração em Beselga (1930-1964)

Série: Atas (1930-1964)

Sub-subsecção: Apostolado da Oração em Santiago de Piães (1899-1940)

Série: Atas (1903-1929)

Série: Inscrição de associados (1899-1899)

Série: Receita e despesa (1898-1940)

Sub-subsecção: Apostolado da Oração em São João de Tarouca (1887-1943)

Série: Atos (1943-1943)

Série: Registo de associados (1887-1887)

Sub-subsecção: Apostolado da Oração em Valença do Douro (1929-1929)

Série: Registo de associados (1929-1929)

Sub-subsecção: Apostolado da Oração em Várzea de Abrunhais (1882-1909)

Série: Registo de associados (1909-1909)

Série: Zeladores da oração (1882-1882)

Subsecção: Secretariado dos Bens Culturais (2001-2001)

Série: Projetos de fundações e estruturas (2001-2001)

Série: Projetos de arquitetura (2001-2001)

Secção: Vigararia Geral (1449-2015)

Série: Autos de vedoria (1782-1782)

Série: Autos de rateação de foros (1777-1869)

Série: Autos de rateação de prazos (s. d.)

Série: Clérigos que receberam o grau de exorcistado (1817-1818)

Série: Correspondência (2005-2005)

Série: Empréstimo de capitais a juros (1949-1966)

Série: Escrituras de aforamento (1896-1896)

Série: Escrituras de empraçamento (1868-1868)

Série: Escrituras de reconhecimento de prazos (1776-1878)

Série: Inventário das capelas de Resende (1726-1726)

Série: Provisões (1969-2004)

Subsecção: Câmara Eclesiástica (1449-2015)

Série: Aposentação de párocos (1892-1908)

Série: Atestados de batismo (1951-1972)

Série: Atestados de casamento (1951-1972)

Série: Autos de colação (1751-1910)

Série: Autos de dispensa de banhos (1813-1937)

Série: Autos de execução (1807-1847)

Série: Cartas de cura (1863-1881)

Série: Cartas de paroquialidade (1880-1963)

Série: Cartas precatórias (1787-1871)

Série: Clérigos que receberam a ordem de subdiaconado (1940-1971)

Série: Clérigos que receberam o grau de ostiariato (1940-1971)

Série: Correspondência (1945-1947)

Série: Dispensas de impedimento de segundo grau de afinidade (s. d.)

Série: Execução de sentenças (1692-1848)

Série: Informações para Igrejas paroquiais ao Ministério da Justiça (1902-1910)

Série: Justificação de estado livre (1937-1947)

Série: Justificações de batismo (1937-1949)

Série: Legados Pios (1953-2005)

Série: Libelos de dívida (1847-1870)

Série: Licenças de casamento (1913-1919)

Série: Registo de cartas de cura, ecónomos e de sacristães (1726-1726)

Série: Matrícula dos ordinandos (1844-1936)

Série: Multas das licenças de proclamas (1902-1911)

Série: Pedidos de construção de novas capelas (1928-2004)

Série: Peditórios anuais (1997-2005)

Série: Permanência do Santíssimo Sacramento nas capelas da Diocese (1928-2004)

Série: Processos de batismo (1893-1893)

Série: Processos de testamento (1891-1891)

Série: Processos de casamento (1902-2015)

Série: Processos de ordenação (1686-1912)

Série: Processos judiciais cíveis (1449-1890)

Série: Provas escritas de oratória sagrada (1935-1950)

Série: Provisões de batismo (1913-1949)

Série: Provisões de batismo e casamento (1934-1942)

Série: Provisões de casamento (1851-1949)

Série: Provisões (1727-1999)

- Série: Receitas de provisões e licenças (1851-1854)
- Série: Recenseamento da prática dominical (1977-2001)
- Série: Registo das confrarias, irmandades e corporações fabriqueiras (1941-1945)
- Série: Registo das contas dos vinte mil cruzados que o Bispo deu à fábrica da Santa Sé para seu rendimento (1775-1816)
- Série: Registo de cartas paroquiais (1846-1890)
- Série: Registo de livros paroquiais (1837)? Cx. 119
- Série: Registo de entrada de processos de casamento (1858-1969)
- Série: Registo dos ordinandos que receberam a Prima Tonsura (1940-1972)
- Série: Registos de ordenação (1886-1944)
- Série: Relação do clero da Diocese por letra alfabética dos arciprestados (1911-1924)
- Série: Requerimentos de bandas para a participação em festas religiosas (1944-2011)
- Série: Requerimentos para a renovação da carta paroquial (1945-1962)
- Série: Requerimentos para batismos (1964-2013)
- Série: Requerimentos para festas e procissões (1957-2013)
- Série: Rol de confessados (1870-1971)

Série: Termos de agregação das diversas congregações de Doutrina Cristã (1917-1924)

Subsecção: Chancelaria e Secretaria Geral (1945-2007)

Série: Agenda de receção (1978-1979)

Série: Conta corrente (1971-1985)

Série: Correspondência (1945-1996)

Série: Faturas (2004-2007)

Série: Recibos e faturas (1946-1993)

Série: Salários e faturas (1951-1965)

Subsecção: Conselho Diocesano de Assuntos Económicos (1902-2007)

Série: Conta corrente com os arceprestes (1944-1949)

Série: Conta corrente com os párocos (1959-1986)

Série: Conta dos benefícios paroquiais (1959-1965)

Série: Conta dos ordinandos (1902-1917)

Série: Contas correntes paroquiais com as diferentes paróquias (1905-1926)

Série: Contas (1946-2003)

Série: Despesas das Igrejas da Diocese (1950-2007)

Série: Relatórios de contas da Cúria (1955-2006)

Subsecção: Tribunal Eclesiástico (1795-1882)

Série: Culpados no juízo contencioso e auditório eclesiástico (1795-1869)

Série: Processos judiciais crimes (1832-1882)

Subsecção: Conselho Episcopal (1972-1976)

Sub-subsecção: Vigário para os Leigos e Pastoral (1972-1976)

Série: Encontros diocesanos (1972-1972)

Série: Relatório de atividades (1976-1976)

Secção: Visitadoria (1627-1889)

Série: Visitações (1627-1889)

Secção: Seminário Maior de Lamego (1814-1999)

Série: Atos de aulas (1814-1831)

Série: Calendário e programa do ano letivo (1987-1991)

Série: Conta corrente de porcionistas (1871-1883)

Série: Conta Corrente (1889-1896)

Série: Correspondência (1900-1909)

Série: Criação do Instituto Superior de Teologia (1993-1998)

Série: Decretos de nomeação das equipas formadoras (1994-1999)

Série: Exames e classificações de alunos (1981-1999)

Série: Examinados de teologia dogmática (1820-1823)

Série: Folha dos jornais vendidos e dos materiais empregados (1891-1897)

Série: Matrículas das aulas superiores (1866-1867)

Série: Peditórios e donativos para a construção do seminário (1956-1956)

Série: Processos de alunos (1986-1997)

Série: Receita e despesa (1862-1981)

Série: Recibos e faturas (1863-1910)

Série: Relação de alunos (1988-1989)

Série: Resumo das despesas (1864-1910)

Série: Resumo das receitas (1868-1909)

Série: Títulos de colação e posse dos beneficiados das aulas do seminário (1846-1846)

Série: Vendas (1845-1866)

Subsecção: Seminário Menor de Resende (1903-1991)

Série: Admissão de alunos (1903-1964)

Série: Correspondência (1948-1964)

Série: Inquéritos sobre alunos (1949-1971)

Série: Ofertas (1982-1991)

Série: Pré-seminário (1989-1989)

Série: Projeto de arquitetura (1988-1990)

Série: Receitas e despesas (1928-1990)

Associações de Fiéis e Centros de Promoção Cristã
(Sistemas do Sistema de Informação da Mitra)

Confrarias**Sub-sistema de Informação: Irmandade de Nossa Senhora do Bom Juízo – Adorigo (Tabuaço) (1882-1885)**

Série: Atas (1885-1885)

Série: Contas (1882-1882)

Série: Estatutos (1883-1883)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Adorigo (Tabuaço) (1779-1817)

Série: Contas (1779-1817)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Alhais (Vila Nova de Paiva) (1953-1953)

Série: Estatutos (1953)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora das Sete Dores e Senhor dos Passos da Graça – Almacave (Lamego) (1938)

Série: Estatutos (1938)

Sub-sistema de Informação: Confraria de São Vicente de Paulo – Almacave (Lamego) (2000)

Série: Relatório Anual (2000)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Almacave (Lamego) (1966)

Série: Receita e despesa (1966)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Almofala (Castro Daire) (1938)

Série: Orçamento (1938)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Alvite (Moimenta da Beira) (s.d.)

Série: Estatutos (s.d.)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Ariz (Moimenta da Beira) (1960-1961)

Série: Receita e despesa (1960-1961)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Armamar (1955-1965)

Série: Receita e despesa (1955-1965)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Bom Jesus – Arnas (Sernancelhe) (1939)

Série: Atas (1939)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Bom Jesus – Avões (Lamego) (1957-1961)

Série: Receita e despesa (1957-1961)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo de Baldos – Baldos (Moimenta da Beira) (1962-1965)

Série: Receita e despesa (1962-1965)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas - Barcos (Tabuaço) (1862-1866)

Série: Atas (1850-1866)

Série: Escrituras (1862-1862)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento - Barcos (Tabuaço) (1733-1866)

Série: Contas (1733-1866)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas - Barrô (Resende) 81931-1937)

Série: Devedores (1931-1937)

Série: Receita e despesa (1937-1937)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Bigorne (Lamego) (1960-1962)

Série: Estatutos (1960-1960)

Série: Receita e despesa (1961-1962)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nosso Senhor do Calvário – Britiande (Lamego) (1938-1960)

Série: Receita e despesa (1938-1960)

Sub-sistema de Informação: Confraria de São Torcato– Cabaços (Moimenta da Beira) (1938-1957)

Série: Estatutos (1939-1954)

Série: Receita e despesa (1938-1957)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nosso Senhor da Aflição – Cambres (Lamego) (1961-1970)

Série: Receita e despesa (1961-1970)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Caria (Moimenta da Beira) (1534-1828)

Série: Contas (1828-1828)

Série: Velhos e novos estatutos (1534-1534)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Carvalhal (Mêda) (s.d.)

Série: Estatutos (s.d.)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Castainço (Penedono) (1817-1896)

Série: Estatutos (1844-1844)

Série: Pagamento de anuais (1817-1896)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Castainço (Penedono) (1855-1858)

Série: Termos de arrendamento (1855-1858)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Castelo (Moimenta da Beira) (1940-1940)

Série: Estatutos (1940-1940)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Menino Jesus – Castro Daire (1842-1867)

Série: Contas (1867-1867)

Série: Inventário (1867-1867)

Série: Títulos (1842-1866)

Sub-sistema de Informação: Confraria dos Santos Passos de Jesus – Castro Daire (1827-1969)

Série: Atas (1927-1958)

Série: Contas (1827-1828)

Série: Estatutos (1956-1956)

Série: Missas por almas de irmãos (1912-1916)

Série: Receita e despesa (1960-1964)

Série: Relação de irmãos (1877-1877)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Presépio – Castro Daire (1867-1871)

Série: Contas (1867-1867)

Série: Inventário de dinheiro mutuado (1871-1871)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Rosário – Castro Daire (1866-1866)

Série: Receita e despesa (1866-1866)

Sub-sistema de Informação: Confraria de São Giraldo – Castro Daire (1846-1947)

Série: Receita e despesa (1846-1947)

Sub-sistema de Informação: Confraria de São Vicente de Paulo – Castro Daire (1942-1955)

Série: Conferências (1942-1942)

Série: Livros de cantar (1955-1955)

Série: Receita e despesa (1951-1951)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Santíssimo Sacramento – Castro Daire (1647-1885)

Série: Inventários (1748-1853)

Série: Registo de juro (1856-1856)

Série: Livro de provedoria (1866-1866)

Série: Receita e despesa (1852-1855)

Série: Títulos de confrades (1647-1827)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Cepões (Lamego) (1806-1938)

Série: Atas de eleições (1806-1926)

Série: Receita e despesa (1811-1938)

Série: Reforma dos estatutos (1938-1938)

Série: Termos dos irmãos (1847-1923)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Rosário – Cepões (Lamego) (1803-1890)

Série: Contas (1803-1874)

Série: Eleições (1817-1817)

Série: Estatutos (1817-1817)

Série: Inventário (1817-1890)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Cepões (Lamego) (1608-1846)

Série: Contas (1826-1826)

Série: Eleições (1817-1817)

Série: Escrituras de emprazamento (1608-1795)

Série: Estatutos (1817-1817)

Série: Inventários (1846-1846)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Rosário – Chavães (Tabuaço) (1734-1816)

Série: Contas (1734-1816)

Série: Inventários (1816-1816)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Chavões (Tabuaço) (1778-1819)

Série: Contas (1778-1800)

Série: Livros de arrematações (1819-1819)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Cinfães (1952-1952)

Série: Estatutos (1952-1952)

Sub-sistema de Informação: Confraria das Filhas de Maria (1885-1895)

Série: Nomeação de capelães (1885-1895)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Cujó (Castro Daire) (1954-1966)

Série: Contas (1956-1956)

Série: Estatutos (1954-1954)

Série: Receita e despesa (1955-1966)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Dálvares (Tarouca) (1786-1830)

Série: Entrada de irmãos (1786-1830)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Rosário – Ervedosa do Douro (São João da Pesqueira) (1805-1932)

Série: Atas (1817-1932)

Série: Contas (1805-1832)

Série: Entrada e falecimento de irmãos (1891-1903)

Série: Escrituras (1916-1916)

Série: Estatutos (1818-1818)

Série: Inventário (1817-1817)

Série: Receita e despesa (1854-1918)

Sub-sistema de Informação: Confraria de São Vicente de Paulo– Ervedosa do Douro (São João da Pesqueira) (1937-1945)

Série: Atas (1937-1945)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Doutrina Cristã – Ferreiros (Lamego) 1961-1966)

Série: Receita e despesa (1961-1966)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora da Candeia – Ferreiros de Avões (Lamego) (1802-1863)

Série: Contas (1802-1863)

Série: Mandados judiciais (1818-1818)

Série: Sentenças (1822-1822)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Ferreiros de Avões (Lamego) (1740-1864)

Série: Contas (1743-1864)

Série: Estatutos (1802-1809)

Série: Receita e despesa (1740-1801)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Doutrina Cristã – Tendais (Cinfães) (1941-1941)

Série: Estatutos (1941-1941)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Ferreira (Lamego) (1686-1938)

Série: Estatutos (1686-1938)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Nossa Senhora do Rosário – Ferreiros de Tendais (Cinfães) (1706-1706)

Série: Fundação (1706-1706)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Rosário – Figueira (Lamego) (1817-1861)

Série: Contas (1861-1861)

Série: Estatutos (1817-1817)

Série: Receita e despesa (1830-1830)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Figueira (Lamego) (1796-1961)

Série: Contas (1802-1909)

Série: Estatutos (1796-1796)

Série: Inventário (1796-1846)

Série: Juros e foros (1818-1896)

Série: Receita e despesa (1853-1961)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora da Saúde – Fonte Arcada (Sernancelhe) (1946-1946)

Série: Orçamentos (1946-1946)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Fontelo de São Domingos (Armamar) (1961-1963)

Série: Receita e despesa (1961-1963)

Sub-sistema: Confraria de Doutrina Cristã – Fontelo de São Domingos (Armamar) (1963-1963)

Série: Receita e despesa (1963-1963)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e São Domingos – Fontelo de São Domingos (Armamar) (1961-1963)

Série: Receita e despesa (1961-1963)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Senhor dos Enfermos e Divino Espírito Santo – Fornelos (Cinfães) (1937-1961)

Série: Atas (1939-1939)

Série: Contas (1942-1942)

Série: Orçamento (1940-1957)

Série: Receita e despesa (1937-1961)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Freigil (Resende) (1941-1941)

Série: Provisões para ereção da confraria (1941-1941)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Granja do Têdo (Tabuaço) (1941-1941)

Série: Estatutos (1941-1941)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Doutrina Cristã – Granja Nova (Tarouca) (1960-1969)

Série: Receita e despesa (1960-1969)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Carmo – Granja Nova (Tarouca) (1938-1977)

Série: Orçamento (1938-1947)

Série: Receita e despesa (1938-1977)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Granja Nova (Tarouca) (1952-1969)

Série: Estatutos (1952-1952)

Série: Receita e despesa (1961-1969)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Lalim (Lamego) (1961-1962)

Série: Receita e despesa (1961-1962)

Fundo: Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios – Lamego (1939-1966)

Série: Despesa (1949-1950)

Série: Orçamento (1939-1940)

Série: Receita e despesa (1953-1966)

Série: Receita (1950-1950)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora da Conceição – Lamosa (Sernancelhe) (1769-1892)

Série: Inscrições (1769-1892)

Série: Contas (1840-1886)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Lazarim (Lamego) (1938-1938)

Série: Reforma de estatutos (1938-1938)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Lazarim (Lamego) (1931-1960)

Série: Receita e despesa (1960-1960)

Série: Reforma dos estatutos (1931-1931)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Doutrina Cristã – Leomil (Moimenta da Beira) (1957-1961)

Série: Receita e despesa (1957-1961)

Sub-sistema de Informação: Irmandade dos Passos – Leomil (Moimenta da Beira) (1955-1958)

Série: Receita e despesa (1955-1958)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Magueija (Lamego) (1793-1963)

Série: Estatutos (1793-1960)

Série: Receita e despesa (1961-1963)

Sub-sistema: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Magueija (Lamego) (s. d.)

Série: Estatutos (s. d.)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Meijinhos (Lamego) (1938-1963)

Série: Estatutos (s. d.)

Série: Orçamento (1938)

Série: Receita e despesa (1957-1963)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Melcões (Lamego) (1938-1962)

Série: Atas (1962-1962)

Série: Orçamento (1938-1938)

Série: Receita e despesa (1961-1962)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Mezio (Castro Daire) (1743-1961)

Série: Receita e despesa (1899-1961)

Série: Estatutos (1743-1793)

Série: Certidões de missa (1893-1893)

Série: Atas e eleições (1901-1917)

Série: Registo de irmãos (1879-1963)

Série: Relação de devedores (1914-1949)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Rosário – Mezio (Castro Daire) (1962-1962)

Série: Estatutos (1802-1962)

Série: Receita (1816-1833)

Série: Inventário (1817-1817)

Série: Atas e eleições (1817-1817)

Série: Contas (1821-1873)

Sub-sistema de Informação: Confraria Feminina de São Vicente de Paulo – Moimenta da Beira (1968-1968)

Série: Atas (1968-1968)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Moimenta da Beira (1959-1959)

Série: Receita e despesa (1959-1959)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Rosário e Menino Jesus – Mondim da Beira (Tarouca) (1794-1833)

Série: Estatutos (1794-1794)

Série: Receita e despesa (1804-1833)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Mondim da Beira (Tarouca) (1794-1794)

Série: Atas (1794-1794)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Monteiras (Castro Daire) (1938-1961)

Série: Receita e despesa (1938-1961)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Nageselo do Douro (São João da Pesqueira) (1945-1947)

Série: Estatutos (s. d.)

Série: Orçamento (1945-1945)

Série: Receita e despesa (1945-1947)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Doutrina Cristã – Nossa Senhora do Pranto (Vila Nova de Foz Côa) (1956-1964)

Série: Receita e despesa (1956-1964)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Nossa Senhora do Pranto (Vila Nova de Foz Côa) (1953-1967)

Série: Estatutos (1953-1953)

Série: Receita e despesa (1955-1967)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e da Doutrina Cristã – Oliveira do Douro (Cinfães) (1957-1963)

Série: Receita e despesa (1957-1963)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Ovadas (Resende) (1954-1963)

Série: Estatutos (1954-1954)

Série: Receita e despesa (1956-1963)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e Doutrina Cristã – Paçô (Moimenta da Beira) (1960-1969)

Série: Receita e despesa (1960-1969)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Paipenela (Mêda) (s. d.)

Série: Estatutos (s. d.)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e Doutrina Cristã – Para de Ester (Castro Daire) (1937-1937)

Série: Estatutos (1937-1937)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Parada do Bispo (Lamego) (s. d.)

Série: Estatutos (s. d.)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Pendilhe (Vila Nova de Paiva) (1957-1972)

Série: Receita e despesa (1957-1972)

Sub-sistema de Informação: Irmandade dos Passos – Penedono (1674-1749)

Série: Indulgências de irmãos (1674-1674)

Série: Reforma dos estatutos (1749-1749)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas do Outeiro – Penude (Lamego) (1964-1979)

Série: Receita e despesa (1964-1979)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e Doutrina Cristã – Penude (Lamego) (1956-1975)

Série: Estatutos (1961-1961)

Série: Receita e despesa (1956-1975)

Sub-sistema de Informação: Confraria da Nossa Senhora do Rosário – Penude (Lamego) (1956-1970)

Série: Receita e despesa (1956-1970)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Pera Velha (Moimenta da Beira) (1940-1940)

Série: Estatutos (1940-1940)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Pera Velha (Moimenta da Beira) (1794-1877)

Série: Contas (1794-1861)

Série: Inventário (1795-1877)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Picão (Castro Daire) (1958-1958)

Série: Estatutos (1958-1958)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Pinheiro (Castro Daire) (1941-1941)

Série: Estatutos (1941-1941)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Pinheiro (Castro Daire) (1906-1958)

Série: Estatutos (1958-1958)

Série: Reforma dos estatutos (1906-1912)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Pinheiros (Tabuaço) (1793-1817)

Série: Contas (1793-1817)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Poço do Canto (Mêda) (s. d.)

Série: Estatutos (s. d.)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Queimadela (Lamego) (1961-1961)

Série: Estatutos (1961-1961)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Quintela da Lapa (Sernancelhe) (1805-1805)

Série: Tombo (1805-1805)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Quintela da Lapa (Sernancelhe) (1793-1793)

Série: Estatutos (1793-1793)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Riodades (São João da Pesqueira) (1956-1956)

Série: Receita e despesa (1956-1956)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Salzedas (Tarouca) (1889-1889)

Série: Matrícula dos irmãos (1889-1889)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Santa Leocádia (Vila Nova de Foz Côa) (1941-1941)

Série: Estatutos (1941-1941)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Santiago – Santiago de Piães (Cinfães) (1839-1889)

Série: Contas (1839-1872)

Série: Entrada de irmãos (1889-1889)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Santo António – Santiago de Piães (Cinfães) (1818-1818)

Série: Inventário (1818-1818)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Doutrina Cristã – Santo Amaro (Vila Nova de Foz Côa) (1957-1966)

Série: Receita e despesa (1957-1966)

Sub-sistema de Informação: Confraria da Ordem Terceira de São Francisco – São Cipriano (Resende) (1937-1938)

Série: Estatutos (1938-1938)

Série: Receita e despesa (1937-1938)

Sub-sistema de Informação: Confraria de São Lourenço – São Cristóvão da Nogueira (Cinfães) (1866-1866)

Série: Inventário de Pratas (1866-1866)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora da Encarnação – São Gião (Penajóia) (1947-1947)

Série: Estatutos (1947-1947)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e Irmandade das Almas – São Joaninho (Castro Daire) (1956-1973)

Série: Estatutos (1956-1956)

Série: Receita e despesa (1960-1973)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – São João de Fontoura (Resende) (1924-1928)

Série: Contas (1924-1928)

Série: Estatutos (s. d.)

Sub-sistema de Informação: Irmandade São Francisco Xavier – São Martinho de Mouros (Resende) (1821-2008)

Série: Atas (1935-1935)

Série: Contratos (1842-1921)

Série: Documentos de gestão (2002-2008)

Série: Reforma do compromisso (1914-1914)

Série: Irmãos (1870-1870)

Série: Tombo (1859-1859)

Sub-sistema de Informação: Irmandade de São Pedro de Lamego (1672-1950)

Série: Assento dos camponedos (1777-1884)

Série: Atas de eleições (1782-1875)

Série: Atas de sessões (1818-1933)

Série: Certidões de celebração de missas (1728-1859)

Série: Cobrança de juros (1836-1873)

Série: Conta corrente com devedores (1860-1867)

Série: Convites para reuniões (1868-1892)

Série: Correspondência (1887-1927)

Série: Despesa (1848-1907)

Série: Devedores (1786-1911)

Série: Escrituras a juros e foros (1836-1850)

Série: Escrituras de dívida (1799-1864)

Série: Escrituras de empréstimos (1728-1865)

Série: Escrituras em juízo (1848-1857)

Série: Estatutos (1836-1836)

Série: Foreiros (1871-1872)

Série: Inventário (1853-1951)

Série: Mapa de devedores de capitais a juros (1872-1879)

Série: Pagamento de capitais com juros (1867-1868)

Série: Quebra dos anais (1833-1864)

Série: Receita e despesa (1793-1917)

Série: Receita (1872-1907)

Série: Registo das falhas dos ofícios (1813-1842)

Série: Registo de óbitos (1672-1886)

Série: Relatório (1880-1880)

Série: Resumo das contas (1883-1930)

Série: Talões de recibos (1728-1950)

Série: Termos de entrada de irmãos (1777-1814)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Doutrina Cristã – São Pedro de Mós (Vila Nova de Foz Côa) (1957-1964)

Série: Receita e despesa (1957-1964)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo de Mós– São Pedro de Mós (Vila Nova de Foz Côa) (1957-1961)

Série: Receita e despesa (1957-1961)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – São Pedro de Paus (Resende) (1794-1802)

Série: Estatutos (1794-1802)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – São Romão (Resende) (1956-1956)

Série: Orçamento (1956-1956)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Sarzeda (Sernancelhe) (s. d.)

Série: Estatutos (s. d.)

Sub-sistema de Informação: Confraria de Nossa Senhora do Rosário – Sé (Lamego) (1939-1940)

Série: Contas (1939-1940)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Sé (Lamego) (1958-1958)

Série: Estatutos (1958-1958)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e de Doutrina Cristã – Sernancelhe (1955-1963)

Série: Receita e despesa (1955-1963)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Senhor dos Passos – Soutelo do Douro (São João da Pesqueira) (1850-1868)

Série: Entrada de irmãos (1850-1868)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Soutelo do Douro (São João da Pesqueira) (1944-1957)

Série: Estatutos (1957-1957)

Série: Orçamento (1944-1946)

Série: Receita e despesa (1945-1947)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Menino Jesus – Távora (Tabuaço) (1893-1928)

Série: Confirmados (1928-1928)

Série: Relação de irmãos (1893-1915)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Sagrado Nome de Jesus – Tendais (Cinfães) (1959-1959)

Série: Receita e despesa (1959-1959)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Trevões (Lamego) (1928-1928)

Série: Estatutos (1928-1928)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Trevões (São João da Pesqueira) (1870-1904)

Série: Atas (1896-1904)

Série: Inventário (1870-1870)

Série: Receita e despesa (1896-1904)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Trevões (São João da Pesqueira) (1875-1884)

Série: Atas (1875-1884)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Ucanha (Tarouca) (1954-1954)

Série: Estatutos (1954-1954)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Valflor (Mêda) (1941-1941)

Série: Estatutos (1941-1941)

Sub-sistema de Informação: Irmandade das Almas – Valdigem (Lamego) (1939-1973)

Série: Orçamento (1939-1939)

Série: Receita e despesa (1962-1973)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Valença do Douro (Tabuaço) (1952-1952)

Série: Atas (1952-1952)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Várzea da Serra (Tarouca) (1755-1855)

Série: Inventário (1802-1802)

Série: Tombo (1755-1855)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Várzea de Abrunhais (Lamego) (1817-1941)

Série: Estatutos (1818-1818)

Série: Tombo (1817-1817)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento – Vila Cova à Coelheira (Vila Nova de Paiva) (1968-1969)

Série: Receita e despesa (1968-1969)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Santíssimo Sacramento e das Almas – Vila Nova de Paiva (1957-1963)

Série: Receita e despesa (1957-1963)

Sub-sistema de Informação: Confraria do Sagrado Coração de Jesus – Vila Nova de Souto d'El Rei (Lamego) (1676-1928)

Série: Assuntos de irmãos (1803-1803)

Série: Atas e contas (1889-1889)

Série: Atas e eleições (1867-1895)

Série: Certificados de missas (1793-1928)

Série: Cobrança de anuais (1816-1816)

Série: Receita e despesa (1816-1892)

Série: Bulas (1676-1676)

Misericórdias

Sistema de Informação: Santa Casa da Misericórdia de Carregal – Sernancelhe (1737-1902)

Série: Atas (1819-1902)

Série: Compromisso (1816-1816)

Série: Contabilidade (1818-1879)

Série: Contas (1818-1853)

Série: Cópia do compromisso (1737-1737)

Série: Receita e despesa (1863-1873)

Série: Tombo (1816-1816)

Associações Eclesiásticas

Sub-sistema de Informação: Cáritas (1956-2001)

Série: Ação Social com os retornados (1974-1977)

Série: Correspondência (1956-1986)

Série: Estatutos (1956)

Série: Relação de dádivas (1980-2001)

Série: Relatórios (1965-1995)

Sub-sistema de Informação: Casa da Sagrada Família (1943-1993)

Série: Correspondência (1943-1950)

Série: Extinção e balanço de contas (1966-1993)

Série: Faturas (1943-1950)

Série: Pagamentos e receitas (1955-1964)

Subsistema de Informação: Centro de Preparação para o Matrimónio (1993-2013)

Série: Atas do Conselho Nacional (1993-1993)

Série: Planos de Ação (2013-2013)

Série: Relatórios de atividades (2013-2013)

Centros de Promoção Cristã

Sub-subsistema de Informação: Centro Diocesano de Promoção Social (1978-2007)

Série: Correspondência (1990-2007)

Secção: Centro de Bem-estar Infantil (1978-1980)

Série: Estatutos e projetos de ação (1978-1980)

Secção: Escola de formação social e rural (1995-2004)

Série: Publicações e revistas (1995-2004)

Sub-sistema de Informação: Centro Social e Paroquial de Almacave (2003-2005)

Série: Concurso de empresas de construção (2005-2005)

Série: Projeto de arquitetura (2003-2003)

Associações Laicais**Sub-sistema de Informação: Conferência de São Vicente de Paulo (1945-1956)**

Série: Atas (1945-1956)

Sub-sistema de Informação: Recolhimento de Santa Teresa (1884-1911)

Série: Receita e despesa (1884-1911)

Sistemas de Informação não dependentes do Sistema de Informação da Diocese de Lamego

Associações Eclesiásticas

Associações Laicais

Câmaras Municipais

Juntas de Paróquia

Associações Eclesiásticas

Sistema de Informação: Conferência Episcopal Portuguesa (C.E.P) (1969-20119

Série: Artigos (1993-1996)

Série: Assembleias extraordinárias (1976-1997)

Série: Assembleias plenárias (1976-2011)

Série: Atas (1971-1984)

Série: Boletins de informação (1969-1972)

Série: Comunicados (1993-1996)

Série: Correspondência (1976-1996)

Série: Estatutos (s. d.)

Série: Jornadas Pastorais (2004)

Série: Relatórios de atividades (1980-1991)

Série: Relatório (1976-1979)

Subsistema de Informação: Ação Católica Portuguesa (1939-1985)

Série: Atas (1962-1984)

Série: Correspondência (1939-1985)

Série: Estatutos (1970-1974)

Secção: Ação Católica dos meios independentes (A.C.I.) (1970-1974)

Série: Estatutos (1970-1974)

Secção: Ação Católica Diocesana (1947-1985)

Série: Atas (1947-1957)

Série: Conclusões de concelhos diocesanos (1962-1957)

Série: Correspondência: (1948-1985)

Série: Cursos de cristandade (1956-1966)

Subsecção: Juventude Agrária Católica (J.A.C.) (1944-1974)

Série: Correspondência (1944-1960)

Série: Estatutos (1970-1974)

Subsecção: Juventude Agrária Católica Feminina (J.A.C.F.) (1944-1984)

Série: Correspondência (1944-1984)

Série: Nomeações (1944-1967)

Série: Receita e despesa (1956-1963)

Série: Receita (1962-1963)

Série: Relatórios (1948-1948)

Subsecção: Juventude Estudantes Católicos (J.E.C.) (1948-1974)

Série: Atas (1968-1974)

Série: Relatórios (1948-1948)

Subsecção: Juventude Operária Católica (J.O.C.) (1938-1974)

Série: Assinantes de Jornais (1968-1969)

Série: Atas (1956-1971)

Série: Correspondência (1969-1978)

Série: Cotas (1971-1972)

Série: Despesas (1970-1971)

Série: Estatutos (1970-1974)

Série: Faturas (1963-1964)

Série: Inscrições (1938-1938)

Série: Receita e despesa (1964-1971)

Série: Relatórios (1960-1960)

Subsecção: Juventude Operária Católica Feminina (J.O.C.F.) (1938-1938)

Série: Contas (1938-1938)

Subsecção: Liga Agrária Católica (L.A.C.) (1947-1986)

Série: Atas (1963-1979)

Série: Contas (1947-1954)

Série: Correspondência (1953-1977)

Série: Despesa (1963-1965)

Série: Estatutos (1970-1974)

Série: Faturas (1972-1974)

Série: Receita e despesa (1955-1980)

Série: Receitas (1965-1966)

Série: Relatório de atividades (1953-1986)

Subsecção: Liga Agrária Católica Feminina (L.A.C.F.) (1937-1984)

Série: Atas (1946-1969)

Série: Circulares (1967-1967)

Série: Correspondência (1942-1984)

Série: Receita e despesa (1937-1965)

Série: Relatórios (1957-1969)

Subsecção: Liga Escolar Católica (L.E.C.) (1947-1954)

Série: Atas (1951-1954)

Série: Receita e despesa (1946-1949)

Série: Sócios e cotas (1947-1948)

Subsecção: Liga Independente Católica (L.I.C.) (1955-1956)

Série: Atas (1955-1956)

Subsecção: Liga Operária Católica (L.O.C.) (1970-1974)

Série: Estatutos (1970-1974)

Subsecção: Movimento de Educadores Católicos (M.E.C.) (1970-1974)

Série: Estatutos (1970-1974)

Subsistema de Informação: Secretariado Nacional de Educação Cristã (SNEC) (1976-2009)

Série: Atas (1997-2004)

Série: Correspondência (1992-2007)

Série: Relatórios (1976-2009)

Associações Laicais

Sistema de Informação: Obra Kolping (1986-1991)

Série: Relatórios (1986-1991)

Sistema de Informação: Associação Portuguesa de Escolas Católicas (A.P.E.C.) (1997-2007)

Série: Correspondência (1997-2007)

Sistema de Informação: União Católica do Industriais e Dirigentes do Trabalho (U.C.I.D.T.) (1954-1970)

Série: Correspondência (1954-1970)

Série: Estatutos (1954-1970)

Câmaras Municipais**Sistema de Informação: Câmara Municipal de Lamego (1779-1787)**

Série: Atas (1779-1787)

Sistema de Informação: Câmara Municipal de Valdigem (1790-1797)

Série: Registos da Câmara Municipal (1790-1797)

Juntas de Paróquia/ Freguesia

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Alvite – Moimenta da Beira (1868-1900)

Série: Atas (1868-1900)

Série: Contas (1868-1868)

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Aveloso – Mêda (1866-1892)

Série: Atas (1870-1884)

Série: Receita e despesa (1866-1892)

Sistema de Informação: Junta de Paróquia/ Freguesia de Barcos – Tabuaço (1756-1945)

Série: Atas (1862-1918)

Série: Contas e eleições (1756-1815)

Série: Receita e despesa (1862-1945)

Sistema de Informação: Junta de Paróquia/ Freguesia de Cárquere – Resende (1904-1968)

Série: Atas (1904-1968)

Série: Despesa (1966-1968)

Série: Receita (1966-1968)

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Castainço – Penedono (1844-1858)

Série: Atas (1844-1858)

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Cepões – Lamego (1895-1909)

Série: Atas (1895-1909)

Sistema de Informação: Junta de Paróquia/ Freguesia de Desejosa – Tabuaço (1867-1971)

Série: Atas (1867-1971)

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Espinhosa – S. João da Pesqueira (1893-1904)

Série: Atas (1893-1904)

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Ferreiros de Avões – Lamego

Série: Atas (1782-1847)

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Ferreiros de Tendais – Cinfães (1842-1842)

Série: Atas (1842-1842)

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Figueira – Lamego (1838-1863)

Série: Atas (1838-1862)

Série: Registo de circulares (1852-1863)

Sistema de Informação: Junta de Paróquia/ Freguesia de Mezio – Castro Daire (1810-1948)

Série: Receita e despesa (1810-1948)

Série: Contas (1867-1867)

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Mondim da Beira – Tarouca (1862-1911)

Série: Atas (1862-1875)

Série: Inventário de bens (1870-1911)

Série: Receita e despesa (1867-1880)

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Pera Velha – Moimenta da Beira (1863-1884)

Série: Atas (1863-1884)

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Pinheiros – Tabuaço (1880-1911)

Série: Atas (1880-1884)

Série: Receita e despesa (1911-1911)

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de São João da Pesqueira (1862-1887)

Série: Atas (1862-1865)

Série: Editais (1887-1887)

Sistema de Informação: Freguesia de Seixo – Sernancelhe (1930-1940)

Série: Estatutos (1930-1940)

Sistema de Informação: Junta de Paróquia/ Freguesia de Tabuaço (1836-1926)

Série: Atas (1836-1926)

Sistema de Informação: Junta de Paróquia de Travanca – Cinfães (1880-1880)

Série: Atas (1880-1880)

Sistema de Informação: Freguesia de Vila Nova de Souto d'El Rei – Lamego (1921-1921)

Série: Contas (1921-1921)